

64

SETEMBRO 2022 – DEZEMBRO 2022

# Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

APOIO



**SINAL-RJ**

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

**ALAN FREEMAN** LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM

**ARTURO HUERTA** UNAM

**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA

**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE

**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS

**ANITA KON** PUC-SP

**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (*IN MEMORIAM*)

**CESARE GIUSEPPE GALVAN** CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO** USP

**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA

**GUIDO MANTEGA** FGV-SP

**JOÃO ANTÔNIO DE PAULA** UFMG

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP

**LEDA MARIA PAULANI** USP

**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO** UNICAMP

**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB

**MARIO DUAYER** UFF (*IN MEMORIAM*)

**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU

**PAULO NAKATANI** UFES

**PAUL SINGER** USP (*IN MEMORIAM*)

**PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA** UFRGS

**REINALDO CARCANHOLO** UFES (*IN MEMORIAM*)

**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP

**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF (*IN MEMORIAM*)

**PAUL SINGER** (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (IN MEMORIAM)

**MARISA SILVA AMARAL** (UFU) PRESIDENTE

**JOÃO LEONARDO MEDEIROS** (UFF) VICE-PRESIDENTE

## **DIRETORIA**

**Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente** UFF

**Giliad de Souza Silva** UNIFESSPA

**Marco Antonio Martins da Rocha** Unicamp

**Paulo Nakatani** UFES

**Pedro Henrique Evangelista Duarte** UFG

**Roberta Sperandio Traspadini** Unila

**Vanessa Petrelli Corrêa** UFU

## **COMITÊ EDITORIAL**

### **EDITORES**

**Leda Maria Paulani** USP (editora-chefe)

**Carla Curty** UFRRJ

**Janaína Elisa Patti de Faria** UFVJM

**Jaime Ernesto Winter Hugues León** UFRJ

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24.240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)**

**REVISÃO**

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2022**  
[nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br](mailto:nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br)

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política  
Ano 21 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022  
ISSN 1415-1979  
ISSN-E 2595-6892  
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.  
CDD – 330

NÚMERO 64  
SET 2022 - DEZ 2022

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

## ARTIGOS

10 **Alienação, ideologia e consciência de classe: movimentos sociais e partidos de esquerda na encruzilhada**

Thiago Marques Mandarino

41 **A década mais que perdida do Brasil**

Luciano Alencar Barros

68 **A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil**

Leda Maria Paulani

107 **Propriedade intelectual em perspectiva histórica**

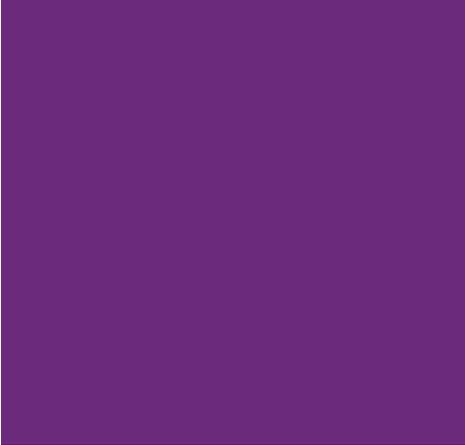
Pollyanna Paganoto Moura

137 **A contradição fundamental da sociedade capitalista no livro primeiro de *O Capital*: determinações gerais e consequências**

Paulo Henrique Furtado de Araujo

176 **Considerações sobre o método dialético e a dialética da natureza a partir das contribuições de Engels e de Lukács**

Sávio Freitas Paulo



## **RESENHAS**

**208**    **The logic of capital: an introduction to marxist economic theory**

Adalmir Marquetti

**211**    **TEXTO ESPECIAL**

**Em memória de François Chesnais**

Comitê editorial

## APRESENTAÇÃO

Escrevemos a apresentação deste número 64 da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* num dia muito especial: ontem à noite (30 de outubro) o neofascismo que nos governava foi afinal derrotado, numa eleição absolutamente polarizada e pejada de crimes, eleitorais e não eleitorais, cometidos pelo bando da extrema direita, usando a máquina pública como nunca se viu nem jamais se concebeu, em verdadeiro vale-tudo. O episódio grotesco da Polícia Rodoviária Federal fechando rodovias e obstruindo a votação em Lula diz tudo.

As dificuldades que enfrentará o novo governo serão imensas, sabemos todos, mas era preciso, antes de mais nada, varrer a ameaça de mais quatro anos de Bolsonaro no comando da máquina do Estado. Respiramos aliviados. Resta saber se o ultraliberalismo que também marcou esse governo será igualmente defenestrado ou se algumas das forças que se reuniram na “Frente Ampla” para garantir a vitória do ex-presidente Lula serão fortes o suficiente para sustentá-lo, ainda que de forma matizada.

E qual o papel dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais nesta conjuntura? Eis a questão que ocupa Thiago Fernandes Mandarino, em seu artigo sobre alienação, ideologia e consciência de classe. Mesmo escrevendo no contexto pré-eleitoral, as questões discutidas pelo autor persistem, pois, se a derrota de Bolsonaro já está consagrada, o bolsonarismo veio para ficar, e veio forte, assim como as forças de extrema direita em todo o mundo (o que não está desligado do cenário de crise aprofundada que o capitalismo vive pelo menos desde 2008, antes o contrário).

Ainda sobre as agruras enfrentadas por nosso país nos últimos anos, Luciano Alencar Barros investiga aquilo que chama de “a década mais que perdida”, qual seja, a segunda década do presente século. Examina assim, do ponto de vista da Economia Política, os dois mandatos da presidenta Dilma — o último concluído, como se há de lamentar, por Michel Temer — e o início do governo Bolsonaro. Sua intenção é demonstrar como tal *approach*, centrado na dinâmica do conflito distributivo e em sua inter-relação com as decisões de política macroeconômica, contribui para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro econômico, de baixo crescimento, retrocesso nos indicadores de desigualdade e pobreza e volta do país ao mapa da fome.

Tendo em vista que as dificuldades hoje enfrentadas pelo Brasil não se resumem apenas a fatores internos, dissociadas que não podem ser de um cenário mais amplo a envolver o papel atualmente designado a uma economia periférica como a brasileira no processo global de acumulação, Leda Paulani revisita a fecunda tradição da teoria da dependência. Seu objetivo é mostrar que convém hoje considerar um novo tipo de dependência, que vai além das relações de troca, adentrando o pagamento de rendas, o qual é fomentado, por um lado, pela difusão e aceitação de um modelo de crescimento baseado na poupança externa e, por outro, pelos determinantes do que se conhece como *indústria 4.0* e sua relação com as mercadorias-conhecimento. Na análise são resgatados alguns conceitos desenvolvidos por Marx na seção VI do Livro III de *O Capital*, como a renda absoluta e a renda de monopólio.

Em tema correlato, Pollyanna Moura vai analisar o significado e as implicações, para as economias periféricas, da adoção do Trips (*Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*), criado em 1994, quando do nascimento da Organização Mundial do Comércio (OMC). A autora revisita o processo de constituição do referido acordo de uma perspectiva histórica para concluir que o arcabouço internacional relativo à propriedade intelectual cumpre, na periferia, a função de resguardar posições de

monopólio no mercado local, como meio de transferir fundos e facilitar práticas restritivas.

O caráter sistêmico e mundializado do atual modo de vida, evidenciado por análises como as de Paulani e Moura, exige uma incessante investigação de seus fundamentos. Neste número da Revista da SEP, os artigos de Paulo Henrique Furtado de Araújo e de Sávio Freitas Paulo dão conta do recado. O primeiro retoma a questão das determinações da forma mercadoria, para, com a ajuda de contribuições de Postone e Lukács, apontar o caráter estruturante de sua natureza contraditória. O segundo adentra o plano da metateoria a fim de discutir as esferas de validade do procedimento dialético marxiano.

Na mesma linha de investigação dos fundamentos da sociedade capitalista trazemos também, no presente número, a resenha elaborada por Adalmir Marquetti do mais recente livro de Deepankar Basu, lançado pela Cambridge University Press em 2021. Como anota Marquetti, em *The Logic of Capital: An Introduction to Marxist Economic Theory*, Basu aborda os principais conceitos desenvolvidos por Marx em *O Capital*, mas tendo em mente o debate das últimas décadas. Em tal medida, trata tanto de questões teóricas, como o problema da transformação e a teoria da renda, quanto de questões presentes no debate contemporâneo, como aquelas referentes a gênero e meio ambiente.

Por fim, não poderíamos deixar de prestar nossa homenagem ao importante e conhecido economista marxista francês François Chesnais, que nos deixou em 28 de outubro, infelizmente. Um documento especial, prestando nosso tributo ao trabalho desse grande intelectual, fecha esta edição.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) forneceram o decisivo apoio material para que esta publicação pudesse vir a público. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!

Comitê Editorial

THIAGO MARQUES MANDARINO

## ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

Recebido em 06/04/2022

Aprovado em 30/08/2022

# ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

## Resumo

O afã de derrotar Bolsonaro nas urnas tem colocado os movimentos sociais e partidos de esquerda, que tencionam a superação do capitalismo, em uma encruzilhada histórica. A ideologia burguesa – valores e interesses da classe dominante apresentados como universais – tem na alienação o terreno fértil para se propagar. Por isso, a conversão do proletariado em classe “para si” requer uma forma de consciência que escape do senso comum e da ação reivindicatória como fim em si mesmo. Nesse sentido, tais partidos e movimentos sociais podem cumprir um papel essencial, desde que não sejam engolfados pelo consenso democrático (centro vital da política hoje) e pelo aprisionamento ao presente, convertendo a vida cotidiana e suas urgências no horizonte máximo de atuação (possibilismo). O presente artigo almeja trazer elementos para o debate e a reflexão acerca desses pontos, de modo a permitir uma análise crítica das movimentações que vêm sendo feitas por esses atores em meio à proximidade do pleito presidencial.

**Palavras-Chave:** Método Marxiano; Ideologia; Consciência de Classe; Movimentos Sociais.

## THIAGO MARQUES MANDARINO

Doutorando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

E-mail: [thiago.mandarino@gmail.com](mailto:thiago.mandarino@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0985-4224>

## **Abstract**

The effort of defeating Bolsonaro in the ballot has put social movements and left-wing parties, which intend to overcome capitalism, at a historic crossroads. Bourgeois ideology – values and interests of the ruling class presented as universal – has in alienation the fertile ground to propagate. Therefore, the conversion of the proletariat into a class “for himself” requires a form of consciousness that escapes common sense and claiming action as an end in itself. In this sense, such parties and social movements can fulfill an essential role, since they are not engulfed by democratic consensus (vital center of politics today) and by the imprisonment to the present, converting daily life and its urgencies into the maximum horizon of action (possibilismo). This article aims to bring elements to the debate and reflection on these points, in order to allow a critical analysis of the movements that have been made by these actors in the proximity of the presidential election.

**Key-Words:** Marxian method; Ideology; Class Consciousness; Social Movements.

## I. Introdução

A proximidade das eleições presidenciais no Brasil tem levado os partidos e movimentos sociais de esquerda<sup>1</sup> a um impasse bastante complexo. A derrota de Jair Bolsonaro, expressão e mobilizador das forças reacionárias e neofascistas do país, se apresenta cada vez mais como a grande tarefa histórica do momento. Contudo, tal debate não pode ser travado sem levar em conta alguns elementos:

1- Nos momentos de crise mais aguda do capital, em que o consenso operado pela ideologia burguesa converte-se em contradição explícita, é comum o recurso à coerção e à violência para a imposição dos interesses dominantes. Assim, o atual momento histórico é incompreensível sem levar em conta que os humores de cunho fascista e o reacionarismo não são anomalias da ordem burguesa, mas parte imanente desta, que em determinadas conjunturas vêm à tona;

2- Ligado ao ponto anterior cabe realçar que Bolsonaro é a personificação brasileira de um movimento mais amplo, que envolve a ascensão da extrema direita em âmbito mundial com o acirramento da crise do capital a partir de 2008;

3- Os argumentos acima elucidam que, sem a superação do próprio modo de produção capitalista como horizonte estratégico, as soluções e possibilidades lidam apenas pontual e conjunturalmente com o problema, não o mitigando de fato. Isto é, ainda que seja um passo importante, a derrota de Bolsonaro não significa, necessariamente, o fim do bolsonarismo, que lhe dá base e sustentação, nem da extrema direita, uma vez que emanam da própria ordem vigente.

Com a dissolução da URSS e a reestruturação do capital, parecemos presos entre três possibilidades históricas: a) o triunfo final do liberalismo e o fim da história; b) a incerteza caótica e a ausência de sentido histórico e; c) a

---

<sup>1</sup> Doravante, como meio de deixar o artigo menos repetitivo, o termo “movimentos sociais”, quando empregado, fará referência tanto a movimentos quanto a partidos de esquerda.

impossibilidade do socialismo ou comunismo. Porém, estes são pressupostos questionáveis, pois: a) o mundo liberal trouxe mais a barbárie civilizacional do que a harmonia anunciada; b) os pós-modernos abdicaram de compreender o mundo e seu sentido, dando lugar à magia como mediação, ao empirismo descritivo, à singularidade vazia e à universalidade abstrata, sem múltiplas particularidades, sem movimento; e c) como no pensamento marxista o presente “(...) é síntese de elementos do passado, de nossa ação imediata e da intencionalidade aberta ao devir (...) é possível captar o movimento do real e suas tendências”, uma vez que a categoria da totalidade permite desvelar os nexos nem sempre aparentes entre as diversas esferas da vida, seus desdobramentos ao longo do tempo, as expressões particulares das contradições capitalistas e as dimensões objetivas e subjetivas<sup>2</sup> (IASI, 2017, p. 26-36).

Ou seja, mais do que nunca, o método inaugurado por Marx é imprescindível para a apreensão mais acurada do presente e a consecução de um futuro distinto da barbárie e da auto-extinção da humanidade: o socialismo. Todavia, a derrota histórica das alternativas revolucionárias do proletariado fez com que a política passasse a ser canalizada na direção de operar nos marcos de um centro vital, que atrai tanto a direita liberal quanto a esquerda: o consenso democrático (burguês, cabe lembrar) e o confinamento da política ao possibilismo.

Ao passo que a atual crise esgarça a carapuça civilizatória da ordem burguesa, correspondendo no Brasil ao acirramento da miséria, da desigualdade, da dependência e da violência, torna-se imperativo resgatar o método marxiano para pensar a revolução, desenrolar dialógico das condições objetivas e subjetivas que colocam o proletariado como sujeito histórico

---

<sup>2</sup> Benjamin (1987) reforça a relevância do materialismo histórico, que supera o historicismo ao apropriar-se das reminiscências do passado para alertar do perigo de se entregar como instrumento às classes dominantes. Os bens culturais herdados do passado são os dos vencedores, daí a necessidade de contemplá-los com distanciamento. Para os oprimidos, o estado de exceção é a regra e, portanto, é necessária a construção de um conceito de história que corresponda a isso. Isto é, o autor permite desmistificar a ideologia do progresso como um acúmulo de benesses e benfeitorias, ao reiterar que o método materialista consegue captar a contradição deste progresso alicerçado em ruínas que impelem para o futuro, além de debelar qualquer tipo de conformismo a partir disso.

da emancipação humana. As condições objetivas tendem a se dar a partir das contradições que são próprias ao desenvolvimento capitalista. Já as condições subjetivas para tal fim, a conversão do proletariado em classe “para si”, dependem de meios que elevem o senso comum e a consciência reivindicatória à consciência revolucionária, donde partidos e movimentos sociais despontam como elo essencial. Não numa concepção idealista do processo, que separa consciência e atuação revolucionária em momentos históricos segmentados, mas sim cientes de que condições objetivas e subjetivas interagem dialeticamente umas sobre as outras. Assim, as atuações dos movimentos e partidos podem encaminhar ou mistificar as lutas para a estratégia socialista.

O presente artigo tem o objetivo de levantar elementos para que se possa debater em que medida a derrota de Bolsonaro, como uma urgência, comporta que partidos e movimentos de esquerda estabeleçam alianças com frações da burguesia sem comprometer a atuação sobre a consciência de classe e a estratégia socialista. Com os meios para derrotar Bolsonaro se distanciando cada vez mais das ruas, delimita-se tal objetivo à lógica eleitoral e momentânea, empurrando importantes movimentos e partidos de esquerda para o consenso democrático como horizonte estratégico. Não estariam assim atuando na contramão de um processo de elevação de consciência do proletariado, subordinando a construção do socialismo a um aprisionamento histórico ao presente e à vida cotidiana?

Para contribuir com tais reflexões, além desta introdução, o artigo se divide em três seções. A primeira delas relembra sucintamente que o método marxiano é imperioso para apreender a realidade em sua totalidade contraditória, pensar a história como movimento do devir e lembrar que propriedade privada e trabalho assalariado são fundamentos da alienação (terreno fértil para a ideologia burguesa). A segunda seção recupera apontamentos sobre ideologia e formas de consciência, esboçando assim a essencialidade de que se pense a elevação dessas formas para que o proletariado atue como classe “para si”. A última seção alinha os pontos anteriores pela análise dos

movimentos sociais contemporâneos, e como a atuação destes ao mediar as condições objetivas e as formas de consciência (subjetividade) tem impactos relevantes para a constituição do proletariado como sujeito histórico. Nas considerações finais, aponta-se que a urgência de se derrotar Bolsonaro nas urnas não pode ser uma tática ensimesmada, sob pena de que as alianças e atuações daí decorrentes convertam o possibilismo em horizonte máximo dos movimentos e partidos sociais de esquerda, bem como em forma predominante de consciência do proletariado no longo prazo.

## **2. O método marxiano: apreensão da realidade e da história**

É patente que, conforme se acirram as contradições imanentes ao capitalismo, se ampliam os esforços em desqualificar Marx e a teoria marxista como elos essenciais para a apreensão e superação das mazelas desta sociabilidade. Isso revela que Marx permanece sendo fundamental para “(...) conjugar a ação presente com a distância crítica da reflexão” (BENSAID, 2000, p. 68), pois ele rompe radicalmente com a perspectiva determinística da história, colocando a luta de classes – e a consciência – como seu motor. Abre-se assim um horizonte de possibilidades e potencialidades futuras, sem deixar de considerar os efeitos do passado sobre o presente. As tentativas de desqualificar o autor – e não superá-lo – decorrem exatamente de sua capacidade em apresentar soluções concretas aos dilemas da classe trabalhadora<sup>3</sup>.

A ortodoxia marxista é algo ligado ao método<sup>4</sup>, e não uma leitura dogmática e acrítica da obra de Marx. É a convicção científica de que o marxismo

---

<sup>3</sup> Löwy (2000, p. 77) vai na mesma direção ao enunciar a concepção dialética do progresso em Marx, que “(...) leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista (...)”, como meio de desmistificar a ideologia que atrela a expansão mercantil invariavelmente ao progresso e à modernização.

<sup>4</sup> Iasi (2019b) chama atenção para a imprescindibilidade do método de Marx para a compreensão da contemporaneidade, pois é ferramenta de mediação entre o real e o universo dos conceitos. Contudo, isso deve ser feito tomando cuidados para não enveredar: 1- pelo positivismo, tratando as categorias e conceitos fundamentais deste método de forma imutável e sem vida dentro do movimento do real; 2- pelo relativismo de uma história ocasional sem possibilidade de apreensão conceitual.

dialético é o método investigativo correto. No método dialético o problema central é a transformação da realidade, daí o revisionismo crítico tender a separar método e realidade e celebrar uma cisão que pode levar ao reformismo ou a um socialismo possível sem lutas. O revisionismo acaba por idolatrar um empirismo que despe de historicidade os fatos. Ademais, ao tratar os fatos como o são imediatamente dados, acaba por se inserir no terreno da sociedade capitalista e confundir a reprodução com a construção da realidade, tornando eternas e comuns categorias que são temporais a uma determinada forma de vida social. E isso é totalmente estranho ao materialismo dialético, que vê as contradições como algo imanente à sociedade capitalista – e não uma falha metodológica – e trata a totalidade para além da aparência, analisando a interação (não soma) entre as partes que não são totalmente autônomas e a-históricas (LUKÁCS, 2003).

A linguagem da economia nacional toma como pressuposta a existência tanto da propriedade privada quanto da divisão da sociedade em proprietários e trabalhadores desprovidos de propriedade, sem esclarecer de onde se originam. Suas leis e enunciados partem dessa pressuposição, e toma como fato aquilo que deveria explicar. E é o que Marx (2015) intenta fazer sem recorrer a uma origem fictícia, mas sim às determinações do trabalho alienado como meio para a compreensão da propriedade privada.

Primeiramente, Marx (2015, p. 304) demarca que “(...) o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma mercadoria, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral”. A realização do trabalho e sua objetivação em produtos faz com que estes (e o mundo exterior sensível) enfrentem o trabalhador como objeto alienado e hostil. A realização do trabalho é a desrealização do trabalhador, uma vez que a objetivação se apresenta como perda e servidão ao objeto, e a apropriação como alienação.

Em segundo lugar, esta exteriorização em relação ao produto de seu trabalho é apenas um dos aspectos da alienação, sendo necessário analisá-la também no ato da produção. “(...) Se, portanto, o produto do trabalho é

exteriorização, então a própria produção tem de ser exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização” (MARX, 2015, p. 308). Esta exteriorização consiste no trabalho não como realização, mas seu oposto, ato de degradação, impotência. Por isso, o trabalho alienado produz também a relação que o trabalhador tem com os homens que fruem de sua produção: desrealização e perda.

Uma terceira determinação do trabalho alienado reside no fato de que este, ao alienar ao homem sua natureza (corpo inorgânico universal) e sua própria função ativa, “(...) aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual (...) aliena a vida genérica e individual e (...) torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada.” (MARX, 2015, p. 311). Por fim e conseqüentemente, alienado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, o homem se aliena do próprio homem, enfrenta-o como trabalhador apenas, hostil, independente e alienado<sup>5</sup>.

Desta maneira, se o presente coloca a barbárie na ordem do dia e apresenta o futuro como distopia inescapável, a despeito das críticas recorrentes, o método marxiano do materialismo histórico e dialético permanece sendo primordial para a apreensão da realidade, única via possível de transformá-la conscientemente em prol da emancipação humana.

Por conseguinte, o horizonte comunista e o proletariado como sujeito revolucionário não resultam de uma análise metafísica da realidade. É o desdobramento de reflexões que caminham pelo materialismo e pela compreensão do Estado (expressão alienada da vida genérica dos homens) a partir da sociedade civil (espaço dos particularismos, da vida privada e empírica);

---

<sup>5</sup> Daí elevações de salário em nada mudam isso, apenas melhoram a remuneração do trabalho coagido e alienado, da manutenção do trabalhador enquanto engrenagem da ordem capitalista; reforço do homem inexistente, senão como trabalhador alienado e reproduzindo-se enquanto tal, portanto, capital. “A relação da propriedade privada contém em si como latente a relação da propriedade privada como trabalho, assim como a relação da mesma como capital e a ligação de ambas expressões uma com a outra” (MARX, 2015, p. 326).

onde distingue a emancipação política da emancipação humana<sup>6</sup>, impossível sem a supressão da propriedade privada que dá aparência de troca de equivalentes entre trabalho e salários, entre valores e preços (NETTO, 2015).

Disso resulta a concepção da comunidade dos homens como uma série de trocas, do intercâmbio e do comércio mútuo entre equivalentes, fixando como imanente ao homem o que de fato é a forma alienada das relações sociais. E é exatamente a alienação que faz com que a comunidade humana falseada e desrealizadora se sobreponha ao homem enquanto ser genérico (consciente de seu gênero) e à comunidade humana verdadeira (onde o ser genérico afirma e realiza sua essência). E reverter o quadro requer a supressão da propriedade privada, fundamento do dinheiro e do trabalho alienado, via revolução proletária rumo ao comunismo. O que não é decorrência de um devir teleológico da história ou de mero voluntarismo, mas das possibilidades concretas abertas pelas próprias contradições do desenvolvimento capitalista que podem (ou não) ser realizadas. É resultado, portanto, da capacidade de uma classe pôr em marcha a construção de uma sociedade em que reinem os interesses universais (emancipação humana), desta se desvencilhar da consciência alienada (palco da ideologia burguesa) e de se converter em classe “para si”, isto é, de realizar no plano teórico-prático sua tarefa histórica.

### **3. Ideologia e Formas de Consciência**

As classes dominantes apresentam seus interesses como interesse universal e sua forma ideal como a única racional e válida, ou seja, a ideologia burguesa é expressão ideal da economia burguesa e seus valores. A partir desta ideologia, que tem forte aderência na consciência alienada, conforma-se certo consenso pela naturalização das contradições do capital, sob o argumento

---

<sup>6</sup> Para o comunista, ou materialista prático, revolucionar o mundo é um ato histórico e não de contemplação, dado pelo desenvolvimento de condições históricas para tal. O homem não é apenas objeto sensível, mas também atividade sensível – daí o salto do materialismo histórico em relação ao materialismo “puro” – uma vez que o pressuposto da existência humana e da história é a produção de meios para satisfação de necessidades, produção da vida material (MARX; ENGELS, 2007).

de que o modo de produção capitalista é o ponto de chegada do desenvolvimento e da história da humanidade como um todo, e não de uma classe.

Cabe ressaltar que para o marxismo não há separação entre as ideias dominantes e os indivíduos materiais, donde o Estado (e suas instituições coletivas) ser a forma pela qual a classe dominante faz valer seus interesses, destacando-se o direito privado, que se desenvolve com a propriedade privada. Desta maneira, o método marxiano se eleva da terra (homens de carne e osso, ativos) ao céu (o que os homens dizem, imaginam, homens pensados e representados), e não como faz a filosofia alemã, que desce do céu a terra<sup>7</sup> (MARX; ENGELS, 2007).

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (...) Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008, p. 7-8).

Há distinção entre as formas de consciência social – forma geral – e a ideologia, forma particular de consciência, de maneira que toda ideologia é forma de consciência, mas nem toda forma de consciência é ideológica. Ou ainda, a consciência social é expressão das relações humanas estabelecidas para a produção material da vida e, nesse sentido, a ideologia não é um simples falseamento da realidade para Marx e Engels, mas objetivações ideais válidas, correspondentes a esse modo de produção – de mercadorias – historicamente definido. Da mesma forma, as ideias revolucionárias não são puras abstrações ideais, mas fruto das contradições e problemas da própria realidade e das soluções possíveis a eles (IASI, 2017).

---

<sup>7</sup> As formações ideais se dão a partir da práxis material – não o contrário – e, por isso, os produtos da consciência não são dissolvidos por obra da crítica espiritual. Forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio são a essência do homem e da história, fundamento real inabalável apenas pela “autoconsciência” e a proclamação da mudança (MARX, 2010).

Portanto, resta errôneo tratar a ideologia como mero conjunto de ideias<sup>8</sup> e é estranho a Marx e Engels pensar a ideologia como manipulação consciente da realidade no campo ideal, uma mentira. A consciência é consciência prática e as ideias têm raízes na realidade social, portanto “(...) as ilusões sociais estão ancoradas em contradições reais, de modo que somente pela atividade prática de transformar as últimas é que podem as primeiras ser abolidas” (EAGLETON, 1997, p. 72).

A ideologia é tema bastante antigo e remonta à Grécia Antiga, quando a busca pela reflexão sobre os problemas mais gerais da humanidade se desvencilham da religião. E se imbrica com o conhecimento em si, acerca do homem e da realidade, que ultrapassa os limites da percepção sensível direta e passa a lidar com as abstrações, a produção teórica, cuja validade se dá pela realidade. Como o conhecimento se organiza a partir das ideias, é essencial compreender também como se formam as ideias (KONDER, 2002).

A ideologia é uma forma particular da consciência social, cuja base material é a alienação, pois os seres humanos projetam suas capacidades para fora de si próprios, que se volta contra eles como força opressora. Como é forma correspondente da experiência social vivida, a ideologia tem força e aderência. Diferente do comunismo, que se trata de experiências não vividas e que não correspondem à realidade vigente. Desta forma, ideologia não é falsa consciência, e sim a verdadeira consciência do mundo da sociedade de classes, que é obscurecida, invertida e naturalizada (IASI, 1999; KONDER, 2002).

*A priori*, a consciência seria a interiorização da realidade externa, a representação subjetiva da realidade objetiva, através da percepção. Contudo, esta representação mental da realidade concreta não capta o todo, apenas uma parte dele e de seu movimento, a mais aparente, um momento

---

<sup>8</sup> Destutt de Tracy inventa o conceito de ideologia em 1796 num conjunto de conferências no Instituto da França, conhecido como notas sobre a faculdade de pensar: “Mémoires sur la faculté de penser”. Seria a necessidade de uma nova ciência dedicada ao estudo das ideias, uma metaciência que analisa o processo de transformação das sensações em ideias de forma positiva, útil e de exatidão rigorosa, combatendo os elementos estranhos à formação das ideias.

abstraído do movimento, a partir do que se tenta compreender o todo pela generalização da parte. Este é um dos mecanismos da primeira forma de consciência.

A primeira relação que o indivíduo vive na sociedade é a familiar, uma visão do mundo externo como realidade inquestionável e captada como natural, como normas a serem reproduzidas, por associação, em outras relações. Isto é, relações preestabelecidas vividas como realidade dada e que são despidas de seu caráter histórico e cultural para tornarem-se naturais; e que vão definir (a partir do poder do outro) a forma de satisfação das necessidades de quem as sente<sup>9</sup>. A interiorização destas normas e padrões faz com que o indivíduo as veja como dele, e não exigência externa (IASI, 1999).

Apesar de outras relações sociais no decorrer da vida terem potencial para reverter as relações iniciais dos indivíduos e sua primeira forma de consciência, de modo a torná-los sujeitos ativos, não é o que ocorre na maioria dos casos. Mas sim a interiorização de uma lógica externa como reflexo da primeira manifestação da consciência e da compreensão do mundo pelo vínculo particular imediato. “(...) Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação”, manifestação inicial da consciência (e não ausência dela), enraizada em carga afetiva e modelos de fundo psicológico; a alienação, primeira forma de consciência subjetiva, é a base da ideologia como meio de dominação (IASI, 1999, p. 22-4).

A ideologia é a universalização da visão de mundo da classe dominante, em correspondência com as relações concretas, ancorada em dois elementos no capitalismo, que geram as condições da alienação: a propriedade privada e a força de trabalho assalariada. “A materialidade destas relações produtoras de alienação são expressas no universo das ideias como ideologia (...)” (IASI, 1999, p. 26), que encontra na primeira forma de consciência – alienada – base para sua aceitação, pois as relações de identidade com outros seres humanos

---

<sup>9</sup> Para a criança, os produtos do trabalho humano já aparecem como coisas autonomizadas. O conjunto da humanidade aparece como mundo externo materializado em coisas, que se tornam suas propriedades e satisfazem suas necessidades, mediado pelo núcleo familiar.

(e não com a sociedade) e a generalização do particular é que balizam os valores interiorizados, que aparecem como visão própria de mundo.

Essa visão de mundo, apesar da aparente coerência e criticidade, é desagregada, acrítica e desistoricizada: é o senso comum<sup>10</sup>, a filosofia dos não filósofos, mas que influi como força política externa e elemento de subordinação sobre as massas populares. Isto não implica ausência de verdades no senso comum, mas sim que é conceito equívoco, contraditório e multiforme, em que a solidez formal e a imperatividade superam a validade de seu conteúdo (GRAMSCI, 2015).

O homem participa na vida cotidiana (momento da vida ditada pela urgência dos problemas imediatos) com sua individualidade, personalidade, sentidos, sentimentos e capacidades, mas sem realizá-los em toda sua intensidade; é heterogênea (vários tipos de atividades) e hierárquica (atividades dominantes). O homem já nasce inserido na vida cotidiana e amadurece a partir do desenvolvimento das habilidades para vivê-la, da assimilação, da manipulação das coisas e, conseqüentemente, das relações sociais e das formas de intercâmbio. Este amadurecimento para a cotidianidade começa em grupos, como a família, onde o indivíduo – ser particular (o “eu”, suas necessidades e manifestação das paixões) e ser genérico (o “nós”, como expressão e produto das relações sociais) – aprende costumes e normas da cotidianidade. O mais comum é que o humano-genérico se subordine aos afetos e desejos do eu particular, donde surge a necessidade da moral (ética como motivação) e sua função inibidora (HELLER, 2000).

No pensamento cotidiano<sup>11</sup> impera a efemeridade das motivações e a rigidez do modo de vida, Mas sem serem absolutizados, pois há personalidades

---

<sup>10</sup> A primeira expressão da classe trabalhadora é uma não classe, um momento da serialidade, em que são apenas trabalhadores agrupados, mas sem se constituir como coletivo; vendo-os uns aos outros, inclusive, como adversários na disputa por um lugar nas relações de produção. É ainda um indivíduo encapsulado. A consciência que se expressa nesse momento é a reificação (Lukacs), senso comum (Gramsci) ou alienação (Marx). É a consciência dos trabalhadores no momento da serialidade (Sartre), a forma imediata de consciência, imposta pela ideologia burguesa (IASI, 2022).

numa cotidianidade não alienada, potencialidade aberta a todo ser humano de uma individualidade consciente e que altera as atividades heterogêneas da vida. Ou seja, a aproximação entre ser individual e ser genérico perpassa a superação da alienação e nova ordenação da cotidianidade, que se converte em ação moral e política. Uma nova forma de pensamento (teoria) e comportamento (práxis) cotidianos, em que a vida cotidiana possa ter certa participação na construção de uma unidade entre pensamento e ação que promovam o desenvolvimento humano genérico (HELLER, 2000).

Para tanto, é preciso superar os preconceitos, juízos provisórios que emanam das classes dominantes e que apelam ao conservadorismo, inabalados pela razão e pela refutação científica. É possível estabelecer, por conseguinte, uma relação entre a primeira forma de consciência (IASI, 1999), o senso comum (GRAMSCI, 2015) e a vida cotidiana (HELLER, 2000), expressões e produtos de uma forma de vida pautada pela ideologia da classe dominante, que reproduz a cisão entre o ser particular e o ser genérico e impede a emancipação humana.

Essa primeira forma de consciência, que se instala como senso comum, se dá encharcada de afetividades, tornando-a difícil de ser problematizada. Inclusive porque prepondera uma concepção desagregada, incoerente e inconsequente do mundo, que tende a ser reforçada no mundo escolar, religioso e das relações de produção. Contudo, no capitalismo as condições materiais estão em constante transformação, ao passo que “(...) as relações sociais de produção e sua manifestação e justificativa ideológica devem permanecer estáticas em sua essência” (IASI, 1999, p. 31).

---

<sup>11</sup> Na forma burguesa, marcada pela alienação e reificação da mercadoria, a cotidianidade é o momento da vida em que o indivíduo está funcionando para resolver problemas imediatos, muitas coisas ao mesmo tempo, com dificuldade de aprender novas coisas. As características da vida cotidiana são: 1- espontaneidade (resposta aos problemas sem reflexão); 2- tomada da probabilidade por certeza (pois não há espaço para a segurança científica); 3- economicismo (senso comum tende a dar atenção para o imediato, economia de energia); 4- unidade imediata de pensamento e ação (não há tempo para elevar as ações ao plano da teoria); 5- indiferenciação entre correto e verdadeiro; 6- ultrageneralização, que tem como maior recurso a analogia; e 7- imitação para assimilação do sistema consuetudinário (IASI, 1999).

Esta é a contradição da primeira forma de consciência, uma ruptura entre a ideologia (valores interiorizados) e a realidade em mudança (relações atuais), o que gera no indivíduo isolado um conflito interno e subjetivo que se manifesta como revolta. Esta contradição abre a possibilidade da crítica, mas também de uma saída conservadora e até reacionária (encaixar a realidade na sua subjetividade). A consciência pode caminhar ou não para formas mais elevadas pela revolta<sup>12</sup>, e as relações que a pessoa estabelece é que vai determinar isso. Para tanto, desempenha relevante papel o grupo, isto é, um salto de qualidade na forma de consciência pela identidade com o outro e a ação coletiva para mudar – e não apenas aceitar – o que se apresenta como injusto, o enfrentamento. Este é o desenvolvimento para a segunda forma de consciência: a consciência em si, ou reivindicatória (IASI, 1999).

A segunda forma de consciência ainda se baseia nas relações imediatas, mas não mais do ponto de vista individual. Pode desenvolver-se para uma forma mais elevada, mas ainda tem traços da primeira forma de consciência, de satisfação dos desejos como responsabilidade do outro (Estado ou patrão, por exemplo), a manifestação do inconformismo a partir das formas e condições já estabelecidas. É uma forma importante para a superação do senso comum e da alienação, mas ainda reivindica dentro dos limites, instituições e possibilidades do capitalismo em si. Enquanto classe nega o capitalismo afirmando-o, uma vez que a segunda forma de consciência<sup>13</sup> ainda é prisioneira das aparências e das vivências particulares, e lida com os sintomas e não as causas dos problemas (IASI, 1999).

---

<sup>12</sup> A revolta, experiência solitária de sofrimento, pode desembocar: 1- na resignação, reforçando o aspecto de naturalização do senso comum (prato cheio para soluções individuais do problema que o levou ao sentimento de injustiça); 2- no ressentimento, que pode ser canalizado por agentes políticos conservadores ou reacionários, que se apresentam como contrário à ordem, mas que a reforçam; 3- no enfrentamento das condições percebidas como injustas para ele e para os outros, numa identificação entre os indivíduos que pode gerar processos coletivos (IASI, 1999).

<sup>13</sup> Quando a consciência estagna na segunda forma, tendem a se reapresentar elementos característicos da alienação e do senso comum. Cada indivíduo novamente serializado volta a ser um espectador passivo de situações que ele não controla. E isso serve também para movimentos e partidos sociais. Pode descambar para um reformismo que, diante da impossibilidade de implementação, prioriza a ordem vigente.

No entanto, é das contradições acima elencadas que surge a possibilidade do indivíduo transcender o grupo e os vínculos mais imediatos com a realidade, e buscar compreender a essência das coisas. Em outras palavras, dar um salto qualitativo para a terceira forma de consciência, que concebe a transformação como objeto de um sujeito coletivo e histórico: a consciência “para si”, revolucionária; a transição do motor coletivo para a satisfação individual dos desejos em direção à classe como sujeito histórico.

A contradição desta terceira forma está no fato de que só se vivencia a alteração da consciência individualmente, porém o processo de transformação para realizá-la é social, podendo levar à dissonância entre o indivíduo e a classe. Aqui a mediação política surge tentando aproximar essa dissonância, da consciência sem condições de realizar-se senão na prática sobre uma realidade que nem sempre oferta as condições objetivas para tal. Mais uma vez, há o sofrimento do indivíduo em conflito como sendo ele mesmo uma contradição, e não expressão dela, ao passo que o alienado enquadra-se na “normalidade”. Porém, este indivíduo está munido agora de uma nova forma de consciência, e pode buscar mediações políticas para a construção das condições subjetivas da revolução nessa luta entre a ansiedade e a depressão (IASI, 1999).

A esta contradição soma-se a temporalidade como limite pessoal para a transformação da realidade, pois o indivíduo é o núcleo da sociedade capitalista e, portanto, a luta e o objetivo de vida é acumular para si e a família, o que se encerra com a morte para aquele que não se enxerga no outro<sup>14</sup>. A potencialidade de vitória da classe trabalhadora é tarefa que requer novo indivíduo, que compreenda a temporalidade para além de si próprio, na continuação da obra coletiva. E requer nova consciência, que na sociedade capitalista existe de forma embrionária e depende da combinação entre a luta das ideias e as bases objetivas, a determinação material. Isto é, uma luta teórica para que as ideias e valores da classe deem unidade e coerência à sua concepção de mundo como valor universal (IASI, 1999).

---

<sup>14</sup> Por isso a religião mostra como solução a continuidade da alma privada.

Percebe-se, portanto, que a transição da primeira forma de consciência – senso comum, fundado na alienação e base material para a ideologia – para a consciência de classe “em si” e “para si” envolve mediações entre as unidades contraditórias do indivíduo e do grupo, do campo ideal e da realidade material que o determina e que é por ele tensionada. E esse desenvolvimento das formas de consciência não é um processo linear e progressivo, uma vez que a contradição entre a ideologia individualizada e a realidade em constante movimento, pelas próprias leis de desenvolvimento capitalista, gera uma experiência de sofrimento e sentimento de revolta que pode desaguar em resignação, ressentimento ou enfrentamento. E somente neste último caso é que se abre a possibilidade para formas não alienadas de consciência.

E como somente pela existência do grupo isso é possível, resta claro por que Marx (2017) – em seu debate com Proudhon – reitera a importância das coalizões de trabalhadores como primeiras tentativas de associação de interesses comuns de pessoas díspares contra o patrão. Melhor dizendo, caminho para cessar a concorrência entre os trabalhadores e concorrerem contra os capitalistas. Enquanto estes últimos se organizam para reprimi-los, mais as coalizões tendem a se associar e ganhar importância maior que a própria manutenção dos salários.

Se a existência de uma classe oprimida é condição *sine qua non* do capitalismo, a libertação desta classe só é possível em uma nova sociedade, que separa os poderes produtivos adquiridos das relações sociais existentes. Isto é, em sua mais alta expressão, a luta entre burguesia e proletariado é uma revolução total. E até que isso ocorra e as revoluções políticas deixem de ser necessárias, todo movimento social é um movimento político e de luta, cujo destino depende em grande medida da forma de consciência gestada pelas contradições concretas e que interagirá para a transformação da realidade. No entanto, enquanto as condições objetivas para a transformação societária tendem a se estabelecer a partir do próprio desenvolvimento das contradições do modo de produção, as condições subjetivas necessárias a

tal fim não frutificam de forma autônoma ou espontânea, o que abre o debate para o papel dos movimentos sociais – e partidos – sobre a consciência de classe e a conversão da classe “em si” em classe “para si”.

#### 4. Movimentos Sociais, Partidos e Consciência de Classe

No tópico anterior foi feita uma breve análise sobre as possibilidades e limites da passagem do senso comum para a consciência reivindicatória (classe “em si”)<sup>14</sup> e, desta, para a revolucionária (classe “para si”)<sup>15</sup>. Este, contudo, não é um processo linear, pois os movimentos sociais que expressam interesses de um grupo podem se cristalizar no estágio reivindicatório, compatível com a manutenção do Estado burguês e com a integração do movimento no interior deste. A chave para a compreensão dos movimentos sociais reside na sua relação com as classes sociais em sua fase reivindicativa. A teoria (combate à ideologia dominante e ao senso comum) faz a mediação da passagem para a terceira forma de consciência<sup>17</sup>.

Para tanto, é preciso uma análise crítica dos “novos movimentos sociais”<sup>18</sup> (NMS), que se formam a partir da experiência imediata e das identidades entre seus participantes, com deslocamento da centralidade do conflito

---

<sup>15</sup> A passagem da segunda para a terceira forma de consciência perpassa a teoria. Sem a mediação da teoria (não necessariamente acadêmica) não há consciência revolucionária; não basta a vivência da injustiça. Superar a forma ocasional e desagregada de consciência exige proceder a um inventário crítico. Uma depuração da consciência para livrá-la dos multiconformismos, típico do senso comum.

<sup>16</sup> Não há uma tendência natural de elevação das formas de consciência e, mais importante ainda, não há sedimentações em qualquer uma destas formas, como se a consciência fosse algo adquirido e que, dali em diante, só pode se elevar. Tal qual a realidade concreta, essas formas de consciência são movimento e contradição, podendo um indivíduo ou grupo transitar frequentemente entre elas.

<sup>17</sup> A luta de classes pode articular os conflitos sociais sem uniformizá-los. “Trata-se então de enfrentar a dupla tarefa de, por um lado, encontrar e sublinhar a identidade sob a diferenciação e a contradição aparentes, assim como, por outro lado, encontrar e sublinhar a diversidade sob a aparente identidade” (NEVES, 2020, p. 49).

<sup>18</sup> Apesar dos movimentos sociais de luta contra os opressores não serem uma novidade histórica, inclusive no capitalismo, eles não se desenrolam num pano de fundo estático ou suspenso. As relações sociais na base e as linhas de força do mundo em que estão e querem criar precisam ser apreendidos. “Novos movimentos sociais” (NMS) geralmente são datados pela sociologia acadêmica nos anos 1970-1980, como fruto de transformações da realidade concreta e do esgotamento das “velhas” formas de fazer política, que passam a ser objeto de crítica. São forças construídas pela base em prol de projetos emancipatórios particulares, construídos pelo fazer cotidiano e pelas demandas mais imediatas como meio de politização dos espaços e enfrentamento ao anacronismo socialista, de uma revolução incerta.

capital-trabalho. Aqui entra em pauta a estratégia democrática (embates organizados em torno do aprofundamento democrático e conquistas sociais) e a estratégia socialista (cujo objetivo final é superar a sociedade de classes, passando pelo Estado proletário como transitório), o que pode ser feito levando em conta três pontos: 1- há exagero no antagonismo entre os NMS e os partidos e sindicatos, como se estes últimos fossem verticalizados e sem reconhecimento das diversidades dos sujeitos políticos; 2- a negação da centralidade do trabalho na produção do valor leva à relativização do conflito capital-trabalho, visto pelos NMS como sem potencialidade enquanto instrumento de luta, fruto da confusão entre mudanças no padrão de acumulação com mudanças nas relações sociais fundamentais do capitalismo; 3- a ênfase no ineditismo oculta o patrimônio e o protagonismo de luta dos setores oprimidos. Portanto, as mudanças societárias de meados do XX não invalidam a necessidade de projetos emancipatórios totalizantes, uma vez que o capitalismo aprofundou seu viés destrutivo (NEVES, 2020).

Mas como apreender a estratégia correspondente a um determinado ciclo histórico? Isto é, aquela traçada em momento de constituição de uma classe como sujeito político, o que se alia ao desenvolvimento da consciência dessa classe e, por consequência, às formas de organização, instrumentos políticos e de luta. No Brasil são dois grandes ciclos: 1- a estratégica nacional e democrática<sup>19</sup> (acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para o socialismo); 2- o ciclo PT ou estratégia democrático-popular (alargamento da democracia – ampliação de direitos e participação política – e ocupação do Estado que, em choque com a classe dominante, levaria ao socialismo) (MARTINS, 2019).

A passagem ao socialismo como um processo democrático e pacífico é uma das chaves de leitura de Lenin, que prevê a possibilidade de controle do Estado burguês pelo proletariado, e se expressou no Brasil pela estratégia nacional e democrática (END), a partir dos anos 1930, e pela estratégia democrática e popular (EDP), no período PT. Ou seja, é o vislumbre de um

---

<sup>19</sup> Esta estratégia foi alvo de acirrado debate e disputa dentro do PCB em meados do século XX.

caminho político que se desenvolve a despeito das relações sociais tipicamente capitalistas (NEVES, 2020b).

A END, ancorada na ideologia do desenvolvimento nascida na Guerra Fria, tem o horizonte utópico do desenvolvimento (nas bases capitalistas de produção) em permanente disputa, abarcando distintos projetos políticos e processos históricos desde meados do século XX. *Grosso modo*, defende a superação dos problemas econômicos e sociais dentro do próprio capitalismo, que os engendra, numa circularidade comum no pensamento econômico contemporâneo (PRADO, 2019).

Já a EDP calçou-se em três incompreensões que desembocaram na conciliação de classes e abdicação da revolução pela classe trabalhadora: 1- o potencial civilizatório do desenvolvimento capitalista no Brasil ante o capitalismo mundial; 2- o comportamento político das classes (há fragmentação e invisibilidade da classe trabalhadora, com aumento da desigualdade e impactos sobre a consciência de classe, que se prende ao transformismo); 3- o caráter de classe e da forma política do Estado brasileiro (instituições democráticas são incapazes de gerir nosso capitalismo sem recorrer à coerção para conformar o consenso) (IASI, 2019).

É preciso entender como uma força inovadora subalterna se converte em grupo dirigente e dominante, com autonomia em relação aos inimigos que visara abater e adesão de outros grupos que o ajudaram nesta tarefa de se unificarem em Estado (GRAMSCI, 2015b). A parte mais dinâmica da estrutura ideológica da classe dominante é o setor editorial, juntamente com tudo que influi sobre a opinião pública, direta ou indiretamente. A classe inovadora precisa, então, do espírito de cisão para se contrapor a isso (GRAMSCI, 2016).

Espírito de cisão é a conquista da consciência da personalidade histórica para que os grupos subalternos, com suas forças inovadoras, transformem-se em grupos dirigentes e dominantes, com autonomia e unificados num Estado. É objetivo cuja realização depende da capacidade de unificarem em si outros grupos, do trabalho ideológico para o rompimento da ideologia

tradicional; é o momento de reflexão teórica e instância sobre a qual se constrói a história da vida dos grupos subalternos (LACORTE, 2017). É a capacidade de a classe desenvolver sua autonomia integral, num projeto de superação da sociabilidade vigente.

Nesta tarefa urge não engrossar a confusão entre as mudanças pelas quais passa o capitalismo contemporâneo e a negação do conceito de classe social de Marx, já que não há alterações nos elementos constitutivos das relações capitalistas nem nas leis fundamentais do valor. Permanece a propriedade privada dos meios de produção e a relação social entre os vendedores da força de trabalho (expropriados) e os capitalistas (que extraem mais-valia) (IASI, 2009).

A sociabilidade contemporânea apresenta-se a partir de identidades e pertencimentos pulverizados, multifacetados, exatamente para que a pluralidade de solidões e a cisão entre grupos faça surgir, como única consciência possível, a soma dos vários pontos em que o indivíduo transita<sup>20</sup>; algo ocasional, heterogêneo, efêmero e sem uma totalidade que dê significado às expressões particulares. Mas ainda assim uma forma de consciência real – porque expressa no âmbito ideal as relações sociais da sociabilidade contemporânea – e efetiva – porque articula pertencimentos e identidades onde estava a consciência de classe. É o senso comum elevado à consciência universal de uma época, a opinião substituindo a verdade, a consciência submetida à reificação. É um momento específico do processo de consciência, o da crise aguda da sociedade capitalista, que, não podendo orientar para o socialismo, tem como alternativa a falência da razão (IASI, 2017).

E esta materialidade histórica impacta diretamente os movimentos sociais, uma vez que na contemporaneidade do capitalismo (com a derrota universal das experiências revolucionárias socialistas) instalou-se um quase consenso democrático na ampla maioria dos movimentos de esquerda, que

---

<sup>20</sup> “Se conseguirmos olhar além dessa espessa cortina de fumaça ideológica repleta de ‘interessantíssimas’ questões acadêmicas, talvez voltemos a nos dedicar a questões um pouco mais prosaicas e urgentes: organizar as condições subjetivas de nossa classe na perspectiva de uma revolução socialista, gerando as condições para que a ação forme ‘proletariado enquanto proletariado’” (IASI, 2011, p. 120).

tendem a se prender ao possibilismo e a enxergar a transição para o socialismo como algo prematuro.

Marx e o próprio Lenin explicitam que a transformação subjetiva dos homens e mulheres deve coincidir com a transformação das circunstâncias materiais, sem ilusões quanto ao Estado burguês ou ao fato de que a revolução socialista prescinde de um momento de violência, exatamente para que o Estado proletário possa garantir o alargamento democrático. Sem isso, há aprisionamento do proletariado em formas parciais de consciência e na política oportunista que reitera o Estado burguês (NEVES, 2020b).

Sob esta perspectiva, sanar os problemas que afligem a classe trabalhadora perpassa a formulação e generalização de uma filosofia da práxis (bom senso ao invés de senso comum) que conceba o mundo de forma consciente, coerente, crítica e histórica; que supere a maneira precedente de pensar e unifique teoria e prática; que combata a fé que o homem do povo nutre em relação ao grupo social ao qual pertence e que pensa difusamente, como ele. Para tanto, o movimento cultural que pretende substituir o senso comum precisa repetir incansavelmente seus argumentos, variando a forma, e trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente as massas populares, o que modifica o panorama ideológico de uma época (GRAMSCI, 2015).

Por isso as populações do campo e da floresta precisam de todo conhecimento crítico que se possa reunir. Bem como os trabalhadores urbanos precisam compreender a dinâmica social totalitária ditada pelo capital, divulgada como natural e inescapável. E compreender a totalidade, em Marx, não é saber tudo, mas conhecer o ponto que contraditória e desigualmente une o planeta sob a égide do capital, com os pés na concretude das relações sociais. Adquirir arsenal teórico com a sensibilidade das condições reais atuais, aprender com os clássicos e superá-los, elaborar formulações teóricas que unifiquem os diversos movimentos sociais que lidam com as contradições da lógica do capital (FONTES; MIRANDA, 2014)

Muitas vezes evocam-se os desdobramentos da Revolução Russa para legitimar a tese de que a revolução socialista é prematura, que ainda não é

o momento propício, como se as condições objetivas para tal se desenvolvessem automaticamente, ou como se houvesse uma relação de ordem temporal linear (e não dialética) entre subjetividade e objetividade. A tese de revolução prematura tem origem nos próprios mencheviques (em especial Kautsky) e ganha vigor após a queda da URSS, como se as lutas e revoluções não tivessem lógica própria e pudessem ser autolimitadas sem forçar adequação à ordem e limitar as próprias aspirações das massas. É uma ideia de história regrada, predeterminada, e não como amplo horizonte de possibilidades<sup>21</sup>.

Diferente da ideia kautskyana de caixa de marchas progressivas em direção ao socialismo (que acarreta o abandono do socialismo ao curso do tempo), Lenin não reduz o político ao social, mas vê no partido a tarefa de decifrar politicamente as manifestações das contradições sociais, mediando estratégia e tática em tempo kairótico, numa revolução que não se dá por ato único. É o momento em que os de cima não podem mais, os de baixo não querem mais e os do meio hesitam, em que um projeto político se afirme no instante crítico (relevância dos partidos) (BENSAID, 2000b).

Em períodos de crise do capitalismo, se acirram a angústia e o irracionalismo. Já em períodos de maior estabilidade movimenta-se o formalismo pseudorracional da “miséria da razão” (como é o caso do agnosticismo positivista e estruturalista), os valores burocráticos, a racionalidade tecnológica e a conformidade com o sistema. Em todos os casos, o humanismo (que revelaria a irracionalidade de uma época marcada pelo consumo supérfluo e insensato), o historicismo concreto (que apontaria as mudanças e transformações latentes) e a razão dialética (que revelaria a contradição entre um mundo aparentemente “organizado” e a irracionalidade da sociedade) continuam como inimigos da “miséria da razão” (COUTINHO, 2010).

Tais elementos ganham contornos ainda mais críticos no século XXI, em que as alternativas revolucionárias do proletariado e as experiências

<sup>21</sup> “Falar nesse caso de revolução prematura significa um retorno a enunciar um julgamento de tribunal histórico, em vez de se colocar do ponto de vista da lógica interna do conflito e das políticas que se defrontam” (BENSAID, 2000, p. 175).

fascistas foram derrotadas, originando um consenso democrático que aglutina esquerda e direita em torno do neoliberalismo e da falta de alternativas fora da institucionalidade.

Face à dificuldade de sentir e representar o mundo contemporâneo – cuja sensação vigente é de vazio e confusão – a pós-modernidade se condensa no cotidiano pela individualização, consumismo e predomínio da informação. A expansão do capital converteu os componentes da esfera cultural em mercadorias, estrutural à produção frenética de novos bens; economia e cultura se desdiferenciam. É exatamente o aprofundamento e universalização da lógica da produção de mercadorias, levando ao paroxismo a alienação, o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais, que requer mudanças da cotidianidade e da cultura expressas no pós-modernismo. Ou seja, não é o nascimento de uma nova sociedade, pós-industrial, mas sim mudanças que não negam as estruturas essenciais do capitalismo que se expressam na pós-modernidade, e que reforçam o vínculo desta com o racionalismo formal e a miséria da razão (EVANGELISTA, 2001).

Ademais, vige na atual crise, também, a ampliação do irracionalismo, que ensejou os movimentos fascistas clássicos e hoje movimentam o neofascismo. Os movimentos fascistas inovaram na prática política contrarrevolucionária, pelo culto da violência irrestrita, o populismo<sup>22</sup> como catalisador de base de massas (massificação da política contrarrevolucionária através do discurso populista) e a apologia à chefia carismática. Porém, a comparação entre fascismo e populismo dos anos 1930 e os dias de hoje é precipitada. Apesar dos paralelismos históricos, nesta segunda crise dos sistemas liberais há diferenças essenciais: 1- a inexistência da ameaça revolucionária à ordem permite prescindir das soluções ditatoriais e das formas extremas de violência; 2- a demagogia populista da xenofobia, racismo, autoritarismo e nacionalismo não é mais exclusiva de movimentos protofascistas, e foi

---

<sup>22</sup> O termo populismo é exemplo de promiscuidade conceitual, usado para classificar movimentos historicamente diversos, de significados múltiplos e contraditórios. A única consistência é a designação adversarial, que esclarece mais sobre quem designa que sobre o seu objeto (área identitária de rejeição, dispositivo de agregação por um lado e exclusão por outro) (LOUÇÁ, 2018).

apropriada por partidos neoliberais e social-liberais; 3- não é mais preciso angariar base de massas pela intermediação fascista, pois os partidos nucleares controlam a mídia de massas e as redes de informática; 4- populismo é agora também recurso de esquerda, centrada mais em reprovação ética do que antagonismo de classe (ROSAS, 2018).

Os populismos hoje existentes emergem da segunda crise do liberalismo e enunciam as formas de decadência das democracias burguesas, presas ao “centro vital” como único lugar da política. Tal centro não é fixo, desloca-se de acordo com conveniências, e é fruto da ruptura com a social-democracia e sua absorção pelo neoliberalismo. O que importa agora é gerir, e não eliminar o capitalismo. Por isso os populismos de direita flertam com o autoritarismo (tensão entre neoliberalismo e democracia) e os de esquerda ignoram o programa que deveriam tornar consciente (estratégia discursiva sem estratégia política) (LOUÇÃ, 2018).

E isto figura como um grande problema, já que as crises (sociais, econômicas, políticas, psíquicas, humanas, ambientais etc.) estão no gene do capitalismo, e só enfrentando-o é possível saná-las. Prender-se às instituições burguesas como meio de sanar os problemas imanentes à sociedade burguesa é ignorar que o Estado capitalista apresenta a dominação de classes e suas contradições como algo natural e possui duas expressões inseparáveis: a sociedade civil (conciliação de contradições sociais, com conquistas parciais para a classe trabalhadora) e a sociedade política (instância de coerção e violência, física e simbólica, em nome de uma unidade inflexível e vista como legítima por responder às leis). Como as formas políticas clássicas estão sendo desqualificadas, abrem-se brechas para as direitas belicosas e para o aprofundamento das desigualdades, de tal forma que a democracia parece ter se tornado comunista (FONTES, 2017).

Se o capitalismo esgotou sua capacidade progressista e civilizatória, qualquer forma de organização sob a perspectiva da maioria da classe trabalhadora passa pela superação desta sociabilidade. O que exclui concessões a frações do capital monopolista e imperialista e à possibilidade gradualista,

pois estas desarmam as classes para o momento da ruptura e, quando gera qualquer conquista, é pontual e facilmente reversível, incidindo diretamente sobre as formas de consciência da classe que precisa se constituir como sujeito histórico.

## **5. Considerações Finais**

O século XXI inicia com as estratégias socialistas derrotadas na maior parte do mundo, fazendo com que centro-esquerda e centro-direita trabalhem com a sociabilidade atual como um dado, se distinguindo em suas propostas, mas presos ao horizonte da ordem vigente. Mais precisamente, o centro vital da política hoje é o consenso democrático (burguês), que imerso na institucionalidade burguesa não consegue responder aos desafios históricos com o resgate de uma posição mais radical.

E esta radicalidade – tomar as problemas pela raiz – é imprescindível para que, conforme se apreenda a realidade pelo método marxiano, se perceba que a solução dos problemas que afligem a classe trabalhadora só se efetiva com o fim da propriedade privada e do trabalho assalariado. Dito de outra forma, a emancipação humana perpassa que a classe de fato universal se converta em classe “para si” e tencione o socialismo. No entanto, além de fundamentais à sociedade de produção de mercadorias, a propriedade privada e o trabalho assalariado são a base da alienação, o que permite à ideologia burguesa conformar um consenso acerca dos seus interesses e valores, apresentados como universais.

Assim, sanar os problemas em sua estrutura requer que o sujeito histórico da transformação se desvencilhe da consciência alienada, marcada pela ideologia burguesa, e transite para formas mais elevadas de consciência. Requer que o senso comum dê espaço à consciência revolucionária, que se criem as condições subjetivas (contingenciadas pela materialidade concreta) para a revolução, que a prática seja guiada teoricamente pela superação das contradições do capitalismo em suas raízes. E é nisso que os

movimentos sociais e partidos de esquerda despontam como atores que devem cumprir um papel, de mediar o mundo objetivo e a apreensão da realidade, de mediar a conversão da classe “em si” em classe “para si”.

Porém, ao mesmo tempo que a atual crise do capital faz avançar sua face coercitiva e barbarizante, ao mesmo tempo que se adensam os governos e figuras reacionárias e neofascistas, se acirra um quase consenso democrático que se instalou na ampla maioria da esquerda, inclusive da que se reivindica anticapitalista. Algo que tem guiado muitos movimentos e partidos diante da urgência de se derrotar Bolsonaro nas urnas. Os que ficam presos à inatualidade da ruptura se apoiam em quatro pontos:

- 1- Afirma-se a necessidade de união de todos os lutadores sociais em torno do mal maior, o que contraria o espírito de cisão e acarreta na aceitação implícita ou explícita de apoio aos que abraçaram a política do possível;
- 2- O capitalismo em certos países não teria amadurecido suficientemente ainda;
- 3- A luta contra o imperialismo, o latifúndio e os monopólios é mais imediata que o fim do capitalismo, o que permite alianças com setores da burguesia;
- 4- A afirmação de que é possível e necessário transitar ao socialismo pacificamente, pelo fortalecimento dos setores socialistas no interior do Estado.

Nesta estratégia, o socialismo é subordinado à manutenção do Estado (menosprezando seu caráter classista e burguês), sem tensionar a legalidade para suprimir a propriedade privada e o trabalho assalariado. É imperioso lembrar que a classe precisa experimentar novas relações para que possa conceber novas ideias e novos valores. A consciência só avança, a partir de certo ponto, se as relações também avançam, senão se concebe a transição socialista de forma idealista, somente pela política, sem mudanças na base material. Historicamente, os que assim tentaram não tiveram condições de derrotar a reação burguesa pelo restabelecimento da ordem.

Em outras palavras, os revolucionários plenos não se formam na “escola do partido”, numa preparação da consciência descolada da realidade, preparada de antemão para atuar sobre ela. A elevação de formas de consciência e

a base material não são apartadas no tempo e no espaço. As condições subjetivas e objetivas da revolução (conversão do proletariado em classe “para si”) interagem dialeticamente. Portanto, a revolução não pode ser feita dentro da temporalidade burguesa, mas requer momentos de condensação temporal com enfrentamentos em que alguns dias valem por anos, algo que fica impossibilitado quando o consenso democrático (burguês) se instala como horizonte estratégico de luta. Em última instância, a revolução socialista sempre será prematura para aqueles que consideram o capitalismo imaturo.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987
- BENSAID, Daniel. As Questões de Outubro. In: LOWY, Michel; BENSAID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000
- BENSAID, Daniel. Lenin, ou a Política do Tempo Partido. In: LOWY, Michel; BENSAID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000b
- BENSAID, Daniel. Trabalhar para a incerteza. Em: BENSÁID, Daniel; LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000c
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997
- EVANGELISTA, João Emanuel. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. *Novos Rumos*, ano 16, n. 34, 2001
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, n. 130, São Paulo, 2017
- FONTES, Virgínia; MIRANDA, Ary Carvalho de. Pensamento Crítico e as populações do campo, da floresta, das águas...e das cidades. *Tempus, actas de saúde colet.* v. 8, n. 2, Brasília, 2014
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 03 (1930). In: *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 8.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 1. 8.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- Gramsci, Antonio. Caderno 25 (1934): Às margens da História. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 5. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 6.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000
- IASI, Mauro. Classes, luta de classes e consciência. *Clássicos do Marxismo*, aula proferida para o curso em 30 de março de 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_zwh\\_BvxEtE](https://www.youtube.com/watch?v=_zwh_BvxEtE)
- IASI, Mauro. Classes Sociais e a reestruturação produtiva do capital. *Novos Temas: Revista de Estudos Sociais e Ciências Humanas*. Salvador: Quarteto, São Paulo: ICP, 2009
- IASI, Mauro. Consciência e pertencimento de classe na nova configuração do trabalho. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. S. (orgs.). *Avesso do Trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017
- IASI, Mauro. Epílogo: o inventário da estratégia democrático-popular e a busca de um caminho para a revolução brasileira. In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- IASI, Mauro. O conceito e o “não conceito” de classes em Marx. In: IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- IASI, Mauro. O método: categorias fundantes no século XXI. *Trabalho Necessário*, v. 17, n. 32. 2019b
- IASI, Mauro. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017
- IASI, Mauro. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- LACORTE, Rocco. Espírito de Cisão. Verbetes. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano: 1926-1937*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017

- LOUÇÃ, Francisco. A maldição populista na bola de cristal do século XXI. In: HONÓRIO, Cecília (coord.). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China, 2018
- LÖWY, Michael. A dialética marxista do progresso. In: BENSÄID, Daniel; LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000
- LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- MARTINS, Caio et al. A “estratégia democrático popular” e um inventário da esquerda revolucionária. In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- MARX, Karl. “Prefácio” à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*. 2.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- MARX, Karl. Trabalho alienado e propriedade privada + Caderno II (Fragmento). *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- NEVES, Victor. Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista. *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 14, 2020
- NEVES, Victor. Lendo Lênin pela lente democrática: sobre a recepção de seu pensamento e o problema da estratégia revolucionária. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, n. 2, Salvador, 2020b
- PRADO, Fernando Correa. Ideologia do Desenvolvimento, Teoria Marxista de Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular. In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- ROSAS, Fernando. Fascismo e populismo: elementos para uma reavaliação histórica. In: HONÓRIO, Cecília (coord.). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China, 2018

LUCIANO ALENCAR BARROS

## A DÉCADA MAIS QUE PERDIDA DO BRASIL

Recebido em 08/02/2022

Aprovado em 17/ 7/2022

# A DÉCADA MAIS QUE PERDIDA DO BRASIL

## Resumo

O presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro econômico de empobrecimento absoluto e concentração de renda que se refletem na deterioração de diversos indicadores sociais, inclusive com o retorno do país ao mapa da fome.

**Palavras-chave:** economia brasileira; economia política; macroeconomia

## LUCIANO ALENCAR BARROS

Doutor em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O autor contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: [luciano.barros.ufrj@gmail.com](mailto:luciano.barros.ufrj@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-1607>

## **Abstract**

This article seeks to analyze, from a political economy approach, the Brazilian macroeconomic performance in the second decade of the 21st century. The objective is to contribute to the understanding of the determinants of the current situation in the country, of impoverishment, and concentration of income, which are reflected in the worsening of several human development indexes, including the return of Brazil to the hunger map.

**Keywords:** Brazilian economy; political economy; macroeconomics

**Classificação JEL:** N16; P16; E60

## I. Introdução

A partir do início do século XXI a economia brasileira aumentou sua taxa de crescimento, mas reduziu-a fortemente entre 2008 e 2009 por conta da crise financeira global. Em função de uma série de medidas anticíclicas, o crescimento se recuperou rapidamente, chegando, em 2010, a impressionantes 7,5%. A partir daí, contudo, o PIB brasileiro passou a crescer com taxas decrescentes: tinha início a década mais que perdida (2011-2020).

Depois deste rápido crescimento pós-crise, o governo Dilma desacelerou a economia, em um primeiro momento por conta de políticas macroeconômicas que visavam aumentar o peso do setor industrial privado na produção, e em seguida por uma agenda contracionista que foi pressionado a adotar (BARROS, 2021). O PIB, que crescera a uma média de 4,5% entre 2006 e 2010, passaria a crescer a uma média de 2,3% durante o primeiro mandato da presidente (2011-2014). Dentro da lógica da “espiral contracionista” – na qual uma política econômica contracionista contribui para a redução do ritmo de crescimento, o que aumenta a relação dívida/PIB e subsidia o discurso de defesa da austeridade, em um processo que se retroalimenta – a economia entrou em recessão em 2015 e 2016.

Com a consumação do primeiro golpe da direita, o processo de *impeachment*, cristalizou-se uma linha de política econômica pautada no controle de gastos (simbolizada na Emenda constitucional 95/2016, a chamada “Lei do Teto de Gastos”) que contribuiu para a estagnação na taxa de crescimento em aproximadamente 1,5% ao ano entre 2017 e 2018. Um segundo golpe, dessa vez para impedir que o ex-presidente Lula participasse das eleições, possibilitou a vitória eleitoral de um candidato comprometido com tal linha, de modo que se registrou uma taxa de crescimento, em 2019, de 1,2%. Neste contexto de estagnação, a crise decorrente da pandemia afundou de vez a economia, que caiu quase 3,9% em 2020. A década mais que perdida terminaria deixando um legado de empobrecimento, concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais, além das centenas de milhares de mortes por conta da crise sanitária.

O presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro do país, de empobrecimento absoluto e concentração de renda, que se refletem na piora de diversos indicadores sociais, inclusive com o retorno ao mapa da fome. Para tal o artigo se divide em mais quatro seções, além desta introdução. A seção 2 analisa a desaceleração do primeiro mandato de Dilma; a seção 3 o decréscimo observado no seu segundo mandato (que seria finalizado por seu vice, Michel Temer); a seção 4 examina o desempenho econômico da primeira metade do governo Bolsonaro e o grave quadro brasileiro atual; e por fim a seção 5 conclui o artigo.

## **2. O erro da esquerda: a desaceleração do governo Dilma I**

A economia brasileira cresceu, no ano de 2010, a uma taxa de 7,5% em termos reais, o melhor resultado desde a década de 1980. Isto se deveu à aceleração do crescimento processada a partir de 2004 em função de políticas econômicas expansionistas adotadas em um contexto internacional favorável, às fortes medidas anticíclicas adotadas após a crise financeira de 2008, e ao encolhimento do PIB de 2009, usado como base para se calcular o crescimento de 2010 (o que gerou um considerável efeito estatístico). Este elevado crescimento e o fato de a inflação ter se aproximado do teto da meta<sup>1</sup> fez com que o governo pisasse no freio ainda em 2010, elevando os juros e impondo medidas restritivas ao crédito, além de iniciar um processo de ajuste fiscal com o intuito de elevar o superávit primário (SERRANO E SUMMA, 2012).

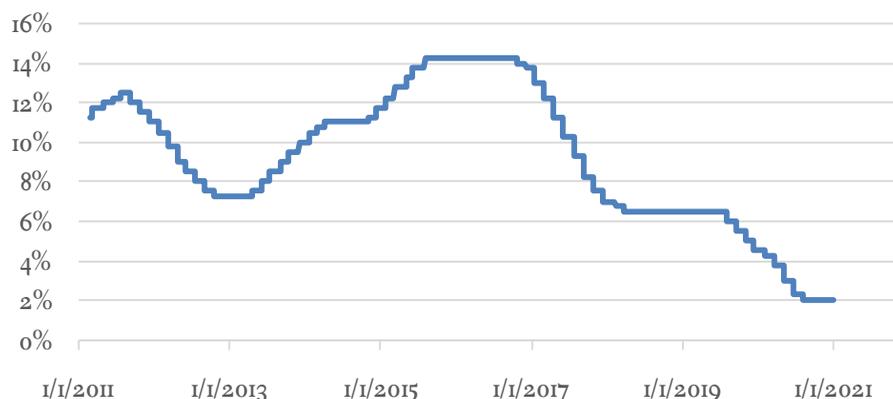
Segundo Barbosa Filho (2020) havia no mundo uma percepção generalizada de que era preciso realizar consolidações fiscais para compensar as medidas anticíclicas adotadas após a crise de 2008. Esta percepção baseava-se na ideia da “contração fiscal expansionista”, formulada por autores como ALESINA *et al.* (2002; 2018), segundo a qual a austeridade fiscal melhoraria

<sup>1</sup> O centro da meta de inflação era 4,5% e o teto 6,5%. Em 2010 a inflação (medida pelo índice nacional de preços ao consumidor, o INPC) foi de 6,47%, em larga medida influenciada pela disparada dos preços dos bens transacionáveis internacionalmente após 2009.

a confiança dos agentes e elevaria o crescimento econômico<sup>2</sup>. Assim, este desaquecimento voluntário fez com que o PIB, que crescera 9,2% em termos reais no primeiro trimestre de 2010 (em comparação com o mesmo período do ano anterior), crescesse 8,5% no segundo, 6,9% no terceiro e 5,6% no quarto, em um nítido movimento de desaceleração.

É neste contexto que a presidente Dilma Rousseff inicia seu governo, optando por dar continuidade a este processo de desaceleração da economia. Em 2011 o governo elevou os juros (gráfico 1), restringiu o crédito, reduziu os investimentos públicos e optou por não reajustar o salário mínimo (SERRANO E SUMMA, 2015). Além disso, o cenário externo favorável observado de 2003 em diante começou a mudar, passando-se a se observar redução do ritmo de expansão do crescimento e do comércio mundiais, com piora dos termos de troca brasileiros, o que se refletiu na deterioração das exportações a partir de 2010<sup>3</sup>. Assim, a economia desacelerou fortemente ao longo de 2011, fechando o ano com uma taxa de crescimento de 3,9% em termos reais em relação ao ano anterior (gráfico 2).

### Gráfico 1. Taxa SELIC



Fonte: Banco Central do Brasil

<sup>2</sup> Diversos estudos e documentos evidenciam que a austeridade não só tende a ser contracionista (FMI, 2010; FATÁS E SUMMERS, 2018), como pode ser contraproducente em termos de consolidação fiscal (JAYADEV E KONCZAL, 2010; LOPES E AMARAL, 2017) e ainda tende a ter impactos distributivos perversos (BASTAGLI *et al.*, 2012; BALL *et al.*, 2013).

<sup>3</sup> Segundo o então ministro da fazenda Guido Mantega, a ideia era fazer um rápido ajuste para então retomar o crescimento, baseando-se na premissa de que o mundo já se recuperara da crise de 2008. No entanto, segundo Mantega, o governo teria sido surpreendido pela crise europeia (SINGER, 2015).

É fundamental enfatizar que até este momento o governo gozava de um elevado grau de autonomia relativa, entendida aqui como a capacidade que um determinado Estado possui, conjunturalmente, de direcionar o processo de acumulação de capital e modificar as configurações das classes sociais e suas respectivas frações (POULANTZAS, 1977, p. 332). Esta liberdade do governo Dilma para realizar sua política econômica se explica pelo alto patamar de popularidade do presidente anterior, do mesmo partido, bem como pelo bom momento da economia, que, ainda que em processo de desaceleração, exibia um forte crescimento econômico, com inflação controlada e baixas taxas de desemprego.

Assim, dada a forte desaceleração decorrente da escolha pela continuidade do desaquecimento, o governo decidiu reorientar sua política econômica. O objetivo era estimular o crescimento, dessa vez liderado pelo investimento, especificamente o industrial. Ainda que a economia passasse por um bom momento, havia a preocupação, entre industriais, centrais sindicais e dentro do próprio governo, acerca dos processos de desindustrialização e de desnacionalização da economia<sup>4</sup>. A nova pauta econômica, por atender os interesses das associações patronais, receberia a alcunha de “Agenda Fiesp” (CARVALHO, 2018, p. 43). A ideia era estimular as exportações, reduzir o coeficiente de importação na produção nacional e impulsionar os investimentos industriais.

Para além da preocupação com esses processos de desindustrialização e de desnacionalização havia um diagnóstico, bastante disseminado no debate público, de que o crescimento até então seria insustentável, dado o peso excessivo do consumo doméstico em detrimento do investimento. A resposta para essas questões exigiria uma reorientação da política econômica por meio do ajuste de preços fundamentais, como as taxas de juros e de câmbio (LARA, 2015). Os efeitos expansionistas de reduções dos juros (sobre

---

<sup>4</sup> Esta preocupação fica explícita no artigo “Um acordo pela indústria brasileira”, publicado em maio de 2011 na *Folha de S. Paulo* pelos presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo e de duas das principais centrais sindicais. Nele os autores reconhecem o bom momento da economia até então, mas chamam atenção para “o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB”, o “déficit comercial do setor de manufaturados”, “o processo de substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados e a expressiva queda do conteúdo nacional na produção” [grifos nossos]. O artigo está disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2605201107.htm>.

consumo e investimento) e desvalorizações cambiais (sobre a balança comercial) deveriam, no entanto, ser compensados pela prudência fiscal, sob risco de excesso de demanda.

Assim, optou-se por reduzir os juros (gráfico 1), estimular o crédito, desvalorizar o câmbio, conceder isenções e desonerações, e se manter o ajuste fiscal. Este movimento do governo Dilma fica evidenciado quando se compara o comportamento das despesas primárias com o do período anterior. Há uma estagnação no nível real dos investimentos públicos (formação bruta de capital fixo, FBCF) e um aumento da taxa de crescimento da concessão de desonerações e subsídios, que passaram a exibir as mais altas taxas de crescimento entre as despesas primárias (tabela 1).

**Tabela 1. Taxa de crescimento real ao ano de receitas e despesas primárias (%)**

	2006-2010	2010-2014
<b>Receita total</b>	<b>3,6</b>	<b>1,5</b>
<b>Despesa total</b>	<b>5,5</b>	<b>3,8</b>
Pessoal	4,1	-0,4
Benefícios sociais	4,5	4,6
Subsídios	17,2	20,7
Custeio	4,8	4,5
FBCF	24,5	0,3
Outras despesas de capital	11	-2,5

Fonte: Orair (2016). Valores convertidos pelo deflator implícito do PIB.

Houve um esboço de recuperação a partir de meados de 2012, ano em que a economia cresceu 1,9% em termos reais (gráfico 2). Mas a redução do superávit primário e a elevação das despesas primárias federais como proporção do PIB (que passam de 16,8% em 2011 para 17% no ano seguinte e 17,4% em 2013) levaram à tese da “gastança”, segundo a qual o aumento dos gastos teria implicado aumento da dívida e crise fiscal, que, por sua vez, iriam implicar uma crise econômica (BARBOSA FILHO E PESSOA, 2014; MESQUITA, 2014). Os adeptos desta tese, cujas opiniões eram recorrentemente expostas

na grande mídia, defendiam uma maior austeridade nas contas públicas, isto é, a intensificação do ajuste fiscal.

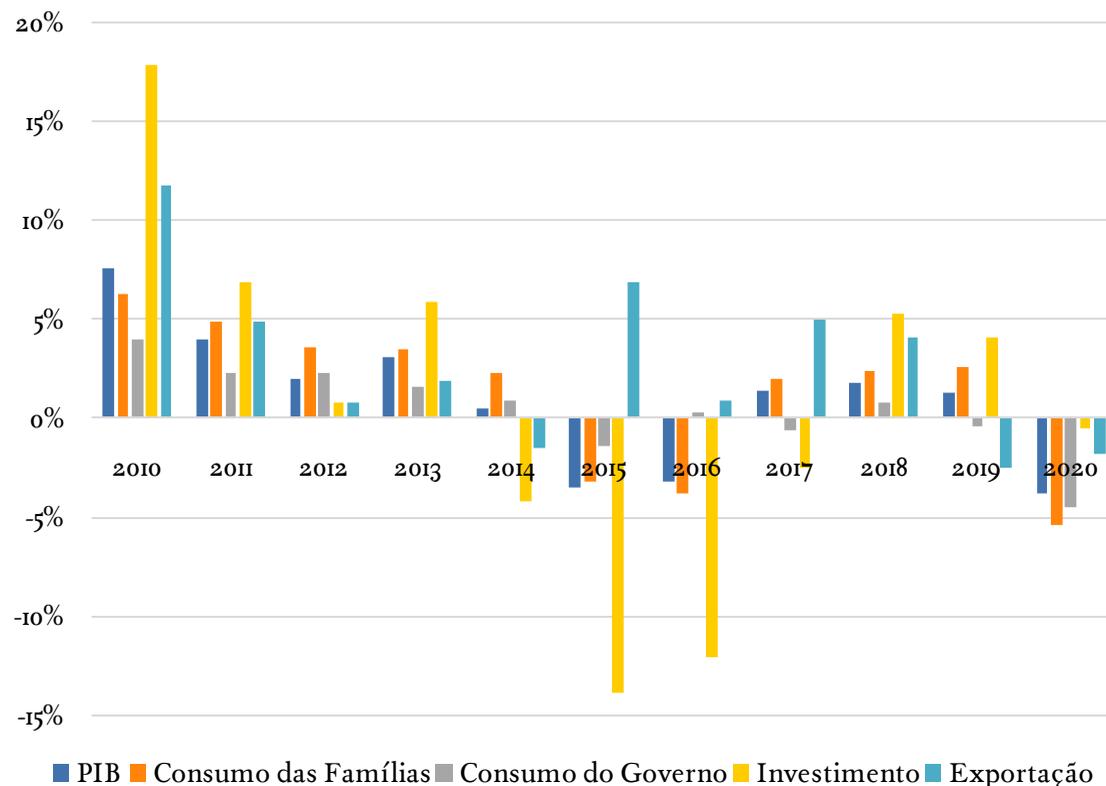
No entanto, como destacam Chernavsky *et al.* (2020), não apenas não houve “descontrole fiscal”, isto é, aumento abrupto dos gastos públicos, como a “deterioração das contas públicas”<sup>5</sup> é consequência, e não causa, da desaceleração econômica. As despesas primárias estavam desacelerando, de modo que o aumento da relação dívida/PIB se explica mais pela desaceleração ainda maior do produto (ORAIR, 2016; DWECK E TEIXEIRA, 2017; BASTOS E AIDAR, 2019). Novamente a comparação com o período anterior evidencia isto. Enquanto as despesas primárias cresceram em média 5,5% ao ano entre 2006 e 2010 e passaram a crescer 3,8% entre 2010 e 2014, as receitas primárias desaceleraram ainda mais, reduzindo a taxa de crescimento de 3,6% ao ano no primeiro período para 1,5% no segundo (tabela 1).

O esboço de recuperação seria bruscamente revertido a partir de 2013, ano em que a taxa de crescimento real do PIB foi de 3% (gráfico 2). Em um cenário externo cada vez menos favorável, a política fiscal passou a contribuir cada vez menos para o crescimento, dada a desaceleração e o rearranjo do gasto público que não só arrefeceu seu impulso direto à demanda, como também reduziu seu multiplicador fiscal (ORAIR E GOBETTI, 2015). A economia começava a entrar no “círculo vicioso da austeridade”, uma verdadeira “espiral contracionista”, na qual a redução do ritmo dos investimentos (e eventualmente do consumo) públicos contribui para a queda das taxas de crescimento da renda e da demanda privadas, levando à desaceleração econômica, redução da arrecadação e assim a uma “deterioração” do resultado primário, reforçando os argumentos dos defensores de uma nova rodada de contenção dos gastos públicos, em um processo que se retroalimenta (ROSSI *et al.*, 2018; BARROS, 2021).

---

<sup>5</sup> O termo “deterioração das contas públicas” refere-se à redução do superávit (e/ou aumento do déficit) primário, e aparece entre aspas, pois reflete um juízo de valor associado às teorias das finanças sadias que atribuem a um suposto excesso de gasto público um caráter necessariamente negativo. Outra forma de abordar a questão seria não fazer pré-julgamentos acerca do resultado fiscal, mas avaliá-lo somente segundo os impactos concretos na economia. A este respeito ver Lerner (1943).

**Gráfico 2: Taxa de variação anual real dos componentes da demanda agregada**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Com a retomada da desaceleração a partir de meados de 2013, reduz-se também o saldo de empregos formais que, em conjugação com a desaceleração do salário mínimo, contribuiu para a queda na taxa de crescimento das operações de crédito, gerando impactos adversos sobre o consumo privado. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo anual de empregos formais (diferença entre o total de contratações e demissões) caiu pela metade entre 2011 e 2013, de 1,5 milhão para 730 mil, e o salário mínimo que havia crescido 8,4% entre 2011 e 2012 cresceu apenas 2,4% entre este ano e o seguinte. Com isso a taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo total das operações de crédito caiu quase que continuamente do final de 2010 ao final de 2013<sup>6</sup> (DIEESE, 2014).

<sup>6</sup> Tirando um breve interregno de poucos meses na virada de 2011 para 2012, período no qual os juros caíram expressivamente (gráfico 1).

Em 2014 observa-se uma redução das exportações com a forte deterioração dos termos de troca (gráfico 3) embalada pela expressiva queda dos preços das *commodities*. Sem perspectivas de crescimento da demanda – com as exportações em queda, um ajuste fiscal recessivo e incertezas acerca da expansão do consumo financiado por crédito – não houve necessidade de expansão da capacidade produtiva do setor privado, de modo que a formação bruta de capital fixo caiu 4,2% e com isso a economia cresceu apenas 0,5% em termos reais (gráfico 2). Foi neste cenário de estagnação que a presidente Dilma foi reeleita, prometendo retomada do crescimento e expansão dos programas sociais.

**Gráfico 3: Termos de troca do Brasil**

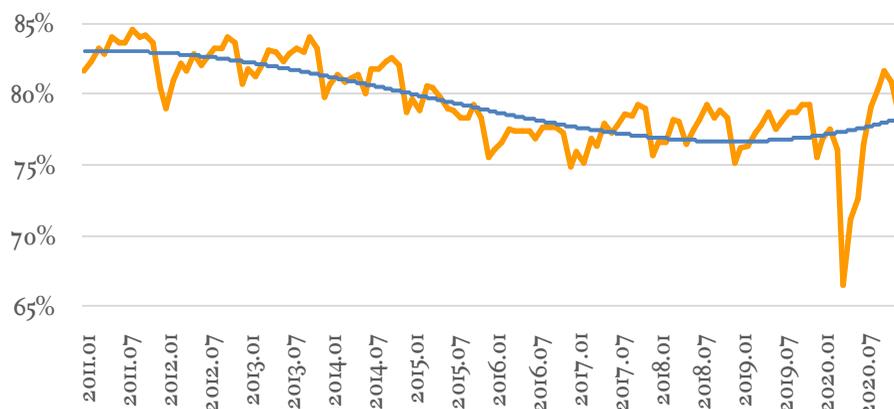


Fonte: Ipeadata. A série está em número-índice, correspondendo a 100 em 2006. A linha pontilhada é a tendência polinomial de quarta ordem.

Dois pontos cruciais a respeito do primeiro mandato da presidente Dilma devem ser ressaltados. Em primeiro lugar que, dado o elevado grau de autonomia relativa observado no início de sua gestão, a continuidade da desaceleração iniciada em 2010 foi uma escolha de governo. A tentativa de reversão deste processo a partir de 2012 foi mal sucedida, constituindo um erro de política macroeconômica na medida em que buscou dar estímulos ao setor privado por meio de aumento da lucratividade (com isenções, desonerações, redução dos juros e desvalorização cambial) enquanto a taxa de crescimento da demanda agregada caía e a ociosidade da capacidade da

indústria aumentava (gráfico 4), de modo que não era necessário expandir a capacidade produtiva: estes estímulos se traduziram apenas em lucratividade para os setores contemplados, e não nos investimentos requeridos para se elevar o ritmo de acumulação de capital (SERRANO E SUMMA, 2018).

**Gráfico 4: Grau de utilização da capacidade instalada na indústria**



Fonte: Ipeadata. A linha pontilhada representa a tendência polinomial de quarta ordem.

Em segundo lugar é preciso reconhecer a contribuição da deterioração do cenário externo para o desempenho da economia durante o período em que a presidente esteve no poder. Observou-se, a partir de 2011, redução da taxa de crescimento mundial, desaceleração do comércio no mundo e uma forte deterioração dos termos de troca brasileiros até o início de 2016 (gráfico 3). Ainda que o peso das exportações na demanda agregada do país seja baixo (cerca de 12%), e que elas possuam elevados coeficientes de importação, a forte queda do preço das *commodities* impacta decisivamente o desempenho de importantes empresas, como a Petrobrás e a Vale, que respondem a parcelas significativas do investimento no país, possuem elevados efeitos de encadeamentos e também são grandes pagadoras de impostos (portanto, influem de maneira relevante no resultado fiscal do governo). Não obstante, é preciso sublinhar que continuou a se observar um cenário de abundância de liquidez internacional – expressa nas taxas de juros próximas a zero ou mesmo negativas em diversos países –, que o passivo externo líquido era crescentemente denominado em moeda doméstica, e que o país contava

com vultosas reservas internacionais, acima dos 300 bilhões de dólares, herdadas do período anterior. Assim, em não havendo escassez de divisas, o governo tinha total condições de realizar uma política fiscal mais expansionista e reverter a desaceleração econômica. A opção por não a realizar constituiu uma escolha política<sup>7</sup>.

Com a continuidade da desaceleração, a “deterioração” das contas públicas e a manutenção de um nível de inflação superior ao centro da meta estipulada (a média do INPC entre 2011 e 2014 ficou acima de 6%), o governo foi perdendo apoio da população<sup>8</sup>, e com isso graus de autonomia relativa. Assim, passou a ser cada vez mais pressionado a adotar uma pauta econômica focada na austeridade que contribuiria para a recessão de 2015-2016 (BARROS, 2021). Como se buscará defender nas próximas seções, a austeridade relaciona-se com a dinâmica do conflito distributivo e é um elemento central na explicação não só da recessão desse biênio, como também do desempenho medíocre registrado ao longo do restante da década. E, como se procurará demonstrar, a austeridade tem o claro viés político de contemplar os interesses da classe capitalista que se via ameaçada depois de anos de crescimento econômico com políticas sociais inclusivas.

### **3. O primeiro golpe da direita: o governo Dilma II – Temer**

A virada de 2014 para 2015 marca uma grande inflexão na economia brasileira. Até aquele ano a economia vinha crescendo, ainda que a taxas decrescentes, com o nível de emprego e o poder de barganha da classe trabalhadora se elevando continuamente. A partir de 2015 a taxa de variação do PIB se torna negativa (gráfico 2), o desemprego se eleva e a classe trabalhadora se enfraquece.

Como diversos autores apontam, a forte redução do desemprego entre 2004 e 2014 gerou incômodos na classe capitalista, não só por seus impactos

<sup>7</sup>Vale ressaltar que se trata de uma escolha política da sociedade, uma vez que o governo realiza sua política fiscal restringido por regras fiscais, pela correlação de forças no Congresso, pela pressão dos diversos grupos de interesse, etc.

<sup>8</sup> Cabe destacar que em junho de 2013 o país observou maciças manifestações de rua que, apesar de em um primeiro momento não se direcionarem diretamente contra a presidente, posteriormente impactariam de forma significativa sua popularidade.

diretos em termos econômicos, com aumentos constantes nos salários reais e elevação da parcela salarial na renda, como também pelas mudanças políticas e sociais acarretadas pelo fortalecimento da classe trabalhadora (SINGER, 2015; SERRANO E MELIN, 2016; SERRANO E SUMMA, 2018; BARROS, 2020; 2021). Isso explica o interesse da classe proprietária em desacelerar a economia por meio de medidas contracionistas, aumentando o desemprego e revertendo tais mudanças.

Se no início do seu primeiro mandato a presidente Dilma gozava de um elevado grau de autonomia relativa para manejar uma economia aquecida (ainda que já desacelerando), no início de 2015 a economia estava estagnada e a inflação crescia. Além disso a presidente, que vinha perdendo popularidade desde 2013, fora reeleita com uma margem extremamente apertada, sendo ainda alvo de um constante ataque midiático a partir de denúncias de corrupção. E a esse cenário se somariam as manifestações populares contra o governo a partir de março de 2015. Desse modo, a classe capitalista pôde compelir o governo a adotar uma agenda econômica de austeridade<sup>9</sup> que aprofundaria a crise para dentro da “espiral contracionista”.

A defesa da austeridade, na visão de diferentes economistas, tem o viés político de favorecer a classe capitalista no conflito distributivo por diversas razões, mas principalmente por gerar recessão e desemprego, enfraquecendo o poder de barganha da classe trabalhadora<sup>10</sup>. Isso inclusive a deixa mais suscetível a aceitar políticas econômicas austeras e uma agenda de reformas impopulares, como a trabalhista e a previdenciária, que retiram seus direitos e a enfraquecem estruturalmente, mas são vendidas como os

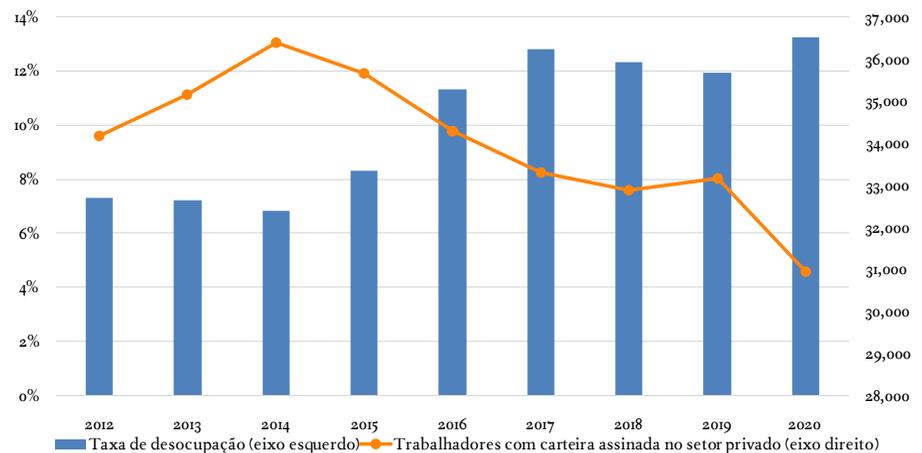
<sup>9</sup> A presidente foi inclusive acusada por grande parte da mídia de “estelionato eleitoral” por adotar tal agenda, também defendida por seu adversário, apesar de ter negado que iria fazê-lo durante a campanha eleitoral de 2014. As acusações se davam de meios mais progressistas, como a *Carta Capital* (<https://www.cartacapital.com.br/opiniaolicoes-do-estelionato-eleitoral-de-2014/>), até os mais conservadores como a *Veja* (<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/lula-admite-o-estelionato-eleitoral-de-dilma-mas-como-se-fosse-virtude/>). Vale lembrar que os esforços do governo para fazer um breve ajuste e retomar o crescimento posteriormente (como fora tentado, sem sucesso, em 2011) foram minados pela forte oposição no Congresso Nacional, que passou a aprovar as chamadas “pautas bomba”. Um bom exemplo é a derrubada do veto da presidente que freava gastos como os reajustes dos servidores da Justiça federal.

<sup>10</sup> A austeridade também abriria espaços para futuros cortes de impostos para empresas e classes sociais mais abastadas, além de reduzir a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, facilitando sua privatização (ROSSI *et al.*, 2018)

únicos remédios, amargos, para superar a crise econômica (SERRANO E MELIN, 2016; ROSSI *et al.*, 2018; DWECK *et al.*, 2020).

Em 2015, com a redução da renda agregada, o aumento do desemprego e do grau de informalidade (gráfico 5), a desaceleração dos salários e a retração do crédito, o consumo das famílias caiu 3,2%. Dentro do movimento do ajuste fiscal o consumo do governo decresceu 1,4% e os investimentos públicos desabaram 28%. Como destacam Sicsú *et al.* (2020), partindo de um elevado grau de endividamento, as empresas sofreram um grande choque de custos – dado o aumento dos juros (gráfico 1) e das tarifas de energia elétrica e de combustíveis – em um contexto em que a demanda efetiva e as receitas caíam, o que reduziu a necessidade de novos investimentos e comprometeu a capacidade de financiá-los. Dada a forte queda dos investimentos públicos e esse cenário adverso para o investimento em capacidade do setor privado, a formação bruta de capital fixo da economia despencou 14,4%. Assim, mesmo com as exportações crescendo 6,8%, impulsionadas pela desvalorização cambial, o PIB reduziu-se em 3,5% (gráfico 2). Enquanto isso a inflação (INPC), em função dos ganhos reais de salários dos anos anteriores, do choque cambial e do aumento abrupto dos preços administrados, foi de 11,2%.

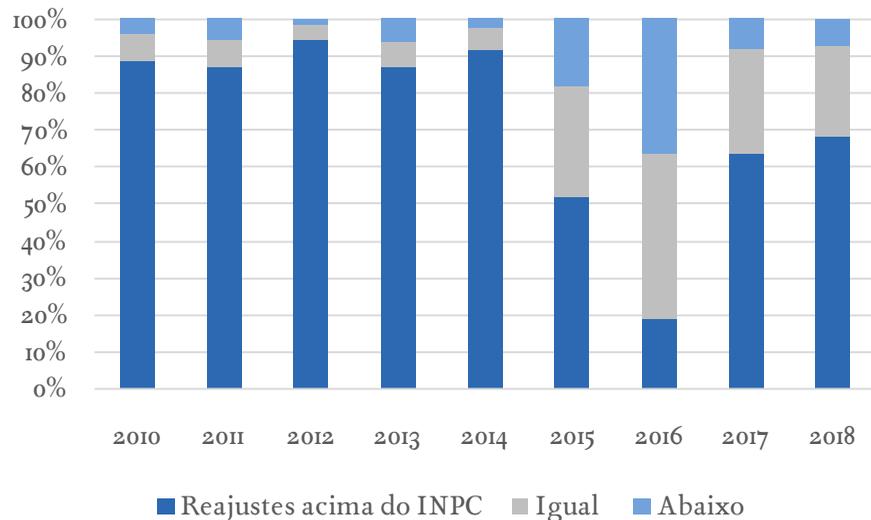
**Gráfico 5: Taxa de desocupação e número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado**



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua/IBGE

A taxa de desemprego (desocupação), que chegara ao patamar mínimo de 6,8% em 2014, saltaria para 8,3% em 2015 e 11,3% no ano seguinte (gráfico 5). Com isso houve redução no poder de barganha da classe trabalhadora, como evidencia a queda na parcela desta que logrou obter ganhos reais de salários entre 2014 e 2016. Tal parcela que, entre 2010 e 2014, flutuava em torno de 90%, subitamente despencou para 52% em 2015 e para 19% em 2016 (gráfico 6).

**Gráfico 6: Percentual da classe trabalhadora que recebeu reajustes salariais em relação ao INPC**



Fonte: Balanço de reajustes do Dieese

Com a estagnação das exportações (que tiveram um crescimento de 0,8%) e do consumo do governo (0,2%) e a queda do consumo das famílias (-3,8%) e dos investimentos (-12,1%), a economia continuou ladeira abaixo em 2016, fechando o ano com uma queda do PIB de quase 3,2% em termos reais (gráfico 2). Vale destacar que a recessão teve contribuição decisiva da operação Lava Jato, principalmente por seus impactos diretos nos setores de óleo e gás, construção civil, metalomecânico, naval, e engenharia pesada, bem como pelos impactos indiretos na economia<sup>11</sup>. Ao ambiente recessivo somou-se a elevada inflação e a intensificação da campanha midiática contra

<sup>11</sup> Segundo estimativas do Dieese (2021), a operação teria ocasionado a perda de 3,6% do PIB e 4,4 milhões de empregos, além de uma queda na arrecadação tributária na casa dos 67 bilhões.

o governo, no rastro das denúncias de corrupção dessa mesma operação. Foram realizadas maciças manifestações de rua entre março de 2015 e o mesmo mês do ano seguinte, acusando a presidente e seu grupo político de corrupção e pedindo sua retirada do poder<sup>12</sup>. Assim, apesar da presidente Dilma ter realizado uma política econômica extremamente contracionista, ao sabor do que recomendavam os analistas do mercado, ela seria destituída do poder através de um golpe parlamentar em meados de 2016.

Com a posse do então vice de Dilma, Michel Temer, a agenda econômica de austeridade seria mantida e aprofundada, como já anunciara o documento “Uma ponte para o futuro”, publicado em outubro de 2015 pelo partido de Temer<sup>13</sup>. Com a severa recessão e a elevação da dívida pública líquida de 32,59% para 46,16% do PIB entre 2014 e 2016, e baseando-se novamente no argumento da contração fiscal expansionista, o governo conseguiu aprovar a famigerada Emenda constitucional 95. Esta estabeleceu formalmente um teto para os gastos do governo federal, congelando-os em termos reais por vinte anos.

Apesar do viés de austeridade adotado pelo novo governo, alguns fatores contribuíram para reverter, em 2017, a taxa de crescimento negativa do produto observada no biênio anterior. Em primeiro lugar a regra de reajuste do salário mínimo – que levava em conta a inflação (INPC) do ano precedente e o crescimento do produto no biênio anterior – implicou aumento nominal de quase 6,5% em 2017, o que, em conjunto com a queda da inflação (de 6,5% em 2016 para 2% em 2017), gerou um significativo ganho real de salário. E como diversos benefícios sociais (como as aposentadorias e os benefícios de prestação continuada) são atrelados ao salário mínimo, tal elevação implicou aumento das transferências sociais. Some-se a isso a possibilidade de saque dos fundos do FGTS, da ordem de 44 bilhões de reais, e o consumo privado induzido bateu em uma espécie de piso (BASTOS E AIDAR, 2018).

<sup>12</sup> O uso de acusações de corrupção por grupos de direita (a fim de travar/destituir grupos políticos mais à esquerda e assim reverter cenários mais favoráveis à classe trabalhadora) tem sido recorrente ao longo da história brasileira. Segundo Serrano e Melin (2018, p. 8), “[p]elo menos desde os tempos do Presidente Vargas, no começo da década de 1950, sempre que uma situação tida como excessivamente favorável aos trabalhadores necessita ser contida de modo mais imediato, a crítica à corrupção pública tem sido a tática política preferencial das forças conservadoras no Brasil”.

<sup>13</sup> O documento encontra-se disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

Além desse piso para o consumo induzido, a forte redução dos juros – a taxa Selic cai de 14% no início de 2017 para 7% no fim do ano (gráfico 1) – impulsionou o consumo de bens duráveis, de modo que o consumo das famílias cresceu 1,9%. Além desta recuperação do consumo privado, as exportações cresceram 4,9% em 2017, embaladas pelo câmbio desvalorizado e pela recuperação dos preços das *commodities* e dos termos de troca (gráfico 3), de modo que mesmo com as contrações do consumo do governo (-0,6%) e dos investimentos (-2,5%), a economia cresceu 1,3% em termos reais (gráfico 2).

Ainda em 2017 o governo aprovou a reforma trabalhista e a lei das terceirizações, flexibilizando o mercado de trabalho, facilitando demissões e contratações temporárias. Isto enfraqueceu ainda mais (estruturalmente) o poder de barganha da classe trabalhadora e aumentou o grau de informalidade. Dessa forma, mesmo com a queda na taxa de desocupação ao longo do ano, caiu o número absoluto de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (gráfico 5).

Em 2018, com a continuidade do processo de recuperação do consumo privado (que cresceu 2,3% em termos reais), com o crescimento do consumo do governo (de quase 0,8%) e das exportações (4%), o investimento também se recuperou, crescendo 5,2%. Assim, o PIB real teve seu segundo ano de crescimento, um pouco abaixo de 1,8% (gráfico 2), mantendo-se nesse ano, porém, ainda abaixo do produto observado em 2012.

Neste contexto de depressão<sup>14</sup> o país teria uma nova eleição presidencial. Em abril de 2018 as pesquisas apontavam o ex-presidente Lula como o candidato favorito, com mais do que o dobro de votos do segundo colocado, Jair Bolsonaro. Enquanto o primeiro defendia uma política econômica de crescimento com inclusão social, o segundo se comprometia a manter e a aprofundar a agenda de austeridade e de redução do papel do Estado então em curso. Algo precisava ser feito para tirar o ex-presidente da disputa.

---

<sup>14</sup> Segundo Sicsú (2019), o Brasil teria entrado em depressão a partir de 2015, dada a queda acentuada dos níveis de produto e emprego, e seu lento processo de recuperação. Para o autor, “(...) o que caracterizaria a superação completa do estado de depressão seria a recuperação do PIB original pré-crise e, também, a taxa de desemprego pré-crise” (SICSÚ, 2019, p. 9, grifo nosso). Ou seja, para que o Brasil superasse a depressão de 2015-2020, seria necessário crescer 6,8% a partir de 2021 e reduzir a taxa de desocupação em 6,4 pontos percentuais, de modo a atingir os níveis observados em 2014.

#### 4. O segundo golpe da direita e o governo Bolsonaro

Com a confirmação do favoritismo do nome de Lula para as eleições de 2018, os mesmos interesses que se articularam para derrubar a presidente eleita Dilma Rousseff novamente se uniram para tirá-lo da disputa. Como mais tarde seria provado, tal movimento foi feito por um conluio que envolvia diferentes setores da sociedade, notadamente as classes proprietárias, satisfeitas com o programa econômico em curso; parte do Judiciário, especialmente os procuradores da Lava Jato em sua cruzada messiânica contra a corrupção (contando com apoio decisivo do governo norte-americano<sup>15</sup>); a mídia, porta-voz do conluio; e os militares, que detêm o poder das armas. Como depois confessaria o então comandante do Exército, todo o Alto Comando da instituição discutiu em conjunto a comunicação, feita pelo twitter, destinada a pressionar o Supremo Tribunal Federal a negar o *habeas corpus* preventivo de Lula, abrindo caminho para sua prisão e impedindo-o de concorrer às eleições<sup>16</sup>. Com ele fora do páreo, o segundo colocado, Jair Bolsonaro, foi eleito. O segundo golpe estava dado<sup>17</sup>.

A eleição de Bolsonaro representa não só a manutenção da política econômica gestada em 2015 (com o forte ajuste fiscal) e desenvolvida a partir de 2016 (com o início das reformas liberalizantes), mas a sua radicalização. Em pauta estava a continuidade da austeridade fiscal e o avanço de tais reformas (em 2019 seria aprovada a reforma da previdência) e das privatizações, aliadas a pontuais estímulos de demanda, como a liberação de saques no FGTS em 2019 e, por conta da pandemia, o recurso ao auxílio emergencial no ano seguinte.

Em 2019 a economia cresceu apenas 1,2% em termos reais (gráfico 2). Pesou para isso principalmente a elevação do consumo privado (responsável por

<sup>15</sup> As relações entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e os procuradores da operação, muitas vezes à margem do sistema legal, encontram-se descritas em reportagem do jornal francês *Le Monde*: [https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap\\_6076361\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap_6076361_3210.html)

<sup>16</sup> O depoimento consta no livro *General Villas Bôas: conversa com o comandante*, de Celso de Castro.

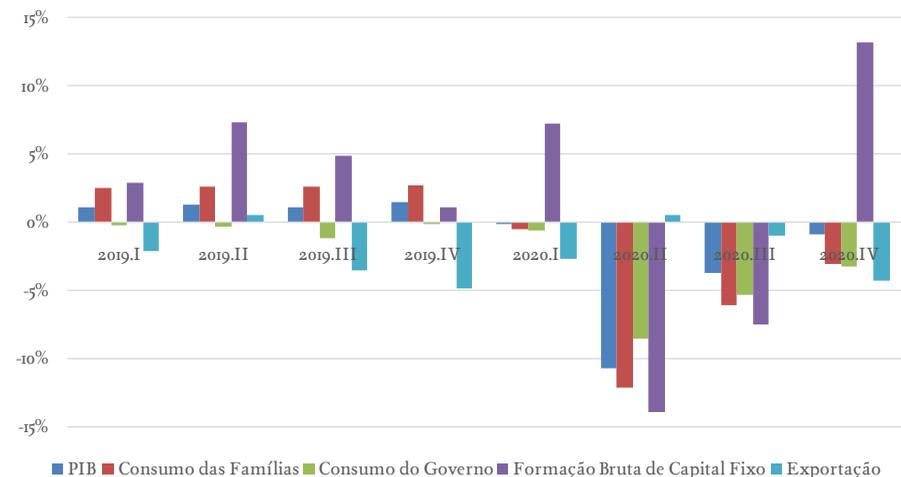
<sup>17</sup> A anulação tardia por parte do Supremo Tribunal Federal, no início de 2021, de todos os processos contra o ex-presidente Lula e o entendimento do mesmo tribunal de que o juiz do caso agiu com parcialidade apenas reforçam o viés político da prisão do então candidato. O argumento para a anulação baseou-se no fato de a 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba não ter competência para julgar o caso, tese pautada pela defesa do ex-presidente desde 2016, enquanto a parcialidade do juiz já se tornara evidente desde o vazamento de conversas entre ele e os procuradores da Lava Jato.

cerca de metade da demanda agregada) de 2,6%, ajudado pela liberação de saques do FGTS. Com uma leve tendência de elevação do grau de utilização da indústria (gráfico 4), o investimento continuou crescendo, a 4%, taxa menor do que a observada no ano anterior. As exportações caíram 2,5% e o consumo do governo diminuiu quase 0,5%.

Caso fosse mantida a média de crescimento do triênio 2017-2019 (de pouco mais de 1,4% ao ano em termos reais), o PIB só voltaria ao patamar de 2014 em 2022. Porém, ainda no fim do primeiro trimestre de 2020, a economia foi atingida duramente pela crise gerada pela pandemia que derrubou, simultaneamente, a produção (dado o *lockdown*) e a demanda (dada a queda na renda gerada pela interrupção da produção e a impossibilidade de se demandar determinados produtos e serviços).

No primeiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os consumos das famílias e do governo caíram, respectivamente, 0,5% e 0,6% em termos reais. As exportações já vinham caindo e se reduziram em 2,6%. O único componente positivo da demanda foi o investimento, que, com seu período maior de ajuste, continuou a crescer quase 7,2%. Assim, também na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o PIB caiu 0,1% em termos reais entre janeiro e março (gráfico 7).

**Gráfico 7: Taxa de crescimento real dos componentes da demanda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior**



Fonte: IBGE

Com exceção das exportações, que, depois de três trimestres consecutivos de queda, cresceriam 0,5% em termos reais nos três meses seguintes em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, todos os componentes da demanda despencaram no segundo trimestre. Dada a queda forte do grau de utilização da capacidade industrial, o investimento, que vinha crescendo desde o final de 2017, colapsou, caindo 13,9%. Os consumos do governo e o das famílias também caíram de forma vertiginosa, respectivamente 8,5% e 12,1%. Com isso o PIB trimestral caiu 10,7% (gráfico 7).

A queda livre da economia seria estancada no terceiro trimestre, graças, principalmente, à liberação do auxílio emergencial de R\$ 600 (o triplo dos R\$ 200 inicialmente propostos pelo governo), implicando gastos superiores a R\$ 293,1 bilhões de reais, bem como ao benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, que acarretou um gasto de R\$ 33,5 bilhões. Paralelamente o governo elevou seus gastos com saúde (gastando R\$ 42,7 bilhões adicionais) e suas transferências para estados e municípios (R\$ 78,25 bilhões), além de injetar liquidez no sistema financeiro e assegurar o funcionamento do mercado de crédito<sup>18</sup> (DE PAULA, 2021).

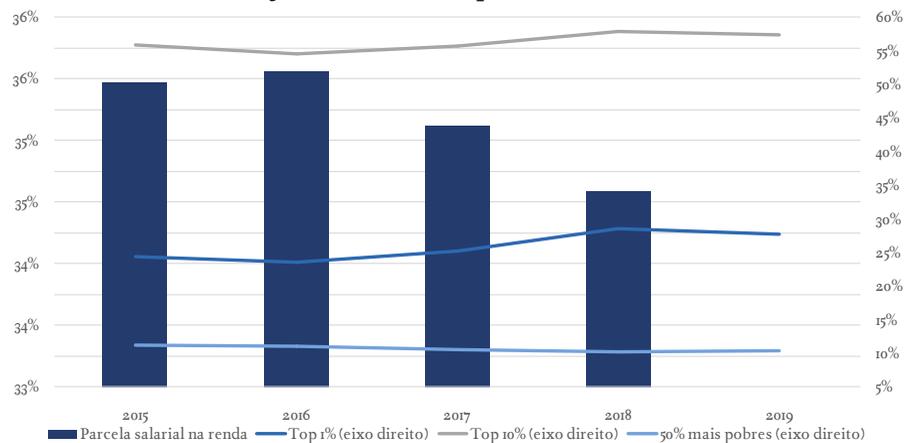
Deste modo, ainda que todos os componentes da demanda tenham continuado a cair no terceiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, ao menos começaram a se recuperar em relação ao trimestre imediatamente anterior. No quarto trimestre esse movimento de diminuição da queda continuaria para os consumos privado e do governo, enquanto as exportações cairiam ainda mais. O ponto fora da curva foi o investimento que cresceu 13,2% em termos reais em relação ao último trimestre de 2019. Isto se explica basicamente pelos investimentos do setor de petróleo e gás, em larga medida supridos por importações de bens de capital no âmbito do Repetro<sup>19</sup>. Desta forma o PIB de 2020 fechou o ano quase 3,9% abaixo, em termos reais, daquele observado no ano anterior.

<sup>18</sup> Os dados referentes aos gastos com a pandemia encontram-se disponibilizados no portal: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

<sup>19</sup> Regime aduaneiro especial, vigente até o fim de 2020, desenhado para facilitar as importações de bens destinados à exploração de petróleo.

Assim, depois de dez anos de estagnação, a crise decorrente da pandemia coroaria, no pior sentido, a década mais que perdida. Entre 2011 e 2020 o produto *per capita* caiu 7,8% e o PIB anual se reduziu em 1,2% em termos reais, tirando o país da lista das dez maiores economias do mundo. E a esse cenário soma-se, a partir de 2016, um rápido processo de concentração de renda, tanto pessoal quanto funcional. Em termos de distribuição funcional a parcela dos salários na renda caiu mais de um ponto percentual desde esse ano, enquanto, no que diz respeito à distribuição pessoal, o índice de Gini subiu de 0,538 em 2016 para 0,543 em 2019 (BARBOSA *et al.*, 2020), enquanto a fatia dos 10% e dos 1% mais ricos subiu, respectivamente, de 54,5% para 57,3% e de 23,5% para 27,6% da renda nacional no mesmo período. Ao mesmo tempo a parcela dos 50% mais pobres caiu de 10,9% para 10,2% (gráfico 8).

**Gráfico 8: Distribuição funcional e pessoal da renda**



Fonte: IBGE e World Inequality Database

Esse cenário de empobrecimento absoluto e concentração de renda se refletiu em diversos indicadores sociais. Mais de 170 mil habitantes do país foram jogados na pobreza extrema em 2019, que chegou a atingir 6,5% da população (IBGE, 2020a). A insegurança alimentar grave, por sua vez, afligiu 4,9% da mesma em 2017-2018, praticamente colocando o Brasil de novo no mapa da fome, mesmo antes da pandemia. Com o advento da fome o fenômeno da desnutrição registrou níveis alarmantes, com a insegurança

alimentar total atingindo mais da metade da população e a grave cerca de 10%<sup>20</sup>. E entre 2018 e 2020 o país, apesar de ter melhorado seu IDH, caiu cinco posições no *ranking* global, de 79.º para 84.º. O cenário, que já era caótico, piorou ainda mais com o advento da pandemia, mas felizmente o Congresso nacional aprovou um auxílio emergencial que foi o triplo daquele proposto pelo governo, mitigando os efeitos da crise sem, contudo, chegar perto de resolver os problemas gerados ao longo da década.

## 5. Conclusão

Se, até o início do século XXI, a década de 1980 era conhecida como a década perdida da América Latina em função do cenário de baixo crescimento, a partir dos anos 2010 talvez se faça necessário mudar esta alcunha. Enquanto nos anos 1980 o Brasil cresceu em média 1,6% ao ano em termos reais, na década de 2010 a mesma taxa caiu para 0,3%. Trata-se de uma década mais que perdida.

Ao longo do capítulo buscou-se demonstrar como o referencial de economia política pode auxiliar na compreensão do desempenho macroeconômico no período. Procurou-se, assim, expor como a dinâmica do conflito distributivo entre as diferentes classes sociais – a capitalista e a trabalhadora – e sua inter-relação com as decisões de política macroeconômica se refletiram na péssima performance da economia brasileira ao longo dos anos 2010.

A década inicia com uma opção deliberada de se dar continuidade ao processo de desaceleração do crescimento observado ao longo de 2010. Dado o elevado grau de autonomia relativa gozado pelo então governo Dilma, deduz-se que se tratou, de fato, de uma escolha política. Na tentativa de se

---

<sup>20</sup> O mapa da fome inclui países com percentual da população em situação de insegurança alimentar grave a partir de 5%. O número de 4,9% para 2017-2018 é do relatório “Análise da segurança alimentar no Brasil” (IBGE, 2020b). Este número cresceria de forma indiscutível em 2020, para 9%, segundo inquérito da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN, 2021), ou para 15%, segundo estudo do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, da Universidade Livre de Berlim (GALINDO *et al.*, 2021). A insegurança alimentar geral (que inclui, além da grave, a leve e a moderada) atingiu em 2020 mais da metade da população em ambas as pesquisas (55,2% na primeira e 59,4% na segunda).

estimular a economia a partir de 2012 cometeu-se o erro de se dar incentivos fiscais (isenções e desonerações), monetários (queda dos juros) e cambiais (desvalorização) em um contexto de desaceleração da demanda efetiva. Isso não incentivou os investimentos e a economia continuou a crescer a taxas decrescentes. Com o desgaste político e o aumento da relação dívida/PIB, o governo foi perdendo sua autonomia relativa, de modo que acabou sendo pressionado a adotar uma agenda de austeridade, marcada pela drástica redução do ritmo dos investimentos públicos, que iria contribuir para jogar o país na recessão.

Contradizendo suas promessas de campanha, a presidente Dilma avançou na agenda de austeridade em 2015, afundando ainda mais o país para dentro da espiral contracionista e culminando no seu processo de *impeachment*. Um ponto fundamental na compreensão desta dinâmica foi o acirramento do conflito distributivo depois de anos de desemprego baixo, favorecendo a classe trabalhadora, que conquistou ganhos reais de salários e parcelas crescentes do produto nacional. Tanto a adoção da austeridade ao fim do período Dilma quanto sua deposição e a agenda liberal subsequente apontam para o fortalecimento da classe capitalista: em um primeiro momento o governo do PT é pressionado a adotar a agenda pró-capital, em um segundo é destituído, e em seguida assume um presidente comprometido com tal agenda. E assim o vice-presidente Temer chega ao poder, dando continuidade ao contracionismo fiscal, além de iniciar um processo de reformas liberalizantes e de redução do papel do Estado, como a trabalhista e a emenda dos tetos de gastos. Na saída da recessão a economia se estagnaria, crescendo em média 1,5% ao ano em termos reais entre 2017 e 2018.

Na iminência da eleição do ex-presidente Lula em 2018, articulou-se todo um conjunto de interesses para prendê-lo, tirando-o da corrida presidencial. Neste cenário Bolsonaro ganha a disputa e assume, prometendo aprofundar ainda mais a pauta de austeridade e liberalização. Em 2019 a economia cresceu apenas 1,2% em termos reais, e no ano seguinte foi acometida pela crise decorrente da pandemia, caindo quase 3,9% (também em termos reais). Isto

apesar do auxílio emergencial aprovado com um valor que era o triplo do proposto pelo governo.

As consequências sociais desta pauta de austeridade – esboçada no primeiro mandato de Dilma, introduzida com força no segundo e radicalizada por seus sucessores – e das profundas reformas visando a redução do tamanho do Estado e a retirada de direitos sociais são de conhecimento comum. O país desacelerou sua economia e entrou em uma depressão da qual não conseguiu sair, mantendo uma média de crescimento medíocre ao longo da década, inclusive com “piora” das contas públicas. Com isso houve escalada do desemprego e enfraquecimento da classe trabalhadora a partir de 2015, com concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais. Além das centenas de milhares de mortes por conta da pandemia, o país jogou outras centenas de milhares de pessoas na miséria, passou a registrar uma situação alarmante de insegurança alimentar e perdeu posições no *ranking* mundial de desenvolvimento humano. E estas foram apenas algumas das consequências perversas de um modelo que exige sacrifícios do povo em troca de baixo crescimento, concentração de renda e piora na qualidade de vida.

## Referências

- ALESINA, A.; S. ARDAGNA, R. PEROTTI; F. SCHIANTARELLI. *Fiscal policy, profits, and investment*, *American Economic Review* 92(3), 571–589, 2002
- ALESINA, A; FAVERO, C.; GIAVAZZI, F. (2018) What do we know about the effects of austerity?, *NBER Working Paper* n. 24246, 2018
- BALL, L. M.; et al. The distributional effects of fiscal consolidation, *International Monetary Fund*, 2013
- BARBOSA, R., SOUZA, P.F., SOARES, S. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019, *Dados (UERJ)*, 2020. Disponível em <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil>.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. Desaceleração recente da economia. In: Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP). *Sob a Luz do Sol, Uma agenda para o Brasil: a Política Econômica do governo Dilma: a volta do Experimentalismo*. São Paulo: Insper, p. 15-30, 2014
- BARBOSA-FILHO, N. H. De Dilma a Bolsonaro: la política económica de Brasil de 2011 a 2019, *El Trimestre Económico*, v. 87, n. 347, p. 597-634, 2020
- BARROS, L. A. Conflito distributivo e inflexão na política econômica brasileira: análise do período 2005-2015, *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 44, 2020
- BARROS, L. A. Os Determinantes da Desaceleração Brasileira (2010-2015): uma Análise de Economia Política, *Revista Economia Ensaios*, v. 36, n. 1, 2021
- BASTAGLI, F.; COADY, D.; GUPTA, S. Income Inequality and Fiscal Policy, *IMF Staff Discussion Note* 12/08, Washington: International Monetary Fund, 2012
- BASTOS, C. P.; AIDAR, G. F. O Brasil bateu no piso? *Brazilian Keynesian Review*, 3(2), 130-149, 2018
- BASTOS, C. P.; AIDAR, G. F. *Brazil's Economy: Recent Trends and Perspectives*, Texto para Discussão IE/ UFRJ, n. 15, 2019
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018
- CHERNAVSKY, E; DWECK, E; TEIXEIRA, R. A. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica, *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 811-834, 2020
- DE PAULA, L. F. *A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação*. IE-UFRJ, Texto para Discussão n. 16, 2021
- DIEESE (2014) “A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013”, Nota Técnica, n. 135, 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>.
- DIEESE. “Implicações econômicas intersetoriais da operação lava jato”, 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.pdf>.
- DWECK, E; TEIXEIRA, R. A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *IE-Unicamp, Texto para Discussão*, n. 303, 2017
- DWECK, E; ROSSI, P; MELLO, G. “Sobre o diagnóstico falacioso da situação fiscal brasileira”. In: DWECK, E. et al (org.). *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018
- FATÁS, A.; SUMMERS, L.H. The permanent effects of fiscal consolidations, *Journal of International Economics*, Elsevier, vol. 112(C), p. 238-250, 2018
- FMI. *World Economic Outlook: Recovery, Risk, and Rebalancing*. Washington D.C.: IMF, 2010
- GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil, *Food for Justice Working Paper Series*, n. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021

- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020a
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020b
- JAYADEV, A.; KONCZAL, M. The Boom Not the Slump: The Right Time For Austerity, *Economics Faculty Publication Series*. Paper n. 26, 2010
- LARA, F. M. As contribuições à desaceleração do crescimento no Brasil (2011-14), *Indicadores Econômicos FEE*, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2015
- LERNER, A. P. Functional Finance and the federal debt. *Social Research*, 10, pp. 38-51, 1943
- LOPES, J. C.; AMARAL, J. F. Self-defeating austerity? Assessing the impact of a fiscal consolidation on unemployment. *The Economic and Labour Relations Review*. v.28, n. 1, p. 77-90, 2017
- MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo”, In: Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP). *Sob a luz do Sol, uma agenda para o Brasil: A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo*. São Paulo: Insper, p.3-15, 2014
- ORAIR, R. O. (2016) Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (Ipea), *Texto para Discussão* n. 2215, 2016
- ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W. *O Gasto Público e o Ciclo da Política Fiscal-1999-2014*. Monografia Prêmio SOF (1.º Lugar), Brasília: ENAP, 2015
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977
- ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia política da austeridade. In: ROSSI, P, et al. *Economia para Poucos: impacto social da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018
- SERRANO, F.; MELIN, L. E. Political aspects of unemployment: Brazil's neoliberal u-turn, *Crítica Marxista*, 2016
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda nos anos 2000. *Anais do IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*, 2012
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011-2014. *Nova Economia*, v. 25, n. especial, p. 803-833, 2015
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 37, n. 2, p. 175-189, 2018
- SICSU, J. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 23, n. 1, 2019
- SICSÚ, J.; MODENESI, A. D. M.; PIMENTEL, D. Severe recession with inflation: the case of Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics*, p. 1-23, 2020
- SINGER, A. Cutucando Onças Com Varas Curtas. *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, p. 43-71, 2015
- VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021

LEDA MARIA PAULANI

## A DEPENDÊNCIA REVISITADA: RELAÇÕES DE TROCA, A FASE 4.0 E O CASO DO BRASIL

Convidada

# A DEPENDÊNCIA REVISITADA: RELAÇÕES DE TROCA, A FASE 4.0 E O CASO DO BRASIL<sup>1</sup>

## Resumo

Partindo do princípio de que a liberalização dos mercados de bens e ativos que teve lugar a partir dos anos 1980 e o fortalecimento da transnacionalização do capital que resultou daí não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial, o artigo visa defender a existência atualmente de um novo tipo de dependência a relacionar países centrais e periféricos. Essa *dependência 4.0*, que não passa mais primordialmente pelas relações de troca, estaria assentada no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso. O caso do Brasil e a história de sua inserção na divisão internacional do trabalho são trazidos à discussão como emblemática desse novo tipo de subordinação.

**Palavras-chave:** teoria da dependência, acumulação capitalista, rentismo, economia brasileira.

**JEL:** F54, F63, O30, P16

## LEDA MARIA PAULANI

Professora titular sênior do Departamento de Economia da FEA-USP; pesquisadora do CNPq

E-mail: [paulani@usp.br](mailto:paulani@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7306-5791>

<sup>1</sup> Esta é uma versão ampliada e ligeiramente modificada do artigo *Dependency 4.0: Theoretical Considerations and the Brazilian Case*, publicado na revista *Latin American Perspectives*, volume 49, número 2, p. 24-38 (março/22). A publicação da presente versão nesta *Revista da SEP* se dá por conta de convite do antigo comitê editorial, formado pelos professores Vanessa Jurgenfeld (UFVJM) — editora-chefe, Carlos Henrique L. Rodrigues (UFVJM), Henrique Pereira Braga (UFES) e Janaína de Faria (UFVJM). Sua publicação, portanto, já estava acertada antes de me tornar editora-chefe deste periódico. O artigo é parte de pesquisa maior, que conta com o apoio de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agradeço a Dario Rodrigues da Silva a ajuda com as bases de dados que permitiram a produção da figura sobre despesas com a balança de rendas no Brasil.

## **Abstract**

Assuming that the liberalization of the markets for goods and assets that took place since the 1980s and the strengthening of the transnationalization of capital that resulted therefrom did not alter the fundamental assumption of the prevalence of a hierarchical organization in the world capitalist system, the article aims to defend the existence today of a new type of dependency linking central and peripheral countries. This 4.0 dependence, which no longer passes primarily through exchange relations, is based on the rentism that today marks the accumulation process and in the nature of the evolving technological progress. The case of Brazil and the history of its insertion in the international division of labor are brought up to the discussion as emblematic of this new type of subordination.

**Key words:** dependency theory, capitalist accumulation, rentism, Brazilian economy.

**JEL:** F54, F63, O30, P16.

## Introdução

Como é sabido, a assim chamada *teoria da dependência* surge na América Latina nos anos 1960. Não é consensual que se trate exatamente de uma *teoria*<sup>2</sup>, uma vez que envolve não só autores de formação e posicionamento distintos em muitos temas, mas, o que é mais complicado, também de diferentes filiações teóricas, ainda que com clara predominância do marxismo<sup>3</sup>. Para aquilo que nos interessa neste trabalho, é suficiente ficarmos com a apropriada observação de Fiori (1995, p. 215), que advoga que todas as versões da escola dependentista “remetem, de uma ou outra forma, à confluência da teoria marxista do imperialismo, em particular de sua visão pós-leninista, com a crítica cepalina da teoria neoclássica do comércio internacional”.

Esta observação feita por Fiori (1985) no sentido de circunscrever a problemática da dependência nos é muito adequada por duas razões. Em primeiro lugar, partimos do princípio de que as transformações experimentadas pelo sistema capitalista desde o início dos anos 1980, em particular aquelas trazidas pela ampla liberalização dos mercados de bens e de ativos, com a consequente perda de graus de liberdade dos estados nacionais – sobretudo daqueles que não dispõem de moedas fortes – não alteraram o pressuposto

---

<sup>2</sup>Veja-se, por exemplo, Fiori (1995) e Bresser-Pereira (2010). Para o primeiro, trata-se mais propriamente de uma *escola*, envolvendo um enorme número de artigos e livros de vários autores que, nos anos 1960 e 1970, se debruçaram sobre a América Latina, enquanto, para o segundo, trata-se de uma *interpretação* sociológica e política que, por essa época, passou a concorrer com a interpretação nacional burguesa do mesmo objeto. Em 1978, Palma já fizera observação similar, afirmando que não se tratava aí de uma “teoria”, mas de uma *metodologia* para analisar situações concretas de subdesenvolvimento.

<sup>3</sup>De acordo com Bresser-Pereira (2010), a interpretação da dependência se divide em três versões, todas elas marxistas, a saber, a da superexploração, a da contradição nacional-dependente e a da dependência associada. Assim, apesar de não se poder chamar de “teoria” a esse corpo de ideias, todas elas teriam essa raiz teórica única. Essa posição, contudo, não é unânime. Martins (2003), Sotelo Valencia (2005) e Amaral (2012), por exemplo, veem na última das versões elencadas por Bresser-Pereira, a da dependência associada de Cardoso e Faletto (1973), uma matriz mais weberiana que marxista. Para Martins (2003), nessa versão, a autonomia do político acaba por subordinar os conceitos mais materialistas, de origem marxiana. Existe, no entanto, o termo *Teoria Marxista da Dependência*, que é amiúde encontrado em artigos acadêmicos sobre o tema. Ele se refere, porém, apenas à primeira das vertentes citadas por Bresser-Pereira, ou seja, a vertente que tem em Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra seus nomes mais conhecidos. Veja-se a respeito Carcanholo (2013).

fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial. Em outras palavras, de nosso ponto de vista, a tendência à transnacionalização, que é da lógica do capital e se fortaleceu enormemente nas últimas quatro décadas sob os auspícios do discurso e da prática neoliberais, apesar de ter aumentado a interdependência das economias nacionais, não produziu um cenário de nações irmanadas pelos mesmos interesses capitalistas globais. Permaneceu o impulso às disputas hegemônicas e às rivalidades interestatais (ou seja, não vingou o cenário de “ultraimperialismo”, imaginado por Karl Kautsky<sup>4</sup>, no qual poderosos estados nacionais industriais se tornariam aliados em benefício da acumulação de capital). Permaneceram também, como variáveis importantes de análise, a existência de um *centro*, território de origem das “empresas mãe” dos grandes conglomerados mundiais e, principalmente, território de onde emana o progresso tecnológico, e a de uma *periferia*, que se beneficia pouco e sofre muito com as consequências dos processos de concentração e centralização de capital orquestrados pelo centro. Isto posto, para nós, permaneceu também, ainda que sob novas roupagens, a questão do imperialismo – clássico problema do *approach* marxista.

A segunda razão para escolhermos a citada observação de Fiori (1995) como ponto de partida está relacionada ao segundo elemento que aí aparece, justaposto à temática do imperialismo, ou seja, a crítica cepalina à teoria neoclássica do comércio internacional. O pressuposto aqui é que as vantagens que derivam da posição dos estados que estão no centro do sistema devem assumir, para além do aspecto da dominação geopolítica, também uma feição material, objetivada em transferências de valor que, sob variadas formas, vão impulsionar a acumulação de capital nessas economias. Na análise clássica cepalina, que vem do famoso artigo de Prebisch de 1949 (e que é depois aprofundada pelos teóricos da dependência), essa transferência se

---

<sup>4</sup> Kautsky, como se sabe, protagonizou com Lenin uma clássica discussão sobre o futuro do capitalismo, em que o segundo apostava no aprofundamento das contradições constitutivas do sistema, enquanto o primeiro julgava que haveria um período caracterizado por uma evolução mais ou menos pacífica.

dava por meio das relações de troca, sempre desfavoráveis aos países periféricos. A crítica à teoria neoclássica, como também é sabido, passava pela desconstrução do postulado das vantagens comparativas, sustentáculo teórico da situação que gerava essas perdas, e passava também, por conseguinte, pela defesa da industrialização na periferia como remédio para o subdesenvolvimento.

Decorridos quase três quartos de século dessa contenda teórica, com as transformações operadas mundialmente no sistema capitalista e com países como o Brasil tendo se industrializado e depois se desindustrializado, parece claro que se alteraram também as formas por meio das quais se efetivam os ganhos dos países que estão no centro do sistema. O objetivo deste artigo, portanto, é refletir sobre as formas contemporâneas assumidas pela dependência enquanto produtora de vantagens econômicas para as economias do centro. Em outras palavras, partindo-se do princípio de que continua a haver países centrais e países periféricos e considerando-se que o desenvolvimento capitalista dos últimos continua subordinado ao dos primeiros e é por estes condicionado, a análise vai cuidar primordialmente do pedágio que pagam os países da periferia para garantir esta inserção subordinada. Isso significa que não serão tratados, ou o serão apenas marginalmente, outros aspectos importantes da relação de dependência, como as questões políticas e/ou sua inter-relação com a questão das classes sociais na dialética dos interesses internos/externos.

No que se segue, faremos inicialmente (seção 1) um breve resgate teórico das posições que, nos anos 1960/70, colocaram nas relações de troca a causa fundamental dos mecanismos de transferência. Na seção 2, apresentaremos de forma sumária aqueles que constituem, a nosso ver, os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação, pois a forma como enxergamos hoje a dependência, cujo epicentro não está mais nas relações de troca, tem relação direta com eles. Na sequência (seção 3), visando expor o que vamos chamar aqui de *dependência 4.0*, discorreremos sobre as diferentes formas de dependência que podem ligar países centrais e periféricos (entendida a

dependência em seu aspecto de produtora de vantagens econômicas para os países centrais). Na seção 4, faremos o histórico das diferentes formas de inserção da economia brasileira no sistema mundial, associando-a à questão da dependência. Considerações Finais fecham o artigo, trazendo algumas evidências empíricas desse novo tipo de subordinação.

## **I - Dependência e Relações de Troca**

Como se sabe, tem início com Raul Prebisch, no âmbito da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), a percepção de que o comércio internacional acaba por manter como subdesenvolvidos os países assim considerados, chocando-se, nessa medida, com os pressupostos ricardianos. Em seu clássico artigo de 1949, *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, Prebisch vai advogar, a partir de constatações mais empíricas que teóricas, a necessidade de a América Latina se industrializar para superar o subdesenvolvimento. Percebendo a tendência dos preços dos produtos primários a se reduzirem ao longo do tempo, concluiu que, mantendo-se a estrutura produtiva tal como se encontrava, a deterioração dos termos de troca, com permanentes danos aos países menos desenvolvidos, era consequência inevitável. A debilidade tecnológica e os baixos salários, bem como a reduzida elasticidade-renda dos produtos comercializados pela periferia, estavam dentre as razões levantadas por Prebisch para explicar tal tendência. O comércio internacional, portanto, não era um jogo de soma zero, onde as transações eram boas e justas para ambos os lados. Havia aí perdedores e ganhadores e os perdedores eram sempre os mesmos. Em outras palavras, a continuidade das relações comerciais assentadas nesse tipo de divisão internacional do trabalho trazia permanentes vantagens para os países já desenvolvidos, deixando a periferia do sistema cada vez mais para trás.

A partir do trabalho de Prebisch e da profusão de debates em torno das causas e das possíveis saídas para o subdesenvolvimento, ficou consagrada a ideia de que as trocas entre bens e serviços produzidos em diferentes países

podem trazer contínuas desvantagens para alguns deles, ou para um grupo específico deles. No âmbito da teoria marxista, o primeiro teórico a se referir a esse fenômeno e tentar explicá-lo foi certamente Arghiri Emmanuel, que entendia a deterioração dos termos de troca como um problema crucial para os países subdesenvolvidos. Usando o termo “troca desigual”, esse autor grego publica, em 1969<sup>5</sup>, um livro com esse título, buscando encontrar, a partir do citado *approach* teórico, as razões para as permanentes perdas sofridas por esses países no âmbito das relações de comércio.

Como o termo já indica, Emmanuel, buscando respeitar as leis que comandam o processo de acumulação capitalista, sobretudo a lei do valor tal como elaborada por Marx, vai encontrar na esfera da circulação, ou seja, no plano da formação dos preços, a explicação para o citado fenômeno. Importante lembrar que Emmanuel não vai considerar como transferência de valor a redistribuição da mais-valia que se dá pela via da concorrência entre os capitais, e que dá origem aos preços de produção. De fato, não se trata aí de troca desigual, mas de rearranjo empurrado pela concorrência que decorre simplesmente do fato de que o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora deve remunerar a totalidade do montante investido em cada negócio e não apenas aquela parte destinada à aquisição de capital variável (força de trabalho)<sup>6</sup>.

O que nosso autor busca, portanto, são as razões pelas quais, no âmbito das relações internacionais, ocorrem trocas que não se dão pelos preços de produção, sendo, por isso, desiguais. A resposta que ele encontra baseia-se nas premissas que decorrem do raciocínio de Marx sobre o processo de

---

<sup>5</sup> A publicação original é na língua francesa, sob o título *L'échange inégal*. A edição aqui utilizada, em inglês, é da *Monthly Review Press*, de 1972.

<sup>6</sup> Como fica claro, concordamos neste ponto com Emmanuel, mas a questão é polêmica. Alguns autores não concordam com essa posição e entendem que o processo de transformação dos valores em preços de produção implica sim uma espécie de troca desigual, por conta da transferência de valor dos setores com menor composição orgânica do capital para aqueles com maior composição orgânica. Leite (2019), por exemplo, vai criticar Emmanuel justamente por essa razão, enquanto Borges Neto (2011) vai esposar a mesma posição que abraçamos aqui. Um problema análogo é o que se refere às noções de valor de mercado, ou valor social, e de mais-valia extra, que permite superlucros. Voltaremos ao tema mais adiante.

concorrência entre os capitais que gera esses preços. Para Emmanuel, quando se consideram as trocas entre países, a mobilidade plena pressuposta não existe, pois existe apenas para os capitais. Não existindo para a força de trabalho, os salários e taxas de mais-valia não se equalizam entre os países. Como os salários são em geral mais baixos nos países periféricos, tende a subir, relativamente ao normal, a relação entre os preços de produção das mercadorias produzidas nos países mais desenvolvidos *vis-à-vis* aquelas produzidas nos países menos desenvolvidos, caracterizando a troca desigual.

A solução de Emmanuel foi objeto de grande discussão, sobretudo por conta de suas consequências para questões práticas da luta de classes, uma vez que implicava reconhecer que, de alguma forma, os trabalhadores dos países do centro eram os responsáveis pela exploração magnificada que ocorria na periferia. Outros autores marxistas buscaram outras respostas, como Charles Bettelheim, que lembrou das diferenças no desenvolvimento das forças produtivas em distintos países, Samir Amin, que se referiu a “condições desiguais de exploração” (diferenças salariais maiores que as diferenças entre produtividades), e Mandel, que vai enquadrar o fenômeno na ideia do desenvolvimento desigual e combinado que resgata de Trotski (KATZ, 2020, p. 79-81). Todavia, queremos colocar em foco aqui a contribuição brasileira para tal discussão, principalmente a de Ruy Mauro Marini, pois sua interpretação leva ao polêmico conceito de superexploração da força de trabalho, sobre o qual vale refletir, considerado o contexto em que aqui abordamos a problemática da dependência.

A percepção de relações de troca sempre prejudiciais aos países periféricos levou também à ideia, presente em quase todas as vertentes dependentistas, de que o subdesenvolvimento não era uma situação tributária tão somente de desacertos sociais e políticos internos (ainda que estes pudessem ter algum peso na manutenção da situação), senão o resultado necessário da lógica mundial da acumulação capitalista. Na expressão tornada célebre por André Gunder Frank, tratava-se aí do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Na mesma linha, Ruy Mauro Marini entendia a dependência

“como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” ([1973]2005, p. 141).

Mas de que modo operavam exatamente os mecanismos econômicos que perpetuavam a relação de dependência? Das contribuições canônicas de Lenin, vinha a ideia de que, superada a etapa colonial, onde predominavam os expedientes de pilhagem extraeconômica, era a força dos monopólios, a importância crescente dos investimentos externos e o poder das altas finanças que reiteravam a posição de domínio dos países centrais (imperialistas). A vertente mais crítica da teoria da dependência, de filiação teórica claramente marxista, ecoa em parte essa tradição, na qual as relações de troca não têm papel determinante. Theotônio dos Santos, a título de exemplo, em seus estudos sobre dependência e imperialismo dos anos 1970, vai atribuir às corporações multinacionais, que se instalam nas economias dependentes visando os mercados internos desses países, a consolidação da dependência tecnológico-industrial, que, para ele, acontece a partir dos anos 1950, constituindo a última etapa do processo que construiu historicamente a relação de dependência (AMARAL, 2012, p. 42-44).

Também Vânia Bambirra, que escreve na mesma época que Theotônio e Marini, vai comungar com esse tipo de interpretação. Cunhando o termo “integração monopólica mundial”, ela vai destacar a situação de países como o Brasil, que se industrializavam, apesar de sua condição dependente, mas o faziam sob o controle dos capitais das nações imperialistas sobre os setores mais dinâmicos da economia, gerando uma articulação cada vez mais profunda entre os interesses estrangeiros e aqueles das classes dominantes locais (BAMBIRRA, [1974] 2012, p. 124-126).

Todavia, àquela altura da reflexão teórica, depois de as relações de troca terem sido trazidas para uma posição de destaque no âmbito da discussão sobre o subdesenvolvimento e as formas de superá-lo, era natural que a teoria da dependência se voltasse para elas. Ademais, o fenômeno da deterioração

dos termos de troca parecia confirmar a percepção de que, com o desenvolvimento progressivo do capitalismo, o domínio das nações mais avançadas sobre as mais frágeis prescindia por completo de mecanismos outros que não os exclusivamente econômicos<sup>7</sup>.

Assim, é já na segunda seção de seu famoso *Dialética da Dependência*, de 1973, que Marini vai se propor a descobrir “o segredo da troca desigual” (2005, p. 193)<sup>8</sup>. Apesar de atribuir o subdesenvolvimento não a um único fator, mas a uma dinâmica polarizadora mundial do capitalismo, comandada pelos requerimentos da acumulação originados nos países centrais, ele parte do princípio de que a deterioração dos termos de troca que afeta as economias dependentes latino-americanas é algo que requer uma explicação específica. Considerado o pano de fundo onde o fenômeno ocorria, era evidente que as continuadas quedas de preços dos produtos primários (alimentos e matérias-primas) não podiam ser associadas à elevação de produtividade, e, portanto, à efetiva redução de valor desses bens.

A resposta que Marini encontra tem dupla face. Por um lado, ele se refere às diferenças de produtividade entre nações distintas e, portanto, à existência, no mercado mundial, de diferentes preços de produção para um

---

<sup>7</sup> Nos termos de Marini, isso significava que “... a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações [as mais débeis]” (2005, p. 150). Nesse sentido, vale lembrar que David Harvey, em seu livro *O Novo Imperialismo*, originalmente publicado em 2003 (a edição aqui utilizada é de 2004), encontra uma explicação para essa mudança de forma no exercício do poder imperial. Para ele, é a ascensão dos EUA após a Segunda Guerra que consolida a lógica especificamente capitalista do poder. O governo americano passara a refletir puramente os interesses de classe corporativos e teria sido, desde sua independência, “burguês até a medula”. Tratava-se de uma sociedade migrante e multiétnica, que lutara para se libertar do jugo de uma potência europeia e que internamente desenvolvia um “inflexível individualismo competitivo”. Essas circunstâncias teriam forçado os EUA a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência dos demais países, os dominasse por meio de “alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta”. A ambição imperial teria assim ficado oculta num “universalismo abstrato”, o qual teria facilitado o domínio americano no pós-guerra, pois, em princípio, não havia exatamente um império americano a ser contestado, apenas um “século americano” — e ninguém contesta um século. (HARVEY, 2004, p. 46-49).

<sup>8</sup> Segundo Borges Neto (2011, p. 86), tal tema já está presente em artigo de Marini de 1967, como uma sorte de drenagem de recursos em direção às economias centrais que teria surgido à época das economias exportadoras, tendo se mantido depois. Todavia, é no famoso ensaio de 1973 que o tema ganha inegável destaque, já batizado com o termo “troca desigual” e associado à superexploração da força de trabalho.

mesmo setor produtivo, ensejando a apropriação de mais-valia extra. Por outro, quando se trata de distintas classes de mercadorias, ele aponta uma espécie de capacidade que têm as nações mais avançadas, por conta de seu poder monopólico, de “iludir a lei do valor”, implicando, para as nações menos favorecidas, a obrigação de entregarem gratuitamente às primeiras uma parte do valor que produzem.

É por conta desse raciocínio que Marini chega ao conceito de superexploração da força de trabalho. Em suas palavras: “O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual (...) procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (2005, p. 153). E a forma predominante de efetivar essa exploração superlativa era expropriar parte do fundo de consumo dos trabalhadores, transformando-o em fundo de acumulação de capital. Em outros termos, tratava-se de agudizar a extração de trabalho excedente pagando à força de trabalho um salário abaixo de seu valor, ou seja, superexplorando-a. Essa solução invertia aquela encontrada por Emmanuel, pois colocava as diferenças salariais como consequência e não como causa da troca desigual, tirando das costas dos trabalhadores do centro a responsabilidade pela exploração aumentada sofrida pelos trabalhadores da periferia.

Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico. De fato, sua leitura ganhou enorme destaque por conta da intensa utilização que fazia dos conceitos e leis extraídos diretamente de Marx. Foi o trabalho de Marini, portanto, o que mais contribuiu para que a problemática da dependência se consolidasse como teoria no âmbito do *approach* marxista, não só conseguindo explicar, por meio da lógica própria ao processo de acumulação, as condições específicas do desenvolvimento capitalista em áreas não centrais como a América Latina, como demonstrando que a compreensão correta do modo de funcionamento do capitalismo passava necessariamente por tal visada.

A teoria da dependência de Marini, como não podia deixar de ser, ensejou numerosos debates, até porque esse marxista brasileiro era, antes de tudo, um militante<sup>9</sup>, de modo que se somavam às contestações teóricas também as disputas políticas dentro e fora do marxismo. Esses debates envolveram vários dos achados de Marini, mas a superexploração da força de trabalho foi o que mais ganhou espaço e é até hoje objeto de discussão<sup>10</sup>. A controvérsia se justifica em função do papel que o conceito desempenha dentro da arquitetura teórica por ele construída.

Para Marini, há, nas economias dependentes, uma desconexão entre as esferas da produção e da circulação (herdada de sua condição de economias exportadoras não industriais) que torna a produção industrial independente das condições salariais dos trabalhadores. Esse fator, em conjunto com um exército industrial de reserva poderoso, coloca a superexploração como o expediente por excelência do processo de acumulação nessas economias. Por um lado, a extração magnificada de trabalho não pago coloca-se como compensação a relações internacionais de troca sempre adversas; por outro, dada a citada desconexão, esse expediente reiteradamente utilizado não provoca problemas na etapa de circulação e realização das mercadorias industriais (estas, em sua maioria, não fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores). Com isso, as economias dependentes ficam presas numa sorte de armadilha que as impede de transitar para o estágio mais avançado do processo capitalista de desenvolvimento, caracterizado pela predominância da mais-valia relativa. A elevação da produtividade da força de trabalho, quando existe, é débil, dificilmente atingindo os setores produtores de bens de salário, sendo, portanto, insuficiente para produzir a necessária transição do paradigma da superexploração para o paradigma da produtividade. Resumidamente, a lógica do processo nas economias dependentes

---

<sup>9</sup> A mesma Ceceña (2009) observa que o pensamento de Marini deve ser compreendido como parte do esforço coletivo de construção de visões de mundo emancipatórias, que ganhara enorme força sobretudo nos anos 1960/70. Cabe registrar que a observação, assim como a condição de militante, vale também para Teothônio dos Santos e Vânia Bambilra, os outros dois pensadores brasileiros normalmente elencados no âmbito da teoria marxista da dependência.

<sup>10</sup>Veja-se a respeito Carcanholo (2013a).

não exige que a acumulação de capital se efetive por meio da mais-valia relativa e tal não exigência perpetua aí a superexploração da força de trabalho como mecanismo distintivo de operação do sistema. A superexploração da força de trabalho seria portanto o traço característico das economias dependentes.

Como adiantamos, a teoria da dependência de Marini, principalmente o conceito de superexploração, foi objeto de intenso debate e muitas críticas. Destacamos aqui duas delas, vindas de direções bastante diferentes. Em artigo famoso, Cardoso e Serra (1979), adversários de Marini também do ponto de vista político, contestaram a hipótese da superexploração, alegando que ela expressaria formas primitivas de mais-valia absoluta que estariam claramente perdendo espaço, por exemplo, no Brasil, com os avanços do processo de industrialização. No âmbito da teoria marxista, Augustín Cueva também rejeitou a ideia, argumentando que o capitalismo não precisa de mecanismos outros para se desenvolver e que a sub-remuneração da força de trabalho violava os princípios da acumulação (KATZ, 2020, p. 269). À época, Marini respondeu e rebateu todas as críticas, e não só com relação à superexploração, mas também com relação a outras acusações, como a de que sua teoria levaria à admissão de um permanente estagnacionismo nas economias dependentes.

Todavia, é o mesmo Marini quem vai, duas décadas à frente, fazer uma atualização de suas reflexões frente ao avanço da assim chamada globalização, que, para ele, havia engendrado uma reestruturação radical das relações econômicas internacionais. Em texto de 1995, ele afirma que, relativamente ao comércio internacional, o traço distintivo da globalização é o comércio intrafirmas, o que leva a uma homogeneização da produtividade do trabalho por conta de uma sorte de padronização que as novas tecnologias propiciam. Além disso, por força desse mesmo revolucionamento tecnológico, torna-se muito mais fácil e rápido conhecer essas novas condições de produção, e, pois, os parâmetros para a determinação dos preços. Em conjunto, esses novos elementos e condições estariam indicando que

o mercado mundial chegara à maturidade, permitindo a vigência cada vez mais acentuada da lei do valor. Isto posto, se reduziam as possibilidades de transgressão da referida lei antes detidas pelas nações industrializadas por conta de seu poder monopólico. Na mesma medida se reduziam também as chances de apropriação de mais-valia extra e, portanto, da obtenção de superlucros por parte dessas mesmas economias.<sup>11</sup> Dissipavam-se assim as condições que antes permitiam a existência da troca desigual.

Mas o acirramento da concorrência entre os capitais colocava mais uma vez em posição de destaque a superexploração. Nesse movimento, afirma Marini, desempenha papel destacado a superexploração da força de trabalho, cada vez mais facilitada, por sua vez, pelo crescente nível de desemprego gerado pelas novas tecnologias (1995, p. 9). O problema, para a teorização anterior de nosso autor, é que ela se generaliza, estendendo-se inclusive para os centros avançados e deixando, nessa medida, de ser um

---

<sup>11</sup> Conforme assinalado na nota 5, é discutível, do ponto de vista da teoria do valor de Marx, a associação feita por alguns autores entre troca desigual e transferências de valor relacionadas à transformação dos valores em preços de produção. Lá indicamos que um problema análogo é o que se refere às noções de valor de mercado, ou valor social, e de mais-valia extra, que permite superlucros. De nosso ponto de vista, também neste caso não se pode dizer que as empresas mais produtivas “extraem” valor das empresas menos produtivas. Portanto, também não há aí troca desigual. Como o valor é socialmente determinado pelo método de produção mais utilizado num determinado ramo de produção, as empresas de produtividade superior não extraem valores das menos produtivas, mas produzem elas mesmas mais valor por unidade de tempo, porque produzem mais valores de uso. Em posição contrária a essa temos Carcanholo (2000); em posição favorável, Borges Neto (2011). Cipolla (2012) tenta resolver a contenda demonstrando que, na maioria das vezes, as transferências de valor se dão de modo apenas parcial. Para tanto, introduz a questão da relação entre valor de mercado e preço de mercado. A resolução, porém, tem, como ponto de partida, o postulado da existência de transferências de valor das empresas menos produtivas para as mais produtivas, colocando-se, portanto, em posição contrária àquela aqui defendida. A relação dessa discussão com a teoria de Marini está em que a primeira das explicações encontradas por ele no desvendamento da troca desigual consiste justamente no transporte, para o plano do comércio internacional, das considerações quanto às possibilidades de obtenção de mais-valia extra. Assim, no processo de concorrência entre capitais externos e internos numa mesma esfera de produção, as nações mais avançadas extrairiam valor das mais atrasadas, posição, a nosso ver, equivocada. Como lembra Borges Neto (2011, p. 93), o próprio Marx diz o contrário no capítulo XX do Livro I, quando afirma que, no mercado mundial, o trabalho mais produtivo conta também como mais intensivo, ou seja, produz mais valor por unidade de tempo. Todavia, não foi a este fator que Marini deu o maior peso, mas sim ao segundo, que trata da possibilidade de, via poder monopólico, as economias centrais conseguirem transgredir a lei do valor, aí sim gerando troca desigual. De qualquer forma neste *aggiornamento* de sua teoria da dependência, elaborada em 1995, Marini está descartando a importância de ambos os fatores e, portanto, da própria troca desigual.

traço distintivo das economias dependentes (MARINI, 1995, p. 9)<sup>12</sup>. Sem troca desigual e com a superexploração generalizada da força de trabalho, em que marcos definir a continuidade da situação de dependência?

Marini deixa, no mesmo texto, algumas pistas muito sugestivas. Para ele (1995, p. 6), apesar de todas essas substantivas transformações, os países desenvolvidos têm dois trunfos nas mãos. O primeiro é sua imensa superioridade em matéria de P&D, constituindo um verdadeiro monopólio tecnológico que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo diz respeito ao controle que eles exercem sobre a transferência das atividades industriais aos países mais atrasados, seja passando a estes últimos primordialmente as indústrias menos intensivas em conhecimento, seja dispersando as etapas de produção de determinadas mercadorias em diferentes países, impedindo assim o surgimento de economias nacionalmente integradas. Por fim, Marini refere-se também às massas consideráveis de conhecimento e inversão que as novas tecnologias demandam, o que torna cada vez mais difícil reduzir a distância que separa as economias dependentes dos centros avançados. Esses temas remetem à discussão sobre os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação, que discutiremos na próxima seção.

## 2 - Capitalismo Contemporâneo, Rentismo e Imperialismo

Um dos aspectos mais estudados do processo de acumulação, tal como ele hoje se dá, é a chamada *financeirização*. Analisada principalmente por

---

<sup>12</sup> Independentemente das transformações no cenário econômico mundial trazidas pela globalização, e que, segundo o Marini de 1995, deixam de fazer da superexploração um traço distintivo das economias dependentes, há autores que consideraram incondicionalmente que não era necessário aceitar a ideia da superexploração para que se pudesse defender as teses sobre a dependência. Segundo Katz (2020), Samir Amin é um desses autores. O próprio Katz apresenta restrições ao conceito, seja pela dificuldade em determinar o que seria o “valor da força de trabalho”, seja porque ele é muitas vezes entendido como a sujeição diferenciada sofrida pelos trabalhadores do centro e da periferia. Nesse último caso, inclusive, abrem-se duas possibilidades de entendimento que acabam por embaralhar ainda mais o conceito: se ele está associado com o sofrimento dos trabalhadores, então a superexploração ocorre de fato nos países subdesenvolvidos; mas, se entendermos por ele uma maior magnitude de trabalho confiscado, então a exploração é maior nas economias mais produtivas do centro (KATZ, 2020, p. 282-283).

marxistas, regulacionistas e pós-keynesianos, ela se refere à existência de um predomínio da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva. Há muita controvérsia sobre o seu real significado, e mesmo sobre sua importância. Em seu último livro, o economista francês François Chesnais, um dos primeiros marxistas a estudar o fenômeno, apresenta uma definição com a qual concordamos, e que nos é conveniente porque faz menção a aspectos que reforçam a hipótese da prevalência de relações de dominação, e, portanto, de imperialismo, na arquitetura atual do sistema. A financeiraização, afirma Chesnais, “refere-se ao caráter pervasivo das características do capital portador de juros identificadas por Marx na seção V do Livro III de *O Capital*. Elas devem ser tomadas em combinação com as implicações do elevado grau de centralização/concentração de capital hoje existente...” (2016, p. 15-16, tradução minha).

Para Chesnais, a formação acelerada de grandes blocos de capital por meio do processo de centralização, que predomina em períodos de crise como o atual, vai ocorrendo em paralelo ao agigantamento dos mercados financeiros e por meio da utilização de sofisticados expedientes financeiros, como, por exemplo, os fundos de *private equity* e suas operações de *leveraged buy outs* (LBOs)<sup>13</sup>. Em texto anterior, escrito ainda antes da grande crise de 2008, o mesmo Chesnais já definira o imperialismo, associando-o diretamente a esse intenso processo de centralização de capitais (que se aprofundou depois da crise)<sup>14</sup>: “O imperialismo contemporâneo está fortemente

---

<sup>13</sup> *Private equities* são títulos de participação em empresas já estabelecidas, mas ainda não cotadas em bolsa (ou seja, de capital fechado). Os fundos de *private equity* são esquemas coletivos de investimento nesse tipo de título. As *LBOs* são transações que podem transferir o controle de uma empresa a um grande bloco de capital ou a grandes investidores por meio da utilização alavancada do fluxo de caixa dessa empresa como colateral na emissão de títulos de dívida.

<sup>14</sup> O FMI faz um alerta, em boletim emitido ao final de 2018, para o crescimento descontrolado dos *leveraged loans* (cuja emissão teria chegado a US\$ 1,3 trilhão em 2018) e para a perigosa deterioração dos padrões de empréstimo. Chesnais (2019) chama a atenção para isso em texto recente, destacando a explicação adiantada pelo próprio FMI para tal temerário crescimento: com anos e anos de taxas de juros extremamente reduzidas e abundância de dinheiro barato circulando pelo sistema financeiro internacional, os “investidores famintos por rendimentos” (*yield-hungry investors* – o termo é do próprio FMI) estão se dispondo a tolerar níveis cada vez mais elevados de risco. O referido boletim do FMI está disponível em: <https://blogs.imf.org/2018/11/15/sounding-the-alarm-on-leveraged-lending/>

relacionado à dominação de uma forma precisa de capital, a saber, o altamente concentrado capital monetário portador de juros e dividendos que opera nos mercados financeiros e alimenta o pervasivo fetichismo do dinheiro, mas é totalmente dependente da mais-valia e da produção” (2007, p. 121, tradução minha).

Concordamos com Chesnais em ambos os casos, ou seja, tanto com relação à definição que ele elabora sobre a financeirização (como diretamente associada à difusão do capital portador de juros e à formação de gigantes blocos de capital) quanto com a forma como ele interpreta o imperialismo contemporâneo (como o domínio do altamente concentrado capital monetário portador de juros e dividendos). Para nós, no entanto, a financeirização é apenas a expressão mais evidente de um processo de acumulação que se tornou *rentista*, entendido este último termo como o predomínio dos ganhos que derivam da simples *propriedade* do capital (juros, renda absoluta, renda diferencial, renda de monopólio e dividendos) sobre os ganhos que derivam do *funcionamento* do capital (lucro e superlucro)<sup>15</sup>. Enquanto para os primeiros os fluxos de rendimentos existem como *direitos* e assentam-se na mera propriedade do ativo (capital monetário, terra, ações), para os segundos os rendimentos aparecem como resultado da produção de valor novo e da acumulação de valor excedente, que a operação do capital produz. Não por acaso, nas *Teorias da Mais-valia*, falando do capital portador de juros, Marx vai chamar o dono do capital monetário de “capitalista jurídico” e aquele que toca a produção de “capitalista econômico”, sendo que nada muda na história se esses dois personagens forem interpretados pela mesma pessoa.

Lucro, juro e renda da terra, como se sabe, são as formas, apresentadas por Marx no Livro III de *O Capital*, por meio das quais aparece o valor excedente resultante da apropriação de trabalho não pago. Rentismo, portanto, sempre esteve associado ao capitalismo, sendo inclusive visto pela Economia Política, desde a sua origem (Marx incluso), como um entrave

---

<sup>15</sup> O que se segue reproduz de modo sintético o que está em Paulani (2016).

para a acumulação. Qual a novidade então da etapa atual? A novidade, que aprofunda as contradições sistêmicas, está na combinação de uma série de elementos que fazem com que os ganhos que derivam da mera propriedade tenham importância crescente frente àqueles que derivam do processo de acumulação. Além da onipresença do capital portador de juros, temos ainda, dentre os mais relevantes, um tipo moderno de renda absoluta, que vem se tornando cada vez mais importante, a renda do conhecimento, típica das mercadorias-conhecimento, e as rendas de monopólio, oriundas da importância também crescente das marcas. Vejamos brevemente cada uma delas.

No capítulo XXIV do Livro III de *O Capital*, falando justamente sobre como o capital portador de juros aliena e fetichiza a relação fundante do sistema que é a relação capital-trabalho, Marx afirma que “... o valor das mercadorias é determinado não pelo tempo de trabalho que sua produção custou originalmente, mas pelo tempo de trabalho que custa sua reprodução ...” (1983a, p. 298). Assim, aquelas mercadorias que não necessitam de tempo de trabalho para a sua reprodução, como os softwares, por exemplo, deveriam ter preço zero, uma vez que não possuem valor. No entanto, tal como os donos de terra, os proprietários desse saber não o liberam para a produção se uma renda não lhes for paga. O preço dessa mercadoria constitui-se, portanto, desse tipo moderno de renda absoluta, a renda do conhecimento<sup>16</sup>.

Sobre a renda de monopólio, Marx vai dizer, no capítulo XLV do mesmo Livro III de *O Capital*, que a renda diferencial e a renda absoluta são as únicas formas normais de renda e que, “fora delas, a renda só pode basear-se num autêntico preço de monopólio, que não é determinado nem pelo preço de produção das mercadorias, nem pelo seu valor, mas pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores” (1983b, p. 229-230). No caso das marcas, o que elas fazem é transformar os preços de produção das mercadorias comuns em preços de monopólio. A marca, se bem-sucedida, singulariza

---

<sup>16</sup>Veja-se a respeito TEIXEIRA e ROTTA (2012). Para uma posição distinta, que entende o preço das mercadorias-conhecimento como juro e não como renda, cf. PRADO (2005).

a mercadoria e transforma seu produtor em monopolista, que se apropria então dessa renda<sup>17</sup>.

Isto posto, podemos afirmar, por contraditório que possa ser (já que a renda foi vista pela Economia Política como um pecado contra a acumulação de capital), que o rentismo marca de modo incisivo o processo contemporâneo de acumulação e altera os meios e os resultados da relação de dependência.

### **3 - Nova Dependência, Novíssima Dependência e Dependência 4.0**

Desde sua origem, o termo “dependência” aparece guarnecido de qualificativos. Em seu clássico livro de 1969<sup>18</sup>, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto já falam, por exemplo, de “um novo tipo de dependência”, que se daria agora “num plano mais complexo” ([1969]1977, p. 129). A referência aí é à internacionalização dos mercados nacionais decorrente dos investimentos externos diretos das grandes multinacionais europeias e americanas que fomentaram a industrialização do Brasil e de outros países latino-americanos nos anos 1950/60. Também Celso Furtado coloca como título de um livro de 1982 “A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo”, para se referir ao processo de transnacionalização não só de vários setores produtivos, mas principalmente do setor financeiro, bem como às consequências desses processos para países periféricos como o Brasil (1982, p. 121-128).

Já José Luís Fiori vai falar, em livro de 1995, de uma “novíssima dependência”. Com a globalização já madura, Fiori chama a atenção para o acesso ainda mais restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de

---

<sup>17</sup> Não por acaso tornou-se praticamente um bordão dos modernos manuais de administração a afirmação de que a marca “cria valor”, ou falar do “valor criado pela marca”. Evidentemente trata-se de afirmações e expressões equivocadas do ponto de vista da Economia Política, mas expressivas do fenômeno ao qual nos referimos.

<sup>18</sup> O conhecido livro de Cardoso e Faletto foi publicado pela primeira vez em castelhano pela editora Siglo XXI, do México, em 1969. A primeira edição em português aparece, no ano seguinte, no Brasil, pela Zahar, do Rio de Janeiro.

ponta do que na época da internacionalização dos mercados internos<sup>19</sup>, e ao constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos no sentido de direcionarem a gestão macroeconômica para padrões cada vez mais homogêneos e imutáveis. Vale registrar a inequívoca convergência desse tipo de visão com aquela esboçada por Marini no artigo de 1995, anteriormente discutido, sobretudo no que concerne ao acesso restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de ponta.

Coloquemos então essas denominações num *continuum* e sigamos, para ver onde nos levam as pistas já deixadas pelos pensadores que são personagens da história intelectual da dependência. Assim, teríamos, de início, a *dependência original*, aquela “cepalina”, derivada da posição primário-exportadora dos países periféricos; o benefício à acumulação dos países centrais decorria, nessa etapa, das relações comerciais caracterizadas por trocas desiguais, que possibilitavam a transferência, para tais países, de parcela do valor que deveria permanecer na periferia.

Na sequência, teríamos a *nova dependência*, em dois momentos, sendo o primeiro, apontado por Cardoso e Faletto, aquele da internacionalização dos mercados internos, e o segundo, indicado por Furtado, aquele originado pelo acúmulo de dívida externa. No caso da *nova dependência I*, o benefício para a acumulação dos países centrais decorria justamente da garantia de mercados extras para suas multinacionais, que a internacionalização propiciara. Em tempos de crise de sobreacumulação<sup>20</sup>, em que os mercados já começavam a escassear nos centros dinâmicos, trocar a mera possibilidade de vendas externas pela garantia de vendas internas foi um ótimo negócio. Com isso, parcela não desprezível do valor internamente gerado passou a

---

<sup>19</sup> Um pouco mais tarde, em livro de 2003, Oliveira vai tocar no mesmo ponto (da mudança de padrão no desenvolvimento tecnológico), indicando a dificuldade ainda maior das economias periféricas de realizarem o chamado *catch up*. Para ele, o paradigma molecular-digital em curso é incremental, impossibilitando a queima de estágios e o respiro de um *day after*, quando elevadas taxas de investimento não seriam mais necessárias.

<sup>20</sup> Compartilho aqui com Harvey (2004) e Chesnais (2016) o diagnóstico sobre a natureza da crise dos anos 1970, até hoje não resolvida de todo: trata-se de uma crise de sobreacumulação, vale dizer, de excesso de capital em relação às possibilidades de sua valorização produtiva.

fluir para os locais de origem das matrizes industriais a título de remuneração do capital empregado na produção, cuja propriedade era, afinal, de não residentes. Assim, das relações comerciais passamos às relações que envolvem remuneração de fatores de produção como instrumentos de transferência de valor dos países periféricos para os centrais.

A nova dependência II também está associada à remuneração de fatores de produção, só que, em vez de remuneração de capital produtivo *funcionante*, nos deparamos agora com remuneração da *propriedade* do capital monetário. Trata-se então de transferir para fora do país uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário. O caráter rentista dessas transferências já é aí evidente, mas tornou-se ainda mais claro, beirando a pura e simples espoliação, com o choque dos juros de 1979, promovido pelos EUA para refrear as especulações em torno do enfraquecimento da hegemonia americana e, principalmente, da destituição da moeda americana de seu papel de dinheiro mundial<sup>21</sup>. De outro lado, a assunção de gordas dívidas por parte dos países periféricos, sobretudo os latino-americanos, prestou um grande favor a uma riqueza financeira, que se acumulava nas praças financeiras do mundo, ávida por valorização. Por fim, não é demais lembrar que a necessidade de reverter à circulação internacional parcela do valor internamente gerado decorrente da *nova dependência I* foi uma das razões que empurrou os países periféricos, principalmente aqueles que haviam recebido muitas multinacionais dos países centrais em seu território, a assumir os vultosos empréstimos que se fizeram necessários depois do primeiro choque do petróleo de 1973.

E chegamos com isso à *novíssima dependência*, tal como a denominou Fiori, com argumentos, como vimos, que nos permitem associá-la também a Marini. Como já adiantamos, Fiori associa essa forma, para ele totalmente nova, de dependência à globalização, entendida esta última como “uma nova formatação capitalista”, que envolve vários aspectos, “gerando uma

---

<sup>21</sup> Veja-se a respeito Gowan (2013).

reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização (*sic*) de seus centros decisórios” (1995, p. 220). Nessa nova formação, a interdependência entre os atores se eleva, a estrutura da oferta, o progresso tecnológico e os processos decisórios se concentram, ao mesmo tempo que os mercados, principalmente os financeiros, são desregulados, e a estrutura produtiva se segmenta. O resultado, então, para os países da periferia é que o acesso à tecnologia se restringe, pois “sua [das tecnologias de ponta – LMP] utilização flexível e segmentada corresponde a um controle concentrado” (*id.*, p. 224). Ademais, a competição global pelos investimentos (e pelo acesso subordinado às novas tecnologias) empurra as economias periféricas para uma gestão macroeconômica “sadia”, onde os estados periféricos perdem espaço para operar políticas ativas de investimento, junto com a capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal. Agrava-se, com isso, a secular questão da pobreza/desigualdade, de modo que parcelas crescentes das populações periféricas perdem qualquer condição de serem “globalizadas” (*id.*, p. 225-226).

Concordamos inteiramente com essa análise de Fiori, mas, de nosso ponto de vista aqui, ele não especificou de que forma toda essa nova armação capitalista, que concentra as decisões “num conjunto de três a cinco governos somados a um número não superior a 200 empresas” (1995, p. 223), resulta em vantagens materiais para os países centrais. Para facilitar a investigação sobre esses canais de transmissão, lembremos de início que os elementos centrais da *novíssima dependência* para Fiori são, de um lado, a natureza do progresso tecnológico e, de outro, a coação imposta às economias periféricas para que comandem a política macroeconômica seguindo os princípios e máximas definidos nos centros decisórios dos países avançados. É a partir disso que propomos aqui rebatizar a *novíssima dependência*, termo que Fiori criou para distinguir essa dependência produzida pela globalização daquela associada à internacionalização dos mercados internos (que ainda permitia, aos países da periferia, a internalização completa das técnicas e métodos de produção derivados dos arranques tecnológicos produzidos pelo centro), por *dependência 4.0*. As razões para tanto serão apresentadas na

sequência, cabendo antes observar que, evidentemente, me benefício aqui, para propor tal alteração, de um quarto de século a mais no calendário.

A primeira razão é que, partindo da acertada visão de Fiori, como também de Marini, premonitórias de fato, uma vez que os textos foram escritos 25 anos atrás, a terminação *4.0* permite atualizar a importante questão da natureza do progresso tecnológico na presente etapa. Tornou-se comum falar em *indústria 4.0* para fazer referência ao avanço daquilo que se chamou de “terceira revolução industrial” (baseada nas tecnologias de informação e comunicação – TICs, na eletrônica e na internet), porque esse avanço foi de tal maneira abrangente que tem sido visto como uma quarta revolução<sup>22</sup>. As consequências dessa grande transformação vão no sentido de reforçar os traços que Fiori já percebera ainda antes de virem à tona os desdobramentos *4.0*: o aumento da concentração no que diz respeito aos processos decisórios, ao andamento do progresso técnico e à escala do capital propriamente dita, uma estrutura produtiva cada vez mais segmentada e, pode-se acrescentar, um espreadimento universal da utilização dos produtos *4.0* típicos, que se tornam insumos indispensáveis a praticamente qualquer tipo de produção.

Assentada na internet das coisas, na inteligência artificial, na computação em nuvem e na robótica, a quarta revolução tem como indiscutíveis protagonistas as mercadorias-conhecimento, anteriormente discutidas, produzidas, regra geral, por gigantes corporativos, cuja operação é em tudo facilitada por mercados desregulados e finanças desreguladas. Essa característica do progresso tecnológico tal como hoje desponta parece confirmar as hipóteses aqui adiantadas sobre a natureza rentista do processo contemporâneo de acumulação — a segunda razão para propormos que se chame a *novíssima dependência de dependência 4.0*. Associar a natureza rentista do capitalismo

---

<sup>22</sup> Segundo Schwab (2016), o termo *indústria 4.0* foi utilizado pela primeira vez na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, em 2011. Não há ainda, contudo, completo consenso sobre a utilização do termo. Por exemplo, Jeremy Rifkin, conhecido estudioso americano da temática do avanço tecnológico, continua a falar sobre terceira revolução industrial e não sobre quarta revolução ou sobre indústria 4.0 (veja-se Rifkin, 2012). Nos Estados Unidos, fala-se também de “manufatura avançada” ou “manufatura inteligente”, com o mesmo significado.

contemporâneo à *novíssima dependência* permitirá não só garantir a dos canais de transmissão que viabilizam os ganhos materiais dos países posicionados no centro, como mostrar que tais canais têm que ver também com o segundo dos elementos que Fiori aponta como fundamental, qual seja, o constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos quanto à forma de gerir sua política macroeconômica.

Quando alinhamos, a partir das definições de *dependência original*, *nova dependência I* e *nova dependência II*, os canais principais por meio dos quais os ganhos materiais são transferidos dos países do centro para os da periferia, percebemos um movimento que sai das relações comerciais e adentra as relações que envolvem pagamento a fatores de produção e, num segundo momento, mas fazendo parte desse mesmo tipo de pagamento, passamos para relações tipicamente rentistas, pois o valor é transferido agora não a título de remuneração do capital produtivo que funcionou e produziu valor novo, valor excedente e lucro, mas pura e simplesmente como pagamento aos proprietários do capital monetário. Ao passarmos da *nova dependência II* para a *dependência 4.0* estamos acrescentando a esse tipo de transferência (o pagamento do serviço da dívida sob a forma de juros) outros tipos de pagamento de natureza rentista. Além dos empréstimos convencionais, é preciso considerar também os pagamentos (sob a forma de juros ou dividendos) decorrentes de outros investimentos financeiros, sobretudo os investimentos em carteira, trazidos em profusão pela abertura financeira – ações, debêntures, títulos de dívida públicos e privados – títulos que Marx chamou, não custa lembrar, de capital fictício. Por fim, as relações comerciais voltam a ser elemento importante de transferência de valor para os países do centro, mas por razões que extrapolam a questão dos termos de troca e têm que ver com a natureza rentista do atual processo de acumulação. Trata-se do pagamento das mercadorias-conhecimento<sup>23</sup>, que é tipicamente pagamento de renda. Em outras palavras, nesses casos, mesmo que as relações de troca se deem aos preços de produção, estará havendo transferência de valor dos países menos avançados para os mais avançados, já que estes últimos detêm as novas tecnologias e são remunerados por essa propriedade.

Há, além disso, a renda da marca, também embutida nos preços de muitos bens, fazendo deles preços de monopólio e configurando a troca desigual (incluindo-se igualmente aqui os pagamentos para licença de uso da marca, como é típico dos processos de *franchising*).

Feito o inventário dos canais de transmissão de valor das economias periféricas para as centrais no âmbito da *dependência 4.0*, cabem duas últimas observações. A primeira é que se intensifica enormemente o movimento em direção ao pagamento de remunerações que se identificam com a renda e são devidos como *direitos* pela mera propriedade (do capital monetário, da tecnologia, das marcas). E aqui entram não só os juros devidos a todo tipo de aplicação financeira (empréstimos convencionais ou investimentos em carteira), como também os dividendos e — eis a novidade, boa parte daquilo que aparece como lucro, mas que constitui, na realidade, renda.

Consideremos um exemplo apenas para que fique claro qual é o nosso ponto. No mundo da indústria 4.0 tornou-se comum o termo “economia de plataforma” para se referir a um processo de servicização acelerada da indústria, com a transformação das empresas em verdadeiras plataformas digitais e a consequente mudança de preços relativos em favor dos serviços cognitivos e digitais, em detrimento dos meios de produção físicos, como máquinas e equipamentos. Vem junto com isso, quase naturalmente, o domínio de muitos setores por gigantes corporativos e aquilo que já vem sendo chamado na literatura de “uberização” do processo de trabalho<sup>24</sup>. No caso da empresa Uber, quais as relações de produção que a determinam? Inúmeros trabalhadores autônomos (não assalariados) que pagam, com uma determinada parte de seu tempo de trabalho, o “insumo” de que precisam para trabalhar, ou seja, o acesso à plataforma walrasiana digital, de propriedade da Uber, que promove o encontro da oferta com a demanda de serviços de transporte. Mas o que eles pagam? Quanto custa esse insumo para quem o produz? Cada “unidade” de acesso à plataforma Uber custa exatamente

<sup>23</sup> Especificamente com relação a este elemento e sua importância na nova configuração da dependência, veja-se Oliveira (2017).

<sup>24</sup> Ver a respeito SLEE (2017) e ABÍLIO (2021).

zero, pois não há tempo de trabalho necessário para a produção de cada acesso adicional. Contudo, um preço é gerado, e ele tem que ser pago, ou a plataforma não é liberada para uso. A substância desse “preço” é pura renda, devida aos proprietários da plataforma. Como a Uber é uma empresa transnacional baseada em São Francisco, Califórnia, ela captura como renda parte substantiva do tempo de trabalho de motoristas em todo o mundo (ela atua em mais de 700 regiões metropolitanas), que fluem em direção aos Estados Unidos e vão fomentar a acumulação da gigante americana ou o luxo suntuário de seus controladores e de suas oligarquias burocráticas<sup>25</sup>.

Convém, neste ponto, lembrar que, em que pesem as controvérsias em torno ao conceito de superexploração, é muito difícil observar fenômenos desse tipo e não associá-los ao achado teórico de Marini. Se é verdade que as condições que serviram de base ao teórico brasileiro para enunciá-lo como característica distintiva das economias dependentes hoje já não estão mais presentes (e não só em função do acirramento da concorrência internacional, mas também porque os bens industriais passaram a fazer parte da cesta de bens dos trabalhadores mesmo nas economias mais atrasadas – vide os celulares), não é menos verdade que a chamada economia de plataforma tem gerado, sob o enganoso rótulo atribuído aos trabalhadores de “empresários de si mesmos”, condições de trabalho dignas do século XIX, com jornadas muito extensas de custoso e intensivo trabalho. Por fim, não deixa também de ser verdade, independentemente do nome que se dê a isso, que a remuneração dos trabalhadores é estabelecida de modo distinto nos diversos países, com essa remuneração sendo normalmente bastante mais baixa nos países não centrais. Assim, a piora geral das condições de trabalho em todo o mundo gerada pelas novas tecnologias apresenta-se de forma ainda mais dura para os trabalhadores das economias dependentes<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Oligarquias burocráticas é termo de DARDOT e LAVAL (2019) para se referir aos altos executivos das grandes corporações.

<sup>26</sup> A tal respeito, diz Katz (2020, p. 270-271) que a melhor solução para reformular a intuição de Marini é postular que nas regiões periféricas predomina um baixo valor da força de trabalho. Segundo ele, essa tese é coerente com a visão de Marx sobre o salário como equivalente ao custo de reprodução da força de trabalho, além de reconhecer a importância do exército industrial de reserva na periferia. Se admitirmos a solução, porém, a forma de nominar o fenômeno teria de fato que ser alterada.

A segunda observação tem que ver com a lógica que impele as economias periféricas, há quatro décadas, a viver com poupança externa. Trata-se de uma dependência viciosa, pois o preço do acesso aos capitais internacionais é o comprometimento cada vez maior do valor novo internamente produzido com a remuneração desses capitais, o que vai gerando, por sua vez, um aumento da necessidade dessa mesma poupança para manter o equilíbrio das contas externas e assim por diante. Contudo, a principal consequência para os países da periferia, por terem sido capturados no círculo vicioso, não é nem tal transferência em si, ainda que seja esse o benefício material claramente capturado pelos países exportadores de capital no centro do sistema, mas aquilo a que Fiori já se refere no artigo de um quarto de século atrás: a coação permanente que sofrem esses países, na competição global pelos ditos investimentos, quanto à forma de gerir sua política macroeconômica. Só os países “bem-comportados”, aqueles que “fazem toda a lição de casa”<sup>27</sup>, é que são devidamente contemplados.

Não é difícil perceber que esse tipo de subordinação é muito mais aderente às observações dos clássicos pensadores do imperialismo, que escreveram nas décadas iniciais do século XX, do que às teorias sobre troca desigual e deterioração dos termos de troca que dominaram as reflexões sobre imperialismo e dependência em meados do século. Hilferding, em seu célebre trabalho sobre o capital financeiro, de 1910, foi dos primeiros pensadores a chamar a atenção para o fato de a exportação de capitais funcionar como um elemento claro de subordinação entre as nações. Decorrido mais de um século desde a edição da obra, essa sagaz observação nunca foi tão verdadeira. O Brasil é um caso exemplar dessa submissão. Vamos a ele.

---

<sup>27</sup> A grande mídia corporativa, em tudo alinhada aos interesses da riqueza financeira e “dos mercados”, aderiu sem peias a essas arditosas metáforas.

#### 4 - A Dependência 4.0 e o Brasil

Reconstituiremos aqui brevemente as diferentes formas que historicamente caracterizaram a inserção da economia brasileira no sistema mundial capitalista<sup>28</sup>. Acompanhando-as, veremos claramente o desenvolvimento também das diferentes fases da relação de dependência que acabamos de discutir<sup>29</sup>.

Podemos dividir em cinco fases distintas a história da inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial. Em todas elas, é evidente o caráter de subordinação da relação estabelecida com as economias do centro. A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, onde o Brasil entra como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país colônia constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva então em curso. Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, a economia brasileira, singrando ao sabor de um processo determinado desde fora, vai funcionar como alavanca da acumulação de capital no centro, produzindo matérias-primas e produtos agrícolas a baixo custo.

Consideradas conjuntamente, as duas primeiras fases somam mais de quatro séculos, até que finalmente, nos anos 30 do século passado, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Celso Furtado, o

---

<sup>28</sup> Reproduzimos aqui, com ligeiras alterações, aquilo que já se encontra em Paulani (2012; 2013).

<sup>29</sup> No pequeno inventário das qualificações da dependência que elaboramos na seção anterior, bem como na taxonomia de situações/fases da dependência que criamos aqui, restringimo-nos a mencionar aqueles autores consagrados e/ou que fizeram parte da própria história intelectual do conceito. Contudo, muita gente nova vem trabalhando o tema, com contribuições substantivas à discussão. Menciono aqui dois trabalhos excelentes: as teses de doutorado de Marisa Silva Amaral (IPE-USP, 2012) e de Elizabeth Moura Germano de Oliveira (UFBA, 2017). Ambas atualizam a discussão, frente à financeirização do processo de acumulação, a primeira, e frente à ascensão da economia do conhecimento, a segunda. Ambas falam em “nova dependência”, mas se referindo aos elementos e fatos constitutivos do que chamei aqui de *dependência 4.0*.

“deslocamento do centro dinâmico da economia” ([1959]2006, p. 274), abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica. Essa nova conjuntura, resultado da combinação de fatores políticos internos com a gravidade da crise econômica mundial que então se alastrava, preparou as condições para a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação. Acossado já pelo problema da sobreacumulação, o capital do centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, na segunda metade dos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido. O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora.

Apesar disso, foi nesse período, ou seja, a partir de 1930, que se gerou a primeira possibilidade efetiva de deixar para trás sua crônica dependência a economia brasileira. Não foi outro o objetivo das tentativas nacional-desenvolvimentistas levadas a efeito por governos de variados tipos. De forma difusa e até *avant la lettre*, como no caso de Vargas, esses diversos governos, seja em períodos democráticos ou ditatoriais, foram percebendo aquilo que a *teoria da dependência*, partindo das descobertas de Raul Prebisch, acabou por demonstrar: o desenvolvimento capitalista não se dá por etapas, as economias nacionais não caminham em linha reta, das fases menos desenvolvidas de produção, onde baixo valor agregado é produzido, às aquelas mais avançadas, marcadas pela indústria e pelo desenvolvimento tecnológico de ponta. O subdesenvolvimento, como mostrara Furtado, é um tipo de desenvolvimento capitalista que torna os países periféricos, graças à sua posição na divisão internacional do trabalho, dependentes e reféns do imperialismo dos países do centro (Furtado, 2009). Pragmaticamente, isso significava que era preciso apostar na indústria, ou ficaríamos eternamente ao sabor de relações de preço lesivas aos interesses nacionais,

que acabavam por transferir aos países centrais, pela via do comércio internacional, parte do reduzido *quantum* de valor internamente produzido.

O aprofundamento da crise de sobreacumulação no sistema capitalista mundial que despontara nos anos 1970, se encarregou de colocar um ponto final nas tentativas nacional-desenvolvimentistas e jogar a economia brasileira nas turbulentas águas do processo de financeirização, já então em pleno curso. Constituindo a quarta fase da história aqui sumariamente descrita, a riqueza financeira, que, incitada pela própria crise, crescia a taxas muito elevadas, vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações.

O segundo choque do petróleo e o chamado choque dos juros, ambos deflagrados em 1979, tinham aberto um período de elevada inflação doméstica, o qual só encontraria termo, depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994. Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar por suas próprias forças os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos 140 bilhões de dólares a título de juros. Nessa quarta fase de sua relação com a economia capitalista mundial, o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial.

No começo dos anos 1990, a persistência de elevadíssimas taxas de inflação, combinada à dívida externa pendente de resolução desde a moratória, colocava a economia brasileira à margem do afluyente mercado financeiro internacional, que ia se tornando cada vez mais robusto. O estado brasileiro, pelas mãos de Collor/Itamar e depois Fernando Henrique (FHC), abraça conscientemente os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para alterar essa situação e possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização, transformando-o em potência financeira emergente. A

primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, logrado através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia, com a retirada gradativa dos controles que impunham obstáculos ao livre fluxo internacional de capitais.

A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país, contribuindo para o sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe econômica de FHC, em sua tarefa de estabilizar monetariamente a economia, tornando ainda mais amigável e “civilizado” o ambiente macroeconômico para as operações de valorização financeira. A partir da estabilização monetária, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpidos superávits primários), além de deslanchar o processo de privatização. A política de juros reais elevados beneficiava duas vezes o capital rentista, pois elevava seus rendimentos, ao mesmo tempo que tornava muito baratos os ativos reais e financeiros aqui produzidos.

A partir de 1999, o país completa seu traje de candidato a potência financeira emergente. Graças à forte crise cambial que se inicia em 1998, na esteira das crises monetárias dos países emergentes que atravessaram toda a década, o governo FHC, em janeiro do ano seguinte, início de seu segundo mandato, altera o regime cambial do país na direção do câmbio flutuante e adota o tripé macroeconômico, com seu regime de metas de inflação. Mesmo a ascensão de Lula ao governo federal não traz mudanças nesse quadro. A liquidez é rigidamente controlada, os juros permanecem em patamares

extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio FMI. Ademais, medidas adicionais são tomadas no sentido de completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência ao funcionalismo público, reforma da lei de falências no sentido de priorizar os interesses dos credores financeiros, adoção de medidas para aumentar o grau de abertura financeira. Mas esse ativismo financeiro não se dá sem consequências para a forma da inserção produtiva do país.

A permanente tendência à sobrevalorização que a política de inserção financeira produzia levou à desindustrialização (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007). Assim, um resultado duplamente perverso vai sendo produzido nesta quinta fase: de um lado, somos eternos pagadores de renda; de outro, nossa matriz produtiva regride ao patamar da segunda fase e nos alinha novamente a uma economia extrativista e primária, produzindo quase exclusivamente bens de baixo valor agregado. A participação dos produtos manufaturados em nossa balança comercial, que ultrapassara os 60% no início dos anos 1990, encontra-se hoje na esfera dos 35%. Dos 10 produtos mais exportados pelo país nos últimos oito anos, apenas um não se encontra na categoria dos produtos básicos (a exportação de automóveis, mas só em 2017). Os produtos campeões em todos esses anos são soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar, carne de boi... Do ponto de vista de um mundo que vai mergulhando na indústria 4.0, o resultado não poderia ser pior, pois a perda de importância da indústria vai afastando cada vez mais o país da possibilidade de uma acoplagem tecnológica<sup>30</sup>.

Me eximo aqui de relatar o que se passou nos três governos do Partido dos Trabalhadores, porque, do ponto de vista que aqui nos concerne, eles nada alteraram. A tentativa de retomar os investimentos públicos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado por Lula em 2006, bem como a política de proteção ao conteúdo nacional que fez parte do que

---

<sup>30</sup> Não por acaso os gastos do país em ciência e tecnologia e em P&D como proporção do PIB não chegam à metade e, em alguns casos, nem a um terço do que se verifica nos países do centro do sistema ou na China. Ver a respeito KOELLER *et al.* (2016).

ficou conhecido por “nova matriz macroeconômica” no primeiro mandato da presidenta Dilma, foram desmanteladas pelo agravamento da crise internacional de 2008/2009, cujas pesadas consequências chegaram definitivamente ao Brasil nos primeiros anos da segunda década do século. Sem entrar no mérito dos programas sociais de alto impacto que tais governos adotaram e tiveram indiscutíveis consequências do ponto de vista da pobreza e da desigualdade, vale apenas observar que o fato de sua política econômica ter reafirmado, regra geral, a deletéria forma de inserção do país no capitalismo mundial iniciada nos anos 1990 foi seguramente uma das razões pelas quais a preservação desses programas foi colocada em xeque, deitando por terra o pouco que foi conseguido.

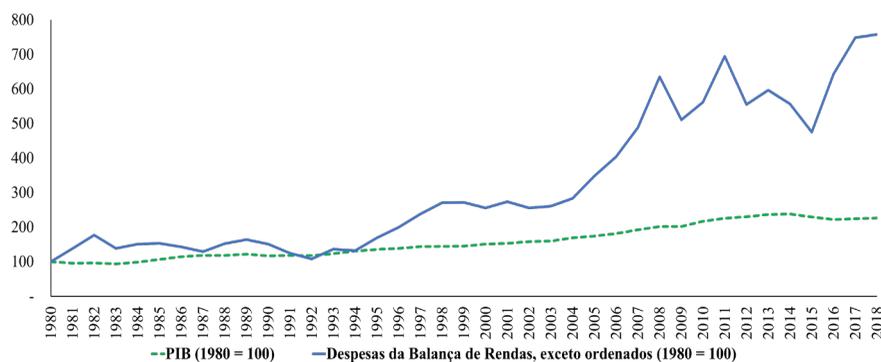
### **Considerações Finais**

Isso posto, é possível considerar que a reiterada absorção de poupança externa que o Brasil experimenta há praticamente três décadas representa um tipo mais atual e mais perverso de dependência. Sem necessidade de perdas nas relações de troca (podendo inclusive acontecer o contrário, como se deu entre 2001 e 2008), a extração de valor dos países menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos está garantida pelo volume de passivo externo que cada economia carrega. Quando isso se combina com a deliberada intenção de produzir ganhos superlativos aos capitais externos, como acontece no Brasil desde meados dos anos 1990, o benefício para esses capitais é ainda mais patente. Não há dúvida, nesse caso, que se trata de captura de excedente. Se os países periféricos engolirem porções cada vez maiores de poupança externa, aí sim, não importando o que ocorra com os termos de troca, estará garantida a captura do excedente e a valorização do valor dos capitais externos, em detrimento dos capitais e do trabalho dos países menos desenvolvidos.

O Brasil, como procuramos demonstrar, é caso emblemático desse tipo moderno e complexo de subordinação. A economia doméstica não só fica presa a um círculo vicioso de dependência de poupança externa que se reproduz

indefinidamente, como o estado nacional perde vários graus de liberdade no manejo de sua política econômica<sup>31</sup>. Além da poupança externa, é preciso lembrar, para configurar o conjunto das operações que constituem o que chamamos aqui de *dependência 4.0*, os pagamentos de renda que estão presentes também nas relações comerciais, seja através das marcas e das licenças de uso de marca, seja pela aquisição de mercadorias-conhecimento. Uma análise dos microdados das operações registradas no balanço de pagamentos permitiria avaliar com maior precisão quantitativa a evolução recente da captura de valor efetuada por esses diversos canais (IEDs, investimentos em carteira, empréstimos convencionais, compra de bens e serviços), o que não foi possível fazer para este trabalho. Contudo, o gráfico a seguir, elaborado a partir de dados agregados, parece suficiente para avaliar o impacto, em termos de transferência de valor, da reiterada absorção de poupança externa e da ratificação da *dependência 4.0* no Brasil no último quarto de século. Ele mostra a evolução de duas séries de números-índice que têm o ano de 1980 como base: a série do PIB, calculada a partir dos dados do IBGE, e a série das despesas com remuneração dos capitais externos registradas no balanço de pagamentos, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Bacen.

**Despesas da Balança de Rendas, exceto ordenados x PIB – Índice 1980=100**



Fonte: PIB (IPEADATA); Balanço de Pagamentos até 2014 (BACEN, 2019a), Balanço de Pagamentos de 2015 a 2018 (BACEN, 2019b) – Elaboração própria

<sup>31</sup> Bruno e Paulani (2019) evidenciam, com base na história recente do país, e com a utilização de várias séries de dados das fontes oficiais, como o regime financeirizado inviabiliza qualquer tentativa de política desenvolvimentista.

É visível a mudança de comportamento da curva das despesas em relação à curva do PIB a partir de 1994, ano importante pelo alcance da estabilidade monetária e pelo andamento das providências para liberar os fluxos de capital, garantir ganhos superlativos ao capital externo e transformar o país em “potência financeira emergente”. É a partir deste ponto que a dependência 4.0 se estabelece firmemente no Brasil.

## Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização e o trabalhador just-in-time. *Trabalho, Educação e Saúde* (on line), v. 19, 2021
- AMARAL, M. S. *Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária frente à financeirização do capitalismo*. São Paulo, IPE-USP, tese de doutorado, 2012
- BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM5. Banco Central do Brasil. 2019a. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/BalPagAbpm5.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm5.xls). Acesso em: 21 Setembro 2020
- BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. Banco Central do Brasil. 2019b. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/BalPagA.xlsx](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagA.xlsx). Acesso em: 21 Setembro 2020
- BAMBIRRA, V. O *Capitalismo Dependente Latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, [1972]2013
- BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, n. 33, p. 83-104, 2011
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As Três Interpretações da Dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010
- BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 1, p. 3-19, 2007
- BRUNO, M.A. P. e PAULANI, L. M. Developmentalist Policies in Financialized Economies: Contradictions and Impasses in the Brazilian Case. Trabalho apresentado no *4th Workshop on New Developmentalism*, ocorrido em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, em 25 e 26 de julho de 2019. Disponível em: [https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Miguel\\_Bruno\\_VF.pdf](https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Miguel_Bruno_VF.pdf)
- CARCANHOLO, M. O *Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência*. *Trabalho, Educação e Saúde* (on line), volume 11, n. 1, p. 191-205, 2013
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, p. 71-98, 2013a
- CARCANHOLO, R.A. Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx. *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política* (Encontro da SEP), Fortaleza, 2000
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 4.ª edição, [1969]1977
- CECEÑA, E. Meu querido Ruy. In: MARTINS, C. E. & SOTELO VALENCIA, A. (org.) *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo Editorial e Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009
- CHESNAIS, F. The Economic Foundations of Contemporary Imperialism. *Historical Materialism*, v. 15, p. 121-142, 2007.
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today*. Leiden, Boston: Brill (Historical Materialism Book series), 2016
- CHESNAIS, F. La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial où se prepare la crise a venir. *A L'Encontre*, 30 Septembre, 2019. Disponível em <http://alencontre.org/economie/la-theorie-du-capital-de-placement-financier-et-les-points-du-systeme-financier-mondial-ou-se-prepare-la-crise-a-venir.html>
- CIPOLLA, F. P. Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais-valia extraordinária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 12, p. 87-106, 2003
- DARDOT, P. e LAVAL, C. *Never Ending Nightmare: The Neoliberal Assault on Democracy*. London; New York: Verso, 2019

- EMMANUEL, A. *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. New York; London: Monthly Review Press, [1969]1972
- FIORI, J. L. A Globalização e a Novíssima Dependência. In: FIORI, J.L. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight, p. 215-229, 1995.
- FURTADO, C. *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1959]2006
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, [1961]2009
- GOWAN, P.A *Roleta Global*. Rio de Janeiro: Record, 2003
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), [1910]1985
- IPEADATA. *Produto interno bruto a preços de mercado: índice (base 2010 = 100)*. IPEADATA, 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 21 Setembro 2020.
- KATZ, C. *A Teoria da Dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020
- KOELLER, P. et al. Dispendios do Governo Federal em C&T e P&D. Ipea. Radar: *Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*. n. 48, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/20170110\\_radar\\_48.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/20170110_radar_48.pdf)
- MARINI, R. M. Procesos y Tendencias de la Globalización Capitalista. In: MARINI, R. M. e MILLÁN, M. (orgs.). *La Teoría Social Latinoamericana* (4 tomos). Cidade do México: El Caballito, 1995. Disponível em: <http://lahaine.org/amauta/b2- img/Mariniglobalizacion.pdf>
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R. e STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005
- MARTINS, C. E. Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina. São Paulo, FFLCH (Sociologia), tese de doutorado, 2003
- MARX, K. *Capital: Volume I - Tomo II*. São Paulo: Nova Cultural, [1867]1983
- MARX, K. *Capital: Volume III - Tomo I*. São Paulo: Nova Cultural, [1895]1983a
- MARX, K. *Capital: Volume III - Tomo II*. São Paulo: Nova Cultural, [1895]1983b
- OLIVEIRA, E. M. G. *A Economia do Conhecimento e uma Nova Forma de Dependência no Capitalismo Brasileiro*. Faculdade de Economia (UFBA), tese de doutorado, 2017
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003
- PALMA, J. G. Dependence: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, v. VI (Londres: Pergaman Press), 1978
- PAULANI, L. M. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional – Ipea*, n. 10, 2012
- PAULANI, L. M. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 27, 2013
- PAULANI, L. M. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 36, n. 3, 2013
- PRADO, E. F. S. *A Desmedida do Valor*. São Paulo: Xamã, 2005
- RIFKIN, J. *A Terceira Revolução Industrial*. São Paulo: M Books do Brasil, 2012

SCHWAB, K. A *Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro, 2016

SERRA, J. e CARDOSO, F. H. Desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979

SLEE, T. *Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017

SOTELOVALENCIA, A. Dependencia y Sistema Mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia em el siglo XXI. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 17, 2005

TEIXEIRA, R. A. e ROTTA, T. N. Valueless Knowledge-Commodities and Financialization. *Review of Radical Political Economics*, v. 44, n. 1, 2012

POLLYANNA PAGANOTO MOURA

## PROPRIEDADE INTELECTUAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Recebido em 17/02/2022

Aprovado em 16/07/2022

# PROPRIEDADE INTELECTUAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

## Resumo

A instituição do Trips (*Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*) em 1994 representou um marco internacional no tratamento das diretrizes legais de propriedade intelectual. As grandes mudanças que esse Acordo representou para a comercialização e regulamentação da propriedade intelectual em esfera mundial, ensejou uma gama de análises e debates sobre o tema. À luz dessas transformações, buscaremos em nosso artigo compreender o significado e implicações que esse Acordo traz para as economias capitalistas através de uma perspectiva histórica. Isto é, resgataremos o processo de constituição da legislação de propriedade intelectual até esta alcançar sua forma mais desenvolvida, o Trips. Veremos com isso que esse Acordo representa mais uma peça no jogo de disputas políticas no cenário mundial.

**Palavras- chave:** propriedade intelectual; Trips; tecnologia.

P O L L Y A N N A  
PAGANOTO MOURA

Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da rede estadual de ensino do Espírito Santo (SEDU).

E-mail: [pollyannapaganoto@gmail.com](mailto:pollyannapaganoto@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6638-388X>

## **Abstract**

The institution of TRIPS (The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) in 1994 represented a landmark in the international corollary for the treatment of intellectual property legal guidelines. The major changes that this agreement represented for the commercialization and regulation of intellectual property worldwide gave rise to a range of analyses and debates on the topic. In light of these changes, we will seek in our paper to understand the meaning and implications that this Agreement brings to capitalist economies through a historical perspective. That is, we will rescue the process of constituting intellectual property legislation until it reaches its most developed form, TRIPS. We will see with this that this Agreement represents another piece in the game of political disputes on the world stage.

**Key words:** intellectual property; TRIPS; technology.

## I. Introdução

Desde a implementação do Trips (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, em português Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) em 1994, o debate sobre a propriedade intelectual tem sido alvo de diferentes enfoques teóricos e ganhado cada vez mais adeptos dentro e fora do mundo acadêmico. No contexto da crise sanitária atual – da pandemia do Covid-19 – essa discussão tem ganhado novos contornos, sobretudo no que se refere à questão da produção e distribuição de vacinas entre a totalidade das nações. Dentro desse imbróglio, sabe-se que os países de renda mais alta foram aqueles responsáveis por mais da metade da compra das vacinas disponíveis no mercado. Dados de outubro de 2020 demonstraram que, apesar de concentrar apenas 16% da população mundial, os países de alta renda responderam por aproximadamente 60% das doses adquiridas no globo (LIMA, 2021).

Diante dessa disparidade, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou ser favorável à renúncia das patentes pelas empresas desenvolvedoras das vacinas, permitindo desse modo que economias de baixo desenvolvimento tivessem condições de ofertar o imunizante para sua população. Um movimento nesse sentido, liderado pela África do Sul e Índia, com adesão de mais de cem nações (de baixo e médio desenvolvimento), requereu na época a quebra de patente para as vacinas da Covid-19 diante da urgência que o contexto impôs. Por outro lado, as indústrias farmacêuticas e governos dos Estados Unidos e Europa demonstraram ser totalmente contrários a esse movimento, retomando um argumento antigo e fortemente difundido de que a quebra das patentes é um desincentivo à inovação (BOSELEY, 2021).

Se por um lado a retomada econômica depende da imunização da maior parcela da população mundial de modo a conter a crise sanitária, por outro, as companhias farmacêuticas não pretendem renunciar à alta margem de lucro que o contexto de pandemia oportunizou. A polêmica em voga faz emergir algumas indagações a respeito da legitimidade de um sistema

internacional de propriedade intelectual: até que ponto ele foi delineado para incentivar inovações ou é mais uma peça no cenário de disputas políticas que envolvem as regiões mais ricas e desenvolvidas, como Estados Unidos, Europa e Japão, contra o restante do globo?

Para compreender os efeitos de um sistema internacional de propriedade intelectual, devemos investigar tanto suas origens como sua forma mais desenvolvida. O Trips celebra um marco histórico na internacionalização dessa esfera jurídica de propriedade. Primeiramente, por se tratar do primeiro acordo envolvendo a propriedade intelectual travada no âmbito das negociações do Gatt (Acordo Geral para Tarifas e Comércio); segundo, porque, ao contrário da abordagem pela redução de tarifas e liberalização comercial, o Trips introduz um novo viés, de proteção total e pagamento de taxas no interior da nascente Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Acordo contém um conjunto detalhado de disposições mínimas obrigatórias que influenciam a legislação e a prática nacionais em um grande número de países. Suas implicações, entretanto, dependem de uma série de fatores locais, sendo determinantes o nível de desenvolvimento econômico e a estrutura produtiva de cada região. Na prática, os impactos do Trips irão variar de acordo com o grau de domínio tecnológico que cada economia detém no processo de produção econômica mundial. Quer dizer, seus efeitos tendem a refletir o delineamento das estruturas econômicas instituídas no seio da sociedade capitalista.

Como se fundamenta no controle e distribuição da inovação, a propriedade intelectual tem se tornado um item de disputas decisivo no epicentro dessa sociedade. Em perspectiva histórica, vê-se que o controle da inovação e das técnicas produtivas figura como elemento determinante no processo de produção e reprodução de assimetrias que separam países e regiões. Nesse sentido, Eric Hobsbawm (1988, p. 32) em *A Era dos Impérios* já destacava como a tecnologia constituía o fundamento das disparidades econômicas originadas na formação da sociedade capitalista:

De fato, uma estimativa recente calcula que, entre 1750 e 1800, o produto nacional bruto per capita nos países hoje conhecidos como “desenvolvidos” era basicamente o mesmo que na região agora conhecida como “Terceiro Mundo” [...]. Mas, no século XIX, a defasagem entre os países ocidentais, base da revolução econômica que estava transformando o mundo, e os demais se ampliou, primeiro devagar, depois cada vez mais rápido. Ao redor de 1880 a renda *per capita* do mundo “desenvolvido” era cerca do dobro da do Terceiro Mundo; em 1913 seria mais que o triplo e continuava aumentando. Em torno de 1950 a diferença era de 1 a 5; em 1970, de 1 a 7 [...]. A tecnologia era uma das principais causas dessa defasagem, acentuando-a não só econômica como politicamente.

Ficava cada vez mais evidente, segundo esse historiador, que os países mais pobres e atrasados eram mais vulneráveis, podendo ser mais facilmente vencidos e conquistados devido a uma razão crucial: a inferioridade técnica de seus armamentos. A relação entre a produção de tecnologia e o poderio bélico esteve, assim, associada ao processo de constituição das grandes economias capitalistas naquele período. Ao mesmo tempo que conferia poder no cenário geopolítico, o desenvolvimento bélico era determinante para impulsionar o processo de produção econômica e vice-versa.

Dessa maneira, o controle sobre inventos e inovações é, no mundo globalizado, um recurso determinante, sendo um dos elementos definidores da posição relativa de cada país na hierarquia internacional. A introdução da propriedade intelectual nas negociações multilaterais de comércio e tarifas é, portanto, emblemática: o controle da distribuição de tecnologia na produção capitalista adentra um novo cenário histórico de disputas a partir da implementação do Trips.

Nesse contexto, para se compreender o significado histórico e as implicações que o Trips traz para o cenário geopolítico mundial, este artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresentaremos uma análise da origem da propriedade intelectual e seu desenvolvimento até a celebração de um acordo internacional. Na terceira seção apresentamos o Acordo de Paris, primeiro tratado internacional

de propriedade intelectual e seus desdobramentos em matéria de fortalecimento institucional desse direito de propriedade. Na quarta seção, discutiremos o processo de implementação do Trips e as implicações que o mesmo traz para as relações entre países no cenário mundial. Por último, apresentaremos nossas reflexões acerca do papel e dos desdobramentos de um sistema multilateral de propriedade intelectual para as instituições políticas em vigor na economia capitalista mundial.

## 2. Propriedade intelectual: origem e desenvolvimento

A propriedade sobre alguma forma de conhecimento não é algo recente na história das sociedades. Data de 1474 o primeiro estatuto de patentes, firmado em Veneza, Itália, seguido mais de um século depois, em 1623, pelo Estatuto dos Monopólios britânico, e mais tarde, em 1709, pelos Estatutos de Anne para proteção dos direitos autorais<sup>1</sup>. A proteção, nesse contexto, tinha como objetivo promover e encorajar a produção, concedendo direitos exclusivos para fabricação e comercialização de determinado produto ou processo original em cada região. Buscava-se assim incentivar a transferência e comercialização de tecnologia, inserindo métodos de produção desconhecidos no local, embora possivelmente praticados em algum outro território.

A palavra “patente”, que hoje se refere à propriedade de um invento da esfera industrial, tem sua origem, segundo Shiva (2001, p. 12), vinculada ao período colonial. O termo, que em sentido literal significa “aberto, claro, conhecido”, referia-se naquele contexto às *patents letters*: documentos oficiais a partir dos quais os soberanos concediam privilégios e direitos a alguns cidadãos. Patentes, pois, eram anunciadas publicamente, sendo assim fatos abertos e conhecidos. Essas cartas concederam, por exemplo, o direito de explorar terras e possuir territórios, como no caso das navegações às Américas. Também foram usadas como instrumento de transmissão de

---

<sup>1</sup> Cf. Ricketson (1984).

conhecimento durante os séculos XIV e XV pela Inglaterra. Nesse cenário, a coroa inglesa encorajava a imigração de artesãos qualificados de fora, concedendo-lhes *patents letters* que garantiam o monopólio local da produção enquanto esses profissionais ensinavam e revelavam os mistérios de seu ofício aos aprendizes britânicos (SHIVA, 2001, p. 15)<sup>2</sup>.

Outrossim, a difusão do uso das patentes tal como hoje conhecido, isto é, associado ao direito de monopólio como recompensa por uma invenção, ocorreu aproximadamente entre 1740 e 1850, no período da Revolução Industrial inglesa. O acirramento da disputa capitalista propiciado pela intensificação dos fluxos de comércio internacional provocou um surto de inovações naquele cenário, sendo requerida pelos produtores locais alguma forma de proteção às suas descobertas frente à forte concorrência que se instalava. Com efeito, as patentes assumiram a função máxima de assegurar a exclusividade da exploração comercial de quaisquer invenções. Elas funcionavam como uma espécie de contrato entre o inventor e o Estado, no qual este concedia esse benefício desde que duas condições fossem atendidas: primeiro, o inventor deveria tornar público o resultado de sua invenção, permitindo à sociedade o livre acesso à matéria objeto de proteção; segundo, exigia-se a exploração local da produção, de modo que os inventores deveriam fabricar suas mercadorias no território inglês, utilizando matérias-primas e recursos humanos ingleses, contribuindo assim com o desenvolvimento da economia doméstica. Em troca, o Estado concedia ao inventor, ou quem ele autorizasse, o monopólio da produção do “objeto desvendado” dentro de um prazo estipulado.

Posteriormente, com a escalada mundial de industrialização, diversas nações promulgaram legislações nacionais que visavam assegurar o direito

---

<sup>2</sup> Muitas características dos sistemas de patentes contemporâneos derivam desse período. O tempo de vida de uma patente é uma delas. Como o artesão deveria treinar os aprendizes, ele revelava assim os segredos de seu ofício. O direito de monopólio que lhe era concedido vigorava em torno de sete anos: o tempo necessário para os aprendizes dominarem aquela arte. Nos sistemas modernos, a divulgação de uma invenção como requisito para concessão do direito de patente remonta a tal período da história.

de monopólio da execução de ideias alvo de aplicação industrial<sup>3</sup>. Figueira Barbosa (2005, p. 18) chama atenção para a correlação existente entre a criação das leis de patentes e a “qualidade das transformações de caráter econômico, social e político em curso nesses países”, indicando que essas legislações nacionais somente puderam ser implementadas quando a estrutura econômica de cada país se encontrava desenvolvida o suficiente a ponto de requerer tal sistema de proteção.

Nesse quadro, Gontijo (2003, p. 14) aponta para a transformação no caráter da proteção que decorreu da consolidação das legislações nacionais: de uma concessão de monopólio pelo Estado com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local, as patentes passavam a ser tratadas como um direito natural privado<sup>4</sup>. Ocorrendo assim uma mudança no próprio termo jurídico utilizado para se referir a essa garantia. A instituição dos privilégios de patentes passa a ser tratada como relativa a direitos de propriedade do inventor: “[...] *they wanted to substitute a word with a respectable connotation, “property”, for a word that had an unpleasant ring, “privilegie”* [...] (MACHLUP; PENROSE, 1950, p. 16). O que era um acordo entre duas partes transforma-se numa obrigação legal do Estado para com o responsável por determinado invento. Assim, o direito do inventor cresce enquanto sua contrapartida econômica perde força, até desaparecer em algumas legislações. Nessa direção, surge uma pressão internacional para a instituição de um acordo multilateral para a proteção das invenções industriais.

<sup>3</sup> Nesse sentido, Penrose e Machlup (1950, p. 3) informam que até a primeira metade do século XVIII grande parte dos territórios europeus e Estados Unidos já possuíam um sistema de patentes: em 1791 na França, em 1793 nos EUA, Áustria em 1810, Rússia em 1812, Bélgica e Países Baixos em 1817 (estes últimos revogando-o em 1869), Espanha em 1820, Sardenha em 1826, sul da Alemanha em 1836, Bavária em 1825, Vaticano em 1833, Suécia em 1834, Portugal em 1837 e Saxônia em 1843. Por outro lado, a Suíça veio implementar uma legislação nacional de patentes somente em 1954.

<sup>4</sup> Em 1953, Penrose já indicava que as patentes, em seu estágio inicial, não eram consideradas um direito natural do inventor. Comenta: “*In its earliest beginnings, however, the inventors’ privilege was not given indiscriminately as a matter of right, but selectively to encourage or make possible the development of specific products or processes which were considered of economic importance to the state. Competition had little place in the mercantilistic philosophy and innovation had little scope under mercantilistic regulations except insofar as special arrangements were made within the mercantile framework*” (PENROSE, 1974, p. 17).

### 3. A Convenção da União de Paris: primeiro acordo multilateral

A Convenção da União de Paris (CUP), estabelecida em 1883 em Paris por onze nações, foi o primeiro passo no sentido de universalizar o reconhecimento da propriedade intelectual. Ela buscava harmonizar as legislações de diversas nações no respeito à propriedade industrial e constituiu-se num tratado jurídico internacional sólido, chegando a congregar, mesmo sem associação obrigatória, cerca de 160 países e vigorar por mais de um século<sup>5</sup>. Segundo diversos especialistas, a principal explicação para tal êxito estaria no fato de que ela não buscava padronizar as legislações nacionais. Com ampla liberdade legislativa para cada país membro, o acordo exigia a adoção de dois princípios básicos: o tratamento nacional e o prazo de prioridade.

O princípio do tratamento nacional determina que cada país membro, independente da legislação que estabelecer, deve oferecer o mesmo tratamento a residentes e não residentes. Por exemplo: cada país pode determinar um prazo diferente para duração das patentes, mas precisa oferecer o mesmo prazo para os nacionais e estrangeiros. À luz desse princípio, os países também poderiam escolher os produtos e setores que serão alvo de patentes. Espanha e Itália, por exemplo, não concediam patentes para o setor farmacêutico. Já o Brasil não adotava patentes para processos e produtos químicos, farmacêuticos e alimentares. Tal prática era adotada em setores considerados socialmente estratégicos, uma vez que havia o risco de ceder patentes em áreas nas quais um monopólio poderia causar grandes custos sociais. Embora trabalhasse com total liberdade para os países membros adotarem leis de patentes em consonância com sua política industrial, esse

---

<sup>5</sup> A proteção da propriedade industrial tem por objeto as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de procedência ou denominações de origem. Para a proteção dos direitos artísticos, ou direitos de autor, foi firmada em 1886 na cidade de Berna, Suíça, a Convenção da União de Berna, englobando a proteção das obras literárias e artísticas. Mais tarde, em 1981, foi firmado o Acordo de Madri relativo ao registro internacional de marcas. Essas três convenções são administradas por um órgão da ONU chamado Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), sediado em Genebra, na Suíça

princípio também foi interpretado como um ataque à política industrial doméstica:

*[...] Economic provincialism is perhaps a more appropriate term than economic nationalism for these policies since the international repercussions of domestic policies were less significant than they are today, and less importance was attached. As international relations became more widespread and more complex, patents were increasingly used to protect international markets, and the granting of patents to foreigners took on a new economic significance [...]* (PENROSE, 1951, p. 89).

Segundo Penrose, esse problema repousa na seguinte questão: sob quais condições é vantagem para uma economia doméstica conceder patentes em invenções já patenteadas em outro lugar? O princípio original das patentes, qual seria, providenciar e estimular o desenvolvimento da indústria nacional, vinha sendo suplantado, a partir da implementação de um sistema internacional de propriedade industrial, pelo princípio de um suposto bem-estar mundial. Mas a autora se pergunta: quem efetivamente ganha? Seguramente, segundo ela, seriam as economias em estágio de industrialização mais avançado<sup>6</sup>.

O princípio do prazo de prioridade, que de certo modo é uma decorrência do princípio do tratamento nacional, diz respeito ao tempo que um solicitante tem para requerer a concessão da patente em diversas localidades, sem o risco de ser ultrapassado por concorrentes. Antes do Acordo, a contemplação de patente em um país, no Brasil, por exemplo, não garantiria reconhecimento automático na Argentina. Para isso, o depositário da patente deveria solicitar seu reconhecimento também na Argentina ou em qualquer outro país onde desejasse obter reserva de mercado. Assim, no intervalo que levava entre uma solicitação e outra, não haveria respaldo legal para o inventor, sendo possível que em outro país alguém pudesse registrar pedido de patente semelhante e usufruir dos direitos locais reservados à exploração de um invento. A CUP estabeleceu o prazo de 12 meses para

---

<sup>6</sup> Conclusão também compartilhada por Chang (2001).

que o responsável por um pedido de patente ficasse protegido, caso alguém entrasse com solicitação semelhante à sua em outro país membro, bastando que provasse que registrou antes sua invenção. Ao final do prazo, a patente era concedida no país ou países onde foi solicitada enquanto caía em domínio público nos demais. Com isso o inventor teria um prazo para decidir em que mercados solicitaria seu pedido de patente, onde considerava haver mercados promissores e/ou estratégicos para seu negócio. Segundo Penrose (1951, p. 71), “[...] the principle is a simple one, but involves one of fundamental economic assumptions of the Convention – that an inventor should be protected from competition in all countries [...]”. O primeiro a registrar a patente passa assim a adquirir amparo internacional de impedir que outros produtores se coloquem nos mercados de todos os outros países membros durante o intervalo de um ano.

Como deveres dos titulares de inventos protegidos, o texto da Convenção da União de Paris estabelecia o desvendamento integral da invenção e, à luz da experiência do Estatuto dos Monopólios inglês, a exigência de exploração local da patente, incorrendo em caducidade caso não cumprida – isto é, previa a revogação do direito de monopólio resguardado ao detentor da patente, se não o exercesse efetivamente, podendo, nesse caso, qualquer produtor disputar o mercado em igualdade de condições.

Ao longo de suas revisões, a CUP foi tornando-se mais branda quanto ao dispositivo da caducidade, sendo substituído aos poucos pela chamada “licença compulsória”. Este instrumento resguarda ao Estado a possibilidade de interromper a exclusividade comercial de uma invenção em caso de interesse público ou quando há entendimento de abuso por parte do monopolista proprietário da patente (como falta de uso efetivo de seu privilégio). Nesse sentido, o Estado poderia conceder a outro o direito de explorar a produção, mediante uma remuneração estabelecida ao proprietário do direito. O monopólio da patente passou a ser equiparado a uma compensação financeira, ao mesmo tempo que adquiria o caráter de uma propriedade irrevogável. Na revisão de Estocolmo, de 1967, a contestação do direito

irrestrito ao monopólio foi ainda mais dificultada com a implementação de três modificações na licença compulsória: 1) aplicação não-exclusiva<sup>7</sup>; 2) exigência de um prazo de três anos de concessão da patente para ser demandada; 3) possibilidade de ser recusada no caso de justificativa de inação legítima por parte do titular<sup>8</sup>. Além de tornar a licença compulsória de fraca aplicação, a última revisão da CUP buscava extinguir o uso da caducidade da patente, vinculando-a ao uso prévio da licença compulsória<sup>9</sup> (permitida após dois anos de aplicação da mesma) e ampliando seu caráter monopolista<sup>10</sup>.

#### 4. Trips: o novo marco internacional

Em direção a um movimento pelo fortalecimento e cercamento cada vez mais abrangente do reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual, surge o Trips, que conferiu à propriedade intelectual o *status* máximo de um monopólio. Estabelecido em 1994 por mais de cem nações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, torna ainda mais abrangentes os privilégios monopolistas concedidos aos titulares dos direitos de propriedade intelectual. A assinatura do Trips é considerada um marco na legislação internacional sobre propriedade intelectual, pois padroniza o tratamento mundial sobre essa matéria, suplantando por sua vez a CUP.

---

<sup>7</sup> Sua aplicação não exclusiva resguarda ao proprietário, mesmo após concessão da licença compulsória a um produtor, o direito de explorar a produção ou licenciar outrem para fazê-la. Como o produtor não possuirá mais a reserva de mercado que a licença compulsória lhe conferia, e como o proprietário conta ainda com o poder de sua marca, esse dispositivo torna-se inócuo no sentido de ameaça para prevenir abuso por parte dos titulares das patentes.

<sup>8</sup> Nesse sentido, foi permitida a importação de produtos patenteados por parte do titular da patente, prevista no artigo 5.º da Convenção de Paris. Tal mecanismo foi considerado, segundo Penrose (1951, p. 75), mais uma tentativa de enfraquecer a aplicação da licença compulsória. Ao considerar a importação do artefato registrado equivalente à produção, esse dispositivo impede o uso da licença compulsória em caso de inação por parte do titular da patente.

<sup>9</sup> Artigo 5.3: “A caducidade da patente só poderá ser prevista para os casos em que a concessão de licenças obrigatórias não tenha sido suficiente para prevenir tais abusos. Não poderá ser interposta ação de declaração de caducidade ou de anulação de uma patente antes de expirar o prazo de dois anos, a contar da concessão da primeira licença obrigatória” (PARIS, 1975).

<sup>10</sup> Uma análise minuciosa sobre os efeitos econômicos das disposições da Convenção de Paris pode ser encontrada em Penrose (1951).

No seu processo de constituição, destaca-se o papel desempenhado pelos Estados Unidos, principal responsável pelo desenvolvimento e implementação do Acordo. Primeiramente realizando modificações na sua própria legislação de propriedade intelectual e posteriormente inserindo-a em acordos bilaterais, os EUA pressionaram longamente seus parceiros comerciais para adequarem suas normatizações ao estilo estadunidense. Mais tarde essas mudanças foram requeridas como parte de um acordo multilateral, de modo que condicionassem o tratamento universal nessa matéria aos interesses estadunidenses<sup>11</sup>.

Drahos (1995, p. 7) aponta três motivações principais que teriam levado os EUA a pressionar a comunidade internacional para a aprovação do Trips. A primeira seria a preocupação com a pirataria sofrida por empresas norte-americanas com grande portfólio relacionado à propriedade intelectual, como IBM, Pfizer e Microsoft, que estariam perdendo sua lucratividade. A segunda seria o receio da perda internacional de competitividade dos EUA, que, fazendo um paralelo com a descrição de Coriat (2002, p. 388), estaria intimamente relacionada com o declínio de competitividade no setor de semicondutores, em razão da saída de seus maiores fabricantes, Intel e Motorola, no início da década de 1980, conforme destaca a seguir:

[...] Após décadas de dominação irrestrita, os EUA ressentiram-se profundamente de sua perda de competitividade num campo que haviam criado e no qual se haviam sobressaído, pelo menos até o início dos anos oitenta. Confrontadas com a impressionante ascensão do poder das empresas de semicondutores do Japão (ou até da Coreia [do Sul], já naquela época), as firmas norte-americanas, a princípio, disseram-se vítimas da utilização, por suas rivais asiáticas, de práticas de “engenharia invertida” – apesar de também serem comuns entre as empresas estadunidenses, por permitirem um progresso tecnológico rápido e contínuo [...]

---

<sup>11</sup> “*The Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), Agreement of GATT/WTO, has globalized US-style patent laws*” (SHIVA, 2001, p. 3).

Até 1981, a produção de circuitos integrados era exclusividade dos Estados Unidos e não se pensava em propriedade intelectual. A entrada da indústria japonesa nesse campo revolucionou as perspectivas do mercado e inverteu a liderança de comercialização: em 1986, Radomsky (2000, p. 32) destaca que 47% do mercado mundial era detido por empresas japonesas e 39%, por empresas estadunidenses. Com o crescimento das empresas japonesas (e sul-coreanas), as firmas norte-americanas voltaram para o campo de pesquisa e desenvolvimento, buscando consolidar suas vantagens comparativas. Mas, para isso, precisavam ampliar os meios de proteção a seus projetos e impedir que seus competidores adotassem práticas de engenharia reversa, que no passado foram essenciais para se consolidarem no mercado. Conquistaram esses meios pressionando o Congresso de seu país a aprovar internamente a Lei de Proteção dos Semicondutores (SCPA) em 1984. Essa lei, de acordo com Coriat (2002), contém uma série de cláusulas que visam sua aplicação no plano internacional. Demonstrando, segundo esse autor, que a legislação interna dos EUA já foi concebida com fortes intenções imperialistas, com o país reivindicando unilateralmente o direito de estender sua própria legislação nacional, “[...] numa complementação do direito que o país concedera a si mesmo, com igual unilateralidade, nos termos do ‘Artigo 301 Especial’, de processar os supostos ‘infratores’” (CORIAT, 2002, p. 389).

A terceira motivação que teria os EUA, ao impor para o resto do mundo a assinatura do acordo Trips, estaria na crença de que estavam perdendo poder ao redor do globo. A perda de competitividade, somada a outras perdas como a Guerra do Vietnã, na visão de Drahos (1995, p. 7), começou a aparecer aos olhos de muitos como o prenúncio do declínio da hegemonia estadunidense. Para alguns analistas, os EUA vinham sofrendo o que Bhagwati (1991) descreveu como a “síndrome dos gigantes diminuídos”. Diante de uma série de insatisfações de viés político e econômico, assim como por pressão das suas grandes corporações, os EUA entenderam que a implementação internacional de um acordo que resguardasse a propriedade intelectual – de forma que protegesse a indústria estadunidense em setores

extremamente lucrativos nesse campo<sup>12</sup> – seria a solução encontrada para enfrentar o clima de insegurança nacional que estavam vivenciando<sup>13</sup>.

A atuação dos EUA foi especialmente tática. A inclusão do Trips na OMC não foi por acaso. Até então a discussão internacional referente à propriedade intelectual era mediada pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), órgão da ONU, que possuía o respaldo legal da Convenção da União de Paris para propriedade industrial, da Convenção de Berna para direitos do autor e da Convenção de Madri para registro de marcas. Nela, todos os países eram tratados de forma igualitária, cada nação possuía um voto e, sendo a discussão restrita ao tema da propriedade intelectual, não havia possibilidade de retaliações comerciais. Assim, países como o Brasil, a Índia e a maioria das nações associadas, como não possuíam desenvolvimento tecnológico avançado, conseguiam fazer valer o entendimento de que cada nação deve construir sua legislação em razão de sua política industrial. Entendiam que o desvendamento integral de um conhecimento e a exigência de exploração local em troca de seu patenteamento era fundamental para impulsionar o desenvolvimento tecnológico da economia nacional. Os EUA, por outro lado, não estavam satisfeitos com a forma com que esse tema vinha sendo tratado no âmbito da Ompi. Iniciaram por sua vez um processo que tanto tornava sua própria legislação mais rígida, como buscava inseri-la em acordos bilaterais.

A maior mudança que ocorreu no regime de direitos de propriedade intelectual (DPI) estadunidense na década de 1980 foi a inclusão de duas novas áreas no seu registro de patentes: os produtos da pesquisa de entidades vivas (especialmente relacionados com genoma) e os programas de computador, os *softwares*, incluindo os algoritmos matemáticos empregados e os chamados

---

<sup>12</sup> Os três setores mais interessados no Trips foram justamente aqueles que contam com as maiores possibilidades de registro de inovações: o farmacêutico, o de semicondutores e o de *software*.

<sup>13</sup> Essa compreensão é também compartilhada por Shiva (2001, p. 19): “The supremacy of the US was threatened by competition from Japan and other newly industrializing countries. The US therefore decided to maintain its supremacy by making intellectual property and patents its primary asset for economic growth, for control of world trade and capture of international markets”.

“modelos de negócios” (CORIAT, 2002, p. 377)<sup>14</sup>. Essas mudanças, estabelecidas por decisões judiciais que anulavam jurisprudências anteriores, modificaram o próprio conceito da propriedade intelectual, transformando-a em uma verdadeira “licença de caça”<sup>15</sup>. A nova jurisprudência permitia, por exemplo, que fossem registradas descobertas parciais de determinadas pesquisas, o caminho para futuros avanços, como no caso das sequências parciais genéticas. Ou ainda o registro de patentes sobre conhecimentos ainda não estabelecidos, inteiramente virtuais, tornando o direito de propriedade intelectual um simples mecanismo de concessão, sob a forma de monopólio, de uma atividade industrial. A ideia de um “prêmio” que recompensaria o inventor foi completamente perdida quando a invenção deixou de ser uma necessidade para concessão da patente na lei estadunidense.

Assim, os EUA fizeram um esforço visando assegurar mundialmente a premissa de que a propriedade intelectual é fundamental para o desenvolvimento econômico e tecnológico ao fomentar processos de inovação e transferência de tecnologia. Segundo Drahos (1995, p. 9), esse foi um longo trabalho de proselitismo político realizado por peritos nos países em desenvolvimento sob respaldo de algum programa de assistência econômica com a *US Agency for International Development*.

De outro lado, sua estratégia foi inserir sua própria legislação em acordos bilaterais, tendo como instrumentos dispositivos internos (como o já mencionado “Artigo 301, Especial” de sua Lei de Comércio de 1984), que visavam promover e assegurar a obediência internacional ao direito de propriedade intelectual de seu país. Em razão de suas requisições, os EUA se conferiam o direito de praticar represálias contra quaisquer nações que, mesmo

---

<sup>14</sup> No início da década de 1980 o Congresso norte-americano aprovou uma série de leis que visava fortalecer a legislação de propriedade intelectual no país. Por exemplo, o *Computer Software and Amendment Act*, de 1980, que redefiniu a legislação de *Copyright* do país para que pudesse abarcar a produção de *softwares*; o *Bay-Dole Act*, também aprovado no mesmo ano, que possibilitou o patenteamento de pesquisas universitárias. Além disso há o caso *Dimond vs. Dieher*, que abriu caminho para o patenteamento de algoritmos, e finalmente o caso *Street Bank Trust vs. Signature*, que autorizou o patenteamento de modelos de negócios. Para uma análise detalhada da transformação da legislação estadunidense no que respeita à propriedade intelectual, cf. Coriat e Orsi (2002).

<sup>15</sup> Termo cunhado por Coriat (2002, p. 390).

integrando e respeitando normas internacionais nessa área (vide Convenção de Paris), não estivessem atendendo às exigências que a jurisprudência estadunidense havia determinado. Um exemplo dessa prática, apresentado por Elliot e Bayard (1994), é o tratado comercial entre os Estados Unidos e os países da região do Caribe, de 1983, conhecido como “Lei de Recuperação Econômica da Bacia do Caribe”. Nele, a condição para a concessão dos benefícios tarifários oferecidos pelo acordo estaria relacionada com a política para propriedade intelectual que os países signatários vinham realizando. Segundo os autores, ficava a critério do presidente dos Estados Unidos averiguar se esta era satisfatória para a concessão ou não dos benefícios. Na mesma linha, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) possuía como requisito, para os países membros usufruírem das suas cláusulas de livre comércio, a concordância com uma legislação baseada no direito estadunidense de propriedade intelectual<sup>16</sup>.

A partir dessas práticas, o passo seguinte, que seria incluir o direito de propriedade intelectual estadunidense em acordos multilaterais, já estava dado. Com a garantia legal que os acordos bilaterais já lhe conferiam, os EUA começaram a pressionar para que o debate fosse transferido da Ompi para o Gatt, que mais tarde viria a se tornar a OMC, onde seu poder de barganha seria absoluto. No Gatt, as negociações ocorriam de uma forma mais agressiva e desproporcional entre as nações que no âmbito da Ompi. Nele, os países ricos conseguiam impor suas exigências aos mais pobres, uma vez que deles eram economicamente dependentes. Em um ambiente de desequilíbrio econômico entre as mais diversas nações, as negociações comerciais tendem a ser lideradas por aqueles que dominam esse cenário. No Gatt não acontecia de outra forma. Portanto, levar o tema da propriedade intelectual para esse espaço foi uma decisão tática do governo dos

---

<sup>16</sup> Outro exemplo deu-se com o Sistema Geral de Preferências (SGP), criado em 1968 na II Conferência das Nações Unidas. Esse sistema oferece tarifas alfandegárias preferenciais para os países em desenvolvimento, visando ampliação de suas exportações para favorecer sua industrialização. Como esse benefício era renovado periodicamente, Drahos (1995, p. 6) nos conta que por volta de 1984 o acesso a essa vantagem tarifária foi condicionada à agenda da propriedade intelectual. Essa modificação, segundo o autor, foi fruto de um intenso lobby da indústria estadunidense, que havia percebido que diversos países em desenvolvimento eram dependentes do SGP.

EUA, porque lá, diferentemente da Ompi, as suas possibilidades de ganhos seriam totais.

Foram nas negociações da chamada “Rodada do Uruguai”<sup>17</sup> do Gatt que o tema da propriedade intelectual foi inserido em pauta pelo governo norte-americano. Após amplas e complexas negociações, que opuseram os países em desenvolvimento, como Brasil, Índia, Coreia do Sul, Argentina e México, à Europa e aos Estados Unidos, foi estabelecido um acordo multilateral para a propriedade intelectual, o Trips.

Esse acordo impôs-se instituindo, tacitamente, a obrigatoriedade de associação: o país que não aceitar ser seu signatário estará excluído da OMC. Tendo em vista que 123 nações foram signatárias da Rodada do Uruguai, dentre elas as maiores economias do mundo, a não participação na OMC implica quase exclusão do comércio mundial. O resultado prático obtido foi o de obrigar todos os países membros a alterar sua legislação nacional em consonância com o estatuto de leis para a propriedade intelectual adotado pelos EUA na década de 1980. Não parecia haver alternativa. E na contramão de todos os outros acordos travados no Gatt, que seguiam o caminho da liberalização e redução de barreiras, o Trips se encarrega de cercar e proteger ainda mais o conhecimento, criando um verdadeiro monopólio artificial para os países que se encontram na fronteira do desenvolvimento científico e tecnológico.

Dentre as grandes modificações na jurisprudência internacional trazidas pelo Trips, podemos citar três mais significativas. A primeira refere-se ao impedimento das nações sobre a escolha das áreas inclusas no seu sistema de patentes doméstico. Com a padronização das legislações, o Trips exige que os países signatários reconheçam matéria patenteável em todas as áreas – incluindo a obrigatoriedade de patenteamento de entidades vivas, como “microorganismos, processos essencialmente biológicos para a produção de plantas e animais [e] [...] proteção a variedades vegetais [...]” – pelo

---

<sup>17</sup> Os *rounds* ou rodadas levam o nome do local onde são sediadas as primeiras reuniões de cada ciclo de negociações. A Rodada do Uruguai, por exemplo, ocorreu entre 1986 e 1994, iniciada em Punta del Leste no Uruguai, com reuniões na Bélgica e nos EUA, e foi encerrada formalmente com assinatura de um acordo em Marraqueche, no Marrocos.

prazo mínimo de vinte anos<sup>18</sup>. Eliminou-se, com isso, a possibilidade de cada país construir um sistema de patentes em consonância com os interesses de sua política industrial. Setores como farmacêutico e alimentos, excluídos anteriormente do regime de patentes em mais de cinquenta países, seguem hoje as mesmas diretrizes do patenteamento que todos os outros. As implicações que traz essa medida em termos sociais são extremamente preocupantes, sobretudo nas economias subdesenvolvidas. A condição de acesso à medicamentos importantes (como os antirretrovirais anti-aids<sup>19</sup>) pela população desses países foi dificultada enormemente, gerando danos irreversíveis às vidas humanas. Ao mesmo tempo, a possibilidade do uso da licença compulsória, que conforme mencionamos anteriormente vinha sendo alvo de extinção na própria CUP, tornou-se ainda mais complexa no texto do Trips, manteve seu caráter não-exclusivo e está sujeita a numerosas disposições, dificultando as possibilidades de correção de abusos<sup>20</sup>. A caducidade da patente é praticamente extinta, havendo possibilidade de recurso contra qualquer decisão nesse sentido<sup>21</sup>.

A segunda medida é a exigência do pagamento de *royalties* no caso de infrações consideradas inocentes. Na CUP, quando uma empresa utilizava um processo de produção já patenteado, desde que provasse que não possuía o conhecimento desse registro, não incorreria em sanções. Bastaria interromper seu processo e/ou comprar o licenciamento. Expandindo essa medida, o texto do Trips define que o ônus da prova recaia sobre o acusado em caso de denúncia contra roubo de patentes. Quer dizer, quando uma empresa é acusada de copiar um processo de produção patenteado por outra companhia,

---

<sup>18</sup> Artigo 27: “1. Sem prejuízo no disposto nos parágrafos 2 e 3 abaixo, **qualquer invenção, de produto ou de processo, em todos os setores tecnológicos, será patenteável**, desde que seja nova, envolva um passo inventivo e seja passível de aplicação industrial [...] as patentes serão disponíveis e os direitos patentários serão usufruíveis **sem discriminação** quanto ao local de invenção, **quanto a seu setor tecnológico** e quanto ao fato de os bens serem importados ou produzidos localmente” (BRASIL, 1994, grifo nosso).

<sup>19</sup> Cf. Orsi et al. (2003) e Coriat et al. (2013).

<sup>20</sup> Cf. Trips, artigo 31: Outro Uso sem Autorização do Titular (BRASIL, 1994).

<sup>21</sup> Artigo 32: “Haverá oportunidade para recurso judicial contra qualquer decisão de anular ou de caducar uma patente” (BRASIL, 1994).

mesmo sem conhecimento do ato, ela é quem deve provar sua inocência<sup>22</sup>. Tal medida acaba por obstruir ainda mais os canais de geração e difusão de tecnologia nos países de menor desenvolvimento. Com receio de serem levadas aos tribunais e precisarem arcar com altíssimos valores – até mesmo para provar sua inocência – as empresas estancam seu processo de produção de conhecimento, reduzindo sua competitividade em termos mundiais.

A terceira alteração expressiva do Trips em relação à CUP relaciona-se à criação de um sistema internacional para resolução de controvérsias<sup>23</sup>. Os países subdesenvolvidos lutaram para que essa matéria permanecesse sob os auspícios da Ompi, pois lá haveria possibilidade de que as negociações fossem mais favoráveis a eles. No entanto, foram vencidos durante as extensas negociações do Gatt na Rodada do Uruguai. Hoje, quaisquer conflitos envolvendo dois ou mais países em matéria de propriedade intelectual são levados para a OMC (onde a possibilidade de retaliação comercial é latente), tornando ainda mais vulnerável a posição das nações periféricas.

Existem ainda outras mudanças consideráveis nesse acordo em relação à CUP. A ausência de necessidade de exploração local é uma delas. Além disso torna possível o monopólio privado da aplicação do conhecimento comunitário, desenvolvido e utilizado por gerações pelas comunidades tradicionais<sup>24</sup>. Ao uniformizar as legislações nacionais, o Trips não leva em conta diferenças relevantes entre as nações. Assim, as mudanças que traz afetam diretamente os países mais pobres, congelando o processo de difusão do conhecimento e drenando sua riqueza, aprofundando assim a discrepância técnica entre as

---

<sup>22</sup> Artigo 34: “1. [...] se o objeto da patente é um processo para obtenção de produto, as autoridades judiciais terão o poder de determinar que **o réu prove** que o processo para obter um produto idêntico é diferente do patenteado [...]; 2. Qualquer Membro poderá estipular que **o ônus da prova indicado no parágrafo 1.º recairá sobre a pessoa a quem se imputa a infração [...]**”.

Artigo 45: “2. As autoridades judiciais terão também o poder de determinar que o infrator pague as despesas do titular do direito, que poderão incluir os honorários apropriados de advogado. Em casos apropriados, os Membros poderão autorizar as autoridades judiciais a determinar a reparação e/ou pagamento de indenizações previamente estabelecidas, **mesmo quando o infrator não tenha efetuado a atividade infratora com ciência, ou com base razoável para ter ciência**” (BRASIL, 1994, grifo nosso).

<sup>23</sup> Artigo 64, Trips (BRASIL, 1994).

<sup>24</sup> O patenteamento do *Neem* – biopesticida natural utilizado por séculos na Índia – é um claro exemplo dessa forma de monopolização da prática de saberes comunitários (SHIVA, 2001, p. 8).

nações. O caráter promotor do desenvolvimento que estava no conceito dos primeiros regimes de patentes, como o Estatuto dos Monopólios inglês, foi enfraquecido e o regime transformado num sistema que concentra e centraliza a produção do conhecimento. Mais ainda, ao estabelecer o patenteamento para formas de vida, reconhecendo a descrição genética como uma invenção, o Trips redefine o próprio marco regulatório da propriedade privada.

Nesses termos, a propriedade intelectual revela-se como um novo instrumento de colonização das mais pobres pelas nações mais ricas. Se no passado ela se realizava por meio da conquista de territórios – na qual as *patent letters* assumiram uma importante função – hoje, de forma resignificada, a colonização se apresenta como a apropriação, pelas grandes economias capitalistas (através do Trips), de toda forma de aplicação de conhecimento existente na sociedade. Sua função estaria associada, segundo Shiva (2001, p. 29), à canalização dessa forma de riqueza dos países do Sul para o Norte, conforme expressa na passagem a seguir:

*As countries are forced to implement TRIPS, the outflow of scarce foreign exchange for royalty payments will add to the debt burden, pushing poor countries deeper into poverty, especially since the TRIPS agreement is expanding patents to food and agriculture, seeds and plants. Third World resources and knowledge are thus being converted into the 'intellectual property' of northern corporations, which will collect royals from Third World countries similar to the time when colonizers took from them in the first instance.*

## 5. Considerações finais

Uma análise crítica dos direitos de propriedade intelectual que leve em conta o processo de desenvolvimento histórico que resultou em sua internacionalização, inevitavelmente perceberá que essa instituição está inscrita em estruturas históricas mais amplas, sendo funcional para reprodução dessas próprias estruturas. Isto é, busca privilegiar alguns atores em detrimento de outros.

Porque se funda no controle das inovações – elemento imprescindível para acumulação de capital – a propriedade intelectual tem sido utilizada como um instrumento de poder e dominação. O Trips, nesse sentido, conforma uma das expressões mais atuais da correlação de forças entre os atores políticos dessa instituição histórica capitalista. Desde sua concepção, é utilizado como instrumento de coação econômica pelos Estados Unidos, sendo a princípio condição para se firmar acordos bilaterais com esse país, até posteriormente ser transformado em uma peça-chave de dominação multilateral, servindo também a outras economias dominantes.

Ao mesmo tempo, ao analisar algumas observações concretas, vemos que as mesmas demonstram aquilo que nossa análise histórica já nos evidenciava. Por exemplo, dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual demonstraram que em 2019 apenas dez nações eram possuidoras de quase 90% das patentes em vigor em todo o mundo, sendo que todas elas, exceto China, Coreia do Sul e Rússia, pertencem ao grupo de países classificados como desenvolvidos ou centrais<sup>25</sup> (WIPO, 2020). O resto do mundo, que corresponde a toda América Latina, todo o continente africano, grande parte do território asiático e europeu, detinha apenas 12% das patentes ativas em 2019, menos da metade das patentes sob propriedade dos nacionais dos EUA.

Quando notamos ainda como essas nações distribuem suas patentes, observada a solicitação entre estrangeiros e não estrangeiros, a disparidade se torna ainda mais nítida. Dez economias que mais detinham patentes no ano de 2019, receberam na maior parte pedidos de seus residentes. Enquanto as economias mais ricas receberam 74,3% em média de pedidos de patentes de seus residentes, essa média foi de 19,6% para os países de baixo e médio desenvolvimento em 2019. Ou seja, praticamente 80% dos pedidos de patentes no resto do mundo eram de estrangeiros (WIPO, 2020). É bastante evidente que um pequeno conjunto de países, dez economias, buscam não somente dominar os campos tecnológicos em seus países, como também

---

<sup>25</sup> Patentes em vigor no mundo, conforme país de origem, em 2019: Estados Unidos (26,6%), China (18,2%), Japão (12,8%), Coreia do Sul (10,5%), Alemanha (8%), França (4,4%), Suíça (2,3%), Reino Unido (2,2%), Rússia (1,7%), Países Baixos (1,7%), Resto do Mundo (12,1%) (WIPO, 2020).

requerem direitos monopolistas que permitem seu domínio nas economias estrangeiras, sobretudo de menor desenvolvimento.

O arcabouço internacional de propriedade intelectual cumpre assim um papel na periferia, qual seja, resguardar posições de monopólio no mercado local, como meio de transferir fundos e facilitar práticas restritivas. A concessão de patentes a não residentes nas economias periféricas, como argumentado por Penrose (1973, p. 772) há quase um século, tem no seu próprio fundamento a garantia dos mercados domésticos das nações periféricas pelos países dominantes:

*Firms ask for and obtain patents, but this is held to be largely because patents enable them to impose legally and more easily a variety of restrictive conditions on the operations of their local subsidiaries, or simply to preserve the market for their exports by preventing rivals from taking up the production of the product.*

Não por acaso observa-se que as patentes nas economias de menor desenvolvimento são na sua maior parte de propriedade dos residentes de países centrais. Fenômeno que se associa às próprias estratégias produtivas das transnacionais, que, ao mesmo tempo que demandavam mais liberdade comercial e financeira na década de 1990, requereram a construção de barreiras institucionais que reservassem a aplicação exclusiva dos novos conhecimentos em seu benefício. A questão é que tal direito exclusivo foi uma imposição do centro, berço das grandes transnacionais, às nações periféricas.

Com efeito, os resultados da entrada de tecnologia nessas economias foram praticamente nulos. Como em sua maior parte integra a produção para suprir o mercado local, não pode competir externamente. Algo por si só impraticável, uma vez que as filiais dessas transnacionais não pretendem concorrer com suas matrizes localizadas no centro. Dessa forma, a busca por um sistema que visa uniformizar a propriedade intelectual em nível internacional não quer outra coisa senão defender e proteger os países exportadores de produtos de maior conteúdo tecnológico, quando se sentem ameaçados por rivais ou mesmo por iniciativas governamentais que buscam animar a produção em suas bases locais. Aliás, esse foi justamente o intuito da economia

estadunidense ao desenhar o Trips: quando se viu ameaçada pelos rivais japoneses e sul-coreanos em setores anteriormente dominados por ela – o de semicondutores – fez valer regras que não foram aplicadas quando buscava conceber o seu próprio desenvolvimento tecnológico.

Em retrospectiva histórica, Chang (2001) percebe justamente essa contradição: as nações que requerem hoje um sistema forte de propriedade intelectual fizeram uso em seu processo de desenvolvimento no passado de práticas totalmente condenáveis pelas regras que agora impõem aos demais. Seu difundido resgate da expressão original de List “chutando a escada”<sup>26</sup> é uma perfeita analogia dessa prática: as nações atualmente desenvolvidas condenam as ações que no passado foram imprescindíveis para que chegassem ao topo. Essas nações, com forte apoio estatal, valeram-se do contrabando de bens de capital, espionagem industrial e “roubo” de trabalhadores qualificados, para conquistarem o desenvolvimento das técnicas que necessitavam, conforme detalhado pelo historiador Eric Hobsbawm (1988). Ao mesmo tempo, como retrata a pesquisadora indiana Vandana Shiva (2001, p. 34), agiam para impedir qualquer sinal de desenvolvimento que ocorresse fora de suas fronteiras. Por exemplo, a prática cruel de amputar os polegares dos artesãos da região de Bengala na Índia constituiu-se no século XIX num procedimento que visava bloquear o florescimento das técnicas de tecelagem nesse país, ao mesmo tempo que garantia um mercado para a indústria britânica em ebulição<sup>27</sup>. Em suma, evidências históricas demonstram que, até conquistarem um desenvolvimento tecnológico competitivo, as nações dominantes de hoje não reconheceram no passado a propriedade intelectual alheia nos moldes que atualmente exigem.

---

<sup>26</sup> Obra publicada em 2002 pelo economista sul-coreano Ha-Joon Chang, *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (CHANG, 2004).

<sup>27</sup> “The British empire was built through the destruction of manufacturing capacities in the colonies and the prevention of the emergence of such capacity. ‘Free trade’ during the era of ‘technological superiority’ of England was based on the thumbs of masters weavers in Bengal being cut off, the forced cultivation of indigo by peasants of Bihar, the slave trade from Africa to supply free labor to cotton plantations in the US and the extermination of the indigenous people of North America. It also included laws that prevent technology transfer. From 1765 to 1789, the English parliament passed a series of strict laws preventing the export of new machines, or plans, or models of them. Skilled people who worked the machines were not allowed to leave England to ensure that England remained the industrial power” (SHIVA, 2001, p. 34).

Hoje, dada as restrições do Trips, a produção de alta tecnologia chega à periferia, mas em sua maior parte está restrita aos investimentos estrangeiros que adentram essa localidade, portanto, impedida de transbordar para a estrutura econômica local. Primeiro, porque, sendo gerada externamente, a tecnologia inserida não atende efetivamente às reais necessidades dessa região, mas apenas reproduz os padrões concebidos nos países centrais. Segundo, porque a concepção de um processo autônomo de desenvolvimento tecnológico requer em si a dominação da tecnologia vigente, para só depois conseguir superá-la. E assim, visto que os canais de assimilação tecnológica foram estreitados, a produção nacional vê-se duplamente incapaz de adentrar os ramos de produção em condições de competitividade com os atores internacionais<sup>28</sup>. Com efeito, aprofundam-se as disparidades e mais intensa se torna a heterogeneidade estrutural, característica elementar nessas regiões. A quantidade de patentes controlada por essas nações é uma evidência emblemática do fenômeno apontado: não dominam nem 10% das patentes de invenção em vigor no mundo. Ou seja, não podem minimamente controlar os canais de difusão tecnológica prevalentes.

Portanto, o Trips reduziu drasticamente a possibilidade de se instaurar um processo de desenvolvimento autônomo nas nações periféricas, transferindo a luta pelo desenvolvimento para uma disputa pela retenção e apropriação da tecnologia estrangeira praticada internamente. As questões no segmento da saúde, dado o contexto crítico da pandemia do Covid-19, demonstram claramente os efeitos perversos de se universalizar um regime de propriedade conforme às normatizações estadunidenses. Mesmo com a quantidade de mortes avassaladora, falências dos sistemas de saúde em diversas regiões do globo e queda brusca das atividades econômicas, as companhias farmacêuticas não aceitam renunciar às vultosas margens de lucro. As patentes nesse modelo delineado através do Trips podem se constituir em barreiras à própria vida.

---

<sup>28</sup> Duplamente, 1) devido à sua inferioridade tecnológica e 2) pelo bloqueio institucional dos canais de assimilação. Além disso, “as pequenas empresas não seriam capazes de competir em bases iguais com grandes corporações, que contam com advogados especializados, podendo requisitar centenas ou milhares de patentes anualmente e iniciar processos legais de forma indiscriminada” (TIGRE; RIPPER; ROSELINO, 2010, p. 97).

Nesse mesmo sentido, a guerra comercial entre China e EUA travada a partir de março de 2018, que continua sem solução até os dias de hoje, é elucidativa. O gigante asiático, assim como a Coreia do Sul, tem historicamente utilizado o sistema de propriedade intelectual de forma estratégica: registram de forma maciça e competitiva. Embora não detenha o *status* de país desenvolvido classificado pela ONU, a China tem se tornado uma ameaça constante aos EUA, que vêm instalando um ambiente de disputas no cenário global, contrariando sua própria ideologia liberal. Ao instituir uma série de tarifas contra a economia chinesa, os EUA têm revertido as próprias regras que criou, virando estrategicamente a mesa de modo a contestar a mudança de posição da China no cenário geopolítico<sup>29</sup>. Afinal, não há vaga para todos ascenderem ao centro (GONTIJO, 2003, p. 24). Nesse contexto, nos parece propício indagar se a ameaça chinesa contra a economia estadunidense seria, em grande medida, fruto do domínio tecnológico que esse país vem alcançando. Não hesitaríamos em responder que sim. Além dos déficits comerciais que os EUA vêm acumulando nas transações com a China<sup>30</sup>, a disputa pela tecnologia 5G contra o país asiático vem se revelando um problema de natureza política/estratégica para a economia estadunidense, que chegou a boicotar internacionalmente a Huawei, multinacional chinesa da área de tecnologia, numa tentativa de impedir que ultrapassasse tecnologicamente os EUA na distribuição da mais avançada geração de internet móvel (WAKKA, 2019)<sup>31</sup> – terreno até então de domínio dos EUA.

---

<sup>29</sup> O presidente norte-americano Donald Trump impôs no ano de 2018 a soma de US\$ 250 bilhões em tarifas sobre importações provenientes da China.

<sup>30</sup> Em 2017, as exportações dos EUA para a China contabilizavam US\$ 130,37 bilhões de dólares, enquanto as importações de produtos chineses somavam US\$ 505,6 bilhões, causando um déficit na ordem de US\$ 375,23 bilhões para os EUA (US DEPARTMENT OF COMMERCE, 2019).

<sup>31</sup> A Huawei Technologies Co. Ltd. é uma empresa multinacional de equipamentos para redes e telecomunicações sediada na China. É a maior fornecedora de equipamentos para redes e telecomunicações do mundo, produzindo, dentre outros, os equipamentos necessários à distribuição da rede 5G. A expectativa é que essa nova rede consiga aumentar em cem vezes a velocidade da internet banda larga, sendo por isso considerada o futuro das telecomunicações – abrindo portas para comunicação autônoma de carros e assistência médica remota. O país que se estabelecer como fornecedor dessa opção se consagrará no ramo das telecomunicações. Por isso, ameaça o poderio norte-americano em um setor altamente estratégico até então dominado pelos EUA.

Neste cenário, não nos resta dúvida de que o Trips não estabelece um direito de propriedade, mas consiste numa manobra jurídica internacionalizada, com o objetivo de impedir institucionalmente que os atores sociais das economias periféricas atuem nos mercados historicamente dominados pelas nações centrais do capitalismo.

## Referências

- BHAGWATI, J. *The World Trading System at Risk*. Princeton: Princeton University Press, 1991
- BOSELEY, S. Who chief: waive Covid vaccine patents to put world on 'war footing'. *The Guardian*, 5, mar. 2021
- BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. U.S Department of Commerce. *US Economic Accounts*. Maryland, 2019
- CHANG, H. -J. *Chutando a escada*. São Paulo: Unesp, 2004
- CHANG, H. -J. Intellectual Property Rights and Economic Development: Historical lessons and emerging issues. *Journal of Human Development* [s.l.], v. 2, n. 2, p. 287–309, 2001
- CHIARINI, T. *Transferência internacional da tecnologia: interpretações e reflexões. O caso brasileiro no Paradigma das TICs na última década do século XX e no alvorecer do século XXI*. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014
- CORIAT, B. O novo regime de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicação para as relações “norte/sul”. In: *Desafios do Crescimento: instituições, investimentos, competitividade e tecnologia*. Rio de Janeiro: MAJAD, p. 375–396. 2002
- CORIAT, B.; ORSI, F. Establishing a new intellectual property rights regime in the United States: Origins, content and problems. *Research Policy*, [s.l.], v. 31, n. 8, p. 1491–1507, 2002
- CORIAT, B.; ORSI, F. Propriedade intelectual e acesso aos tratamentos antirretrovirais nos países do Sul no início da década de 2010: qual é o balanço? In: *Estrutura de mercado e evolução dos preços dos medicamentos antirretrovirais no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, p. 13–25, 2013
- DRAHOS, P. Global Property Rights in Information: the story of TRIPS at the GATT. *Prometheus* [s.l.], v. 13, n. 1, p. 6–19, 1995
- GONTIJO, C. Trips: o acordo de propriedade intelectual. *Caderno de estudo*. Brasília: Instituto de estudos socioeconômicos, 2003
- HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- LIMA, L. Vacinas contra covid-19: ‘Distribuição desigual de imunizantes vai permitir contágios e mutações do coronavírus pelo mundo’. *BBC News Brasil*, 6, fev. 2021
- MACHLUP, F.; PENROSE, E. The Patent Controversy in the Nineteenth Century. *The Journal of Economic History*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 1–29, 1950
- ORSI, F.; CORIAT, B. The New Role and Status of Intellectual Property Rights in Contemporary Capitalism. *Competition & Change*, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 162–179, 2006
- ORSI, F.; D’ALMEIDA, C. Soaring antiretroviral prices, TRIPS and TRIPS flexibilities: a burning issue for antiretroviral treatment scale-up in developing countries: *Current Opinion in HIV and AIDS*, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 237–241, 2010
- PARIS. *Convenção da União de Paris para propriedade industrial*. 1883.
- Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and1263-94.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and1263-94.pdf)>  
Acesso em: 10 de Agosto de 2019
- PARIS. *Convenção da União de Paris para propriedade industrial: revisão de Estocolmo*. 1975.
- Disponível em <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas/arquivos/legislacao/CUP.pdf>> Acesso em: 10 de Agosto de 2019

PENROSE, E. International Patenting and the Less-Developed Countries. *The Economic Journal*, [s.l.], v. 83, p. 768–786, 1973

PENROSE, E.T. *The Economics of the International Patent System*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1951

RADOMSKY, L. Sixteen Years after the Passage of the U.S. Semiconductor Chip Protection Act: Is International Protection Working? *Berkeley Technology Law Journal*: California, 2000

RICKETSON, S. *The Law of Intellectual Property*. Sydney: Law Book Company, 1984

SHIVA, V. *Protect or Plunder? Understanding Intellectual Property Rights*. London; New York: Zed Books, 2001

TIGRE, P.; RIPPER, M. D.; ROSELINO, J. E. S. Tecnologias da Informação e Comunicação. In: CASSIOLATO, J. E. (coord.) *Perspectivas do investimento na economia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Synergia, IE-UFRJ, IE-Unicamp, p. 85–144, 2010

WAKKA, W. China inaugura maior rede de 5G do mundo nesta quinta (31). Disponível em: <<https://canaltech.com.br/telecom/china-inaugura-maior-rede-de-5g-do-mundo-nesta-quinta-31-154043/>>. [s.l.], 13 abr. 2020

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. *WIPO Statistics Database*, 2019. Geneva, 26 fev. 2020

WORLD TRADE ORGANIZATION. Declaration on the TRIPS agreement and public health. 2001. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/thewto\\_e/minist\\_e/min01\\_e/mindecl\\_trips\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_trips_e.htm)> Washington, 21 dez. 2019

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE  
CAPITALISTA NO LIVRO PRIMEIRO DE *O CAPITAL*:  
DETERMINAÇÕES GERAIS E CONSEQUÊNCIAS

Recebido em 10/01/2022

Aprovado em 25/03/2022

# A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE CAPITALISTA NO LIVRO PRIMEIRO DE *O CAPITAL*: DETERMINAÇÕES GERAIS E CONSEQUÊNCIAS<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo tem por objetivo demonstrar, utilizando contribuições de Postone e Lukács, que, para Marx, a categoria mercadoria é estruturante da sociedade do capital e que por ser constituída pelo par antitético valor de uso e valor engendra a contradição fundamental da sociedade do capital. O trabalho abstrato é a substância do valor e sua quantificação é feita pelo tempo. Deste modo, a partir da dinâmica contraditória da produção de valor e valor de uso aciona-se a contradição entre o tempo histórico (concreto) e o tempo abstrato, específico da sociedade do capital. A contradição constitutiva da mercadoria é uma contradição real que produz o deslocamento para seu exterior da própria contradição. De tal maneira que, na primeira forma em que se apresenta o valor de troca (forma simples, singular ou acidental do valor), a contradição se exterioriza e se apresenta como antítese externa envolvendo duas mercadorias distintas. Enquanto contradição real não há suprassunção, ocorrendo o deslocamento permanente da contradição fundamental pelas várias formas do valor de troca até a forma dinheiro, da forma dinheiro para o dinheiro enquanto capital e, intensificando ontologicamente a exposição e o conjunto categorial, Marx apresenta as várias contradições que se manifestam na acumulação capitalista e que têm na forma mercadoria a sua chave explicativa.

**Palavras-chave:** Marx, Postone, tempo, valor, valor de uso.

PAULO HENRIQUE  
FURTADO DE  
ARAÚJO

Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRJ, Professor da Faculdade de Economia da UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

E-mail: [phfaraujo@id.uff.br](mailto:phfaraujo@id.uff.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

<sup>1</sup> Agradeço a leitura cuidadosa e os comentários feitos pelo Professor Maracajaro Mansour e que muito contribuíram para o aperfeiçoamento do presente artigo. Como de praxe, o autor é inteiramente responsável pelos erros e omissões presentes no texto.

## **Abstract**

The article aims to demonstrate, using contributions from Postone and Lukács, that, for Marx, the commodity category is structuring of the capital society and that, being constituted by the antithetical pair use value and value, it engenders the fundamental contradiction of this society. Abstract labor is the substance of value and its quantification is done by time. Thus, from the contradictory dynamics of value and use value production, the contradiction between historical (concrete) time and abstract time, specific of the capital society, is triggered. The constitutive contradiction of the commodity is a real contradiction that produces the displacement of the contradiction itself. In such a way that, in the first form in which exchange value is presented (simple, singular or accidental form of value), the contradiction is externalized and presents itself as an external antithesis involving two distinct commodities. As a real contradiction, there is no subsumption, with the permanent displacement of the fundamental contradiction occurring through the various forms of exchange value to the money form, from the money form to money as capital and, ontologically intensifying the exposition and the categorical set, Marx presents the various contradictions that manifest themselves in capitalist accumulation and whose explanatory key is in the commodity form.

**Keywords:** Marx, Postone, time, value, use value

**JEL:** B12, B24, B51.

## **I. Introdução**

A contradição fundamental da sociedade do capital é, por um lado, a contradição constitutiva da categoria mercadoria, a contradição entre valor de uso e valor. E por outro o tempo histórico (concreto e abstrato), específico da sociedade do capital e resultado da dinâmica contraditória da produção de valor e valor de uso.

A mercadoria traz em si esse duplo fator que, enquanto contradição real, implica o deslocamento para seu exterior da própria contradição. De tal maneira que, na primeira forma em que se apresenta o valor de troca (forma simples, singular ou acidental do valor), a contradição se exterioriza e se apresenta como antítese externa envolvendo duas mercadorias distintas. De um lado, a mercadoria, cujo valor de uso deve se expressar, aparece como simples valor de uso, essa é a mercadoria que se encontra na forma relativa do valor. De outro, a mercadoria na qual o valor de uso se expressará, essa se encontra na forma equivalente do valor e opera como espelho do valor da primeira. Enquanto contradição real não há suprassunção, o que ocorre é o deslocamento permanente da contradição fundamental pelas várias formas do valor de troca até a forma dinheiro, da forma dinheiro para o dinheiro enquanto capital e, intensificando ontologicamente a exposição e o conjunto categorial, as várias contradições que se manifestam na acumulação capitalista.

## **2. Valor, valor de uso e o tempo**

Sem entrar em detalhes sobre as diferenças entre o método de pesquisa e o de exposição que Marx utiliza em sua obra magna, *O Capital*, assinamos que toda a cientificidade de Marx exige que se capture a coisa, o objeto de estudo, no caso o ser social, no seu devir. Ou seja, para Marx a prioridade é do movimento do ser em relação ao conhecer, ou do ôntico em relação ao gnosiso-epistêmico de tal modo que as categorias expressam “formas de ser, determinações da existência” (MARX, 2011, p. 59), sendo

categorias ontológicas. A decifração do ser social pelo pesquisador só pode ocorrer através de um conjunto de abstrações (razoáveis) e se inicia quando Marx, na exposição desse conjunto categorial, reproduz mentalmente o ser realmente existente, partindo de categorias mais abstratas que são partes constitutivas do ser social realmente existente. Por arremate, evidencia-se que na Primeira Seção do Livro Primeiro de *O Capital*, temos um grau de abstração que exigirá toda uma intensificação ontológica ou, para falar de forma mais coloquial, um conjunto de sobredeterminações concretizadoras, que aparecem ao longo de cada Livro e pelos três livros de *O Capital*.

Realizamos este excurso para enfatizar que Marx introduz uma questão decisiva para a compreensão da crise ao final do primeiro item do capítulo 1 do Livro Primeiro; isso ocorre quando o autor apresenta a questão da força produtiva do trabalho, comparando a produção de tecidos por meio de teares manuais e de teares mecânicos na economia inglesa do século XIX. Já nesse instante torna-se patente que valor, que tem por substância o trabalho humano abstrato, é quantificado não pelo tempo de trabalho gasto pelo capitalista singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação da mercadoria em questão. Do que podemos concluir que Marx realiza uma primeira abordagem da necessária articulação entre o capital individual e o capital social total. Ou, dizendo o mesmo de outro modo, apresenta a articulação entre produção de valor e realização do valor.

Antes de prosseguir, cabe mencionar que sustentamos, com Marx, que as mercadorias são valor e valor de uso e não um valor de uso que contém valor. O que há de distintivo na forma mercadoria é operar como forma de mediação social. Para cumprir essa função, ela precisa operar no interior de uma sociabilidade na qual a divisão social do trabalho seja a máxima possível, a especialização do trabalho determinado por mercadoria seja imperativo, que a massa humana seja obrigada a vender a única mercadoria que lhe resta – sua força de trabalho –, que existam personificações do capital em condições de operar no mundo humano e que o produto da práxis humana vital não seja para o atendimento das necessidades do produtor, mas seja

produzido para o mercado, para um Outro desconhecido. Ao ser produzida pelo trabalho determinado por mercadoria – o qual possui um duplo caráter: produtor de valor e de valor de uso, simultaneamente – ela (a mercadoria) possui valor em *dynamis*, em potência (e toda potência é sempre de vir a ser ou não, de se efetivar ou não); o valor se realiza (ou não) quando da venda da mercadoria. Nesse momento há o reconhecimento (ou não) de que o tempo de trabalho contido na mercadoria é socialmente necessário. Se a totalidade do valor em potência se realiza é porque a mercadoria foi produzida com a mesma produtividade da média do ramo de produção em questão. Caso ela não seja vendida por seu valor em potência, isso se explica por sua produtividade não acompanhar a produtividade média do ramo de produção em questão. Por óbvio, temos aqui o problema da produção do valor e da realização do valor, evidenciando-se que o distintivo é a produtividade da força de trabalho. Marx (2017a., p. 118), nessas mesmas páginas, adianta ao leitor que dentre outros fatores podemos identificar cinco que explicam a produtividade da força de trabalho: o grau médio da habilidade dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação enquanto tecnologia produtiva, a organização social do processo de produção, o volume e a eficiência dos meios de produção e as condições naturais. Os fatores elencados por Marx são reveladores da importância da ciência aplicada à produção sob a forma de novas tecnologias produtivas. Pois ela incide diretamente sobre os outros quatro fatores, modificando seus impactos sobre a produtividade da força de trabalho. Aqui é importante destacar que o conhecimento científico, apropriado e estimulado pela lógica do valor, constitui o que Marx chama nos *Grundrisse* de *general intellect* ou o conhecimento da espécie humana sobre as legalidades do ser inorgânico, orgânico e social<sup>2</sup>. Tal conhecimento, na sociedade do capital, é voltado para a produção e valorização do valor.

A lógica do valor implica a permanente concorrência entre os capitalistas individuais. Esses, enquanto personificações da lógica, procuram aumentar

---

<sup>2</sup> Cf. Marx, 2011, p. 589.

a produtividade de suas plantas produtivas e assim produzir mercadorias com um *quantum* de valor em potência menor do que o valor efetivo ou valor de mercado (dado pela média das produtividades do ramo de produção em questão)<sup>3</sup>. O interesse aqui é a venda dessas mercadorias, não pelo valor em potência delas, mas pelo valor efetivo ou valor de mercado. O que permite ao capitalista individual se apropriar de um *quantum* de mais-valor que ele não produziu. Quando a mudança da produção que esse capitalista individual introduziu torna-se a dominante do ramo em questão, sua vantagem desaparece. E todo movimento de busca de aumento de produtividade devém um imperativo lógico. Vejamos mais de perto isso: suponhamos que a quantidade de valor por mercadoria no ramo de produção em questão seja X. O capitalista individual, por exemplo, ao introduzir novas máquinas com tecnologia mais eficiente embarcada, consegue produzir suas mercadorias por X/2. Posto que o aumento de produtividade acarreta o aumento da massa de valores de uso produzida e não altera a produção de valor. Como o valor é mensurado pelo tempo de trabalho gasto para a produção da mercadoria, oito (8) horas de trabalho, por exemplo, sempre produzirão um *quantum* de valor de oito (8) horas. Contudo, se antes, por exemplo, o capitalista singular produzia oito (8) unidades da sua mercadoria na jornada de oito (8) horas e com a introdução das novas máquinas produz dezesseis (16) unidades na mesma jornada de oito (8) horas de trabalho, temos que cada uma das dezesseis (16) mercadorias apresenta um valor (potencial, *dynamei*) de trinta (30) minutos de trabalho. Ou seja, X/2 do valor inicial.

---

<sup>3</sup> Cf. Marx, 2011, p. 589.

<sup>4</sup> No capítulo 10 do livro terceiro de *O Capital*, Marx (2017b, p. 212) apresenta a categoria de valor de mercado, que, por possuir maior grau de determinação, facilita a compreensão do que já está posto no livro primeiro com maior grau de abstração: “O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera de produção e, por outro, como o valor individual das mercadorias produzidas sob as condições médias dessa esfera e que formam a grande massa de seus produtos. Apenas conjunturas extraordinárias podem fazer com que mercadorias produzidas sob péssimas condições, ou sob as mais favoráveis, venham a regular o valor de mercado, o qual, por sua vez, constitui o centro de gravitação dos preços de mercado, que são sempre os mesmos para mercadorias do mesmo tipo. Quando a oferta das mercadorias ao valor médio, ou seja, ao valor medial da massa situada entre ambos os extremos, satisfaz a demanda habitual, as mercadorias cujo valor individual é inferior ao valor de mercado realizam um mais-valor ou lucro extraordinário, ao passo que aquelas cujo valor individual é superior ao valor de mercado não podem realizar uma parte do mais-valor nelas contido.

Não obstante, o valor efetivo ou de mercado (dado pelo tempo médio socialmente necessário para a fabricação da mercadoria no ramo produtivo em questão) é  $X$  e será o que o capitalista singular que introduziu a produção mecanizada receberá. Ou seja, ele realizará o dobro do valor em potência de suas mercadorias, e o dobro do que os outros capitalistas singulares realizam no mercado. Com a disseminação das novas máquinas por todo o ramo produtivo, o valor efetivo (média do ramo), esse capitalista singular que mecanizou deixa de realizar  $2X$  e volta a realizar  $X$ , pois o tempo socialmente necessário gasto em média para produzir aquele tipo de mercadoria foi reduzido para todo o setor devido à difusão da mecanização.

Do exposto, podemos retirar algumas conclusões provisórias e muito gerais. Em primeiro lugar, estamos diante da exposição mais geral da operação daquela contradição básica a que fizemos referência acima [entre valor de uso e valor e que, por sua vez, expressa os dois momentos do trabalho no capitalismo – atividade produtiva (produtor de valor de uso) e atividade socialmente mediadora (produtor de valor)], e que ela só pode se manifestar em sua plenitude quando a produção capitalista se organiza sob sua forma específica – produção industrial e, portanto, quando há extração sistemática de mais-valor relativo. Nesse caso, verificamos que há uma intensificação da produção dos valores de uso na mesma jornada de trabalho (naturalmente estamos abstraindo aqui o fato de que as personificações do capital também aumentam a intensidade e a extensão do trabalho no cotidiano da produção mercantil), um adensamento da porosidade do tempo por um *quantum* cada vez maior de valores de uso que são, individualmente, cada vez menos quantidades de valor em potência. De tal maneira que, ao se generalizar essa nova forma de produção – que envolve a substituição do trabalho vivo por trabalho morto ou de capital variável por capital constante – a redução do valor em cada mercadoria se torna efetiva. Do que se conclui que a lógica do capital, que é valor em expansão, no seu processo autoexpansivo, produz um *quantum* cada vez menor de valor. E isso explica por que Marx se refere ao capital como a contradição em processo.

Destacamos que uma vez que as novas formas de produção se generalizam pelo setor econômico e por toda a economia, as personificações do capital permanecem buscando formas de aumentar a produtividade do trabalho. O que resulta num fluxo contínuo de modificações das formas de produzir com o aumento da produção de mercadorias que são portadoras de valores, em potência e em efetivo, cada vez menores. Há uma aceleração da produção de mercadorias, com intensificação do trabalho, alterando a norma temporal de mensuração do valor ou o tempo abstrato. Após a generalização das novas formas de produzir, aumenta a produção de riqueza material total e se mantém constante a produção da riqueza abstrata. Como a mensuração da riqueza abstrata é pelo tempo de trabalho socialmente necessário, uma jornada de oito horas de trabalho, por exemplo, sempre produzirá uma quantidade de valor de oito horas. No entanto, em nosso exemplo anterior, quando a produção mercantil não havia experimentado a mecanização do seu processo produtivo, em oito horas de trabalho eram produzidas oito unidades de mercadoria. Com as novas técnicas de produção, a quantidade aumenta para dezesseis unidades. No primeiro momento, o capitalista singular vende as dezesseis realizando o valor efetivo ou valor de mercado (norma social) correspondente às oito unidades por jornada de oito horas, realizando o dobro de valor da média social. Quando as novas técnicas se generalizam, a norma social se altera, portanto, no tempo abstrato de oito horas é necessária a produção de dezesseis unidades de mercadorias. A norma social é reconstituída – dezesseis unidades de mercadorias produzidas em cada jornada de oito horas de trabalho. O *quantum* de valor a mais que o capitalista individual que primeiro modificou sua produção recebia, que no nosso exemplo era o dobro dos outros capitalistas individuais, retorna para a quantidade padrão (X). Tudo isso permite a conclusão de que estamos diante de uma alteração (adensamento) do tempo abstrato (que por ser abstrato é sempre igual qualitativamente) que opera como norma da mensuração do valor – esse tempo é determinado pelo nível de produtividade. O que nos leva a mais uma constatação: a dimensão do valor de uso (produtividade do trabalho) constitui o tempo abstrato quantitativamente, mas

de tal maneira que, ainda que ela “redetermine” a hora abstrata de trabalho socialmente necessário, essa hora abstrata permanece constante enquanto unidade de tempo abstrato – uma hora sempre terá sessenta minutos.

É transparente que esse processo, descrito acima, trata da interação entre as duas dimensões da mercadoria. Nas linhas anteriores evidencia-se que o valor de uso (produtividade) “redetermina” o valor (tempo socialmente necessário). Ainda assim, a dimensão do valor de uso (produtividade) é alterada, “redesignada”, pelo valor (a norma social dada pela hora de trabalho socialmente necessário). Já sabemos que o total do valor produzido numa dada jornada de trabalho não se altera mediante as alterações da produtividade do trabalho; e sabemos que o aumento de produtividade adensa o tempo abstrato ou altera a norma social temporal. Dessa maneira, quando essa nova produtividade se generaliza e transforma o novo tempo adensado em norma social, faz com que a “nova” hora adensada “redetermine” a dimensão do valor de uso, adequando-o ao novo “nível” de produtividade. No nosso exemplo, a nova jornada de trabalho é aquela que produz dezesseis unidades da mercadoria e não somente oito unidades, como era na norma social anterior. Por essa angulação pode-se compreender que a dimensão do valor de uso (produtividade) é determinada pela dimensão do valor (nova norma social temporal).

A interação contraditória das duas dimensões do trabalho produtor de mercadorias atravessa toda a sociedade do capital e está no núcleo da dinâmica contraditória específica à totalidade social constituída pelo valor em expansão (trabalho abstrato em expansão). O que há de específico nessa dinâmica contraditória é o seu caráter de transformação e reconstituição permanente do nível de produtividade e da norma social do valor (as determinações quantitativas do tempo de trabalho socialmente necessário). Por consequência, temos a caracterização de uma sociedade direcionalmente dinâmica, orientada para a obtenção de níveis de produtividade cada vez maiores, na qual as duas dimensões do trabalho (concreto e abstrato) se “redeterminam” constantemente. A dinâmica em questão possui uma qualidade objetiva,

atuando como uma lei geral da sociedade do capital. Sendo independente da vontade humana e, na verdade, modelando essa vontade. Essa dinâmica é posta por uma substância (trabalho abstrato) autoexpansiva, homogênea e homogeneizadora que plasma o mundo social e as subjetividades de acordo com sua necessidade de permanente reprodução auto-expansiva. Se quiséssemos falar de uma lei do valor em Marx, essa dinâmica de transformação e reconstituição seria sua determinação inicial, ou seja, lei do valor em Marx só poderia ser dinâmica sem quaisquer vestígios de equilíbrio do mercado. Aliás, o que dilucida que o mercado não é o essencial para a dinâmica do capitalismo, pois a dinâmica aqui descrita tem por fundamento unicamente a dimensão temporal do valor.

A dinâmica em questão delineia os traços gerais da lógica histórica intrínseca da sociedade do capital; tal lógica histórica é o produto das relações sociais mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria, as quais têm por caracteres distintivos serem relações sociais alienadas e determinadas temporalmente – uma dinâmica histórica direcional e autoexpansiva, tal como o valor em seu processo contraditório, e infinito, de autovalorização.

A relação contraditória e dinâmica entre os dois fatores da mercadoria explica a oposição entre o tempo abstrato e um tipo de tempo concreto que é específico da sociedade do capital. O tempo concreto, produzido pela sociedade do capital, é o seu tempo histórico. Esse tempo concreto (histórico) é a expressão do movimento do tempo abstrato. O movimento contraditório entre tempo abstrato e tempo histórico no capitalismo, por sua vez, expressa a contradição básica entre as duas dimensões do trabalho determinado por mercadorias – que produz o efeito da permanente transformação e reconstituição da norma social do tempo abstrato e de toda objetividade e subjetividade da sociedade do capital. Tendo em conta essa dinâmica específica do valor em expansão, podemos arrematar que ela produz um movimento direcional no tempo, um tempo concreto que é um “fluxo da história” (POSTONE, 2014, p. 338) – um tempo histórico.

Por evidente, ainda que sejam o resultado da constituição societária cuja mediação social é feita pelo valor, tempo histórico e tempo abstrato são diferentes. O tempo abstrato, indicamos acima, é um referencial independente e abstrato em que as ações e eventos manifestam-se. Ele surge na sociedade em que a mediação social pelo valor instaura uma totalidade e os resultados do trabalho individual produtor de mercadorias, organizado pelos capitalistas singulares, devêm norma social temporal abstrata para esse tipo de atividade produtora de mercadorias. A mediação social pelo valor ocorre a partir da mensuração do valor que é feita pelo tempo de trabalho socialmente necessário. O detalhe é que o tempo de trabalho socialmente necessário não é um movimento no tempo, mas é o resultado da transformação do tempo concreto, substancial, “em tempo abstrato no espaço” (POSTONE, 2014, p. 338), movendo-se do particular (capitalista singular que aumenta sua produtividade) para o geral (norma social temporal) e retroagindo sobre o particular. A mediação social e espacial do valor constitui um quadro temporal abstrato e homogêneo inalterável, uma constante que permite a expressão e mensuração do movimento de metamorfose do tempo substancial em tempo abstrato. Toda atividade produtiva do capitalista individual ocorre e é mensurada no e pelo tempo abstrato e, simultaneamente, é incapaz de alterar esse tempo. Mudanças de produtividade movimentam historicamente a unidade de tempo abstrata ao adensá-la de valores de uso e, ainda assim, esse movimento substantivo, histórico, não é capturado pelo tempo abstrato. Por isso, a quantidade de valor por unidade de tempo permanece constante diante de alterações da força produtiva do trabalho. A norma social do trabalho socialmente necessário se modifica e isso não só não é refletido pelo valor, como esse não refletir permite a reconstituição do quadro temporal abstrato e homogêneo produzido pelo valor. O valor, com sua dimensão de tempo abstrato, expressa o tempo como tempo presente, implicando um tipo de permanente “presentificação” da vida social, uma vez que a norma social do tempo de trabalho abstrato é um imperativo lógico para todo gasto de trabalho imediato, com total

autonomia do nível histórico de produtividade e de todas as mudanças societárias, transformadoras e reconstituidoras a ela associadas.

O tempo histórico da sociedade do capital não é um fluxo que independe da atividade humana, ele é o movimento do tempo substantivo e adensado pela produção crescente de mercadorias e aumento da força produtiva do trabalho e se encontra em oposição ao movimento no tempo. A dinâmica que o tempo histórico delinea é de “um processo constituído e constituinte do desenvolvimento e da transformação” (POSTONE, 2014, p. 338) da totalidade social. O processo em questão é direcional e é produto da prática social, tendo por arrimo a dualidade constitutiva das relações sociais mediadas pelo valor. Esse movimento histórico da totalidade social do capital só vem a ser com enormes e radicais mudanças (objetivas e subjetivas) do modo de vida da massa do povo. Lembrando que esse movimento histórico assenta e ao mesmo tempo modifica o modo de vida, ele transforma e reconstitui, em novas bases, os padrões de trabalho determinados por mercadoria, a estrutura das classes sociais e sua distribuição espacial, os tipos de política e de Estado moderno, os tipos e métodos de ensino e a própria escola, os meios de comunicação e transporte, as formas em que se estruturam as famílias, e acarreta a contínua mudança das formas de subjetividade, das formas de interação social e dos valores sociais envolvidos nessa interação. Ainda que todo esse movimento não escape da lógica contraditória fundamental da transformação e reconstituição das condições (objetivas e subjetivas) de expansão do valor. O tempo histórico da sociedade do capital expressa toda essa dinâmica de transformação e reconstituição, se estabelecendo como um tipo de tempo concreto constituído pela práxis social fundada pelo valor – portanto, diversamente do tempo abstrato, ele é variado, se altera e pode sofrer acelerações.

A sociedade capitalista tem seu caráter histórico dinâmico devido à relação contraditória entre o tempo abstrato e o tempo histórico, que por sua vez são estruturados pelas duas dimensões constitutivas da mercadoria. Aqui a humanidade cria, de forma descontrolada, alienada, sua própria história

enquanto um processo contínuo, autoexpansivo, direcional, de transformação e reconstituição social.

A busca do permanente aumento da força produtiva do trabalho, imposto pela lógica do valor, desnuda que o trabalho imediato deixa de ser o momento central desse processo. Considerando os cinco fatores que, dentre outros, determinam a produtividade, e que citamos anteriormente, temos que o imperativo categórico do valor torna a produtividade cada vez menos dependente do trabalho imediato dos trabalhadores e cada vez mais dependente da experiência acumulada pela humanidade na produção de valores de uso, do conhecimento técnico, científico, e das formas de organização do processo produtivo. Produzindo um desenvolvimento alienado de formas socialmente gerais de conhecimento e da experiência que já não são explicadas ou não podem ser simplificadas pelas habilidades e conhecimentos dos trabalhadores imediatos do processo de produção mercantil. Com isso oferecemos um bosquejo inicial da análise de Marx sobre o movimento histórico do capital muito distinto do tradicional, que tem por fulcro a contradição entre forças produtivas e relações de produção.

A mensuração do valor de uso do trabalho, desconsiderando-se a dimensão do valor, deve tomar em consideração o *quantum* produzido de riqueza material (valores de uso); com isso ela não se referencia no tempo socialmente necessário que é a quantificação específica do valor. Não obstante, isso não significa que ela não possua um aspecto temporal, mas sim que esse aspecto é uma atribuição primordial da própria produção sob a forma do *quantum* temporal que é de fato necessário para a produção de um valor de uso específico – aqui o tempo deixa de ser uma norma social para o gasto de energia humana e se torna atribuição da objetivação do trabalho. Como já dito, mudanças nesse tempo concreto no qual se produzem valores de uso, são proporcionadas por alterações na força produtiva do trabalho e “refletem o movimento histórico do tempo” (POSTONE, 2014, p. 342). O movimento no tempo histórico, também já vimos, é engendrado por uma sociabilidade que se constitui, de forma alienada, com a aglutinação

permanente de experiências científicas, conhecimentos técnicos e organizacionais e que estão na causalidade explicativa dos desenvolvimentos que se verificam nos campos social, intelectual e cultural, e estes, por sua vez, são o alicerce do movimento do tempo histórico. Os resultados daquela aglutinação permanente podem ser mensurados tanto a partir das variações nas quantidades produzidas por período de tempo quanto nas variações nas quantidades de tempo necessárias para a produção de uma mercadoria em particular. Contudo, não é possível mensurar os desenvolvimentos históricos, pois eles não são capturados como um símbolo explicado pelo tempo abstrato. E isso é assim mesmo quando relembramos que o tempo histórico sofre a determinação do tempo abstrato (do valor), pois a forma social do valor plasma a forma concreta que a produção assume e é nessa forma concreta que devém a condensação do conhecimento técnico, organizacional e científico, além da objetivação do trabalho.

A apreensão da dinâmica histórica da sociedade capitalista, a partir do conjunto categorial marxiano, nos permite concluir que as relações da forma mercadoria produzem a dinâmica histórica, a sua trajetória e, forçosamente, a disjunção entre a aceleração do avanço da força produtiva do trabalho (que se separa, cada vez mais, do trabalho imediato e tem por núcleo o que, como já dissemos, Marx designou nos *Grundrisse* por *general intellect*) e o quadro temporal abstrato, referencial de valor, no interior do qual os desenvolvimentos da produtividade ocorrem. Verifica-se uma enorme discrepância entre a condensação do tempo histórico e a objetivação do tempo de trabalho imediato (produtor da riqueza abstrata – valor) à proporção que o conhecimento científico se corporifica na produção de mercadorias. Com o que podemos reafirmar que os colossais aumentos da força produtiva do trabalho, produzidos pela ciência e tecnologia, não podem ser satisfatoriamente explicados a partir do gasto de tempo de trabalho imediato. Nesse caso, pouco importando se o trabalho em questão é manual ou intelectual, se envolve o trabalho imediato em pesquisa e desenvolvimento, formação de cientistas, engenheiros, técnicos etc. A produção de valores de uso torna-se cada vez mais o resultado do conhecimento coletivo acumulado

pela espécie humana (*general intellect*) e que nada mais é do que uma categoria geral engendrada pela condensação do tempo histórico. O valor de uso, com a realização de toda potencialidade inerente à sociedade do capital, devem cada vez mais objetivação de tempo histórico e cada vez menos resultado do tempo abstrato. Todavia, como a riqueza específica dessa sociedade é abstrata, é o valor, ele segue sendo a expressão da substância trabalho abstrato e sendo a categoria estruturante da totalidade social do capital. O acúmulo do tempo histórico não altera ou retira a centralidade do imperativo categórico da produção do valor, da necessidade do presente com sua norma temporal abstrata, ainda que altere o pressuposto concreto dessa norma. O que nada mais é do que o movimento de reconstituição da necessidade do valor por um caminho em que a necessidade presente não só não é negada, como é exacerbada – “ela é impelida no tempo como um presente perpétuo, uma necessidade aparentemente eterna” (POSTONE, 2014, p. 345). A sociedade capitalista, ao contrário de outras formações sociais, possui uma lógica histórica endogenamente produzida – que domina a humanidade que a produz e sobre a qual essa humanidade não possui qualquer controle – e que se caracteriza pela perpétua e constante expressão do tempo histórico no tempo presente (em que se manifesta a norma temporal abstrata), produzindo um tipo de presentificação permanente.

Outro ponto a considerar a partir do exposto até aqui é que a dominação social abstrata se apresenta de duas formas que, na aparência, são opostas: dominação do tempo abstrato como o presente e o processo imperativo de transformação permanente. Esse par relaciona-se com a dualidade temporal específica da sociedade capitalista: o fluxo acelerado e contínuo da história associado à sua constante reconversão em tempo presente. Em suma, estamos diante de um tipo de “lei histórica” que é caracterizada pela dinâmica dialética da transformação e reconstituição permanentes. Cabe dizer que essa dinâmica dialética suscita a possibilidade histórica de conceber isoladamente a produção arrimada no tempo histórico e a produção sustentada no tempo abstrato. O que levaria à ultrapassagem da dinâmica contraditória e alienada entre passado e presente que é específica da

sociedade do capital. Todavia, isso se coloca apenas como possibilidade que nunca se realiza por si, pois o tempo de trabalho abstrato é a quantificação da riqueza específica do capitalismo e as relações sociais dessa formação têm nesse tempo a quantificação de sua substância constituidora. O tempo de trabalho socialmente necessário concerne a uma sociabilidade na qual os seres humanos não apenas são dominados por seus trabalhos, como são compelidos a manter e reproduzir essa dominação sem ter consciência do que fazem.

Nesse ponto da exposição é possível esclarecer que a contradição dialética marxiana entre as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo tem por sustento ou arrimo o duplo caráter das formas sociais constitutivas dessa sociabilidade: as dimensões valor e valor de uso do trabalho e do tempo socialmente constituído. Valor e valor de uso são os dois fatores das mercadorias e produtos do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias e desse par contraditório deduzimos a complexa dinâmica temporal (tempo histórico e tempo abstrato) que expomos acima. A contradição dialética entre forças produtivas e relações de produção mantém a obrigatoriedade da necessidade temporal abstrata e histórica. O que elucida que ela (a contradição dialética) não tem por causalidade a contradição (imaginada como fundamental pelo marxismo tradicional) entre produção e distribuição, tampouco a propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, ela não está enraizada na luta de classes, mas tem por fundamento as formas sociais específicas da sociedade do capital e que são constituídas pelo trabalho determinado por mercadoria. De tal maneira que a superação dessa sociabilidade só pode vir a ser com a superação desse trabalho produtor de mercadorias, o que exige a superação do processo de produção capitalista tomado tanto social como tecnicamente (a tecnologia, desse modo, não é neutra; ela foi engendrada para produzir e extrair valor).

Desvela-se, agora, que a contradição fundamental da sociedade do capital está assentada entre o trabalho produtor de mercadorias e o tempo. Essa contradição plasma os processos sociais e as instituições da sociedade

capitalista e constitui a possibilidade intrínseca de sua supressão histórica. Essa contradição surge “entre o conhecimento geral e as habilidades cujo acúmulo é induzido pela forma de relações sociais mediadas pelo trabalho, de um lado, e por essa forma de mediação em si, de outro” (POSTONE, 2014, p. 350). Ainda que a presentificação da norma temporal abstrata não seja superada automaticamente, há uma crescente tensão com as possibilidades imanentes ao avanço da força produtiva do trabalho que é induzido pela lógica do valor.

Toda a exposição até este ponto permite sustentar uma interpretação de um trecho dos *Grundrisse* de Marx (2011) – conhecido como *Fragmento das Máquinas* – que tem sido alvo de grande polêmica no campo do marxismo. De imediato relembramos que Marx (2011, p. 119) nos *Grundrisse* afirma que “economia de tempo de trabalho, a isso se reduz afinal toda economia”; e que Lukács (2012 e 2013), em sua *Para uma Ontologia do Ser Social*, nos fala dos sucessivos recuos das barreiras naturais associados ao desenvolvimento das categorias puramente sociais do Ser Social – as duas observações tratando de um mesmo fenômeno: o desenvolvimento das forças produtivas. Dizendo o mesmo de outro modo, Marx desvela a única lei transistórica do Ser Social, e que Lukács explicita em sua Ontologia: o gênero humano, ao longo de sua existência e história, apreende de forma, cada vez mais, adequada as leis da natureza orgânica, inorgânica e social, de tal maneira que o trabalho (universal, geral) torna-se mais eficiente, gastando-se menos tempo de trabalho para a produção de valores de uso. Ocorrendo economia do tempo de trabalho ou afastamento das barreiras que a natureza interpõe ao desenvolvimento da pura sociabilidade humana – e que expressam o aumento da produtividade do trabalho. Nesse mesmo processo, o trabalho que é fundante do ser social, que é a protoforma do agir humano (LUKÁCS, 2013), passa a ser um momento da vida humana ao lado de outras práxis que se desenvolvem e permitem a expressão do processo do devir humano do ser humano: as artes, a filosofia, a ciência etc. Ou seja, a vida humana

não se define pelo trabalho e tampouco tem nele sua centralidade<sup>4</sup>. Bem, com o advento do modo de produção capitalista, esse último aspecto se modifica. O trabalho torna-se central na vida social e na vida de cada indivíduo, posto que a inserção social, na comunidade, se dá pelo valor (cuja substância, conforme já vimos, é o trabalho abstrato). E, como explicitado acima, a lógica do capital produz a aceleração da economia de tempo de trabalho, produzindo a possibilidade do tempo livre (da obrigatoriedade do trabalho) e, simultaneamente, impedindo a realização dessa possibilidade. A contradição em processo, que é o capital, aponta para uma tendência geral – o aumento da composição do capital e a redução do trabalho imediato mobilizado na produção de mercadorias. O que tipifica uma situação na qual a lógica societária do capital reduz a causa produtora de sua riqueza específica (trabalho imediato) e, ao mesmo tempo, acelera a produção pletórica de mercadorias, que, por sua vez, são um *quantum* de valor cada vez menor. As crises econômicas e o ciclo industrial têm por causa essa lógica e, concomitantemente, a lógica aponta para um limite interno absoluto do capital. Marx, nos *Grundrisse*, apreendeu a lógica e sua tendencialidade e as apresenta de modo resumido e concentrado no, acima referido, *Fragmento das Máquinas*.

Para arrematar, vejamos esta pequena passagem: “Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso” (MARX, 2011, p.

<sup>4</sup> Apenas para registro, o trabalho não produz a riqueza em todo e qualquer modo de produção, como afirmam alguns marxistas. No capitalismo, diz Marx (2017a), a riqueza aparece como uma imensa coleção de mercadorias, portanto, sua manifestação fenomênica se dá como valores de uso. Todavia, em sua essência, a riqueza especificamente capitalista é abstrata, é valor. Marx (2017a, p. 114) adverte que “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Adiante acrescenta que “(...) o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a natureza é a mãe da riqueza material” (MARX, 2017a, p. 121). Por conseguinte, podemos ter valores de uso, portanto, riqueza material, que não são produto de trabalho humano, somente da natureza – Marx se refere a isso como objetos de trabalho preexistente e nos diz que a terra é o objeto universal do trabalho humano (p. 256). A conclusão é cristalina: não é adequado afirmar que toda riqueza é produto do trabalho. Se acrescentarmos que no capitalismo o trabalho produtor de mercadorias exterioriza o laço social, temos a centralidade que possui o trabalho nessa formação e o fato de que a riqueza específica do capitalismo não tem outro determinante que não seja o trabalho.

588)<sup>5</sup>. Marx está tratando da economia capitalista e de como a lógica do valor provoca uma dissociação entre riqueza material e riqueza abstrata. No processo concorrencial, cada capitalista individual, como vimos, luta para aumentar a produtividade de sua empresa, para produzir mais mercadorias com valor (em *dynamei*) menor do que o valor efetivo ou valor de mercado. Com isso, recorre à ciência e à sua aplicação na produção (tecnologia), aumentando a participação do trabalho passado em detrimento do trabalho presente, vivo, na produção das mercadorias. Em suma, o *trabalho imediato* perde importância e centralidade na produção capitalista e ganha densidade e importância o “intelecto geral”, o conhecimento da espécie humana, aplicado à produção mercantil – que confirma a lei geral transistórica que Marx e Lukács iluminaram: o recuo das barreiras naturais ou a economia de tempo de trabalho. É nesse quadro que podemos afirmar que “o valor se torna cada vez mais anacrônico quando observamos o potencial de produção de riqueza material das forças produtivas a que dá origem” (POSTONE, 2014, p. 229). Reafirmando que esse movimento solapa as bases sobre as

---

<sup>5</sup> Para que não haja dúvida de que Marx trata da sociedade do capital, reproduzo o que antecede e o que sucede a esse trecho citado: “A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade<sup>1</sup> –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (Por seu lado, o próprio desenvolvimento dessa ciência, especialmente da ciência natural e, com esta, todas as demais, está relacionado ao desenvolvimento da produção material.) A agricultura, p. ex., torna-se simples aplicação da ciência do metabolismo material, de forma a regulá-lo do modo mais vantajoso possível para todo o corpo social. A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. (O que vale para a maquinaria, vale igualmente para a combinação da atividade humana e para o desenvolvimento do intercâmbio humano.) Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele

quais se estrutura a lógica e todo o edifício societário do capitalismo e aponta para o limite lógico interno da sociabilidade do valor em expansão. É ocioso prosseguir destacando a contraditoriedade estrutural que essa disjuntiva coloca para a sociedade capitalista. Ainda assim, reafirmo o destaque para as implicações que todo esse processo tem para a compreensão das crises cíclicas do capital e para a compreensão da atual crise estrutural.

### 3. Contradição Fundamental e Acumulação de Capital

Retomando a exposição que Marx realiza em *O Capital*, é necessário apreciar como a contradição fundamental (entre valor de uso e valor e o tempo) se manifesta no processo de acumulação capitalista. Na Seção VII (*O Processo de Acumulação do Capital*) do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx apresenta um conjunto categorial decisivo para a compreensão da acumulação: reprodução simples, transformação de mais-valor em capital, composição do capital (técnica e orgânica), concentração e centralização de capital,

---

trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. *Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso.* [grifo nosso] *O trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o *não trabalho dos poucos* deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambas aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem

exército industrial de reserva etc. Toda sociedade, pouco importam suas características específicas, possui um processo de produção de valores de uso que é obrigado a continuamente percorrer os mesmos estágios de produção e de circulação. Considerando a interdependência e o fluxo contínuos de renovação, o processo social de produção, necessariamente, é um processo de reprodução. Ao produzir valores de uso, a sociedade tem que garantir a continuidade do processo de produção, portanto, tem que garantir sua reprodução. Para tanto, a sociedade tem que garantir que parte dos valores de uso produzidos a cada ano sejam reconvertidos em meios de produção (meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares). Tudo o mais constante, a sociedade em questão só pode se reproduzir na mesma escala se, ao final do período de produção, digamos um ano, consegue repor aqueles meios de trabalho consumidos ao longo desse ano – essa quantidade não pode ser destinada ao consumo individual.

No caso da sociedade em que domina o modo de produção capitalista, por óbvio, tanto a produção quanto a reprodução são capitalistas. A reprodução, por esse motivo, tem que ser um meio para a valorização do valor – o valor adiantado no início do ciclo de produção tem que se reproduzir como capital. Nesse caso, dinheiro inicialmente adiantado (D), representação do valor global adiantado [capital constante (c) + capital variável (v)], devém dinheiro acrescido de mais dinheiro ( $D' = D + \Delta D$ ). Tomando como exemplo, para nossa exposição, a reprodução simples, ocorre que ao final de cada ano inicia-se o ciclo com o mesmo *quantum* de dinheiro do ciclo anterior (D) – o processo de produção se repete na mesma escala. Esse resultado só é possível se todo

---

as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares. “Uma nação é verdadeiramente rica quando se trabalha 6 horas em lugar de 12. A riqueza não é o comando sobre tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade para além do usado na produção imediata. A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas<sup>1</sup> etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do ‘intelecto geral’ e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida”. (MARX, 2011, p. 587, 588 e 589)

o mais-valor realizado pela personificação do capital for utilizado para o consumo do capitalista. Ainda assim, ao final de cada ciclo, evidencia-se que o mais-valor se origina do capital – pois o capital dinheiro adiantado permite a compra de força de trabalho e meios de produção. No processo de trabalho, a personificação da força de trabalho produz valor e valoriza valor, revivendo o trabalho morto, passado, constitutivo do capital constante, e repassando-o para as novas mercadorias produzidas. Concede crédito ao capitalista, pois primeiro trabalha e só recebe depois de ter produzido valor e mais-valor na forma de mercadorias. Uma vez que o ciclo produtivo esteja operando, o trabalhador é pago com o valor que ele próprio produz. Como o trabalhador já foi separado dos meios de produção e o produto do seu trabalho surge como produto estranhado e pertencente ao capitalista (personificação do capital), ele só pode subsistir, mediante a compra das mercadorias que compõem sua cesta de consumo, com o salário recebido. O consumo do trabalhador, enquanto classe social, é consumo produtivo para o capital e para a classe capitalista. E todo esse arranjo pressupõe, no início do ciclo, uma soma de capital operando como dinheiro. Finalmente, demonstramos, com isso, conforme adiantamos há pouco, que a reprodução simples evidencia que mais-valor (têlos do capitalista) se origina do capital. Na reprodução simples, ao final de circulação do capital (ciclo, constituído por circulação – atos de compra e venda – e produção) temos por resultado que: (a) o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador; (b) o valor total do produto produzido é constituído pela soma de valor e mais-valor; (c) o trabalhador mantém sua mercadoria (força de trabalho) e nada mais, de modo que é obrigado a voltar a vendê-la no mercado. A reprodução simples é a constante e permanente reprodução desses resultados que permitem a permanente transformação de dinheiro em capital.

Com a reprodução ampliada (acumulação) podemos demonstrar que o capital se origina do mais-valor. Acumulação nada mais significa do que a “aplicação do mais-valor como capital ou a reconversão do mais-valor em capital” (MARX, 2017a, p. 655). Agora o mais-valor já não é inteiramente destinado ao fundo de consumo do capitalista, uma parte ou mesmo a

totalidade é reconvertida em capital. O que exige que o capitalista encontre no mercado quantidades adicionais de meios de produção e de força de trabalho que possam ser compradas, garantindo a acumulação. Em outras palavras, o mais-valor só poderá ser transformado em capital “porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital” (MARX, 2017a, p. 656). Além disso, supondo que a exploração da força de trabalho não tenha aumentado em extensão ou em intensidade, a lógica do capital tem que garantir a existência de força de trabalho adicional. E ela o faz através da reconstituição permanente da classe trabalhadora enquanto dependente do salário para sua sobrevivência. Deste modo, as características verificadas na reprodução simples permanecem; ao final do ciclo as condições para o seu reinício estão garantidas. Contudo, temos agora uma expansão em espiral, uma reprodução ampliada do capital.

A acumulação capitalista possui uma lei geral, que pode ser apresentada como a produção progressiva de uma superpopulação relativa, desempregada. Essa superpopulação relativa, ao mesmo tempo, é o resultado da acumulação e condição para a existência do modo de produção capitalista. Vejamos essa questão mais de perto: o fator mais importante na explicação dessa lei geral é a categoria composição do capital. Nela se expressará a contradição básica que vimos tratando desde o início deste artigo. A contradição valor de uso-valor, constitutiva da mercadoria, se exterioriza até a forma categorial de capital. O capital em seu vir a ser permanente promove o aumento da força produtiva do trabalho e o obtém, principalmente, através da aplicação da ciência, sob a forma de novas tecnologias, à produção. Esse processo exige a elevação permanente da mecanização do processo de produção de mercadorias, com a mobilização de máquinas que substituem trabalhadores<sup>6</sup>. A parte do capital dinheiro adiantado pelo capitalista individual para a compra de máquinas, equipamentos, matérias-primas e

---

<sup>6</sup> Como sabemos, as máquinas, em geral, são produzidas como mercadorias e, por isso, são valor ou portam trabalho passado, já realizado. Esse trabalho passado é reanimado pela intervenção do trabalho imediato, desempenhado pelo trabalhador que é movimentado pela máquina, e repassado para as novas mercadorias que o trabalho presente, imediato, e o trabalho passado, morto, produziram.

insumos é o que constitui o capital constante. Pois elas (aquelas partes que o constituem) não sofrem alteração de valor ao longo de seu uso no processo de fabricação de mercadorias; seu valor é simplesmente repassado para as novas mercadorias fabricadas, de acordo com suas vidas úteis. Já a parte do capital dinheiro adiantado para a compra de força de trabalho constitui o capital variável. Essa parte é dita variável porque a força de trabalho é a única mercadoria que produz valor novo, somente ela cria valor. E a quantidade de valor que ela cria ao longo de sua jornada de trabalho não está previamente determinada como no caso do capital constante. A relação existente entre o capital constante (c) e o capital variável (v) é a composição de capital (c/v) e, segundo Marx, ela deve ser considerada em dois sentidos que se correlacionam. Sob o aspecto do valor, a relação constitui a composição de valor; sob o aspecto da matéria, a relação constitui a composição técnica do capital. A correlação entre elas é a composição orgânica do capital, que nada mais é do que a composição técnica expressa em valor e, portanto, capaz de expressar as mudanças de quantidades físicas e de valor que ela (composição técnica) venha a sofrer.

O processo de acumulação do capital, como já dito, exige a reaplicação do mais-valor produzido (em sua totalidade ou uma fração do todo) na ampliação da capacidade produtiva, na compra de capital constante e capital variável. A lógica do valor constrange cada personificação do capital a atualizar e promover o avanço permanente da produtividade da força de trabalho, o que resulta na permanente elevação da composição orgânica do capital (c/v)<sup>7</sup>. Estamos diante de um processo permanente de eliminação de trabalho imediato, o que coloca todo um conjunto de questões, contradições e dificuldades para esse modo de produção. De pronto, evidencia-se que a parcela da população disponível para vender sua força de trabalho é produzida endogenamente pela lógica do capital. Libertando-se dos

---

<sup>7</sup> Destaco aqui que o valor da força de trabalho (v) tende a se reduzir ao longo do processo histórico de ampliação do valor. Posto que toda a dinâmica aqui descrita pressupõe o domínio societário da produção capitalista organizado em sua forma específica – a grande indústria. O que só ocorre com a extração sistemática de mais-valor relativo. Esta forma de extração só pode existir mediante a redução sistemática do valor da mercadoria força de trabalho.

determinantes biológico-naturais e produzindo-a de acordo com as necessidades da autovalorização do valor; e com isso se esclarece a afirmação anterior de que a superpopulação relativa é o resultado do processo de acumulação e condição da existência do modo de produção capitalista.

Além disso, ocorre que a riqueza especificamente capitalista (valor) só é produzida pelo trabalho imediato e, como sabemos, a lógica do valor constrange as personificações a reduzir o capital variável, em favor do capital constante, o que produz a redução do valor, do mais-valor e, portanto, a redução ao estímulo para a continuidade de reprodução da própria lógica<sup>8</sup>. Por óbvio, essa tendência não se manifesta de forma linear, ela o faz através de idas e vindas, através do próprio ciclo econômico de médio prazo ou ciclo industrial. Ela é atravessada por contratendências que se apresentam em um nível de análise mais concreto, como é o caso analisado por Marx no Livro Terceiro de *O Capital*, na Seção 3 e em particular no capítulo 14. Adiante retornaremos a esse ponto. Agora é preciso destacar que a acumulação, sempre associada ao aumento da composição orgânica do capital, além de produzir o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa desempregada, produz outro resultado que é fundamental para a compreensão da própria acumulação: concentração e centralização de capitais.

A reprodução ampliada do capital ou acumulação exige volumes crescentes de capital constante e capital variável, aumentando a cada período o *quantum* de capital dinheiro necessário para reiniciar o ciclo do capital. Como a forma decisiva de aumentar a força produtiva do trabalho ocorre através do avanço tecnológico, do acúmulo de conhecimento técnico-científico, a quantidade de capital dinheiro necessário para a aquisição dessa tecnologia embarcada em máquinas, equipamentos etc. é a cada ciclo do capital mais elevada. Exige uma soma cada vez maior de capital dinheiro para que o ciclo se reinicie e, com ele, volume maior ou menor de força de

---

<sup>8</sup> Em termos mais concretos, sobredeterminados ou em sua manifestação fenomênica, o mais-valor, em parte, aparece como lucro. Desse modo, a lógica descrita provoca a redução do lucro produzido ao longo da própria reprodutibilidade do modo de produção capitalista. E o lucro é o acicate do capitalista para acumular.

trabalho que, antes de atingir o limite interno absoluto da substituição por capital constante, tende a crescer a taxas decrescentes. O resultado é a concentração de meios de produção e força de trabalho nas mãos dos capitalistas individuais (efetuando o crescimento do capital social total), que, para tanto, necessitam de volumes crescentes de capital dinheiro. Em vista disso, para esses casos, Marx (2017a, p. 701) nos diz que concentração (simples) é sinônimo de acumulação e apresenta duas características: (a) a concentração dos meios sociais de produção nas mãos dos capitalistas industriais é restringida pelo ritmo de expansão da riqueza social; e, (b) nas esferas particulares de produção, o capital social se encontra dividido entre múltiplas personificações do capital que concorrem entre si. Decorre dessa situação que a acumulação/concentração se manifesta como concentração crescente dos meios de produção e de comando sobre força de trabalho e, ao mesmo tempo, repelência recíproca entre os muitos capitais individuais, capitais esses que resultam da divisão de antigos capitais e da formação de novos.

Marx adverte que, associada a essa fragmentação do capital social total, em uma multiplicidade de capitais individuais que são reciprocamente repelentes, atua uma atração entre esses mesmos capitais individuais. Essa atração é uma concentração de capitais muito distinta da concentração simples vista acima. Trata-se da suprassunção da independência de capitais individuais menores, expropriados por capitais maiores, e, assim, diz respeito à gênese de poucos e grandes capitalistas individuais. Nesse caso, estamos diante de um processo que ocorre sem sofrer coação do crescimento total da acumulação de capital social, pois trata-se do repartimento dos capitais individuais funcionantes já existentes. E aqui temos a concentração de capitais exposta de forma correta: o crescimento do capital até se transformar numa grande massa de capital nas mãos de um capitalista individual só deverá porque muitos outros capitalistas foram expropriados e deixaram de operar como personificações do capital. Esse processo tem por causalidade a luta permanente de todas as personificações do capital pela redução do valor (mensurado pelo tempo de trabalho gasto, portanto, valor em *dynamei*) de suas mercadorias a um nível menor do que o valor do mercado

(valor efetivo)<sup>9</sup>. E isso só é conseguido, de forma permanente, com o aumento da produtividade que envolve ganhos de escala de produção e esse é o acicate para a derrota dos capitalistas menores pelos maiores. Todo esse processo é estimulado pelo desenvolvimento do sistema de crédito, o qual permite a formação da enorme massa de capital dinheiro necessária para comprar as cada vez maiores plantas produtivas com tecnologias de última geração exigidas para a redução do valor em potência de cada nova mercadoria fabricada e para mobilizar a quantidade total do capital variável exigido pelas novas plantas com as novas tecnologias. É esse o motivo pelo qual Marx afirma que concorrência e crédito “são as duas alavancas mais poderosas da centralização” (MARX, 2017a, p. 702). A centralização integraliza a concentração (acumulação) ao ampliar as condições da ampliação da escala de produção dos capitalistas individuais. Quando comparamos o crescimento da reprodução do capital individual em forma espiral – que é produto da acumulação (concentração) e que só devém com o crescimento do capital social total – com o crescimento do capital individual possibilitado pela centralização – que apenas modifica as quantidades de capitais individuais já existentes ou em formação – concluímos que os resultados da centralização são muito mais frenéticos, acelerados. O que ilumina de modo incontestado o alargamento e a robustez que a centralização provoca nos efeitos da acumulação; além de precisar o papel decisivo da centralização na intensificação e amplificação das modificações da composição técnica do capital, essas modificações têm por corolário o aumento do capital constante em detrimento do capital variável, o que ocasiona uma redução na demanda relativa por força de trabalho.

Mais uma vez chegamos à seguinte constatação: a acumulação capitalista, reforçada pela centralização de capitais, produz, de forma constante, uma população trabalhadora supérflua<sup>10</sup> para as necessidades de valorização do

---

<sup>9</sup> Vimos que a contradição fundamental do modo de produção capitalista, entre valor de uso e valor e o tempo, é o que aciona essa causalidade.

<sup>10</sup> Marx (2017a, cap. 23) a designa também como: população trabalhadora excedente, superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

capital social total. Entretanto, essa população supérflua, que é produto necessário da acumulação capitalista, ao mesmo tempo se constitui como alavanca da acumulação capitalista e vem a ser condição para a existência dessa acumulação. Produto necessário, já sabemos, pois decorre do aumento da composição do capital e este é o resultado inevitável da luta de cada capitalista individual para reduzir o valor, em potência, de cada unidade de mercadoria produzida por seu empreendimento. O que constrange as personificações do capital a agirem dessa maneira é, também já sabemos, a contradição fundamental que se afirma na expansão permanente do valor. E, ao mesmo tempo, é condição para a existência da acumulação, pois afasta a barreira natural, constituída pela taxa natural de crescimento populacional e expectativa de vida, à expansão ilimitada da acumulação. Como a constituição do exército industrial de reserva é produto da própria lógica autoexpansiva do valor, temos a produção do *quantum* de material humano adequado à expansão da acumulação de capital ao longo das fases do ciclo industrial, que é a forma típica através da qual a acumulação avança. Dessa maneira, a oferta de material humano para a continuidade da produção e expansão do valor se liberta dos limites e determinantes puramente biológicos e o capital apodera-se de uma enorme massa humana disponível a ser rapidamente mobilizada nos setores e atividades econômicas em que a acumulação e a centralização estejam agindo com maior intensidade, sem o risco de interrupção na escala da produção.

Neste ponto de nossa exposição cabe indicar a articulação intrínseca entre o ciclo industrial e o exército industrial de reserva. Postulamos que o ciclo econômico (assim como o exército industrial de reserva) tem por causa explicativa a contradição fundamental, à qual já nos referimos várias vezes. Marx, no capítulo 23 do livro Primeiro de *O capital*, fala que a trajetória

fundamental peculiar da indústria moderna é a de um ciclo decenal<sup>11</sup> com quatro fases, períodos ou momentos bem determinados: vitalidade média (prosperidade média), produção a todo vapor (superprodução), crise (paroxismo) e estagnação (MARX, 2017a, p. 708 e 714). Acrescenta que o ciclo industrial “repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército de reserva ou superpopulação” (MARX, 2017a, p. 708) e arremata dizendo que as flutuações do ciclo arregimentam a superpopulação e, por esse motivo, se tornam um dos mais intensos fatores da reprodução dessa superpopulação.

Os movimentos dos salários, nessa sociabilidade, são ajustados tão somente pelos movimentos de aumento e retração da superpopulação relativa e esses, por seu turno, são determinados pelas flutuações que ocorrem ao longo do ciclo industrial. Agora, para a determinação dos salários, já não importa a totalidade integral da população trabalhadora, mas sim a divisão (que se modifica ao longo do tempo) dessa população em exército ativo e exército industrial de reserva. Além dessa divisão, atuam na determinação dos salários a ampliação e a contração da grandeza conexa do exército industrial de reserva e a medida em que ele é, em certas fases, assimilado e, em outras, expelido, pela flutuação do ciclo econômico. Em outras palavras, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores, restando as pressões por aumentos de salários quando das fases ascendentes e acelerando a queda dos salários nas fases descendentes do ciclo. A lei da oferta e procura de trabalho tem sua atuação restringida, pelo exército industrial de reserva, em demarcações apropriadas à sofreguidão, das personificações

---

<sup>11</sup> Na edição francesa de *O Capital* há uma passagem que não consta na 4.a edição alemã. Nesse trecho, Marx diz que o ciclo econômico surge quando a grande indústria se torna a forma típica da organização produtiva capitalista – lembramos que grande indústria, nesse caso, é a forma de organização da produção que supera a produção capitalista manufatureira. Nesse momento as fases sucessivas do ciclo se distendem por vários anos e sempre produzem uma crise econômica geral, um paroxismo. Dessa forma, a crise marca o fim de um ciclo e o início de um novo ciclo. Finda dizendo que até aquele momento (1875, lançamento da edição francesa) o ciclo era de dez ou onze anos. No entanto, inexistiam razões para tomar essa periodicidade como constante ou imutável. De maneira oposta, sustenta que partindo das leis da produção capitalista seria necessário deduzir que não só a duração do ciclo é variável, como ele sofreria gradual redução. A referida passagem da edição francesa pode ser vista em Marx, 2017a, p. 709.

do capital, por exploração e dominação. Do exposto até este ponto, podemos arrematar, com Marx (2017a, p. 715), dizendo que aumento na demanda por trabalho não significa crescimento do capital<sup>12</sup> e aumento da oferta de trabalho não é o mesmo que aumento da classe trabalhadora, portanto, não estamos diante de duas variáveis independentes que se interferem reciprocamente e determinam os salários. Evidencia-se que o capital conforma tanto a oferta quanto a demanda de trabalho, de acordo com suas necessidades logicamente determinadas.

Sobre a superpopulação relativa, Marx adverte que todo trabalhador a compõe nos períodos em que está parcial ou totalmente desempregado. Acrescenta que essa superpopulação relativa existe em três formas – flutuante, latente e estagnada – além da camada mais arruinada (excluído o lumpemproletariado – vagabundos, delinquentes, prostitutas) da superpopulação que encontra-se no pauperismo. Esta última por sua vez é constituída por três categorias – aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes e, por fim, degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho. E termina apresentando a *lei geral absoluta da acumulação capitalista*: quanto maior for o capital em funcionamento, seu volume, vitalidade e potência de crescimento, maior será o tamanho absoluto do proletariado e sua produtividade, a par de, necessariamente, tanto maior ser a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva a ele associado. E quanto maior for o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, maior será a massa total da superpopulação relativa estabelecida para a qual a “miséria está na razão inversa do tormento do seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército

---

<sup>12</sup> O capital variável pode crescer se o trabalhador individual fornecer um *quantum* maior de trabalho ao longo de sua jornada, mesmo que o capitalista comande um número igual ou decrescente de trabalhadores. O capital variável reflete, aqui, não o número de trabalhadores empregados, mas o mais-trabalho produzido. O interesse de cada capitalista individual é extrair um *quantum* de trabalho de um número menor de trabalhadores (refletindo o constrangimento lógico da contradição fundamental) do que extrair esse *quantum* de trabalho, por um preço igual (salário) ou até menor, de um *quantum* maior de trabalhadores. Por conclusão, evidencia-se que os trabalhadores que permanecem empregados são obrigados a um sobretrabalho que envolve aumentos extensivos e intensivos da jornada de trabalho de maneira a intensificar o desemprego de parte da classe trabalhadora.

industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (MARX, 2017a, p. 719). Marx conclui, e isto é muito importante, dizendo que essa lei, como todas as outras leis do ser social, é modificada em sua aplicação por múltiplas circunstâncias contrariantes<sup>13</sup>.

Essa conclusão de Marx abre importantes questões sobre o que é classe social, proletariado, classe trabalhadora, massa do povo etc. Em outros momentos (ARAUJO, 2016a, 2016b, 2020a, 2020b, 2020c) tratamos desse conjunto categorial com mais atenção. Desse modo, acreditamos ser desnecessário nos ocupar em explicitar a nossa posição sobre esse conjunto. Ainda assim, alguns comentários se fazem necessários para uma compreensão mais apurada das ligações entre a contradição fundamental, as crises cíclicas e a crise estrutural do capital.

Marx quase não faz definições em *O Capital*; no entanto, no já citado capítulo 23 do Livro Primeiro, na nota de rodapé 70, ele define o que é o proletário: “Por ‘proletário’ deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘Monsieur Capital’ (...)” (MARX, 2017a, p. 690). Portanto, proletário, para o Marx maduro, que instaura sua teoria do valor, é o trabalhador produtivo – pouco importante se ele produz mercadorias que atendam necessidades do estômago ou do espírito<sup>14</sup>. Além disso, o autor<sup>15</sup> expõe o que é ser trabalhador proletário: um ser humano mutilado, parcial, degradado, um mero apêndice das máquinas. Esclarece que a incorporação da ciência enquanto potência

---

<sup>13</sup> Como ilustração de forças contrariantes para essa tendência, destacamos a extração sistemática do mais-valor relativo e as conquistas jurídicas que a classe trabalhadora arrancou da burguesia ao longo do século XX, culminando com a instituição do chamado “Estado de bem-estar social”.

<sup>14</sup> Sobre esse ponto basta recordar a conhecida passagem do capítulo 14 do Livro Primeiro de *O Capital* em que Marx diz que “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 2017a, p. 578). Na sequência ele apresenta o mestre-escola como exemplo de trabalhador produtivo fora da esfera da produção material, desde que valorize valor para o capitalista que o emprega. E conclui dizendo que a condição de trabalhador produtivo não é sorte, mas azar, pois afinal o trabalhador não produz para si (valor e mais-valor) mas para o capital.

<sup>15</sup> Aqui ele retoma e resume o que já havia apresentado no Livro Primeiro de *O Capital* – no capítulo 13, item 4.

autônoma da produção capitalista provoca a intensificação da desfiguração das condições em que o proletário trabalha, fazendo com que sua situação piore – independentemente do quantum de salário recebido. Além disso, aumento da composição orgânica do capital, pressuposto e resultado do processo de acumulação capitalista, reforça as cadeias que prendem o proletário ao capital. Em suma, a acumulação de capital significa acumulação de riqueza especificamente capitalista (valor) e riqueza material (valor de uso) no lado das personificações do capital e, ao mesmo tempo, acumulação de tormentos e a drenagem do que há de especificamente humano no proletário. Acumulação de capital é um processo que tem por par antitético a produção de miséria, o tormento do trabalhador proletário, sua “escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral” (MARX, 2017a, p. 721). Evidencia-se que não foi por acaso que Marx nos disse que ser proletário não é sorte, mas azar. Todavia, o importante é reter que a acumulação de capital produz uma massa de trabalhadores proletários em depleção e uma massa cada vez maior de desempregados.

No final do capítulo seguinte de *O Capital*<sup>16</sup>, Marx procura explicar quais as consequências da acumulação primitiva ou originária do capital. O realce é dado para as modificações que a propriedade privada atravessa historicamente. Num primeiro momento há a dissolução da propriedade privada arrimada no próprio trabalho; ou seja, da propriedade privada dos meios de produção do trabalhador. Ainda que esta forma tenha ocorrido em várias formações sociais, será no modo de produção feudal, encontrado na Europa Ocidental, que verifica-se a forma específica que é dissolvida pelo avanço da sociabilidade do valor. O modo de produção feudal, no qual prospera essa propriedade privada, exige e pressupõe a fragmentação da terra e dos outros meios de produção. Sua “entificação” exclui a concentração dos meios de produção, a cooperação e divisão técnica do trabalho, além de bloquear o desenvolvimento das forças produtivas sociais e dificultar a dominação e comando social da natureza. Segundo Marx (2017a, p. 831),

---

<sup>16</sup> Capítulo 24 – *A assim chamada acumulação primitiva* – último item – *Tendência histórica da acumulação capitalista*.

o modo de produção feudal, alcançando certo grau de desenvolvimento, forja os mecanismos de sua destruição. Essa destruição nada mais é do que o processo inicial de constituição da sociabilidade do capital, ou da acumulação capitalista originária – marcada pela concentração dos meios de produção até então fragmentados e dispersos em várias propriedades individuais, ou seja, pequenas propriedades em que o trabalhador proprietário produzia e reproduzia sua vida material darão lugar a gigantescas propriedades de poucos nas quais a massa da população, expropriada dos meios de produção necessários para a produção de sua vida material, terão que vender a única mercadoria que possuem – força de trabalho – para ter acesso aos bens de consumo e garantirem a continuidade de sua inserção na comunidade humana.

Uma vez que esteja plenamente estabelecida a sociabilidade do capital, nos diz Marx, e com a instauração dos meios de produção como meios de produção coletivos – socialmente explorados, mobilizados para a valorização do valor – a dinâmica societária do capital aponta para o surgimento de novas expropriações – não mais do trabalhador que trabalha para si mesmo, mas dos capitalistas que exploram inúmeros trabalhadores. A centralização do capital é a categoria que explica essas expropriações; capitalistas maiores despojam os menores, e, sustenta Marx (2017a, p. 832), associado a esse processo, verifica-se a ampliação da escala da cooperação no processo de trabalho, a aplicação sistemática da ciência e tecnologia na produção, a utilização de meios de trabalho como meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, o aproveitamento planejado da terra, a economia dos meios de produção por sua utilização social e combinada e a interconexão dos povos no mercado mundial capitalista. Em suma, um conjunto de manifestações associadas à centralização que apontam para o aumento da produtividade do trabalho e reforçam o aumento da composição orgânica do capital.

A continuidade da acumulação capitalista e do processo de centralização de capitais produz a redução do número dos grandes capitalistas que açambarcam os benefícios e ganhos desse processo. Associado a essa redução há o

aumento da “massa de miséria, opressão, servidão, degeneração, exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2017a, p. 832). Ou seja, Marx encaminha sua argumentação para demonstrar como, a partir das contradições do antigo, pode nascer o novo e, ao mesmo tempo, se ocupa de indicar o agente social que pode conduzir esse processo. Destacamos que esse agente, em sua argumentação, é a classe trabalhadora e não a classe proletária. Em nosso entendimento ele não as toma como sinônimos e já esclareceremos esse ponto. Antes, precisamos iluminar sua ênfase nas contradições internas da sociedade do capital enquanto produtoras de sua destruição, vejamos:

O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Arrebenta-se o entrave. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2017a, p. 832)

Marx sustenta que um outro modo de produção é engendrado no interior do modo de produção capitalista, tal como o modo de produção capitalista havia sido engendrado no interior do modo de produção feudal. Dessa maneira, a propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade privada individual que tinha por arrimo o trabalho do proprietário e de sua família; na sociedade capitalista não se produz o reestabelecimento da propriedade privada, “mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho” (MARX, 2017a, p. 832). Como essa propriedade individual assentada na cooperação e posse comum dos meios de produção é a negação da propriedade privada individual capitalista, como essa era, por sua vez, a negação da propriedade individual do produtor trabalhador medieval, temos a negação da negação ou uma suprassunção. Toda explicação apresentada nessas passagens envolve um esforço para a captura da lógica societária

da sociedade moderna; tal esforço, ainda assim, não parece suficiente para integrar os determinantes da sociabilidade do valor e da vida reificada sob o capital. E isso pode ser uma chave explicativa dos motivos pelos quais Marx, na passagem vista acima, parece tomar classe trabalhadora como sinônimo de proletariado. A situação é ainda mais evidente se analisarmos o último parágrafo desse capítulo 24.

No fechamento desse capítulo, Marx nos diz que o processo de transformação da propriedade privada do produtor individual feudal em propriedade capitalista – que é a própria gênese do modo de produção capitalista – foi muito árduo, complicado e prolongado no tempo. Em comparação, a transformação da propriedade privada capitalista (que já organiza socialmente a produção) em propriedade social será muito mais rápida. Pois: “No primeiro, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, no segundo, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 2017a, p. 833). E remete, em uma nota de rodapé, o conceito massa do povo ao de proletariado tal como ele apresenta no *Manifesto Comunista*.

Sabemos que o *Manifesto Comunista* é um texto anterior à constituição da teoria do valor de Marx, que tem nos Grundrisse seu marco inicial. Por isso, no *Manifesto*, a categoria proletário é tomada como sinônimo de explorado, miserável, vilipendiado, oprimido etc., mas não a partir da determinação única do valor tal como vimos acima. Sustentamos que estamos diante da seguinte peculiaridade: Marx, de fato, identifica a massa do povo (*Volksmasse*) como o agente do processo de expropriação dos capitalistas. Não exatamente o proletariado, mas a massa do povo, que, em nosso entendimento, constitui a classe trabalhadora – o que sugere que ele as toma como sinônimo.

Precisamos descobrir os motivos que levaram Marx a esse movimento. Um possível caminho para responder é retomar todo o processo descrito por Marx nos capítulos 23 e 24 e que tentamos assinalar acima – a acumulação de capital, associada à centralização, acelera o aumento da composição orgânica do capital e produz um aumento substantivo e constante da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Ainda que Marx advirta

que todo trabalhador faz parte, em algum momento, do exército industrial de reserva (EIR), o que indica que esse (EIR) é parte integrante do proletariado, o que acontece quando as flutuações do ciclo industrial já não são suficientes para reabsorver parte substantiva desse EIR e o desemprego permanente e por longo prazo é a realidade da sociedade do capital? Ainda se poderia identificar como um proletário em *dynamei* um indivíduo que já não realiza essa potencialidade por anos seguidos? Como manter as habilidades, conhecimentos, comportamentos ético-morais etc. depois de anos afastado da atividade de valorizar valor para o capitalista? Não estaríamos diante de um indivíduo que já não compõe a classe proletária, mas a massa do povo que só possui sua força de trabalho para vender – em termos lassos, pertencente à classe trabalhadora? Nesse caso, tanto massa do povo quanto classe trabalhadora são conceitos mais abrangentes e que não trazem consigo a explicação lógico-teórico-filosófica da missão histórica de extirpar o capital.

Ainda assim, como vimos acima, pouco depois de explicar que há uma expropriação dos capitalistas menores pelos maiores e que, associado a esse processo, há o aumento da miséria, opressão, exploração etc., o que provoca revolta na classe trabalhadora (massa do povo), Marx advoga que essa classe trabalhadora (massa do povo) é “cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2017a, p. 832). Contrastando essa afirmação com a classe trabalhadora ou massa do povo tal como existe nestes anos 20 do século XXI, é forçoso concluir que não estamos diante de uma massa ou classe instruída, unida e organizada pelo próprio capital. Tal constatação apenas reforça que massa do povo ou classe trabalhadora não apresenta um elã orgânico que as estructure como sujeitos – tradição de associação, formas de organização, um conjunto ético-moral próprios etc. Tanto uma como a outra (massa do povo e classe trabalhadora) são conceitos ônibus; no seu interior cabem uma miríade de possibilidades e de tipos de trabalhadores – segmentados por raça, gênero, religião etc. Além disso, o avanço da composição orgânica do capital não organiza, mas desorganiza e realiza a depleção do conhecimento e da cultura da massa do povo. Ainda assim, a revolta se faz presente

e de forma permanente e frequente na massa do povo. A revolta permanece sendo a porta de entrada para que a teoria crítica se aproprie da massa do povo. Pois não pode restar dúvidas de que a superação da sociedade do capital será feita com a massa do povo, ou não será.

#### **4. Considerações Finais**

Todo esse processo, exposto anteriormente, indica como a contradição fundamental da sociedade do capital instaura uma dinâmica societária que aponta para o limite interno absoluto da lógica que a impulsiona. O limite interno absoluto é o resultado do aumento constante e permanente da composição orgânica do capital; esse aumento induz uma redução tamanha do capital variável que a própria produção do valor, a riqueza especificamente capitalista, é comprometida. Ou seja, a lógica do valor – permanente e inexorável autoexpansão – passa a ter uma barreira engendrada por seu próprio processo autocontraditório. A constatação da efetivação desse limite (que antes era uma possibilidade, uma tendencialidade) pode ajudar no entendimento dos motivos pelos quais Marx sustentou que a classe trabalhadora (massa do povo) – em meio ao aumento da sua revolta com as consequências da acumulação e centralização de capital – possuía a vantagem de ser numerosa, instruída e organizada. De fato, essas eram características do proletariado inglês recém-formado (segunda metade do século XIX) e uma possibilidade para o proletariado do continente europeu, que, na maioria dos países, ainda estava em formação nesse período. Em suma, a descrição feita por Marx da massa do povo talvez fosse válida para o período em que o limite interno absoluto ainda não havia se manifestado em sua plenitude. O momento de erupção da crise estrutural, deflagrada por esse limite interno, e seu posterior desenvolvimento (1974/78-2020) sugerem que as características da massa do povo parecem ser bem distintas daquelas apontadas por Marx.

## REFERENCIAS

- ARAUJO, P. H. F. Dominação Abstrata. Capital: Sujeito Histórico. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, p. 348-362, 2020a
- ARAUJO, P. H. F. As categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de *O Capital*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020b
- ARAUJO, P. H. F. David Harvey: Mercadoria, Capital, Capital de Empréstimo e Capital Fictício – Notas Críticas. *Marx e o Marxismo*, v. 8, p. 269-294, 2020c
- ARAUJO, P. H. F. Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018
- ARAUJO, P. H. F. Marx: Capital, Estado e política: notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016a
- ARAUJO, P. H. F. Notas Críticas ao artigo Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d'O capital, por Bidet. *Verinotio*, v. 22, p. 120-151, 2016b
- ARAUJO, P. H. F.; DUAYER, M.; *Desventuras do Marxismo Tradicional: Notas sobre a Polêmica Harvey-Roberts*. Outubro (São Paulo), v. 34, p. 63-88, 2020
- CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho Abstrato, Objetivação, Alienação, Fetice – Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, p. 10-41, 2022
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como Forma de Mediação Social: Interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Em Pauta*, v. 13, p. 15-36, 2015
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017a
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b
- MARX, K. H. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, 2005
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014

SÁVIO FREITAS PAULO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DIALÉTICO  
E A DIALÉTICA DA NATUREZA A PARTIR DAS  
CONTRIBUIÇÕES DE ENGELS E DE LUKÁCS

Recebido em 22/12/2021

Aprovado em 30/08/2022

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DIALÉTICO E A DIALÉTICA DA NATUREZA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ENGELS E DE LUKÁCS<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto analisa formulações de importantes autores da tradição marxista, sustentando que o procedimento dialético marxiano possui validade epistemológica não somente para a compreensão da sociedade, mas também para a apreensão das legalidades próprias da esfera da natureza. No interior dessa tradição, Engels se destaca como precursor ao defender esta perspectiva. Contudo, as teses engelsianas são utilizadas de modo a legitimar diversas posturas no mínimo polêmicas durante o percurso histórico pelo qual atravessa o pensamento marxista. Lukács também se consolida como importante pensador desta problemática. Em sua juventude, o autor se posiciona contra a validade da dialética na natureza, direcionando críticas substanciais a Engels e aos teóricos da Segunda Internacional. Em sua maturidade, Lukács reconhece que teria equivocadamente negligenciado o papel fundamental ocupado pela natureza no interior da teoria desenvolvida por Marx, apresentando de maneira sofisticada, sobretudo nos volumes da *Ontologia*, uma série de categorias que fundamentam os processos dialéticos nas diferentes esferas do ser.

**Palavras-chave:** dialética da natureza; Engels; Lukács.

SÁVIO  
PAULO FREITAS

Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica (Gepoc), ambos da UFF. Bolsista Capes.

E-mail: [savio.freitas37@gmail.com](mailto:savio.freitas37@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7038-970X>

<sup>1</sup> Este artigo compreende uma parte do argumento desenvolvido na dissertação de mestrado apresentada ao PPGE-UFF em abril de 2021, intitulada *O método da crítica da Economia Política de Marx e a interpretação de Lukács em "História e consciência de classe"*. Agradeço as contribuições dos professores Eduardo Sá Barreto e Flávio Ferreira de Miranda na ocasião da defesa; e, especialmente, a orientação e os comentários do professor João Leonardo Medeiros, que foram essenciais para a realização desta pesquisa. Uma versão deste texto também foi apresentada no XXVI Eneq, em que tive a oportunidade de aprimorar a reflexão sobre esta temática a partir das considerações realizadas pelos colegas e pesquisadores presentes na sessão de debate. Ressalto, contudo, que quaisquer equívocos ou omissões são de minha inteira responsabilidade.

## **Abstract**

This text analyzes formulations of important authors from Marxist tradition, arguing that the Marxian dialectical procedure has epistemological validity not only for the understanding of society, but also for the apprehension of the legalities inherent in the nature sphere. Within this tradition, Engels stands out as a forerunner in defending this perspective. The fact is that Engelsian theses were used in such a way as to legitimize several attitudes that are at least controversial during the historical path through which Marxist thought goes. Lukács is also consolidated as an important thinker on this issue. In his youth, the author took a stand against the validity of dialectics in nature, directing substantial criticisms of Engels and Second International theorists. In his maturity, Lukács recognizes that he had mistakenly overlooked the fundamental role played by nature within the theory developed by Marx, presenting in a sophisticated way, especially in the volumes of *Ontology*, a series of categories that underlie dialectical processes in different spheres of being.

**Keywords:** dialectic of nature; Engels; Lukács.

## Introdução

Especialmente após a publicação dos volumes que compõem a crítica da Economia Política de Marx, torna-se perceptível o esforço de diversos teóricos em resgatar e difundir as ideias marxianas – movimento que daria origem ao *marxismo*<sup>2</sup>. As investigações sobre a abrangência e a fecundidade do procedimento legado por Marx favorecem o irrompimento das mais variadas perspectivas teórico-metodológicas no interior desta tradição. Uma das posições que ocasionalmente ganha destaque nesses debates é aquela que procura atestar a validade do método dialético para a compreensão dos fenômenos pertencentes à esfera da natureza. Nessa perspectiva, Engels trata-se, indubitavelmente, do primeiro autor a defender que não somente a sociedade, mas que também a natureza deveria ser compreendida através do método materialista de Marx.

O esforço do grande amigo de Marx torna-se evidente tanto no *Anti-Dühring* (2015) quanto na *Dialética da natureza* (2020), obras que buscam, dentre outras coisas, evidenciar os problemas de uma apreensão idealista e mecanicista da esfera da realidade a ser investigada, seja ela social ou natural. Notaremos que os desenvolvimentos de Engels não estão livres de problemas; mais problemáticas, contudo, são as teorias em formato manualesco que emergem com referência aos seus trabalhos<sup>3</sup>. É também importante destacar György Lukács como um dos grandes autores que se debruça sobre a investigação da dialética da natureza durante sua trajetória prática e intelectual. O fato é que o posicionamento de Lukács sobre a dialética da natureza se metamorfoseia, sendo possível evidenciar grandes

---

<sup>2</sup> Os termos *marxiano* e *marxismo* são, muitas vezes, incompreendidos ou confundidos entre si. As “ideias marxianas” foram desenvolvidas pelo próprio Marx durante sua trajetória política e intelectual e, portanto, o termo “marxiano” se refere diretamente a Karl Marx. Já o termo “marxista” designa o pensamento produzido pelas tradições marxistas, pelos diferentes intérpretes que foram e são responsáveis pelo desenvolvimento histórico do(s) marxismo(s).

<sup>3</sup> Este processo será mais bem apresentado sobretudo na próxima seção, em que se examina o fato de que, em pelo menos dois contextos históricos distintos, os argumentos de Engels foram eivados de modo a justificar teorias e práticas que contrariam essencialmente os fundamentos marxianos. Trata-se tanto da apropriação problemática realizada pela Segunda Internacional, como daquela realizada pelo “marxismo oficial” stalinista.

diferenças ao se comparar a teoria desenvolvida em sua juventude – aqui nos referindo a sua célebre obra publicada em 1923, *História e consciência de classe* (2003) – àquela desenvolvida na maturidade, sobretudo nas teses presentes em *Para uma ontologia do ser social* (2012; 2013)<sup>4</sup>.

Como forma de indicar não só a legitimidade teórica das formulações de Marx, mas também importantes momentos das leituras realizadas por Engels e por Lukács sobre o método dialético, dividiu-se este texto em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, nas próximas duas seções, são analisados a repercussão das teses engelsianas e também os principais argumentos desenvolvidos pelo autor do *Anti-Dühring*. Após essa exposição, são apresentadas as críticas do jovem Lukács às perspectivas de Engels e dos teóricos da Segunda Internacional que nelas se apoiaram. Compreendendo que Lukács, ainda na década de 1930, altera profundamente seu entendimento sobre a dialética da natureza, são apresentados, na seção 5, alguns dos principais determinantes da dialética que foram cuidadosamente examinados pelo autor em sua *Ontologia*. Na seção conclusiva, além de uma síntese destas importantes constatações sobre a dialética, a natureza e a sociedade – discutidas a partir dos textos de Engels e de Lukács –, foi tecida uma sintética reflexão crítica sobre o proceder científico que impera atualmente nos mais diversos campos da investigação.

## **I. A recepção das teses de Engels no interior da tradição marxista**

Considerado por muitos o porta-voz do socialismo científico após a morte de Marx, Friedrich Engels foi também o seu mais próximo

<sup>4</sup> Para facilitar, a referência a *História e consciência de classe* será abreviada para HCC; e a referência aos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* será abreviada para *Ontologia*.

<sup>5</sup> Vivendo em Manchester a partir de 1842, Engels tem contato com o movimento operário inglês e dá início aos seus estudos sobre Economia Política. Em 1844, de regresso à Alemanha, ao passar por Paris, Engels conhece Marx, autor com o qual já trocava correspondência há algum tempo. Assim, escrevem em conjunto *A sagrada família*, uma crítica severa à construção especulativa (LENIN, 1982, p. 5). A publicação desse livro demarca o início de um esforço em conjunto por parte dos autores em desvelar as relações objetivas de dominação existentes no modo de produção capitalista. Deste modo, Marx e Engels engajam-se na luta pela defesa de um projeto societário alternativo ao capitalismo, tornando-se também responsáveis pelo surgimento e ascensão de diversos movimentos revolucionários a partir de então.

companheiro<sup>5</sup>. Já na década de 1840, ambos os autores dirigem pertinentes críticas ao idealismo, à metafísica e ao materialismo vulgar – concepções filosóficas que fundamentavam as principais teses dos epígonos de Hegel<sup>6</sup>. Entretanto, o primeiro registro do interesse de Engels sobre a investigação da esfera da natureza é datado somente de maio de 1873. Em uma carta enviada a Marx, Engels expõe um esboço do que seriam as “questões dialéticas das ciências da natureza” que o interessavam, delimitando como campo de suas investigações a filosofia e as ciências naturais<sup>7</sup>.

O material coletado para a composição do que viria a ser a *Dialética da natureza* (2020) é datado de 1873 a 1882, porém o estudo de Engels sobre essa temática deve ter iniciado ainda no fim da década de 1850<sup>8</sup>. Trata-se de uma obra não concluída, pois a redação do seu empreendimento é interrompida em 1876, quando é convidado pelo editor do jornal do Partido Social-Democrata alemão a contrapor as ideias que estavam sendo difundidas por um influente professor de filosofia da Universidade de Berlim, a saber, Eugen Dühring.

As ideias difundidas por Dühring eram realmente problemáticas, não só por conter contradições de toda ordem (científicas, filosóficas, político-ideológicas), mas por ter conseguido se difundir até mesmo entre os adeptos da teoria marxiana. Em seu *Curso de filosofia*, o “sistema dühringiano” apresenta uma doutrina socialista como consequência prática de um sistema filosófico. A crítica ácida de Engels consistiu num compêndio de artigos

---

<sup>6</sup> Cf. Marx, K., e Engels, F., *A sagrada família* (1844 [2011]), em que os autores criticam a atitude contemplativa dos irmãos Bauer; cf. Marx K., *Miséria da filosofia* (1847 [2017]), em que Marx destina uma crítica à *Filosofia da miséria* de Proudhon, demonstrando a impregnação do arcabouço hegeliano na teoria proudhoniana; e cf. Marx, K., e Engels, F., *A ideologia alemã* (1846 [2007]), obra em que os autores formulam os problemas presentes em diversas teorias dos jovens hegelianos, com destaque para a crítica de Marx ao materialismo de Feuerbach.

<sup>7</sup> A sintética exposição do contexto em que Engels escreveu as duas obras que aqui serão analisadas foi retirada da Apresentação da *Dialética da natureza* (2020), escrita por Ricardo Musse, e da Apresentação do *Anti-Dühring* (2015), redigida por José Paulo Netto.

<sup>8</sup> Conforme aponta Musse (2020, p. 17), o principal biógrafo de Engels, Gustav Mayer, alega que o autor teria iniciado seus estudos sobre as ciências da natureza ainda em 1858.

publicados pela *Vorwärts* (Avante) de janeiro de 1877 a julho de 1878. A publicação do *Anti-Dühring*, em 1878, reúne esse material em três grandes blocos de artigos – nomeados como filosofia, economia política e socialismo.

No primeiro desses blocos (e também o mais polêmico), Engels utiliza boa parte do material que havia reunido para a *Dialética da natureza* – isso se deve ao fato de o “sistema dühringiano” estar fortemente relacionado com a filosofia da natureza. Em relação ao segundo e terceiro blocos, como corretamente observa Netto (2015, p. 12), não se registraram objeções de relevo ao pensamento de Engels. Marx inclusive redige por completo um artigo do segundo bloco<sup>9</sup>. Todo esse material revela o esforço de Engels em compreender a esfera da natureza a partir do materialismo histórico – temática que não foi abordada explicitamente por Marx. Entretanto, como bem é salientado por Netto (*ibid.*, p. 11): “deve-se recordar que Marx conheceu a íntegra do texto do livro de 1878, colaborou em sua redação e não manifestou reservas às reflexões de Engels no domínio do conhecimento da natureza e das ciências a ela referidas”.

O *Anti-Dühring* teve uma grande repercussão na formação dos intelectuais marxistas subsequentes, tornando-se, provavelmente, junto com *O Manifesto Comunista*, uma das mais difundidas apresentações do materialismo histórico. A boa recepção do texto motivou Engels a continuar seus trabalhos sobre a *Dialética da natureza* até 1883, ano da morte de Marx, a qual, como se sabe, deslocaria a prioridade de Engels. O autor viu-se na incumbência de organizar e sistematizar os manuscritos de Marx, além de garantir a publicação dos Livros II e III de *O capital*, em 1885 e 1894, respectivamente. Durante todo esse período, Engels ainda se manteve engajado em conduzir a luta internacional da classe trabalhadora, ofuscando o desenvolvimento de sua própria pesquisa. Engels morre em 1895, deixando claro seu compromisso em difundir e tornar prático o modo de investigação científica

---

<sup>9</sup> O artigo *Da história crítica*, apresentado na seção da “economia política”, foi escrito por Marx e revisado por Engels para o lançamento da terceira edição alemã de sua obra. Nele, Marx procura sobretudo ressaltar os problemas na formulação do valor dühringiano, demonstrando a superficialidade das formulações teóricas de William Petty e David Hume, que embasavam o discurso de Dühring.

inaugurado por Marx. Essas circunstâncias certamente contribuíram para que a primeira publicação parcialmente organizada dos manuscritos da *Dialética da natureza* somente tenha sido realizada postumamente, na União Soviética, em 1925.

As teses presentes em ambas as obras de Engels foram motivos de intensos debates teóricos e políticos no interior do marxismo, sobretudo após o início do século XX. Primeiramente, o corpo da Segunda Internacional absorveu e incorporou as teses de Engels de maneira expressiva aos seus postulados, porém com forte predominância dos influxos positivistas provenientes da atmosfera intelectual dominante da época. Como apontado pelo jovem Lukács, Kautsky e Bernstein provavelmente foram os principais responsáveis pela inflexão do processo de desenvolvimento da teoria marxista no interior dessa organização (LUKÁCS, 2003a, p. 21). Inclusive Bernstein teria, ainda em 1894, escrito um artigo sobre a terceira edição do *Anti-Dühring* no qual considerava a obra de Engels como “manual” ou “compêndio do socialismo” (GERRATANA, 1975, p. 150 *apud* Netto, 2015, p. 15).

Como reação à explícita vulgarização do marxismo no período da Primeira Guerra, que se expressa politicamente na aproximação da Segunda Internacional com o movimento da social-democracia, é oficializada, em 1919, a Terceira Internacional, da qual György Lukács se torna integrante. Esse contexto justifica as duras críticas presentes em HCC, que são dirigidas sobretudo ao mecanicismo da investigação científica constante na tradição marxista que se orientava pelo *Anti-Dühring*.

A publicação da *Dialética da natureza* e a conseqüente incorporação sistemática de algumas teses desse livro como um “conjunto de regras” pelo marxismo oficial da União Soviética, a partir de 1925, retomam o ímpeto manualesco observado no marxismo, “superado” na década antecedente. Principalmente após a morte de Lenin, observa-se que o Partido Bolchevique passa a exercer forte influência na condução da teoria marxista e, ao final dos anos 1920, a Terceira Internacional já havia se transformado em um mecanismo de propagação do emergente regime stalinista. Esse processo

daria origem ao marxismo-leninismo<sup>10</sup>, perspectiva “segundo a qual o marxismo constitui uma concepção de mundo cerrada, conclusa, suportada por um sistema de saber composto por uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e a sua especificação na aplicação à história (o materialismo histórico)” (NETTO, 2015, p. 13).

Essa posição dogmática em relação ao legado teórico de Marx e Engels é rebatida pelo chamado “marxismo ocidental”, principalmente após 1956, ano do “degelo” na URSS<sup>11</sup>. De fato, parte dessas críticas reivindicam um necessário afastamento das concepções de Engels em relação às de Marx. Por esse motivo, ainda se observa a existência de um debate não findado sobre o “método engelsiano”.

Esta sintética apresentação do problema permite reconhecer que, em torno das teses de Engels, existe um intrincado debate sobre a utilização do método materialista histórico para a compreensão da natureza (e é importante ressaltar que a vulgata stalinista tem como limite a inversão dessa compreensão, na medida em que as “leis da dialética” seriam capazes de atestar o funcionamento da própria história). Torna-se, assim, imprescindível reconhecer em que medida as interpretações da tradição orientadas pelos textos de Engels fazem jus ao argumento exposto pelo autor. Por isso, foram apresentados, na próxima seção, os principais elementos que alicerçam a formulação engelsiana sobre a dialética da natureza.

---

<sup>10</sup> Na *Ontologia*, Lukács evidencia o processo de marginalização das obras de Marx, Engels e Lenin através da condução da União Soviética por Stalin. Ele demonstra que, no início do embate contra Trotski, Stalin se apresenta como defensor da teoria leniniana e, em decorrência disso, lentamente o estudo das obras de Marx é colocado em segundo plano. No limite último, Lukács aponta que esse ostracismo reduz a filosofia oficial “aos comentários das publicações de Stalin” (LUKÁCS, 2012, p. 301-302). Isso resulta no surgimento do marxismo-leninismo, filosofia que buscou novamente legitimar um corolário lógico no interior da teoria marxista.

<sup>11</sup> Esse processo se refere à divulgação de um relatório secreto no XX Congresso do Partido, no qual foram expostos diversos problemas sobre a condução do socialismo soviético por Joseph Stalin. De acordo com Musse (2020, p. 24), a partir daí diversas críticas são escritas contra a concepção ideológica defendida pelo Estado soviético, e, como consequência, acabam por se dedicar também à refutação da dialética engelsiana: “Nessa série cabe destacar os artigos ‘Marxisme et Philosophie’ [‘Marxismo e Filosofia’], de Maurice Merleau-Ponty (em *Sens et non-sens*), e ‘Matérialisme et Révolution’ [‘Materialismo e Revolução’], de Jean-Paul Sartre (em *Situations III*), bem como os livros *O marxismo soviético*, de Herbert Marcuse; *Crítica da razão dialética*, de Sartre, e *Der Begriff de Natur in der Lehre von Marx* [O Conceito de Natureza na Doutrina de Marx], de Alfred Schmidt”.

## 2. A concepção de Engels do método dialético e a dialética da natureza

Em todo o *Anti-Dühring*, é possível apreender que o aspecto central da formulação de Engels se refere à incorreção em conferir o caráter de estaticidade aos objetos da natureza. Esse elemento estaria presente na teoria de Hegel, cuja natureza, por mais que admitisse emergências, não seria susceptível a um desenvolvimento histórico, já que este aspecto seria um atributo exclusivo da *Ideia*. Ao mesmo tempo, nos escritos de Engels, tornam-se perceptíveis diversos contrapontos críticos à metafísica de Comte, visto que a tradição comtiana tomava os “objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada um em si mesmo, como seres permanentes” (MUSSE, 2020, p.18).

Engels argumenta que, para submeter a natureza ou a história humana à análise, seria preciso reconhecer que existe um entrelaçamento infinito de conexões, em que nada permanece como era e nem onde estava, em que tudo é dinâmico. Entretanto, o autor atenta para o fato de que é próprio da consciência apreender os objetos da natureza de maneira isolada e categorial, sendo essa a fonte primária do “saber cotidiano” ou “senso comum”. No entanto, isso não justificaria o fato de a investigação científica – e, em particular, o metafísico – manter-se no nível de abstração em que os objetos são imutáveis (ENGELS, 2015, p. 31).

Mesmo hoje, passados mais de 200 anos do nascimento de Engels, é evidente a atual relevância contida nas críticas realizadas às vertentes do pensamento filosófico supracitadas. O mais comum na investigação científica “moderna” (seja nas ciências naturais ou sociais) é a formulação de teses sobre a realidade que adotam procedimentos positivistas e epistêmicos ao mesmo tempo. Disso, denota-se que os fenômenos imediatos são tidos como autossuficientes para que se realize qualquer tipo de formulação ou constatação sobre a realidade. Esta apreensão, para converter-se em teoria (e não em mero registro factual), tem de ser generalizada sob a forma de leis abstratas, que são retroativamente transpostas ao real, leis que se autonomizam e condicionam o próprio modo de ser das coisas – caracterizando

uma espécie de “epistemologização” da realidade. Por isso, não é sem nenhum respaldo que essa forma de reificação presente na ciência vem sendo combatida por toda uma tradição de marxistas empenhados em resgatar e explicitar o fundamento ontológico do método adequado à investigação<sup>12</sup>.

Voltemos à problemática abordada por Engels. O sistema dialético idealista de Hegel irradiava suas tendências fortemente dentro do próprio ideário marxista do período. Era comum, por exemplo, que as críticas ao modo de produção capitalista (como a de Dühring) compreendessem as leis regentes da sociabilidade como produtos autônomos do pensamento, descoladas das condições objetivas. Em seu contraponto crítico, Engels, primeiramente, busca demonstrar como ocorre o procedimento mais corriqueiro de apreensão da realidade. Segundo o autor, as leis abstraídas dos objetos são separadas deles e reaplicadas de maneira independente nos mais diversos campos da investigação. Mesmo que isso confira certo caráter de autonomia a essas leis, torna-se imprescindível compreender que as “leis emprestadas”<sup>13</sup> da realidade partem precisamente do mundo (externo), e não da espontaneidade do pensar (ENGELS, 2015, p. 42). Nota-se, portanto, que essa forma lógico-gnosiológica de apreensão dos objetos e processos do real é condicionada por leis estabelecidas *a priori* – contrariando os fundamentos do procedimento marxiano.

---

<sup>12</sup> De fato, tanto Engels como Lukács podem ser destacados pelo compromisso em esclarecer a problemática em torno desta questão. Certamente, uma elaboração primorosa sobre esse tema pode ser encontrada no trabalho da maturidade de Lukács (2012; 2013); podemos citar também as obras de Roy Bhaskar, *The possibility of naturalism* (1979 [1998]) e *A realist theory of Science* (1975 [2008]). Um estudo contemporâneo sobre os problemas mais recentes desencadeados pela sucessiva desmoralização do discurso científico, culminando na proliferação das teorias pós-modernas (inclusive por autores pertencentes à tradição marxista), pode ainda ser encontrado no texto *Do tsunami antirrealista ao irracionalismo: sobre as raízes da atual crise da razão* (MEDEIROS, 2020).

<sup>13</sup> Tal posicionamento de Engels pode ser ilustrado por um comentário seu sobre a utilização da matemática: “O objeto da matemática pura são as formas espaciais e as relações quantitativas do mundo real, ou seja, uma substância muito real. O fato de essa substância manifestar-se numa forma sumamente abstrata consegue encobrir apenas superficialmente a sua origem no mundo exterior. [...] Como todas as demais ciências, a matemática se originou das precisões humanas: da medição da terra e do conteúdo de recipientes, da contagem do tempo e da mecânica. Porém, como ocorre em todos os campos do pensamento, num certo estágio do desenvolvimento, as leis abstraídas do mundo real são separadas do mundo real, são postas diante dele como algo autônomo, como leis que vêm de fora, pelas quais o mundo deve orientar-se” (ENGELS, 2015, p. 42).

Some-se a isso o fato de que, para Engels, a relação entre filosofia, natureza e história, na teoria de Hegel, exibiria uma contradição insolúvel entre sistema e método. Hegel teria, por um lado, considerado a história como um processo de desenvolvimento que por si mesmo não poderia ter um fim determinado, ao mesmo tempo que busca compreender as distintas instâncias do ser no interior de um sistema universal e fechado, que seria capaz de cessar a processualidade desses complexos de maneira definitiva. O procedimento hegeliano, como mencionado, era visivelmente replicado na teoria de Dühring. Tal imprecisão justifica o fato de ambos os autores terem caído no equívoco filosófico de derivar o *ser* (devir) a partir do *nada* (onde ocorre ausência absoluta de mudança), permitindo, a partir disso, uma indevida derivação teológica de todo um sistema abstrato. Como bem sintetiza Sartori, a partir da concepção de Engels, é possível inferir que

as “leis da dialética” seriam incompatíveis com o procedimento hegeliano, marcado, ao mesmo tempo, pela ênfase no devir – que advém da dialética entre ser (*Sein*) e nada (*Nichts*) no autor da *Ciência da lógica* –, no movimento, e por uma filosofia sistemática (“um sistema universal e compacto”) que se conforma como “resumo e compêndio” de “verdades absolutas” (SARTORI, 2015, p. 125).

O ponto de Engels, portanto, é que o *movimento* representa o modo de existir da matéria. Esta cinesia estaria presente na natureza (orgânica e inorgânica), na história e no pensamento do ser social. Ao evidenciar a existência de um movimento histórico e processual próprio dos objetos que compõem a realidade, Engels revela a impossibilidade de se atingir um conhecimento definitivo e imutável sobre os complexos que compõem a vida social, mas não elimina a existência de verdades absolutas. Para Engels, uma verdade absoluta é “independente do tempo, do espaço e do desenvolvimento histórico humano, o momento e o lugar de sua descoberta é puramente casual”, sendo que o método materialista desempenharia o papel de “certificar” a objetividade dessas verdades (ENGELS, 2015, p. 30). Como esclarece Eagleton (2016, p. 131), “se uma declaração é verdadeira, então o oposto dela não pode ser verdadeiro ao mesmo tempo, ou de algum ponto de vista”. Nessa

perspectiva, a questão salientada por Engels são os limites e as contradições que emergem ao se adotar uma postura inflexível em relação à compreensão da realidade. Como aponta o autor: “um sistema de conhecimento da natureza e da história que abrange tudo e que *finaliza tudo de uma vez por todas* está em contradição com as leis básicas do pensamento dialético” (ENGELS, 2015, p. 32, *ênfases adicionadas*).

Nesse sentido, a demonstração crítica de Engels sobre a falibilidade deste tipo de apreensão cerrada é apresentada para as três esferas da investigação científica: para a natureza inanimada, para as ciências dos organismos vivos e para a sociedade. O autor conclui que mesmo o conhecimento sobre a natureza inanimada (que comporta as chamadas ciências exatas) deve ser avaliado de maneira relativa, pois a história mostra que, inclusive nesse campo, existe uma trajetória teórica de superação e descoberta de novas determinações contidas nos próprios sistemas, que até então eram considerados estabelecidos/finados (*ibid.*, p. 62-63).

A crítica ao sectarismo presente na compreensão da esfera orgânica pode ser ilustrada a partir da “Introdução histórica” da *Dialética da natureza*. Engels destaca que o desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza inanimada antecede o conhecimento sobre a formação dos organismos vivos, citando como referências da primeira área os trabalhos de Johannes Kepler, Galileu Galilei, até os desenvolvimentos das teses de Isaac Newton. Nesse período de desenvolvimento do conhecimento é instituída a ideia de imutabilidade absoluta da natureza – premissa que teria sido transplantada inclusive ao materialismo francês (ENGELS, 2020, p. 44). O desenvolvimento científico chega até a esfera da natureza orgânica, entretanto ele se defronta com uma rigidez metodológica incapaz de abarcar as descobertas realizadas em alguns ramos dessa ciência, como o da paleontologia e da geologia. É somente com Darwin<sup>14</sup>, em 1859, segundo Engels, que toma forma

<sup>14</sup> Inclusive, no *Anti-Dühring*, utilizando conhecimentos adquiridos pela teoria de Darwin, Engels reitera uma das críticas direcionadas ao posicionamento de Dühring. Para este, a adaptação das espécies seria causada por representações conscientes e intencionais passadas à atividade finalista. Engels reforça o caráter equivocado da formulação do autor; pois considerar a natureza como possuidora de uma consciência de si seria aceitar o caráter divino do devir (ENGELS, 2015, p. 56).

definitiva o caráter de incompatibilidade entre o conhecimento da natureza e a rigidez do ser pré-estabelecida pela investigação científica. Assim, a princípio, a ciência natural seria revolucionária, mas se depara com uma tradição essencialmente conservadora em relação à natureza. Por esse motivo, Engels não deixa de reconhecer que a “visão conservadora da natureza é sintomática tanto no campo inorgânico quanto no orgânico” (*ibid.*, p. 34).

Para o terceiro grupo, o das “ciências históricas”, operar apenas a partir de verdades absolutas seria ainda mais incompatível com a realidade. Engels argumenta que o mais comum é compreender de maneira objetiva “o nexo interno entre as formas de existência sociais e políticas de certa época”, apenas quando essas formas já estão em decadência (ENGELS, 2015, p. 63). Por isso, nesse campo, o conhecimento seria limitado a um vislumbre de certas formas de sociedade, que seriam “transitórias por natureza e existentes apenas num dado tempo e para certos povos” (*ibid.*).

É importante afastar qualquer interpretação relativista que se faça dessa postura de Engels. O autor não reivindica a existência de diversas “verdades” em disputa que são capazes de explicar dado contexto sócio-político, e tampouco declara a incapacidade de se apreender a realidade histórica de maneira objetiva. O que Engels procura ressaltar é o equívoco estabelecido ao se propor uma teoria da história universal, que projete determinações de uma sociedade além de sua circunscrição histórico-geográfica. Ou seja, consistiria num enorme mal-entendido, por exemplo, conferir caráter absoluto às legalidades específicas do modo de produção feudal e procurar, a partir disso, compreender plenamente a dinâmica capitalista (ou de qualquer outro modo de produção).

Fica evidente, após esta análise da exposição de Engels, as contradições que se apresentam ao determinar os objetos que são submetidos à investigação científica *somente* a partir de verdades absolutas. O fato é que, ao mesmo tempo que se contrapõe à investigação científica orientada por essa perspectiva, Engels parece compelido a sistematizar seu argumento através das “leis da dialética”, conferindo a elas validade universal. No entanto, isso

não se apresenta como uma contradição *de facto* no argumento do autor. As leis da dialética evidenciadas nas obras de Engels pretendem capturar formas concretas e específicas de processualidade que são apresentadas pelos objetos constituintes das esferas da natureza e da sociedade. Deste modo, fica nítido que as leis a serem apreendidas pelo pensamento são concretas e determinadas pelo modo de ser próprio dos objetos que compõem a realidade. De todo modo, na quarta seção deste texto, com base na exposição da *Ontologia* de Lukács, são indicados alguns problemas efetivos decorrentes deste aspecto de generalização/universalização das leis.

Essas leis mais gerais seriam: (1) a lei da conversão de quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a lei da interpenetração dos opostos; e (3) a lei da negação da negação. Engels esclarece que as três formas foram desenvolvidas por Hegel como “simples leis do pensamento”. O salto qualitativo para a verdadeira validação das leis da dialética dependeria do afastamento da formulação gnosiológica hegeliana, reconhecendo que elas partem precisamente do concreto, sendo, portanto, deduzidas deste, e não produtos autônomos da consciência. Assim, o sentido efetivo da dialética seria estabelecido através da inversão dessa visão idealisticamente deformada formulada por Hegel (ENGELS, 2020, p. III).

Sartori (2015) argumenta que a entonação presente nos textos de Engels permite uma interpretação que indique a autossuficiência da aplicação das leis da dialética ao objeto investigado como forma de se obter uma explicação efetiva sobre a realidade. O autor salienta que, ao contrário do que se verifica em Marx – em que a abordagem é imanente –, nas obras de Engels percebe-se a formulação de um aparato de natureza epistemológica como suficiente para fundamentar uma autêntica apreensão da realidade. Portanto, o caráter de dissociação entre método e objeto, que poderia ser observado nas obras do autor, legitimaria “a leitura segundo a qual haveria certo ímpeto, ao mesmo tempo, gnosiológico e logicista no modo de apreensão do real de Friedrich Engels” (SARTORI, 2015, p. 126).

Aqui se defende um ponto de vista mais tolerante com as reflexões de Engels. A incorreta dissociação entre método e realidade, que certamente foi realizada por alguns intérpretes do marxismo mencionados anteriormente, não se relaciona diretamente ao argumento desenvolvido por Engels, na medida em que se observa que o autor jamais defendeu a existência de conceitos privados de referentes. A interpretação deformada que se realizou subsequentemente no interior da tradição marxista se justifica sobretudo pelo avanço do positivismo como forma válida de cientificidade e pela falta de compreensão de aspectos essenciais da teoria social de Marx. Ressalta-se, contudo, que isso não torna as leis da dialética de Engels necessariamente livres de problemas (é o que veremos posteriormente ao analisar a crítica de Lukács à lei da negação da negação, por exemplo); apenas as torna livres dos problemas originados pelo uso distorcido que delas fizeram seus pretensos seguidores.

De fato, o expressivo debate existente em torno das teses de Engels adquire maior expressão sobretudo pelas ocasiões em que seu argumento foi transposto de maneira mecânica a fim de respaldar procedimentos lógico-formais através de uma perspectiva marxista. Como mencionado, essa espécie de delimitação da dialética passa a embasar as ações partidárias da União Soviética expressivamente a partir do final da década de 1920. Entretanto, ainda em 1923, foi certamente o jovem Lukács o primeiro autor a dirigir uma dura crítica à teoria de Engels. É importante ressaltar que, ao escrever HCC, Lukács ainda não tinha acesso aos escritos da *Dialética da natureza*, portanto suas críticas se limitam ao *Anti-Dühring*.

### **3. A crítica do jovem Lukács ao *Anti-Dühring* e à Segunda Internacional**

Analisando o argumento crítico desenvolvido pelo jovem Lukács, é possível iluminar os aspectos que diferenciam a perspectiva metodológica adotada pelo autor em relação às reflexões de Engels. É sabido que, em HCC, Lukács acusa a Segunda Internacional por ter incorporado premissas

positivistas ao marxismo e por ter negligenciado a necessária vinculação entre método e prática social. Por esse motivo, os autores dessa tradição estariam, em última instância, realizando uma análise puramente contemplativa, típica da ciência burguesa – o que contribuiria para a cristalização de relações reificadas dentro da ciência, e, de maneira mais grave, dentro do próprio marxismo.

Para o jovem Lukács, na medida em que Engels e os marxistas sucessores exaltaram as questões teóricas relativas ao método, mas desvalorizaram o aspecto prático dessas teorias para a classe trabalhadora, acabaram contribuindo para omitir o papel transformador e revolucionário do método de Marx, extinguindo qualquer possibilidade de afirmação objetiva capaz de superar as determinações presentes no modo de produção capitalista. Como assinalado resumidamente por Lukács:

Quando os marxistas vulgares rompem essa unidade [entre teoria e prática revolucionária], cortam o nervo que liga a teoria proletária à ação proletária numa unidade. Reduzem a teoria ao tratamento “científico” dos *sintomas* do desenvolvimento social e fazem da práxis uma engrenagem fixa e sem objetivo dos acontecimentos de um processo que renunciam dominar metodicamente pelo pensamento (LUKÁCS, 2003, p. 172, *ênfase adicionada*).

Lukács reconhece que o *Anti-Dühring* teria se oposto à conceitualização metafísica, contribuindo para dissolver a rigidez dos conceitos e dos objetos que lhe correspondiam. Assim, a dialética foi conceituada por Engels como um processo fluido de passagem de uma determinação para outra, que ocorreria de maneira incessante. Ela poderia ser caracterizada por uma permanente superação dos contrários, onde “a causalidade unilateral e rígida deve ser substituída pela ação recíproca” (LUKÁCS, 2003, p. 67). O cerne do problema da teoria de Engels estaria justamente no fato de que a relação dialética entre sujeito e objeto (através da práxis) no processo de desenvolvimento histórico não é sequer mencionada – esse aspecto, para o jovem Lukács, deveria ser o centro de qualquer consideração metodológica

autenticamente marxista<sup>15</sup>. Por isso, o método dialético deveria ter como preocupação central a transformação da realidade. Negligenciar essa função central da teoria, tão evidente nas obras de Marx, indicaria uma interpretação problemática sobre a dialética, em que ela estaria sendo concebida como um recurso meramente escolástico (*ibid.*, p. 67-68).

Analisando o argumento de HCC, é possível indicar outro elemento que se contrapõe essencialmente à formulação de Engels. Lukács afirma que a dialética em Marx corresponde à essência do processo histórico, sendo a história humana a única passível de apreensão dialética. Por esse motivo, qualquer desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza estabelecido em sociedade prescindiria da dialética, que, portanto, seria apropriada apenas para expressar a historicidade das relações sociais (*ibid.*, p. 408). Em síntese: a dialética marxiana para o jovem Lukács deriva e está em unidade com a práxis, por isso ela se refere à unidade entre experiência e pensamento (MUSSE, 2005, p. 386). Dessa forma, a formulação sobre uma dialética da natureza não poderia ter analogia na formulação desenvolvida por Marx<sup>16</sup>. Isso seria suficiente para invalidar qualquer procedimento que procurasse esclarecer um fato histórico partindo de leis generalizantes da dialética (como foi o caso da teoria apresentada primeiramente por Bernstein e, posteriormente, pelo marxismo-leninismo).

---

<sup>15</sup> Sinteticamente, podemos indicar que a identidade entre sujeito e objeto é uma máxima resgatada da filosofia hegeliana muito utilizada para a estruturação dos argumentos de HCC. Posteriormente, contudo, Lukács reconhece que essa determinação se trata de um “mito filosófico”, capaz de deturpar o ser e a sua imagem de diversas maneiras (LUKÁCS, 2012, p. 204). De fato, as autocríticas de Lukács a diversos elementos fundamentais de sua obra da juventude têm início ainda na década de 1930. Nesse sentido, cabe destacar um posfácio escrito para HCC no ano de 1967 (conhecido como *Prefácio de 1967*). Nele, Lukács consolida pontos importantes de sua autocrítica, onde avalia que parte dos argumentos de HCC continham um caráter experimental e, portanto, irradiavam tendências idealistas e messiânicas (LUKÁCS, 2003a).

<sup>16</sup> Tal perspectiva pode ainda ser encontrada em textos mais recentes, como é o caso do *Marxismo contra Positivismo* (2018), de Michael Löwy. Ancorado no texto da juventude de Lukács, Löwy argumenta que “as ciências exatas e da natureza” seriam autônomas, isto é, a prática nesse domínio científico teria autonomia com relação “à estrutura social, às condições históricas” (LÖWY, 2018, p. 35). Para o autor “a descoberta do oxigênio”, por exemplo, não teria nenhuma relação epistemológica com as lutas e os interesses de classe (*ibid.*). O fato é que, como indicado, o próprio Lukács reconhece na maturidade os problemas de se negligenciar a inter-relação entre a sociedade e a natureza, sendo impossível compreender adequadamente o complexo da natureza tão somente pela filosofia positivista. Além disso, o próprio Engels, como observamos na *Dialética da natureza*, já havia ressaltado que o desenvolvimento das ciências da natureza condiciona e é condicionado pela estrutura social.

Para o Lukács de HCC os objetos da natureza teriam, portanto, movimentos objetivos, desprovidos das características que permitiriam caracterizá-los como dialéticos. Porém, o próprio autor reconhece no *Prefácio de 1967* que, na obra da juventude, teria considerado erroneamente a natureza, em diversas passagens, como uma categoria social (LUKÁCS, 2003a, p. 14). O fato é que Lukács passa a reivindicar a validade da dialética da natureza, e, nos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social*, nos apresenta uma primorosa fundamentação das categorias que compõem o método dialético. Coutinho (1996, p.18) destaca que, na *Ontologia*, Lukács procura contrapor ferrenhamente todo o epistemologismo das correntes neopositivistas e também os desenvolvimentos problemáticos que se apresentavam sob a imagem do marxismo. Assim, a “descoberta” da ontologia estabelece a posição de Lukács no interior do marxismo e no debate filosófico de seu tempo, além de representar a resolução de uma série de contradições referentes à teoria e à prática apresentadas em seus textos da juventude.

#### **4. Os determinantes que fundamentam a dialética apresentados na *Ontologia***

De fato, a obra da maturidade de Lukács, além de oferecer elementos auto-críticos às questões problemáticas apresentadas em HCC, representa o ponto máximo da compreensão do húngaro sobre os fundamentos que compõem o procedimento marxiano e sobre a relevância desses determinantes para a compreensão da realidade como um todo. Lukács busca demonstrar que a teoria social de Marx se sustenta em “princípios ontológicos gerais”, ou seja, determinações universais da realidade social reconhecidas por uma análise teórica que procura zelosamente orientar-se ao ser em si. Na *Ontologia*, portanto, a noção de objetividade desenvolvida por Marx é recuperada e esclarecida, além de ser diretamente utilizada como meio para desvendar a dialética das esferas inorgânica, orgânica e social (OLDRINI, 2017, p. 286-287). Por esse motivo, a obra madura de Lukács pode ser considerada – em alusão a HCC – como “uma crítica a Lukács a partir de Marx,

gerada pela inspiração ou a própria mediação do último Lukács” (CHASIN, 2009, p. 203).

Há muitos momentos da volumosa *Ontologia* nos quais Lukács discorre, com maior ou menor sistematicidade, sobre o método da crítica da Economia Política de Marx, sua respectiva fundamentação ontológica, e também sobre a pertinência de se compreender adequadamente os processos específicos que se apresentam nas distintas esferas da realidade. Mais especificamente no terceiro capítulo do primeiro volume – capítulo dedicado à filosofia de Hegel –, torna-se visível o esforço de Lukács em evidenciar, por um lado, as principais antinomias presentes na formulação da dialética hegeliana e, por outro, “apresentar também os fundamentos e princípios ontológicos de sua dialética em suas conexões essenciais” (LUKÁCS, 2012, p. 232). Lukács anuncia que esse resgate crítico é necessário para restabelecer o sentido original das obras de Marx a partir de “uma ontologia fundada e fundante, que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e seja, ao mesmo tempo, capaz de apresentar o ser social em sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza” (*ibid.*).

Um dos trechos que exemplifica a fecunda – e já mencionada – compreensão de Lukács dos processos dialéticos e suas particularidades nas esferas da natureza e da sociedade é aquele em que o autor examina com muito zelo as categorias da *negação* e da *negação da negação* enquanto momentos reais do movimento dialético dos complexos, abrigo a primeira categoria (ainda que de modo crítico) no interior da sua filosofia, mas não a segunda. Nessa análise, Lukács tem como referentes críticos não somente a *Lógica* de Hegel, mas também o *Anti-Dühring* de Engels. Passemos ao argumento de Lukács.

O autor concorda que a negação, quando generalizada, possui validade em termos lógicos e gnosiológicos<sup>17</sup>, mas se torna incompatível pelo prisma

---

<sup>17</sup> É importante afastar uma compreensão problemática desse aspecto. Como salienta Medeiros (2015, p. 7), mesmo quando caracteriza a negação em termos lógicos, Lukács não a considera como simples oposto da determinação, na medida em que a simples negação de uma sentença não pode revelar qual seria a determinação real oposta.

ontológico. Analisando a dedução lógica do devir realizada por Hegel, Lukács indica o equívoco – já evidenciado por Marx e por Engels – em se considerar que a partir do nada seria possível surgir outro ser (*ibid.*, p. 214-215). Ou seja, o ato de negar o nada (a negação da negação), em termos lógicos, validaria o devir, porém, ontologicamente, não seria plausível derivar algo a partir do nada. Logo, na linguagem da lógica ou da teoria do conhecimento, as diferenças resultantes desse processo poderiam ser abordadas a partir da negação da negação. Seguiria sendo impossível, no entanto, trazer ao mundo algo a partir da negação de um inexistente.

Como forma de esclarecer sua compreensão sobre a negação, Lukács apresenta um problema que exemplifica a inadequação da redução à lógica de categorias e relações ontológicas, resgatando uma célebre passagem do *Anti-Dübring*. A passagem mencionada refere-se à utilização da negação para caracterizar o surgimento de uma planta de cevada a partir (da “negação”) de seu grão

A partir do exemplo de Engels, Lukács argumenta que existem inúmeros momentos da realidade em que o grão de cevada é destruído (seja por meio da trituração para fazer bebidas, pela ingestão, pela germinação etc.). Essa seria a expressão ontologicamente correta para o termo negação, mas isso não esclarece muito sobre o ser em processo. Assim, para Lukács, o que deveria ter sido ressaltado pelo autor do *Anti-Dübring* é que somente em um determinado caso concreto surge o “ser-outro biologicamente normal” (a planta), tendo em vista a infinidade de momentos em que o processo “normal” do grão seria radicalmente cessado. Portanto, o enquadramento lógico do devir através da categoria da negação apenas contribui para obscurecer o processo dialético-real (LUKÁCS, 2012, p. 216).

Para Lukács, na natureza inorgânica, por exemplo, não haveria nenhuma negação, mas somente uma série de transformações de um *ser-assim* em um *ser-outro*, em que todo elemento analisado possui um *ser-outro*, e ao mesmo tempo é um *ser para outro*. O autor percebe, portanto, que, na esfera da natureza, o tornar-se outro dos objetos e processos que a compõem *nunca*

altera radicalmente o modo fundamental de ser desses processos e objetos e, por isso, seria incorreto operar com a categoria da negação como forma de compreender os processos dialéticos que caracterizam a emergência de novas formas de ser no plano ontológico desta esfera (*ibid.*, p. 217).

No plano ontológico, e já considerando a esfera da natureza orgânica, o tornar-se outro consistiria numa subversão apenas no caso da morte do ser vivo, ou seja, no momento em que cessasse seu processo biológico normal. Esse seria, com efeito, o único caso em que a negação se realizaria sem um sujeito. Logo, com esse exemplo, Lukács busca demonstrar que o problema do uso da negação estaria em sua generalização, porque essa categoria só seria ontologicamente pertinente ao tratar regularmente das determinações da sociedade<sup>18</sup>.

Assim, o ponto mais importante do argumento de Lukács sobre a negação pode ser inferido na seguinte passagem: “as negações que encontramos no âmbito do ser social revelam-se não apenas ligadas ontologicamente a sujeitos, mas seu modo essencial de ser se origina do fato de que toda atividade humano-social procede necessariamente de alternativas, pressupõe uma escolha, uma decisão específica” (LUKÁCS, 2012, p. 218). Isso evidencia que a alternativa posta pelo trabalho envolve necessariamente negação ou afirmação de possibilidades contidas no mundo objetivo, sendo que a escolha entre as alternativas não pode prescindir de um conhecimento minimamente objetivo das propriedades pertencentes aos objetos.

---

<sup>18</sup> Acerca disso, convém reforçar de modo mais extenso o argumento de Lukács contido em um trecho do segundo volume da *Ontologia*: “Por outro lado, igualmente jamais se deve esquecer que cada uma de tais reações de um homem ao seu entorno social (incluindo o metabolismo da sociedade com a natureza) sempre terá um caráter alternativo, sempre abrange irrevogavelmente um sim ou um não (ou uma ‘abstenção do voto’) à pergunta posta pela sociedade. Lembramos aqui, quanto a isso, exposições anteriores em que se mostrou que conceber a negação como fator ontológico geral é totalmente absurdo. A natureza inorgânica possui tão somente um tornar-se outro, sendo que até mesmo os componentes, objetos, processos que contrastam do modo mais extremo, só podem ser designados como positivos ou negativos de forma totalmente arbitrária. Em termos puramente objetivos, visto puramente como processo natural, na natureza orgânica há vida e morte, sendo que esta última até pode ser interpretada ontologicamente como negação da primeira, mas só quando não se usa isso para tentar obscurecer, mediante a introdução por contrabando de categorias que não existem aí, a objetividade ‘muda’ e pura do processo natural, que produz ambas pela mesma necessidade” (LUKÁCS, 2013, p. 287).

Por conseguinte, como evidencia Medeiros (2015, p. 8), a categoria da negação, para Lukács, está indissolivelmente ligada à práxis teleológica, sendo necessário reconhecer que, “ontologicamente, a negação só pode ser enunciada, ao menos neste enquadramento teórico, com base na possibilidade”. Vejamos como Lukács conclui seu argumento sobre a validade da negação enquanto momento essencial da formação do ser social:

Isso significa, em primeiro lugar, que a negação enquanto importante instrumento intelectual da práxis humana surge da inter-relação desta com a realidade objetiva; em segundo, que ela é um espelhamento da realidade indissolivelmente ligado à práxis e, por conseguinte, aos seus pressupostos naturais objetivos, um espelhamento que, embora indispensável para transformá-la, não é todavia uma categoria da realidade não social, ontologicamente existente em si. O meio homogêneo, no qual surgem a afirmação e a negação, é uma das mais importantes condições metodológicas para que um espelhamento da realidade existente em si resulte correto e com perspectiva de ser bem-sucedido (LUKÁCS, 2012, p. 219).

O itinerário que se segue, na exposição da *Ontologia* aqui tangenciada, é essencial para a compreensão da dinâmica específica assumida em cada forma de ser. De início, assim como pôde ser percebido nas obras de Engels, Lukács realiza um pertinente resgate da processualidade, assumindo que essa categoria possui papel central na ontologia. O autor argumenta que, considerando as novas descobertas científicas das ciências naturais, as experiências históricas que alteraram decisivamente as estruturas sociais etc., seria necessário compreender que o “domínio absoluto da objetividade” não se apresenta de maneira estática (*ibid.*, p. 234-235). Contudo, Lukács reconhece que mesmo diante de magníficos avanços no campo da investigação filosófica – desde pelo menos a concepção sobre a processualidade formulada por Heráclito – “a imagem do mundo se manteve estática em sua totalidade, orientada para a substancialidade e a coisidade e não para a processualidade universal” (*ibid.*, p. 236). Deste modo, o autor argumenta que é preciso compreender que a realidade, em um sentido ontológico, “não pode deixar de ser o resultado de um processo, disso se segue necessariamente

que esse ‘resultado’ só pode ser compreendido adequadamente através desse processo, isto é, através da sua gênese” (*ibid.*, p. 239).

Analisando a filosofia hegeliana, Lukács evidencia que, por um lado, é nítido que Hegel assume uma postura em que a realidade é concebida como uma totalidade de complexos, que constituem em si mesmo totalidades dinâmicas. Neste sentido, a dialética hegeliana “consiste na gênese real e na auto-explicação, interação e síntese reais desses complexos” (*ibid.*, p. 242). Por outro lado, o autor da *Lógica* compreende a síntese concreta dos movimentos reais desses complexos, paradoxalmente, através do conceito – antinomia derivada da transformação do objeto em sujeito. Portanto, segundo Lukács, a teoria do conceito de Hegel não poderia se referir diretamente aos processos concretos. Ela consistiria na “teoria referente ao sujeito pensante, o lado gnosiológico desses complexos objetivos totais concretos, o instrumento intelectual que os torna apreensíveis em termos filosófico-científicos” (*ibid.*, p. 244). Mas Lukács não deixa de reconhecer que as descobertas frutíferas de Hegel só se apresentam por estarem diretamente relacionadas a encadeamentos verdadeiramente ontológicos (*ibid.*, p. 246).

Deste modo, o procedimento crítico realizado por Lukács intenta resgatar desta espécie de hipostasia as determinações reflexionantes (ou determinações de reflexão) apresentadas por Hegel, como forma de compreender objetivamente os processos dialéticos que se apresentam na realidade, em suas generalidades e particularidades. Essas determinações são formuladas por Hegel, de imediato, em termos gnosiológicos. Porém, Lukács salienta que o núcleo ontológico das categorias que compõem as determinações reflexionantes contém os fundamentos que explicitam tanto a estrutura dinâmica da realidade, independentemente da consciência, como os “seus diversos espelhamentos na consciência subjetiva” (*ibid.*, p. 246). Em suma: Lukács procura afastar o aspecto gnosiológico das categorias da filosofia hegeliana e, para isso, esforça-se no sentido de fundamentá-las ontologicamente. Passemos à exposição dos principais pontos dessa formulação lukácsiana, que, como foi indicado, nos oferece uma pertinente compreensão dos movimentos dialéticos concretos.

Primeiramente, Lukács busca encontrar uma solução ontológica para o procedimento hegeliano que aparece nas categorias do entendimento e da razão<sup>19</sup>. Em termos sintéticos, pode-se perceber que, afastadas de sua forma gnosiológica, essas categorias se aproximam, por mimese, à aparência e à essência. Ou seja, é percebido por Lukács que essa determinação reflexionante “constitui o fundamento ontológico do caminho gnosiológico que vai do entendimento à razão” (*ibid.*, p. 253). Para Lukács, a dialética do real (que foi formulada em termos da razão por Hegel) se refere a momentos da realidade que são “simultânea e indissolivelmente independentes e vinculados”, onde nenhum desses aspectos pode possuir um significado absoluto, isto é, não pode excluir o seu contrário. As determinações reflexionantes que expressam as relações que compõem a base de qualquer complexo real seriam, portanto, essência, aparência e fenômeno, convertendo-se ininterruptamente um no outro. De fato, Lukács demonstra, parafraseando Hegel, que “todo fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo”. Isso ainda denota que a relação dinâmica entre esses complexos está “no mesmo nível de realidade que os objetos em sentido estrito” (*ibid.*, p. 254).

Outro determinante resgatado na *Ontologia* é o par “imediatidade-mediação”. Lukács demonstra que Hegel afirma que a imediatidade e a mediação devem ser buscadas na consciência. No entanto, como expõe Lukács, isso seria válido somente para a imediatidade, pois nem na natureza nem na sociedade pode existir um objeto que não seja mediato, isto é, que não seja o resultado de mediações. Desta maneira, a mediação, por ser uma categoria objetiva, tem “de estar presente em qualquer realidade, independentemente do sujeito” (*ibid.*, p. 259). Já a imediatidade estaria ligada à consciência, pois cabe a esta tomar como imediatidade eventos desencadeados por e em determinadas situações objetivas. Lukács esclarece que todos os processos de mediação existem em

---

<sup>19</sup> Como expõe Lukács, essa determinação de reflexão formulada por Hegel é pertinente ao criar “a base para o conhecimento de uma realidade complexa, fundada sobre a totalidade, dinamicamente contraditória, em face da qual havia fracassado a teoria do conhecimento dos séculos XVIII e XIX. [...] De fato, tal como o exige o método da fenomenologia hegeliana, a marcha gnosiológica – a conquista do mundo em geral pelo pensamento e, portanto, também a que vai do entendimento à razão – corre paralelamente a um modo imediato de manifestação da realidade na direção de sua essência” (LUKÁCS, 2012, p. 249-250).

sua forma imediata, mesmo sem serem captados por uma consciência, porém isso não possui “nenhuma significação ontológica para o processo em si” (*ibid.*, p. 260). Portanto, é somente na esfera social que a imediatidade e as mediações se separam e se unificam, apresentando-se como determinações reflexionantes ontológicas características do ser social (*ibid.*).

Lukács também adverte que é necessário tratar das categorias da modalidade, se referindo à necessidade, à possibilidade e à casualidade. O autor reconhece que, do ponto de vista lógico e gnosiológico, a necessidade se estabelece como ponto culminante da análise modal, porém, no plano ontológico, todas as determinações modais, incluindo a necessidade, devem estar subordinadas à totalidade (*ibid.*, p. 264). Nesse tocante, como expõe Fortes, o objetivo de Lukács é confrontar todas as postulações que compreendem a necessidade como uma categoria que subordina e direciona a dinâmica social de forma rígida e, “ao mesmo tempo, se posicionar contra a existência de uma teleologia na história, tal como assevera a filosofia hegeliana” (FORTES, 2007, p. 06).

Sobre a casualidade, Lukács ressalta que uma sequência causal isolada pode muito bem ser determinada por uma rigorosa causalidade, entretanto, na realidade, ela pode se desenrolar “dentro de um complexo em que justamente o nexos do evento em questão é determinado pela casualidade” (LUKÁCS, 2012, p. 267)<sup>20</sup>. A partir disso, Lukács deriva duas implicações relevantes. A primeira seria o fato de que a casualidade surge apenas no “quadro do complexo concreto”; a segunda implicação devém do fato de que o casual surge precisamente “de séries de determinações internas”, reconhecendo que os elementos de casualidade se manifestam pela inter-relação de complexos causais singulares. Tal constatação permite a Lukács compreender o irrevogável entrelaçamento entre acaso e necessidade. Essa determinação reflexionante, segundo o autor, “se impõe no ser-propriadamente-assim de toda e qualquer realidade” (*ibid.*, p. 268).

Por fim, o autor aborda a categoria da possibilidade em sua relação de reflexão com a realidade. Lukács reconhece o acerto de Hegel em tomar a

possibilidade como algo realmente existente, de modo que ela “só permanece possibilidade em relação a uma outra realidade”, mas aponta que o autor da *Fenomenologia do espírito* não chegou a retratar que o caráter de possibilidade da propriedade é uma determinação do ser em si (*ibid.*, p. 268-269). Como argumenta Medeiros (2015, p. 6), o nexos existente entre possibilidade e determinação é estabelecido por Lukács através da categoria da labilidade, que expressaria “um grupo de qualidades contidas no ser que podem ou não se afirmar no processo de transformação de uma efetividade em outra” (*ibid.*). O autor ainda aponta que é preciso atentar para o fato de que “nem a categoria da possibilidade caracteriza qualidades já efetivadas (caso em que a possibilidade se confundiria com o próprio ser), nem caracteriza a impossibilidade imediata de efetivação (caso em que se confundiria com o não-ser)” (*ibid.*). Compreende-se, portanto, que a possibilidade, em um sentido geral, se refere a uma condição intermediária entre o ser e o não-ser – aquela do “poder-vir-a-ser”.

A partir da reconstituição ontológica de todas essas categorias, Lukács pretende indicar a validade geral, a fecundidade metodológica e o raio de ação das determinações reflexionantes, sendo elas formas dialéticas capazes de representar adequadamente a processualidade específica de cada esfera do real.

Lukács salienta que os problemas provenientes de uma utilização logicista da dialética se devem, por um lado, pela tentativa de compreender de maneira acrítica as formas inferiores de ser a partir da aplicação de relações dialéticas que só se manifestam no nível máximo do ser (a utilização generalizada da categoria da negação há pouco apresentada constitui um desses exemplos); e, por outro, pelo fato de que na filosofia hegeliana procurou-se “interpretar de modo reducionista complexos dialéticos mais elaborados a partir dos mais simples” (LUKÁCS, 2012, p. 278). Além disso, seria preciso determinar corretamente a prioridade ontológica do ser em relação à teoria do conhecimento, ou seja, seria preciso compreender os processos reais a partir da relação dialética que se estabelece entre essência, aparência e fenômeno (*ibid.*). Após esclarecer estas questões, Lukács busca indicar, de

forma conclusiva, a maneira como se dariam os processos dialéticos de suprassunção (*Aufhebung*) das contradições nas esferas do pensamento, da natureza (inorgânica e orgânica) e do ser social.

Lukács evidencia que as suprassunções próprias do pensamento possuem somente caráter teórico, como no caso de reconhecer a relação de diferença e de unidade entre a forma e o conteúdo de um objeto. Nesses casos, como adverte o autor, “uma suprassunção ontológica dessas determinações de reflexão é impossível” (*ibid.*, p. 279). Tão logo uma objetividade ontológica é suprassumida, nela já estará contida uma nova relação forma-conteúdo, sendo necessário, portanto, compreender a constituição concreta dessas determinações reflexionantes que emergem do real.

Por sua vez, as suprassunções referentes à esfera natural se realizariam de maneira regulada, através de leis objetivas que se apresentam como necessidades próprias dos objetos naturais (*ibid.*, p. 279-280). Assim, na natureza, o que se percebe é a existência de processos causalmente relacionados que podem se manifestar na emergência de objetos e processos naturais, sendo que a efetivação (ou não) desses processos e objetos é condicionada pela casualidade, que brota necessariamente do entrelaçamento entre processos causais específicos dessa esfera (entrelaçamento entre acaso e necessidade)

Já na esfera social o processo de suprassunção estaria associado a um conhecimento verdadeiro ou falso dos complexos. Essa cognição determinaria a capacidade de fomentar ou constringer determinado processo gerador de algo ontologicamente novo na realidade. O procedimento indicado por Lukács é o seguinte: o conhecimento efetivo dos objetos da natureza habilita uma práxis que permite efetivar possibilidades contidas no ser que não se apresentam espontaneamente; portanto, o conhecimento desses processos dialéticos possibilita uma intervenção ativa do ser social sobre seu meio. Assim, Lukács observa, bem como Marx, que no campo de possibilidades do ser social funda-se um metabolismo entre sociedade e natureza, “sendo que, no entanto, a apreensão correta da dialética da natureza constitui um pressuposto incontornável” (*ibid.*, p. 280).

O ponto decisivo, digamos em caráter conclusivo, é que a investigação de Lukács permitiu que fossem afastadas diversas inadequações gnosiológicas na compreensão de processos ontológicos. Além disso, o autor pôde constatar que a existência humana não somente se ergue ao lado da existência da natureza, mas se ergue a partir dela, sendo um equívoco considerar o ser social independentemente da natureza, como uma antítese que a exclui. O resgate do argumento de Lukács aqui realizado visa indicar a pertinência da *Ontologia*, na medida em que o esclarecimento da dialética entre os níveis de ser “distende todo um aparato e um instrumental conceitual apropriado, no marxismo, antes, completamente inexistente, até mesmo impensável” (OLDRINI, 2017, p. 304). Com isso, percebe-se que a contribuição de Lukács é mais do que necessária, pois indica uma solução capaz de conduzir o extenso debate sobre o método dialético – que foi (e ainda é) travado entre importantes pensadores da tradição marxista – a uma solução objetiva, ou seja, fundamentada ontologicamente.

### **Considerações finais**

Orientando-se pelo procedimento investigativo inaugurado por Marx, Engels procura evidenciar a necessidade de se incorporar o caráter processual e transitório dos objetos que compõem a realidade à investigação da esfera da natureza. Percebe-se que o projeto de Engels permite confrontar o proceder epistemológico empirista, positivista, idealista etc., que predominava nos mais variados campos de pesquisa na época de suas publicações. Tragicamente, por mais que essas formas de cientificidade tenham se transformado de lá para cá, é nítido que ainda hoje exercem forte influência nas mais diversas investigações, tendo se irradiado, em passos largos, às ciências sociais.

É verdade que não se pode ignorar os eventuais (e efetivos) deslizes presentes nos textos de Engels, tampouco a hipostasia de suas teses realizada subsequentemente por diversos teóricos da tradição marxista. De todo modo, este trabalho buscou destacar sobretudo o acento dado por Engels à

necessidade de se analisar os movimentos da realidade a partir dos objetos concretos, em sua processualidade, sendo inadequado o estabelecimento de conceitos *a priori* nas investigações do real. Sua análise expressa uma síntese crítico-metodológica explícita do procedimento hegeliano, sendo ela de grande importância para a compreensão de aspectos fundamentais próprios da dialética materialista de Marx.

Considerando também o grande período de desvirtuação da teoria de Marx e Engels durante o século XX, fez-se necessário perscrutar as teses desenvolvidas na obra da maturidade de Lukács – esta que figura como responsável por resgatar determinações absolutamente relevantes à investigação científica, que, por sua vez, já se apresentavam implícita ou explicitamente nas formulações de ambos os autores supracitados. Na *Ontologia*, Lukács destaca a necessidade de os diversos campos da ciência contemplarem em suas investigações a processualidade dialética constituinte de todos os objetos que formam a realidade, ao menos se existe a pretensão de se obter um conhecimento aproximativo da totalidade concreta que seja o mais fidedigno possível.

Em suma, o que Lukács consegue evidenciar é a existência específica de movimentos dialéticos na natureza e na sociedade, salientando que a compreensão desses movimentos permite uma intervenção cada vez mais adequada do ser social sobre a natureza e, conseqüentemente, um maior esclarecimento das conseqüências desencadeadas por esse incessante processo. Portanto, o que se percebe ao analisar as teorias de Lukács e de Engels é o fato de que ambos, acertadamente, ressaltam a necessidade de se compreender a totalidade em sua processualidade universal. Por mais que a teoria de Engels apresente problemas, sobretudo no que se refere à generalização dos mecanismos que acionam a dialética nas diferentes esferas do ser, não se pode negar que o autor conseguiu captar a importância metodológica central carregada pelo aspecto da mudança. Assim, o grande mérito de Lukács está em especificar, através de sua análise crítica na maturidade, as diferenças e identidades entre os componentes constituintes dos momentos

dialéticos situados nas esferas natural e social, utilizando-se para isso de um aparato categorial extremamente adequado e necessário ao marxismo.

De todo modo, apresenta-se como problemático o fato de que a investigação científica em geral continue negligenciando as determinações que foram reveladas pelos autores mencionados. Tais determinantes claramente permitem uma melhor compreensão da realidade contemporânea, além de se mostrarem extremamente necessários em tempos em que as atuais mudanças na natureza, desencadeadas pelo agir dos seres humanos, vêm afetando a vida em sociedade de forma cada vez mais preocupante. Portanto, além de apresentar as formulações desses autores sobre o método dialético e a sua utilização para a compreensão da realidade, espera-se ainda que este trabalho sirva como alerta para as pesquisas científicas a serem realizadas tanto na esfera da natureza quanto na esfera social. Contudo, ao se levar em conta que a desconsideração do caráter transitório dos objetos é necessária para a reprodução plasmada da sociabilidade capitalista, não é possível esperar que alterações substanciais no proceder científico sejam implementadas paralelamente à manutenção do capitalismo, já que revelariam o caráter contraditório do modo de produção atual.

Assim, procurou-se aqui destacar o fato de que as determinações dialéticas analisadas são, na verdade, determinações que constituem o próprio objeto investigado, e que, portanto, o caminho para encontrar soluções objetivas aos diversos problemas socioambientais derivados do estado de coisas atual posto pela dinâmica capitalista passa, necessariamente, pela dissolução dos objetos que determinam a realidade e desencadeiam esses processos.

## Referências

- BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. 1. ed. New York: Routledge, 2008
- BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism*. 3. ed. New York: Routledge, 1998
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009
- COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquíria. *Lukács: um galileu no século XX*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 16-26, 1996
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015
- FORTES, Ronaldo Vielmi. Lukács e o desvelamento da perspectiva ontológica da obra de Marx. In: *Anais do V Colóquio Internacional Marx-Engels*. Campinas, 2017
- LENIN, Vladimir. *Friedrich Engels*. Lisboa: Edições Avante, 1982
- LÖWY, Michael. *Marxismo contra Positivismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013
- LUKÁCS, György. Prefácio de 1967. In: LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-61, 2003a
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017
- MARX, Karl. *A sagrada família*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007
- MEDEIROS, João Leonardo. Do tsunami antirrealista ao irracionalismo: sobre as raízes da atual crise da razão. In: *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política – Enep*, Salvador, 2020
- MEDEIROS, João Leonardo. Marx e a crítica da Economia Política: a negação como fundamento da crítica. In: *Anais de Marx e o Marxismo 2015*, Niterói, 2015
- MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 367-389, 2005
- MUSSE, Ricardo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 15-24, 2020
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 9-19, 2015
- OLDRINI, Guido. *György Lukács e os problemas do marxismo do século XX*. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Apontamentos sobre dialética e história em Friedrich Engels. *Verinotio* (revista on-line), Belo Horizonte, n. 20, ano 10, p. 123-133, out. 2015

## RESENHA

# THE LOGIC OF CAPITAL: AN INTRODUCTION TO MARXIST ECONOMIC THEORY

BASU, DEEPANKAR. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, 425 p.

Recebido em 20/01/2022

Aprovado em 23/03/2022

Os principais livros textos em inglês de introdução ao pensamento econômico marxista foram escritos faz algumas décadas (Sweezy, 1942; Mandel, 1986; Foley, 1986). Deepankar Basu, professor de Economia na Universidade de Massachusetts Amherst, apresenta no livro *The Logic of Capital: An Introduction to Marxist Economic Theory* uma introdução ao pensamento econômico de Marx. O livro aborda os principais conceitos desenvolvidos nos três volumes d'*O Capital*, tendo em consideração o debate presente nas últimas décadas no que tange a três aspectos. O primeiro são os temas tratados que incluem questões de gênero, meio ambiente, tecnologia, entre outros. O segundo é a abordagem que integra métodos quantitativos e empíricos de temas contemporâneos na análise da Economia Política. O terceiro refere-se ao debate teórico na Economia Política ao abordar os desenvolvimentos recentes relacionados ao problema da transformação, a mudança técnica, a teoria da renda e a teoria da exploração.

O livro está organizado em duas partes. A primeira, chamada Fundamentos, apresenta em quatro capítulos os argumentos centrais abordados por Marx nos três volumes d'*O Capital*. O capítulo dois trata de questões metodológicas e a estrutura de organização d'*O Capital*. O capítulo três, o mais longo, desvenda o processo de exploração no capitalismo e discute os principais conceitos do volume I d'*O Capital*: mercadoria, valor de uso e de troca, dinheiro, trabalho que produz valor, força de trabalho e capital. O capítulo quatro aborda o processo de realização da mais-valia;

## ADALMIR MARQUETTI

Doutor em Economia pela New School for Social Research (EUA) e professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: [aam@pucrs.br](mailto:aam@pucrs.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5864-3557>

discutindo temas do volume II d'*O Capital*, são tratados os temas da circulação do capital e da demanda agregada. O capítulo cinco trata do volume III d'*O Capital*, discorrendo sobre o processo de competição, mudança técnica, capital comercial e financeiro e a distribuição da mais-valia como lucro comercial, juros e renda.

A segunda parte, denominada de Debate Adicional de Temas em Economia Política, possui três capítulos que exploram questões-chaves do debate marxista. O capítulo seis aborda as relações entre mudança técnica, distribuição de renda e a taxa de lucro, mostrando como o capitalismo produz mudanças técnicas que aumentam o lucro, mas são regressivas do ponto de vista social. O capítulo sete discute as principais contribuições ao problema da transformação e se posiciona no debate ao argumentar que a Nova Interpretação é capaz de transformar sem erro lógico valor em preço de produção (Duménil, 1983-4, e Foley, 1982). Por fim, o capítulo oito aborda o tema da exploração e da justiça distributiva no capitalismo. Uma boa maneira de finalizar um livro-texto de introdução ao pensamento econômico de Marx nos dias atuais.

O livro atinge plenamente o objetivo de apresentar uma introdução ao pensamento econômico de Marx, tendo em consideração as questões e a teoria econômica atual. Algumas das passagens refletem o trabalho desenvolvido por Basu ao longo das últimas duas décadas como, por exemplo, na discussão sobre a renda da terra e dos recursos naturais. Os leitores possuem agora um livro-texto que aborda as principais questões de Economia Política e que discute temas da sociedade contemporânea.

O livro é indicado para um curso de um semestre de Economia Política. Contudo, será melhor compreendido após as disciplinas básicas de matemática e contabilidade social. O texto também apresenta uma introdução aos debates mais avançados de Economia Política, em particular, nas discussões sobre a teoria do valor-trabalho, o problema da transformação e da mudança técnica. Portanto, também pode ser utilizado na pós-graduação.

Minha crítica é não considerar aspectos históricos das transformações do modo de produção capitalista. Há uma literatura importante sobre as fases do capitalismo, em particular, do neoliberalismo, da concentração e centralização do capital nas grandes empresas tecnológicas e financeiras, do surgimento da classe gerencial e da mudança de forma do dinheiro. Um dos aspectos fundamentais da análise econômica de Marx é justamente fornecer as ferramentas teóricas para investigar as transformações dos modos de produção. O livro *The Logic of Capital: An Introduction to Marxist Economic Theory* tem sucesso em nos fornecer essas ferramentas; cabe a nós utilizá-las para investigar as transformações do capitalismo e pensar as possibilidades de mudanças sociais.

## Referências

- DUMÉNIL, G. Beyond the transformation riddle: a labor theory of value, *Science and Society*, 47(4): 427–50, 1983–4.
- FOLEY, D. The value of money, the value of labor power and the Marxian transformation problem. *Review of Radical Political Economics*, 14(2): 37–47, 1982.
- FOLEY, D. *Understanding Capital: Marx's Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MANDEL, E. *Marxist Economic Theory*. London: Merlin Press, 1962.
- SWEEZY, P. *The Theory of Capitalist Development*. New York: Monthly University Press, 1942.

## EM MEMÓRIA DE FRANÇOIS CHESNAIS

Em 28 de outubro, o mundo perdeu o grande economista marxista e ativista francês François Chesnais, seguramente um dos mais argutos analistas da cena econômica contemporânea.

A comunidade dos economistas políticos do Brasil, que, em sua diversidade, a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) busca representar, externa o seu imenso pesar pela perda desse companheiro.

Difícil encontrar dentre nós alguém que não tenha sido influenciado por seus estudos e suas análises, sobretudo no que concerne ao caráter rentista e financeirizado do capitalismo de hoje, que ele começou a desvendar há quase três décadas.

Depois de trabalhar muitos anos na Direção de Ciência, Tecnologia e Indústria da OCDE, muitos deles como economista-chefe, Chesnais viu passar sob seus olhos substantivas mutações na economia mundial, principalmente no que concerne à forma de atuação dos grandes blocos de capital. Para dar conta dessas superlativas transformações e tendo por guia a teoria marxista, publica na França, em 1994, o livro *La Mondialisation du Capital*.

Na obra, um de seus primeiros reparos é relativo ao termo “globalização”, que se difundia naquela época em referência a um cenário de economias mais abertas e menos reguladas, mas carregando também uma forte conotação ideológica. Na esteira da debacle soviética e da defesa e aplicação dos princípios de política econômica defendidos pelo neoliberalismo, o

termo aludia a um “mundo mais livre”, uma “aldeia global”, com benefícios “para todos”. Chesnais faz o devido reparo. Não, não se tratava de globalização e sim de mundialização; e isso não significava trocar seis por meia dúzia, porque o substantivo vinha qualificado: mundialização, sim, mas do capital!

Com o novo termo, Chesnais fazia referência principalmente aos intensos movimentos de centralização que resultavam na constituição de empresas-rede, com parcerias múltiplas que atravessavam o planeta e para as quais o termo “multinacional” já não era mais adequado. Aludia também, de modo premonitório, à hipertrofia da esfera financeira e a vários dos elementos que passaram a integrar aquilo que veio a ser conhecido por *financeirização*.

Dando-se conta da importância crescente que o fenômeno adquiria e de suas consequências na forma de operação do processo de acumulação, Chesnais reúne um time de especialistas e, apenas dois anos depois, em 1996, publica o livro *La Mondialisation Financière*, onde são estudadas não só as características determinantes de um processo de acumulação sob dominância da valorização financeira, como também alguns de seus principais personagens: fundos de investimento, fundos de pensão e os próprios grupos predominantemente industriais.

Esse conjunto de estudos colaborou sobremaneira para a compreensão que muitos passamos a ter da natureza dessa nova etapa da história capitalista, com destaque para a magistral introdução escrita pelo próprio Chesnais. E muitas outras coletâneas se seguiram, e tantos outros textos, todos com grande repercussão, a exemplo de um artigo publicado, em fevereiro de 2007, na revista argentina *Herramienta*, em que ele antecipa a grande crise financeira a explodir em 2008.

Em 2016, Chesnais publica um livro em língua inglesa, *Finance Capital Today*, em que faz uma exaustiva revisão da literatura que procurou dar conta do fenômeno da financeirização, além de repassar o debate teórico, o qual envolve termos complexos e de difícil compreensão dentro da economia política marxiana, como capital portador de juros e capital fictício. Ao final da obra, conclui que a financeirização veio para ficar, projetando um

cenário de crise permanente e cada vez maior, pois a dominância financeira vai afastando cada vez mais o processo de acumulação de suas condições necessárias. Porém, segundo nosso autor, ainda assim, o capitalismo se sai bem na fita. Sua data de validade, observa, não está à vista. Concorde que essa não é uma forma muito alvissareira de se encerrar um livro, mas lembra, com Gramsci: “dizer a verdade é um ato revolucionário”.

Tal final não é casual. Chesnais sempre foi um intelectual engajado, que buscou transformar o mundo, tendo o socialismo como norte. Por isso, nunca abandonou, ao lado da intensa atividade de docência e pesquisa, a militância política. Sua obra permanecerá como legado de toda uma vida dedicada não só à compreensão das contradições que constituem o modo de vida dirigido pelo capital, mas também da luta para transformá-lo, colocando-o a serviço da humanidade e sob seu comando consciente. Que ele sirva de inspiração para que, sobretudo nos dias que correm, não desistamos da luta.

François Chesnais, presente!

Comitê editorial da Revista da SEP

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

### CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas (verificar item 6 das [Diretrizes para Autores](#)).

## DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Para as submissões, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça

login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

**6. Assegurando a avaliação cega por pares:** Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores sejam conhecidas um do/pelo outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão), verificarem se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome dos autores, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- Margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4. Para resenhas, o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo

separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p.124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. Aspects sociaux de la décolonisation. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p.297-333

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. Valdomiro Silveira e o dialeto caipira, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT. D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: Colloque État et Régulations, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros documentos:**

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros– desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).

